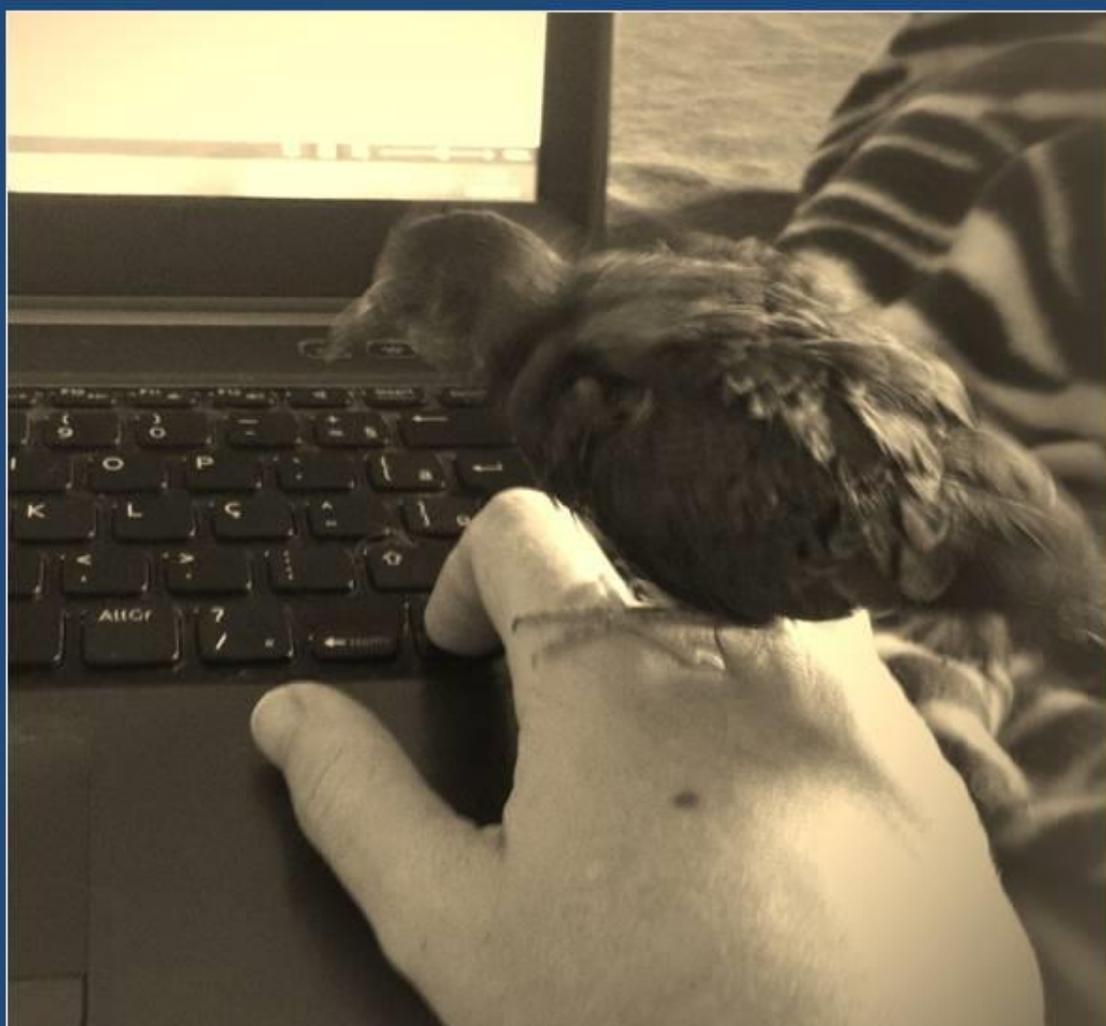


Animais e Literatura: Ética e Poética



Evely Vânia Libanori
Elda Firmo Braga
(Organizadoras)

ANIMAIS E LITERATURA: ÉTICA E POÉTICA



<http://gaiuem.wixsite.com/gaiuem>

www.facebook.com/gaiuem



<https://www.bigodinhoscarentes.org>

<https://www.facebook.com/ProjetoBigodinhosCarentes>

Copyright © dos autores que compõem este livro.

Os textos encontrados nesta publicação são de inteira responsabilidade dos seus respectivos autores.

Evely Vânia Libanori e Elda Firmo Braga (Org.)

Animais e Literatura: ética e poética. Rio de Janeiro: Oficina da Leitura, 2018.
211p.

ISBN: 978-85-66224-19-1

1. Animais. 2. Literatura. 3. Ética.

Capa: Projeto gráfico de Sandra Valéria Torquato Mouta, a partir da foto de Patrícia Alexandra Gonçalves.



<http://www.oficinadaleitura.com.br>

ORGANIZAÇÃO

Evely Vânia Libanori (UEM)

Elda Firmo Braga (UERJ)

COMITÊ CIENTÍFICO

Ana Cristina dos Santos (UERJ)

Ângela Lamas Rodrigues (UEL)

Elda Firmo Braga (UERJ)

Evely Vânia Libanori (UEM)

Heloísa Helena Siqueira Correia (UNIR)

Patrícia Alexandra Gonçalves (UERJ)

Regina Schöpke (UERJ)

Rita de Cássia Miranda Diogo (UERJ)

Rosane Manfrinato (CEFET/RJ)

Veridiana Skocic Marchon (UERJ)

Viviane Conceição Antunes (UFRRJ)

A memória de
Julinho Francisco, Lupita Penélope, Paulinha e Thales.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
PREFÁCIO: “E come carne!?” por Viviane Conceição Antunes.....	15
ADRIANE CHERPINSKI, EVELY VÂNIA LIBANORI e ADRIANA GOMES CARDOZO DE ANDRADE: “Desejo insólito de metamorfose galopante em Clarice Lispector”.....	18
ANA MARIA SOARES ZUKOSKI, ELDA FIRMO BRAGA e EVELY VÂNIA LIBANORI: ““Na lista de prioridades do país, não tem lugar para os animais”: Leitura ecocrítica do romance <i>Desonra</i> , de J. M. Coetzee”.....	31
ÂNGELA LAMAS RODRIGUES: “De marfim, memórias e lágrimas: <i>The white bone</i> e a consciência dos elefantes”.....	48
EVELY VÂNIA LIBANORI e GUILHERME HERRMANN ARIAS: “As razões da indiferença humana diante do sofrimento animal”.....	68
EVELY VÂNIA LIBANORI e VANESSA FERREIRA DOS SANTOS VALLES LEAL: “Abolição animal em aulas de literatura”.....	78
EVELY LIBANORI, ELDA FIRMO BRAGA e ROSIANE CRISTINA DE SOUZA: “Abandono animal: crime, pecado e traição em ‘O Crime do Professor de Matemática’, de Clarice Lispector”.....	91
JEFFERSON DE MOURA SARAIVA: “Um tigre iluminado: o antropocentrismo na literatura”.....	109
KEILA MARA FRAGA RAMOS DE OLIVEIRA: ““Conversa de bois’, de Guimarães Rosa: Paisagem zooliterária”.....	128
NAIANI BORGES TOLEDO: “O imaginário dos dragões e suas representações”..	138
ROSIANE CRISTINA DE SOUZA e EVELY VÂNIA LIBANORI: “Ética animal na escola: uma proposta de leitura a partir dos letramentos multiculturais e multissemióticos da obra <i>Quase de verdade</i> de Clarice Lispector”.....	155
SUELI MEIRA LIEBIG: “ <i>Marley & Eu</i> , de John Grogan: Especismo, vida e amor”.....	169
POSFÁCIO: “Os filósofos e os animais” por Regina Schöpke.....	189
GALERIA ANIMAL: Arthur; Bruce; Filó; Gabriel (Xuxu) e Lucas (Batman); Lori; Melina e Zaid; Miguel; Sibéria; Trica.....	195
BIOGRAFIA DOS AUTORES.....	208

ANITTA & URSINHO



Anitta: fêmea, tricolor, pelo longo, castrada, FIV/FeLV negativa.
Ursinho: macho, cinza e branco, pelo longo, FIV/FeLV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

ARIZONA



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos azuis, FIV/FeLV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

Píncipios

Eu acredito
 No indivíduo
 Que pensa, sente
 Goza e sofre
 Indivíduo
 Inviolável
 Tenha ele
 Asas
 Cascos
 Barbatanas
 Polegar opositor
 Ou o que mais for...
 (Bruno Müller, 2017)¹

A dor do ser

Dizem que nós somos coisas simples e sem valor,
 Incapazes de pensar e nem mesmo de falar com tanta dor
 Riem dos que nos amam, como se fosse simples amar...
 Erguem as mãos a quem mal não tem, tão pouco tentar.
 Incapazes de amar, nos fazem fio e trapo no atroz mastigar.
 Tocam-me como quem esquece o mesmo sangue córrego,
 Olhos tristes e lacrimosos já não bastam aos que me veem.
 Sentir o fardo é o que me resta, nas desventuras é meu pranto.
 Amar já não tem sido constante a quem nada sabe sonhar
 Navegar por entre os insanos, em busca nata pelo seguro,
 Infirma força tosca ao espaço a quem quer apenas respirar,
 Milimetricamente correr entre os espaços não curvos,
 Austera sede pelo simples e fatídico fato de viver livre,
 Incontestável a maneira, quero ser livre como quem amo,
 Simplesmente acordar ao mesmo sol e livre eu canto.

(Gerson Luiz, 2017)

¹ Ambas as poesias fazem parte de um livro literário voltado para a defesa dos animais: **Os animais também contam**, coletânea organizada por Maurício Kanno e publicada em 2017 pela editora carioca Autografia. Trata-se de um interessante acervo poético-animalista que conta com a criação de poetas brasileiros e hispano-americanos.

BONITO



Macho, castrado, olhos azuis,
pelo longo, FIV/FeLV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

Apresentação

Nas últimas décadas, o debate sobre a forma pela qual a nossa espécie se relaciona com os animais vem sendo ampliado e aprofundado paulatinamente. O pensamento utilitarista, ancorado na ideia de que os animais teriam uma existência voltada, exclusivamente, para atender aos anseios humanos, pautado na construção e manutenção discursiva de uma pretensa “inferioridade”, não é mais aceito unanimemente.

Nessa conjuntura, os “Estudos Animais”² surgem como um campo do conhecimento de caráter interdisciplinar, que busca promover discussões sobre animais e animalidade no âmbito acadêmico-científico, por meio de um fecundo diálogo que inclui investigadores das ciências humanas, jurídicas e biológicas, entre outras. Essa conversa estabelecida entre diferentes áreas do conhecimento vem permitindo a desconstrução e a ruptura com valores impostos pelo hábito e pela tradição no tocante a relação entre humanos e não humanos.

A retroalimentação dos estudos investigativos e de seu eco no atual contexto social, cultural, político e econômico, possibilita-nos (re)ver as relações – outrora estanques – entre a humanidade e outros seres vivos. Estas pesquisas levantam reflexões acerca da representação artístico/cultural do animal, da defesa dos seus direitos e da ética adotada por nosso universo sociocultural no convívio com os não humanos ao longo do tempo.

Pertinente aos “Estudos Animais” é a “Ética Animal”³, um conjunto de valores que determinam o comportamento e as ações humanas para com os não humanos. Uma perspectiva que extrapola o compromisso com a busca de ações em prol do bem-estar⁴ animal,

² Estudos Animais – *Animal Studies*: os animais são privilegiados neste “campo de estudos (...) que apresenta, como objeto de investigação, entre outros, pensar as relações entre vivos humanos e não humanos”. GUIDA, Angela Maria. **Literatura e estudos animais**. Raído, Dourados, MS, v. 5, n. 10, p. 287-296, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/download/1342/988>>.

³ A expressão Ética Animal vem do inglês *Animal Ethics*, sendo uma forma elíptica de “ética do tratamento dos animais (não humanos) por parte dos humanos.” NACONECY, Carlos Michelin. **Ética & Animais**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2006.

⁴ “Para o bem-estarismo a vida dos animais não humanos tem menor valor moral que a dos animais humanos, por isso, sua atuação é direcionada a melhorar as condições em que os animais não humanos se encontram nas fazendas industriais, nos laboratórios, nos parques de entretenimento, e em todos os locais onde se encontram confinados. O bem-estarismo não vê problema algum no uso que fazemos dos outros animais, o problema, para os bem-estaristas está na maneira como usamos.” DENIS, Leon. **A questão dos conceitos**. Disponível em <<http://www.anda.jor.br/2015/11/questao-conceitos>>.

convidando os humanos a participar de uma rede de conscientização e transformação pelo pensar e agir éticos⁵.

A “Ética Animal” defende uma consideração respeitosa e o tratamento digno de todos os vivos e nos convoca a pensar cada animal, independentemente de sua espécie, como um indivíduo, um sujeito singular, senciente⁶, merecedor de respeito e tratamento digno; a reavaliar a forma como nos relacionamos com estes seres cotidianamente; a levar em conta que todos os seres vivos, são merecedores do nosso mais profundo respeito e consideração. Os “Estudos Animais” e a “Ética Animal” não são excludentes, pelo contrário, é totalmente possível a realização de um estudo literário ancorado em ambas perspectivas.

A Literatura tem sido uma interessante esfera para promover discussões acerca do especismo⁷ e do tratamento ético, na verdade, antiético, que geralmente dispensamos aos animais e para o questionamento sobre as tênues fronteiras entre humanos e não humanos. O animal, em vários textos literários que lhe dão vida, também entendidos como “Poética Animal” – procedimento estético utilizado para a recriação literária dos animais em obras ficcionais –, é retirado do estado de “coisa” para ser alçado à categoria de Ser e, então, passa a ser visto no seu próprio *ethos*. Atualmente, inúmeros pesquisadores têm voltado cada vez mais o seu olhar crítico para a contemplação e análise da presença dos animais de diferentes espécies na Literatura.

A partir da articulação de pesquisas embasadas nos Estudos Animais, na Ética Animal e na Poética Animal, com o objetivo de reunir trabalhos que possam vir a contribuir com a promoção do respeito dos animais não humanos, surge o presente livro. Resultado de uma parceria de trabalho entre as docentes Evely Libanori, da UEM/PR, e Elda Firmo Braga, da UERJ/RJ, professoras de Literatura, defensoras da Ética Animal Abolicionista, e colaboradoras de ONGs protetoras. Ambas, em suas pesquisas, vêm rastreando a presença de animais não humanos na Literatura e, a partir disso, desenvolvendo estudos e promovendo

⁵ Ética: “se trata de la aplicación concreta de principios que pueden guiar la existencia humana en sus diferentes actividades; un arte de buena conducta (...) en la vida”. UNESCO. **La Filosofía, una escuela de la libertad**, 2011. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192689>>.

⁶ Derivado de Senciência: “Conceito chave para a compreensão do debate sobre os direitos animais, (...) é definida como a presença de estados mentais que acompanham as sensações físicas. (...) é um conceito que combina os termos “sensibilidade” e “consciência”.” <<https://www.anda.jor.br/2009/06/senciencia>>.

⁷ Derivado de Especismo: “Conceito criado pelo psicólogo britânico Richard D. Ryder, em 1973. (...) é definido como um preconceito contra seres de outras espécies que não a humana (...). Como consequência desse preconceito, os interesses dos indivíduos de outras espécies ou são ignorados ou são sempre vistos como secundários em relação aos interesses humanos, mesmo que sejam mais básicos que o interesse humano com o qual competem...” Disponível em: <<https://www.anda.jor.br/2009/06/especismo>>.

diálogos na área, como a organização de cinco livros⁸ publicados: quatro em 2015 e um em 2016; do “I Seminário sobre Representação Animal na Literatura”, realizado na UERJ (01 e 02 de outubro de 2015); de dois Simpósios na UEM: “A voz e a vez dos animais não humanos em diferentes ciências”, no V CONALI - Congresso Nacional de Linguagens em Interação (25, 26 e 27 de setembro de 2017), e “Animais e Literatura: Poética, Ética, Identidades”, no V CIELLI – Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (13,14 e 15 de junho de 2018). É importante ressaltar que os artigos aqui encontrados, em sua maioria, são fruto dos referidos simpósios. Na mesma linha dos livros anteriores, o leitor encontrará, em “ANIMAIS E LITERATURA: ÉTICA E POÉTICA”, artigos que podem provocar uma reflexão acerca do relacionamento entre os animais humanos e os não humanos.

Nesta publicação, que integra inúmeras patas e mãos, constam 11 capítulos. O primeiro, “Desejo insólito de metamorfose galopante em Clarice Lispector”, de Adriane Cherpinski, Evely Vânia Libanori e Adriana Gomes Cardozo de Andrade, ancorado na noção de (des)constituição de identidades, apresenta um olhar mais atento em torno da figura do cavalo em obras clariceanas e tece considerações sobre a metamorfose de duas personagens humanas em equino, uma do romance *Água viva* e outra do conto “Seco estudo de cavalos”.

Em seguida, Ana Maria Soares Zukoski, Elda Firmo Braga e Evely Vânia Libanori, com o texto “Na lista de prioridades do país, não tem lugar para os animais”: Leitura ecocrítica do romance *Desonra*, de J. M. Coetzee”, percorrem a obra do autor sul-africano a partir de um prisma ecocrítico, pautado na Ética Animal e no âmbito investigativo dos Estudos Animais, para levantar reflexões sobre determinados aspectos envolvidos na relação entre humanos e animais não humanos.

“De marfim, memórias e lágrimas: *The white bone* e a consciência dos elefantes”, de Ângela Lamas Rodrigues, traz uma leitura crítica do romance da escritora canadense Barbara Gowdy, obra que narra a fragilidade e a resiliência dos elefantes ao enfrentarem os massacres provocados pela caça. Entra em cena, neste capítulo, uma problematização da noção de subjetividade e do racionalismo ocidental. A autora também dá relevo à forma pela qual a narrativa desconstrói o humanismo metafísico e rompe com o especismo.

⁸ São eles: “*Representação animal na literatura*”; “*Representação animal nos estudos literários*”; “*Representação animal - diálogos e reflexões literárias*”; “*Representação animal - perspectivas literárias de análise*”; “*Representação animal em textos literários*”. Os cinco livros estão disponíveis para download gratuito em: <<http://www.oficinadaleitura.com.br/downloads.php>>.

Evely Vânia Libanori e Guilherme Herrmann Arias, em “As razões da indiferença humana diante do sofrimento animal”, pautados no âmbito da “Ética Animal”, levantam uma discussão sobre os privilégios humanos comparados aos interesses dos animais e, também, acerca dos motivos que levam os humanos a permanecerem indiferentes diante do sofrimento dos animais.

O seguinte capítulo, intitulado “Abolição animal em aulas de literatura”, de autoria de Evely Vânia Libanori e Vanessa Ferreira dos Santos Valles Leal, versa sobre os passos metodológicos e os resultados obtidos de um trabalho de prática docente de ensino-aprendizagem em Literatura, desenvolvido em duas escolas públicas de Maringá (PR). Referendada na concepção de “Ética Animal Abolicionista”, foi privilegiada a leitura de Literatura Animalista Abolicionista seguida pelo debate em sala de aula. Foram contemplados dois tópicos: “As relações entre o ser humano e o ser não humano na literatura brasileira” e “A importância de se respeitar os animais”.

“Abandono animal: crime, pecado e traição em ‘O Crime do Professor de Matemática’, de Clarice Lispector”, capítulo elaborado por Evely Libanori, Elda Firmo Braga e Rosiane Cristina de Souza, propõe-se a refletir acerca da ideia de crime, pecado e traição; considerando, respectivamente, os seguintes códigos: o jurídico e das leis, o religioso e o ético – mais propriamente dita a “Ética Animal”. De uma maneira mais específica, vislumbrou-se acerca da relação deste professor com o seu cão e, de modo mais amplo, sobre a forma pela qual os seres humanos, em sua maioria, (des)consideram os animais.

Jefferson de Moura Saraiva, com o capítulo “Um tigre iluminado: o antropocentrismo na Literatura”, apoiado no campo dos “Estudos Animais”, traça um interessante paralelo entre as contradições encontradas no romance do escritor indiano Rasipuram Krishnaswami Iyer Narayanaswami Narayan – protagonizado por Raja, um tigre que atua também como um dos narradores da obra – e as incongruências existentes na relação entre a humanidade e os animais.

“‘Conversa de bois’, de Guimarães Rosa: Paisagem zooliterária”, de Keila Mara Fraga Ramos de Oliveira, realiza um estudo sobre este conto roseano, narrativa com traços de fábula e poesia cujos animais são representados como seres que falam e raciocinam e os homens são vistos como ameaça. O presente texto, sustentado em estudos sobre a defesa animal, trata da relação entre seres humanos e não humanos, questiona o comportamento hostil da humanidade no tocante ao próximo, bem como contempla as noções de antropomorfismo e zoomorfização, além do princípio de senciência.

“O imaginário dos dragões e suas representações”, de Naiani Borges Toledo, com uma abordagem assentada na literatura comparada, tem como matéria de análise tanto a literatura quanto o cinema. Este capítulo fez um percurso pela representação simbólica dos dragões no tempo – diferentes épocas – e no espaço – variadas áreas geográficas.

Rosiane Cristina de Souza e Evely Vânia Libanori, em “Ética animal na escola: uma proposta de leitura a partir dos letramentos multiculturais e multissemióticos da obra *Quase de verdade* de Clarice Lispector”, embasadas nos pressupostos da Ética Animal, defendem, neste capítulo, que a escola promova práticas, com um caráter interdisciplinar, de letramento multicultural, multimodal e multissemiótico que fomentem a reflexão sobre o respeito à natureza e aos animais a partir de diferentes gêneros e variados textos: verbais e não verbais, audiovisuais, sonoros.

O último capítulo deste livro, “*Marley & Eu*, de John Grogan: Especismo, vida e amor”, de Sueli Meira Liebig, trata-se de um estudo amparado na perspectiva da Libertação Animal e centrado no âmbito dos Estudos Culturais. Propõe-se a analisar a relação entre o cão labrador Marley e seus tutores, a família do jornalista Estadunidense John Grogan, experiência real transformada em romance em 2005.

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram com esta publicação; em especial, aos autores participantes deste livro; aos professores que compuseram o Comitê Científico; à Sandra Valéria Torquato Mouta e Patrícia Alexandra Gonçalves pela capa; a Alexandre Lamago Bento, pelo auxílio nos trâmites editoriais; aos adotantes do Projeto Bigodinho Carentes que aceitaram nosso convite para homenagear seus gatos adotados e, ao mesmo tempo, expressar um reconhecimento público ao trabalho realizado por voluntários no referido projeto. Somos imensamente gratas, também, às professoras Viviane Conceição Antunes e Regina Schöpke por nos brindarem, respectivamente, o Prefácio e o Posfácio.

Dezembro de 2018.

Eláda Firmo Braga
Evely Vânia Libanori
Rosane Manfrinato

CHANTILLY



Fêmea, castrada, pelo curto, olhos verdes.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

PREFÁCIO

E come carne!?

O orgulho de procurar construir minha felicidade ancorada na ética, nas relações de respeito com os demais se diluiu. Diante de uma indagação libanórica, essa certeza escorregou pelos dedos... como grãos de areia ou gotas de água salgada do lugar que mais me traz felicidade.

Que invisibilidade cruel, consumista, real, pode fazer o sangue de um homem ter mais valor do que o sangue de um animal? Que especismo é esse que entra na memória como uma ideologia absoluta, imexível, como uma ação natural?

Sangue nas geladeiras, nos potes, no fogão, no forno, na pia... Sangue livre de perguntas, livre de reflexão. Livre... tão livre... que escraviza, consome e mata indivíduos que, ainda não sejam humanos (sorte deles!), têm, e provam que têm, subjetividade. Certamente, não precisariam provar absolutamente nada!

Como orgulhar-me de constituir minha vida, sem trazer infelicidade a ninguém, comendo o sangue de outrem? Sangue de violência, sangue de sacrifício, sangue de perda, sangue de inocente. Vim a choro!

Tenho raiva de mim quando vejo que preciso ser mais disciplinada, mais organizada. Mas gosto de ter um espírito mais leve. Contudo, preciso lembrar e agir... E nunca esquecer-me desse dia.

Minha alimentação não pode servir de instrumento de violência. Se digo aos quatro cantos que não quero me violentar por conta das decisões dos outros, como posso naturalizar a minha decisão de continuar comendo carne?

Quer ser feliz...?

Quer ser consciente, anticolonial, anticapitalista, ética... e come carne?

Quer trabalhar, disciplinar-se, educar os filhos, sorrir, chorar, amar, ser amada, criar cães com amor... E come carne!!!?

Compartilhar anseios, negritude, pesquisa, torta, leite de soja, café, pão, bolo de chocolate, livros, vida, casa com a Elda, com a Rosane, com a Paula e com a Evely... E come carne!!!?

Lágrimas caem dos meus olhos, às 08:55 da manhã, de uma quinta-feira fria. Como lidar agora com essa pergunta, espanto, admiração, interpelação, questionamento, enunciado oracional constante e dilacerador?

Evely me deu, verdadeiramente, um soco no estômago que até hoje dói e precisa continuar doendo para me libertar.

Fugir significa acomodar-me.

Não refletir sobre isso significa paralisar-me.

Deixar-me levar pressupõe deixar de ser morcego e virar toda a semana em uma vampira em busca de sangue nos supermercados.

Aquela pergunta ecoa nos meus ouvidos... como um trovão! E come carne!?

O grito, preso na garganta do consumo acrítico há 43 anos, encontra espaço: Não, Evely Libanori, não como carne!

Agora sou devoradora... Elda Firmo! Mas de literatura...

E daí!?!?

Viviane Conceição Antunes

DARWIN



Macho, castrado, pelo curto,
olhos azuis (perdeu a visão de um olho).

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

DOCINHO



Macho, castrado, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

Desejo insólito de metamorfose galopante em Clarice Lispector

Adriane Cherpinski (UEM)

Evely Vânia Libanori (UEM)

Adriana Gomes Cardozo de Andrade (UEM)

Considerações iniciais

A partir da abordagem sobre a (des)constituição de identidades das narradoras nas obras *Água viva* (1973) e *Onde estivestes de noite* (1974), de Clarice Lispector (1920-1977), pretende-se centrar num recorte que diz respeito à metamorfose do humano em animal equino, desejada e sofrida pelas personagens das obras, que também são suas narradoras.

A contemporaneidade expressa um mundo indeterminado, incontrolado e, justamente por isso, assustador. Os fatores propulsores e que motivam a (des)constituição de identidades estão associados ao capitalismo, às questões de classe, geografia e ao multiculturalismo advindo da colonização de determinado local. Neste contexto, a literatura absorve essa realidade e devolve ao leitor a possibilidade de reflexão da complexidade do sentido de si dos sujeitos, por meio de narradores/personagens híbridos e deslocados (BAUMAN, 2005).

Durante a análise do acervo clariceano na Fundação Casa Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, o datiloscrito corrigido de próprio punho por Clarice Lispector, intitulado 'Seco estudo de cavalos', chamou-nos a atenção. O conto foi publicado em 1974 (um ano depois da publicação de *Água viva*), no livro *Onde estivestes de noite*. No datiloscrito não consta nenhuma indicação temporal de sua gênese. As oito páginas (algumas se resumem em pequenas tiras de papel, amareladas pelo tempo) chamaram-nos para um olhar mais atento em torno da figura do cavalo, motivando releituras em diversas obras da escritora. Paralelamente, uma sondagem na produção científica sobre Clarice Lispector, evidenciou a ausência de uma abordagem que contemplasse a metamorfose humana x equina na perspectiva da (des)constituição de identidade, o que confirma e assegura a relevância de estudo sobre o tema. Diante do exposto, inquieta saber: de que forma a literatura se configura como um espaço de problematização acerca da representação dos animais e sua conexão humana?

A proposta da pesquisa compreende um aparato teórico e bibliográfico que subsidia a fortuna crítica e teórica sobre Clarice Lispector e as produções artísticas recortadas como objeto deste estudo, detendo-se em: Antonio Candido, Evando Nascimento, Carlos Mendes de Sousa, entre outros, bem como cartas e documentos pessoais de Clarice Lispector. A

abordagem teórica referente à (des)constituição de identidades está pautada em Stuart Hall (2005) e Zygmunt Bauman (2005).

1. Identidades em construção

As discussões sobre o comportamento humano permeiam os mais diversos campos da ciência, constituindo objeto de estudo de inúmeros estudiosos ao longo do tempo. A partir do século XXI, teóricos como Stuart Hall e Zygmunt Bauman apontam que o sujeito deixa de ser unificado em virtude do contexto social, cultural e político em que vive, visto as modificações nos conceitos de classe, sexualidade, gênero, etnia, nacionalidade e raça, o que o fragmenta e promove o surgimento de novas, múltiplas e ambíguas identidades.

Assim, o indivíduo moderno deixa de ser “integrado”, vê-se deslocado/descentrado, social e culturalmente, com o sentimento da perda do “sentido de si”, fazendo com que busque continuamente uma identidade; acredita que a filiação a um dado grupo possa fazê-lo sentir-se bem, seguro, valorizado e respeitado. Para Bauman (2005, p.35), “O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo”.

O indivíduo, segmentado, abstrai os significados do outro, ou seja, a identidade não é mais construída de forma unívoca, mas é ajustada ao mundo. “Em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa” (BAUMAN, 2005, p.20).

No âmbito literário, o significado da obra pós-moderna é a desconstrução do significado, significado este que existe no processo interpretativo e crítico. Por isso, a arte pós-moderna repudia qualquer solução incondicional, pois é polifônica e faz parte de uma sociedade múltipla, incerta, onde os homens estão em busca de si por meio da errância.

Água viva e o conto ‘Seco estudo de cavalos’, de Clarice Lispector, são obras que apresentam a típica desconstrução, a incerteza, o deslocamento e a solidão, refletindo sobre a condição humana, essa mesma condição que fragmenta e aflora a certeza de ausência de fronteiras na (des)constituição de identidades.

2. A multiplicidade de sentidos em torno da figura equina

Ao mesmo tempo em que os animais são vistos pelos humanos como “outros”, igualmente são seres vivos, contudo, incompreendidos. Por isso, embora próximos, estão distantes, fascinam, assombram e desafiam. Polos binários caracterizam as ações humanas em relação aos animais: amados x marginalizados, comidos x humanizados, admirados x

confinados. A compreensão do mundo animal se torna, assim, distante e causa estranheza (MACIEL, 2016).

No âmbito da literatura, os animais motivaram poetas e escritores de diferentes épocas. Atualmente, tem ganhado força o termo “zooliteratura”, o qual expressa o “conjunto de diferentes práticas literárias ou obras (de um autor, de um país, de uma época) que se voltam para os animais” (MACIEL, 2016, p.14). Desta forma, adquire fôlego significativo o campo de estudo literário que privilegia o enfoque de animais. A condição animal e as relações éticas estabelecidas pelo ser humano fomentam debates e conduzem a novas abordagens literárias. Os animais estão presentes em diversas narrativas literárias ao longo do tempo, em alguns casos, não ocupam lugar de destaque, mas constituem-se essenciais para compreender valores, confusões, angústias, contextos e fraquezas das pessoas. Os animais são importantes para a existência humana e precisam ser olhados para além de suas superfícies. Embora pareçam previsíveis e limitados, proporcionam uma imensidão de significados e mistérios.

Nesta esteira, a produção literária de Clarice Lispector apresenta uma fauna extraordinária em primeiro plano: os animais integram as narrativas enquanto seres dotados de sensibilidade, inteligência e emoções, tais como as personagens humanas. Dentre a diversidade animal que habita as obras clariceanas, o destaque, neste momento, é do cavalo.

O cavalo engloba as noções de velocidade, imaginação e imortalidade. É uma personificação simbólica de força e vitalidade. Na era glacial, representava os motivos mais importantes da pintura (BIEDERMANN, 1993). Sua domesticação ocorreu há alguns milênios, na Europa oriental ou na Ásia central.

O cavalo está associado às trevas, conforme crença da maioria de todos os povos, onde surge sempre galopante. É filho da noite e do mistério, sendo portador de morte e de vida no mesmo instante (CHEVALIER, 1999). O final da noite conduz ao amanhecer e, nesse processo, o cavalo abandona suas sombrias origens. Contudo, Chevalier (1999) lembra que o cavalo tenebroso prossegue sempre no interior do ser humano, que às vezes é bom e às vezes é mau. Essa característica binária encontra-se na narrativa de Clarice Lispector (1980, p.46):

O que é que faz o cavalo ser brilhante de cetim? É a doçura, não a piegas ou sentimental, mas aquela de quem assumiu o fulgor de vida – essa doçura se objetiva no seu pelo nu que deixa adivinhar os elásticos músculos ágeis e controlados.

No conto ‘Seco estudo de cavalos’, ao mesmo tempo em que possui a doçura induzida à bondade, o cavalo demonstra brutalidade, anunciando que deve ser temido: “Todo cavalo é selvagem e arisco quando mãos inseguras o tocam” (LISPECTOR, 1980, p.46).

O cavalo não é como um animal comum, ele é montaria, veículo, nave, e seu destino é inseparável do destino do homem. Durante o dia corre desenfreadamente, tendo como guia o cavaleiro; durante a noite, a situação inverte-se, o cavaleiro torna-se cego e o cavalo assume a posição de guia. Cavalo e cavaleiro travam entre si importante cumplicidade que pode ser triunfante, mas, se entre ambos houver qualquer discordância, a loucura ou a morte podem ser certas (CHEVALIER, 1999). Portanto, não há esvaziamento de significados em torno da figura do cavalo.

Morte, mistério e magia constituem, assim, a tonalidade fundamental que circunda as acepções em torno da figura do cavalo. Isso fica reforçado se atentar para outro signo emblemático igualmente significativo: a noite. De acordo com Candido (2009, p.44):

[...] a noite parece mais ajustada a uma corrente que valoriza o mistério, respeita o inexplicável e aprecia os sentimentos indefiníveis. Daí o nosso gosto pela noite como hora, quando a escuridão reina e se associa na imaginação a acontecimentos anormais e sobrenaturais, pontilhados de fantasmas, crimes e perversões [...].

As histórias sobre divisão da personalidade normalmente são narradas às sombras noturnas, o ‘outro’ quase sempre aparece à noite, como os lobisomens, forma extrema da personalidade rachada e oposta a si mesma, constituindo assim um ambiente permeado pelo fantástico no campo literário. Além disso, o sono está ligado à noite como estado que conduz a um mundo próprio, às vezes tocado pelo sobrenatural, por causa do sonho e da sua manifestação extrema, o pesadelo.

A noite não representa apenas o momento benéfico da solidão humana, mas constitui-se como uma grande reveladora: “a fonte oculta, tanto dos nossos sentimentos quanto das coisas [...]” (NOVALIS *apud* CANDIDO, 2009, p.45).

No viés do ocultismo, a noite compreende a condição fundamental para a realização do obsessivo desejo das narradoras em se transformarem em cavalo.

3. Água viva e ‘Seco estudo de cavalos’: exaltações instantâneas

Clarice Lispector, um dos principais ícones da literatura brasileira, com amplo acervo de obras traduzidas para diversos países, possui suas especificidades próprias, muitas vezes

contraditórias e paradoxais e, suscita, no meio acadêmico, inquietações que conduzem a questionamentos sobre a condição humana. Vários estudos buscam, nos lugares onde viveu e nas indagações sobre seu íntimo emocional e psicológico, sinais que demonstram sua condição irreverente de ser, pensar, agir e escrever, já que sua vida foi cercada por crenças, fantasias, dores e mistérios: “Simplesmente eu sou eu” (LISPECTOR, 1998, p.95).

Na visão de Nascimento (2012), Clarice Lispector tem contribuído em questionar os limites humanos em suas obras, em especial *Água viva* que “ficcionaliza certo não humano não como aquilo que ameaça o homem, mas, ao contrário, contribui para o ultrapasse das barreiras” (NASCIMENTO, 2012, p.25). Essa acepção ancora também ‘Seco estudo de cavalos’, onde a espécie animal complementa a humana e vice-versa: “[...] o cavalo é o que existe de melhor no ser humano. Tenho um cavalo dentro de mim que raramente se exprime. Mas ao ver outro cavalo, o meu se expressa” (LISPECTOR, 1980, p.45).

As narradoras assumem o papel de personagem principal, não são nominadas e vivem num mundo interior, imerso dentro do “eu”, ao entorno das quais os enredos irão se manifestar.

Assim, esse Éden reinventado compõe as obras selecionadas para este estudo constituindo instantes, não de fatos, mas de sensações: “Tentando pôr em frases a minha mais oculta e sutil sensação – e desobedecendo à minha necessidade exigente de veracidade – eu diria: se pudesse ter escolhido queria ter nascido cavalo” (LISPECTOR, 1980, p.46).

O foco narrativo de *Água viva* e ‘Seco estudo de cavalos’ é subjetivo, apresentado na primeira pessoa do singular, explicitando a vida interior e as impressões psicológicas sobre o mundo de fora das narradoras/personagens.

Entre as diversidades naturais, nos dois textos, as referências especiais são para os bichos: “os bichos me fantasticam” (LISPECTOR, 1998, p.48), as mais diversas espécies habitam *Água viva* compondo uma fauna exuberantemente verbal e luxuriante, pois “todos os seres vivos, que não o homem, são um escândalo de maravilhamento” (Ibidem, p.55). Em ‘Seco estudo de cavalos’, a espécie equina é o que motiva todo o enredo, embora outros animais sejam citados.

Em ‘Seco estudo cavalos’, a reflexão sobre liberdade move e fundamenta a narrativa, desde o cavalo livre, ou seja, ainda não domado e domesticado pelo homem:

O que é um cavalo? É a liberdade tão indomável que é inútil aprisioná-lo para que sirva ao homem: deixa-se domesticar mas com um simples

movimento de rebelde safanão de cabeça, sacudindo a crina como a uma solta cabeleira, mostra que sua íntima natureza é sempre bravia, límpida e livre (LISPECTOR, 1980, p.45).

A liberdade intrínseca do cavalo permite-lhe que seja sempre indomável assim como a narradora em sua infinita liberdade imaginativa se transforma no animal que mais admira, para desbravar os mistérios das trevas noturnas, afirmando: “[...] talvez o cavalo ele-mesmo não sinta o grande símbolo de vida livre que nós sentimos nele” (Ibidem, p.47).

Embora o tempo em *Água viva* apresente-se mais acentuado no interior das narradoras, pode-se dizer que é cronológico, pois, a princípio, parece não durar mais que um dia. No entanto, no decorrer da narrativa, percebem-se outros dias, noites e madrugadas, uns próximos dos outros. Igualmente, em ‘Seco estudo de cavalos’, há referências a uma tarde ensolarada embora o tempo pareça congelar numa noite escura e misteriosa, entrecortada de memórias da adolescência da narradora:

Já me relacionei de um modo perfeito com o cavalo. Lembro-me de mim-adolescente. De pé com a mesma altivez do cavalo e a passar a mão pelo seu pelo lustroso. Pela sua agreste crina agressiva (LISPECTOR, 1980, p.47).

O espaço nas narrativas de *Água viva* e ‘Seco estudo de cavalos’ é bem mais frequente e intenso no próprio interior psicológico das narradoras: “só no tempo há espaço para mim” (LISPECTOR, 1998, p.10); assim, marcações temporais caracterizam o espaço: “minha palavra estala no espaço do dia” (LISPECTOR, 1998, p.17). Em *Água viva*, de modo geral, é possível aferir que durante toda a narrativa prevaleça como espaço físico a casa da narradora, entretanto, não há descrições minuciosas sobre este local. No conto ‘Seco estudo de cavalos’, o espaço igualmente se reduz ao interior da narradora/personagem, a qual, ao deixar-se levar pelas lembranças cita, de forma breve, outros espaços como uma cidadezinha do interior.

Ressalta-se, ainda, que a narrativa de *Água viva* e ‘Seco estudo de cavalos’ é circular, ou seja, não termina, o que é anunciado pela própria narradora: “O que te escrevo continua e estou enfeitiçada” (LISPECTOR, 1998, p.95).

No início do conto ‘Seco estudo de cavalos’ encontram-se indícios de uma possível animalização da narradora, ao se colocar no lugar de um cavalo cego e captar as sensações interiores: “O que é que um cavalo vê que, não vendo, o torna perdido como de si mesmo? É que, quando enxerga, vê fora dele o que está dentro de si” (LISPECTOR, 1980, p.46).

Em seguida, ela demonstra a afinidade equina: “Eu me sentia como se alguém me visse de longe. Assim, ‘**A moça e o Cavalo**’⁹” (LISPECTOR, 1980, p.47). A partir dessa expressão constata-se o dialogismo entre ‘Seco estudo de cavalos’ e *Água viva*. Note-se que a narradora se denominou como “moça”, ao passo que em *Água viva* descreve-se “mulher”:

Já vi cavalos soltos no pasto onde de noite o cavalo branco – rei da natureza – lançava para o alto ar seu longo relincho de glória. Já tive perfeitas relações com eles. Lembro-me de mim de pé com a mesma altivez do cavalo e a passar a mão pelo seu pêlo nu. Pela sua crina agreste. **Eu me sentia assim: a mulher e o cavalo**¹⁰ (LISPECTOR, 1998, p.50).

A narrativa de ‘Seco estudo de cavalos’, dividida em seus dois tempos – dia e noite – aproxima-se de seu clímax ao surgirem as primeiras pistas de perigo nos mistérios da noite: “Podia-se ver o morno bafo úmido – o bafo radioso e tranquilo que saía das narinas trêmulas extremamente vivas dos cavalos em certas madrugadas frias” (LISPECTOR, 1980, p.49). A metamorfose inicial e mais evidente é a do próprio cavalo, o qual adquire comportamento agressivo durante a noite, abandonando a condição de condutor e carregador de cargas:

Mas à noite os cavalos liberados das cargas e conduzidos à ervagem galopavam finos e soltos no escuro. Potros, rocins, alazões, longas éguas, cascos duros – ou de repente uma cabeça fria e escura de cavalo: – os cascos batendo, focinhos espumantes erguendo-se para o ar em ira e murmúrio. E às vezes uma longa respiração esfriava as ervas em tremor (LISPECTOR, 1980, p.49).

A narradora, ouvindo esse rumor dos cavalos, sente-se atraída: “eu adivinhava os cascos secos avançando até estacarem no ponto mais alto da colina” (Ibidem, p.50). Essa descrição dialoga com o trecho de *Água viva* que descreve a pintura de uma gruta:

E se muitas vezes pinto grutas é que elas são o meu mergulho na terra, escuras nas nimbadas de claridade [...] e onde os bichos que são doidos pela sua própria natureza maléfica procuram refúgio. As grutas são o meu inferno. [...] E tudo isso sou eu. Tudo é pesado de sonho quando pinto uma gruta ou te escrevo sobre ela – **de fora dela vem o tropel de dezenas de cavalos soltos a patearem com cascos secos as trevas**¹¹ [...] (LISPECTOR, 1998, p 15).

A gruta é evocada em *Água viva* e ‘Seco estudo de cavalos’, sendo que as situações se passam numa noite, não em uma noite qualquer, mas em meio às trevas, onde as narradoras

⁹ Grifos nossos.

¹⁰ Grifos nossos.

¹¹ Grifos nossos.

demonstram sentirem-se à vontade. Nenhuma delas afirma ver os cavalos, apenas ouvem os galopes. A figura do cavalo noturno é sedutora para ambas.

O clímax da narrativa de ‘Seco estudo de cavalos’ se dá nas trevas do quarto da narradora. A cena aparece no final, no ponto mais estratégico do conto, rompendo com a ordem do mundo natural. Inicialmente se sente amedrontada, sensação que se dissipa num sorriso maquiavélico: “que queria responder com as gengivas à mostra em relincho” (LISPECTOR, 1980, p.50). Em seguida, ela descreve a própria metamorfose:

Na inveja do desejo o rosto adquiria a nobreza inquieta de uma cabeça de cavalo. [...] Mal eu saísse do quarto minha forma iria se avolumando e apurando-se, e, quando chegasse à rua, já estaria a galopar com patas sensíveis, os cascos escorregando nos últimos degraus da escada da casa. Da calçada deserta eu olharia: um canto e outro. E veria as coisas como um cavalo as vê (LISPECTOR, 1980, p.50).

Sobre o homem metamorfoseado em cavalo, Chevalier (1999) define-o como o possuído e o iniciado: “[...] o homem, o possuído, transforma-se ele próprio em cavalo, para ser montado por um espírito” (CHEVALIER, 1999, p.204).

É sobre essa perspectiva que a narradora de *Água viva* revela um mundo místico e sinistro em suas noites, confessando inclusive a prática de rituais:

Minha noite vasta passa-se no primário de uma latência. [...] Tenho o misticismo das trevas de um passado remoto. [...] Cercam-me criaturas elementares, anões, gnomos, duendes e gênios. Sacrifico animais para colher-lhes o sangue de que preciso para minhas cerimônias de sortilégio. Na minha sanha faço a oferenda da alma no seu próprio negrume. A missa me apavora – a mim que a executo. E a turva mente domina a matéria. A fera arreganha os dentes e galopam no longe do ar os cavalos dos carros alegóricos. Na minha noite idolatro o sentido secreto do mundo. Boca e língua. E um cavalo solto de uma força livre. Guardo-lhe o casco em amoroso fetichismo (LISPECTOR, 1998, p.38).

Nesse ambiente permeado pelo ocultismo a narradora de *Água viva* confessa seu fetiche: cavalos, os quais são admirados justamente pela liberdade deliberada, que coaduna nos dois textos em análise, onde as narradoras reconhecem e respeitam a condição selvagem e indomável: “Deixo o cavalo livre correr feroso [...]” (LISPECTOR, 1998, p.71). Essa afirmativa é reforçada: “Eu, que troto nervosa e só a realidade me delimita” (Ibidem, p.19). Observa-se certa mutação nas palavras da narradora de *Água viva*, ao comparar sua corrida/trote com a do cavalo. As comparações entre a narradora e o animal equino são constantes: “Lembro-me de mim de pé com a mesma altivez do cavalo [...]” (Ibidem, p.50).

Segundo Elias José (s/d), é comum, em arte, o ser solitário humanizar os animais para fazer deles ouvintes, companheiros. Mas a narradora de *Água viva* explica que possui outro método: “Não humanizo bicho porque é ofensa – há de respeitar-lhe a natureza” (LISPECTOR, 1998, p.49). Ela inverte o processo: “eu é que me animalizo” (Ibidem, p.49). Sua imersão ao mundo animalizado é tão profunda que confessa sua frustração ao “Não ter nascido bicho é uma minha secreta nostalgia” (Ibidem, p.52).

Esse desejo desenfreado de se animalizar é enfatizado também pela narradora de ‘Seco estudo de cavalos’, como se fosse hipnotizada por tambores em um ritual e se metamorfoseia:

Se adormeço um instante, o eco de um relincho me desperta. E é inútil não ir. No escuro da noite o resfolegar me arrepia. Finjo que durmo mas no silêncio o ginete respira. Todos os dias será a mesma coisa: já ao entardecer começo a ficar melancólica e pensativa. Sei que o primeiro tambor da montanha do mal fará a noite, sei que o terceiro já me terá envolvido na sua trovoadas. E no quinto tambor já estarei na minha cobiça de cavalo fantasma. Até que de madrugada, aos últimos tambores levíssimos, me encontrarei, sem saber como, junto a um regato fresco, sem jamais saber o que fiz (LISPECTOR, 1980, p.52).

Embora o desejo incontido em se transformar em cavalo alimente esse ritual, a narradora de ‘Seco estudo de cavalos’ sabe que sua natureza é humana e está fora de seu alcance mudar isso definitivamente:

Da última vez [...] era tão grande a minha tristeza humana por ter sido o que eu não devia ser, que jurei que nunca mais. O trote porém continua em mim. Converso, arrumo a casa, sorrio, mas sei que o trote está em mim. Sinto falta dele como quem morre. Não, não posso mais deixar de ir (LISPECTOR, 1980, p.52).

Ela hesita, tenta aceitar sua naturalidade, mas o desejo a arrasta apelando a um ritual que lhe possibilite a mutação para ser o que está latente no seu interior: um cavalo:

E sei que de noite, quando ele me chamar, irei. Quero que ainda uma vez o cavalo conduza o meu pensamento. Foi com ele que aprendi. Se é pensamento esta hora entre latidos. Começo a entristecer porque sei, com meus olhos – oh sem querer: não é culpa minha! – com meus olhos sem querer já resplandecendo o feitiço do regozijo – sei que irei. Quando de noite ele me chamar para a atração do inferno, eu irei. [...] Ninguém sabe, ninguém vê. Só os cães ladram pressentindo o sobrenatural. Apresento-me no escuro [...] (LISPECTOR, 1980, p.52).

O período da noite constitui-se no momento de transformação, a qual parece ser desencadeada numa seita por meio de um ritual. De humana passa a cavalo, um ser noturno que desbrava as trevas e não teme os mistérios de um lugar sinistro como o inferno. Relutante,

ela entrega-se ao sobrenatural e ao cavalo, o qual ilustra a valorização negativa do animal, como visão terrível e pesadelo. Chevalier (1999) lembra que são os cavalos da morte ou do pesadelo que povoam o folclore céltico: são cavalos-demônios, almas penadas ou entes malditos que desviam o caminho dos viajantes ou os atraem para os pântanos; é importante destacar que o último trecho do conto ‘Seco estudo de cavalos’ tem como título “Estudo do cavalo demoníaco”.

Assim, nas despedidas do sol a narradora agitada prepara-se, pois “A noite é a minha vida com o cavalo diabólico. A noite é minha vida, entardece, a noite pecadoramente feliz é a vida triste que é a minha orgia [...]” (LISPECTOR, 1980, p.53). Orgia materializada no fetiche da metamorfose em cavalo.

Nessa perspectiva, a identidade do sujeito pós-moderno é móvel, sendo formada e transformada constantemente em virtude da relação com os sistemas culturais vigentes. “A ‘identidade’ só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’” (BAUMAN, 2005, p.22). Essa alternância de identidades é visível nos mais diversos aspectos da vida do ser humano, inclusive na literatura, conforme visto nas narradoras das obras *Água Viva* e ‘Seco estudo de cavalos’, as quais demonstram que assumem identidades diferentes em momentos diferentes, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.

Considerações finais

O cavalo se humaniza com a mesma intensidade e rapidez que se animaliza atendendo narradoras que desejam e se permitem metamorfosear nas sombras da noite em busca de satisfação interior. Neste processo de desindividualização, de intensa tensão dramática, as narradoras, através de reflexões, entram e saem do mundo referencial, ordenado socialmente, procurando o sentido da existência; neste trajeto, o fantástico se aproxima da lucidez e da razão convencional.

A mulher de ‘Seco estudo de cavalos’ transforma-se em cavalo e vai ao encontro das sombras noturnas, deixando os seguros aposentos de casa para descobrir o mundo, aventurando-se animalizada.

Clarice Lispector fascina e, ao mesmo tempo desestabiliza o leitor, ao apresentar uma narradora que deseja ser da espécie equina, mas volta à condição humana. Cada fragmento de ‘Seco estudo de cavalos’ parece captar a dimensão do instante-já da cena: o brilho do pelo, o

galope, o relincho, o cheiro de estrebaria, situando o leitor na fronteira entre o real, lógico, racional, imediato, explícito e uma intimidade secreta, revelando assim uma obra que não aborda fatos, mas sim sensações.

Considerando as diversas simbologias da imagem equina, na produção literária clariceana, o animal refere-se a um ser noturno e misterioso. A recorrência da representação da figura do cavalo, nos dois textos, está intimamente relacionada ao processo de subjetivação das narradoras. Portanto, são elementos simbólicos que acionam a virada epifânica das personagens, conduzindo-as a profundas indagações e inquietações que possibilitam redimensionar sua relação com o mundo/com o outro e consigo mesmas. O que por sua vez, produz sentidos que propõem, por meio da interface homem/animal, problematizar o próprio limite do homem.

Ser humano e animal integram o meio ambiente, por isso, um está imbricado no outro com suas necessidades, exigências e ações, constituindo um espaço de interconexões, espaço este que encontra na literatura campo fértil para representar a conexão humana x animal.

Assim, defende-se que, embora tratem-se de personagens distintas com personalidades alternadas e multifacetadas, as duas narradoras trazem consigo um elo que as liga: a figura do cavalo e toda a carga semântica de sua simbologia.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BIEDERMANN, Hans. **Dicionário ilustrado de símbolos**. Trad. Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1993.

CANDIDO, Antonio. **Na sala de aula**: caderno de análise literária. São Paulo: Ática, 2009.

_____. No raiar de Clarice Lispector. In **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CHEVALIER, Jean. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 13 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.

JOSÉ, Elias. **Anotações sobre “Água Viva”**. CL 22 pit/CFRB/RJ. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, s/d.

LERNER, Julio. **Clarice Lispector**: essa desconhecida. São Paulo: Via Lettera, 2007.

LISPECTOR, Clarice. **Água viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. Seco estudo de cavalos. In **Onde estivestes de noite**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MACIEL, Maria Esther. **Literatura e animalidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NASCIMENTO, Evandro. **Clarice Lispector: uma literatura pensante**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SOUSA, Carlos Mendes de. **Clarice Lispector: figuras da escrita**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2012.

DUDA



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FeLV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

EDU



Macho, castrado, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FeLV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

“Na lista de prioridades do país, não tem lugar para os animais”: Leitura ecocrítica do romance *Desonra*, de J. M. Coetzee

Ana Maria Soares Zukoski (UEM)

Elda Firmo Braga (UERJ)

Evely Vânia Libanori (UEM)

Eles nos dão a honra de nos tratar como deuses, e nós correspondemos tratando os bichos como coisas.

(COETZEE, 2015)

Considerações iniciais

Dentre os grupos considerados como “minorias”, a questão dos animais não humanos é de longe a problemática mais marginalizada e a que menos recebe atenção, seja no âmbito político, social ou cultural. Na Literatura, os estudos sobre os animais ganharam mais visibilidade com a Ecocrítica. O primeiro registro escrito deste termo apareceu no ensaio “Literatura e ecologia – um experimento em Ecocrítica”¹² de William Rueckert, texto publicado em 1976. Trata-se de uma metodologia de análise de textos ficcionais, alicerçada no “emprego da ecologia e seus conceitos ecológicos” (RUECKERT, 1996, p.107), que busca estabelecer diálogos interdisciplinares com diferentes abordagens¹³ para desenvolver uma crítica literária a partir de uma perspectiva ecológica.

Cheryll Glotfelty conceitua Ecocrítica como “o estudo da relação entre a literatura e o meio-ambiente físico. [...] adota uma aproximação aos textos literários centrados na terra.”¹⁴ (GLOTFELTY, 2010, p.54). Para Greg Garrard, a Ecocrítica coloca em pauta a questão do meio ambiente e, conseqüentemente, a dos animais; sendo assim, esta metodologia se volta para compreensão da “relação entre o humano e o não humano, ao longo de toda a história cultural humana.” (GARRARD, 2006, p.16). Os estudos orientados por referida ótica focalizam também a maneira pela qual os animais não humanos são representados por meio do olhar humano, via de regra, opressor e explorador.

¹² No original: “Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism”.

¹³ Tais abordagens são nomeadas como “posturas” por Garrard (2006). Dentre várias, este autor destaca o cornucopianismo, o ambientalismo, a ecologia profunda, o ecofeminismo, a ecologia social, a ecofilosofia etc.

¹⁴ “el estudio de la relación entre la literatura y el medio ambiente físico. [...] adopta una aproximación a los textos literarios centrados en la tierra.” Este texto foi escrito em inglês e, originalmente, se encontra em: GLOTFELTY, Cheryll. Introduction-literary studies in an age of environmental crisis. In GLOTFELTY, Cheryll & FROMM, Harold; eds. The ecocriticism reader – landmarks in literary ecology. Athens / London: Univ. of Georgia Press, 1996. Aqui, foi utilizada a tradução, para o espanhol, de Diana Villanueva Romero (2010).

No entendimento de Garrard (2006), a Ecocrítica é considerada, ainda, como “uma modalidade de análise confessadamente política” (p.14). Não teria como ser diferente, pois quando se lida com estruturas de poder culturalmente construídas na sociedade, todo posicionamento, principalmente aqueles que destoam do padrão, é dotado de caráter político-ideológico. Isso se aplica, também, a outros movimentos cujas minorias são motivos de suas preocupações, como é o caso do feminismo, do movimento negro, entre outros. Para o autor, a ideia de supremacia humana é assentada nos ideais de Descartes, o qual classificava os animais não humanos por meio das leis mecânicas, atribuindo-lhes características de máquinas. Essa visão implica na ideia dos animais não humanos como seres desprovidos de sentimentos e/ou sensibilidade como, por exemplo, medo e dor. Em Fritjof Capra, encontra-se a seguinte consideração sobre a permanência de uma perspectiva mecanicista de mundo baseada nas concepções de Descartes:

...dominou a nossa cultura por várias centenas de anos, durante as quais modelou nossa moderna sociedade ocidental e influenciou significativamente o restante do mundo. Esse paradigma consiste em várias ideias e valores entrincheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, a visão do corpo humano como uma máquina, a visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso material ilimitado, a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico... (CAPRA, 1996, p.16).

Desse modo, embora a ciência pós-Descartes tenha se desenvolvido e verificado a não autenticidade dos postulados deste filósofo, a ideia da superioridade humana não foi totalmente desfeita até os dias de hoje.

Sônia Felipe, uma das pioneiras dos estudos sobre a Ética Animal no Brasil, levanta um debate sobre a questão do papel da religião e os deveres morais, que são destinados apenas aos humanos:

O esforço dos filósofos morais tradicionais para preservar princípios distintos, uns, quando definem deveres morais em relação a sujeitos humanos, e outros, quando estabelecem que animais não humanos devem ser excluídos da comunidade moral, encontra, ainda hoje, justificações de ordem religiosa. Essas justificações expressam a convicção do homem em relação ao lugar privilegiado que insiste em afirmar que ocupa na ordem da vida [...] Se a ética busca fundamentos na religião, deve, por uma questão de coerência, fundar todos os seus juízos na doutrina religiosa adotada. Com isso, deixa de ser, então, uma reflexão racional para princípios morais que pretende estabelecer como válidos (FELIPE, 2007, p.56-57).

Felipe (2007) aponta a manutenção de valores distorcidos cujas convicções morais tradicionais mantêm excluídos, de seus preceitos, os deveres morais para com os animais não humanos. Ao buscar respaldo na religião, esses códigos adquirem um caráter dogmático e reafirmam uma visão de superioridade humana diante dos não humanos, como se pode perceber também na seguinte declaração de Keith Thomas: “todo animal estava [...] destinado a servir de algum propósito humano, se não prático, pelo menos moral ou estético [...] todas as espécies inferiores tinham sido feitas para servir os propósitos humanos” (THOMAS, 1989, p.24). No entanto, esta ordenação por si só não se sustenta porque não apresenta possíveis justificativas empíricas e/ou mesmo racionais e, tampouco, argumentos plausíveis com o intuito de estabelecer parâmetros hierárquicos para dar legitimidade à exploração humana dos seres não humanos.

No ponto de vista da ecofeminista Daniela Rosendo, estruturas conceituais utilizadas para legitimar a soberania humana em relação a outros seres vivos não carregam em seu âmago a opressão; no entanto, elas acabam por se transformar em instâncias opressoras sendo “usadas para explicar, manter e ‘justificar’ as relações de dominação e subordinação injustificadas” (2012, p.39). A maneira como as relações sociais são conduzidas acaba por produzir ou reforçar os binarismos: “dois termos mutuamente excludentes, mas hierárquicos” (BONNICI, 2011, p.33). Nesta sobreposição, o dualismo humano/animal estabelece a superioridade humana e traça uma linha divisória impossível de se ultrapassar. A consequência de tal dicotomia é o entendimento de que os humanos não precisariam se preocupar por tratar eticamente os animais.

Maria Esther Maciel, pesquisadora de zoopoética, aponta que o filósofo Jacques Derrida “questiona as dicotomias legitimadas pelo pensamento ocidental em torno das diferenças hierarquizantes entre a espécie humana e as outras espécies, em um movimento de desconstrução dos chamados ‘próprios do homem’” (2016, p.36). A expressão ‘próprios do homem’ teria relação com as capacidades envolvidas na linguagem, pensamento, fala, riso, consciência da morte, dentre outras, utilizadas para ratificar a cisão entre homem e animal não humanos e igualmente validar a violência humana contra os animais.

Exige-se dos animais não humanos a compreensão da linguagem humana, entretanto não há um esforço na direção contrária, isto é, os humanos, em sua grande maioria, não buscam compreender as diferentes formas de comunicação utilizadas pelos animais não humanos a exemplo de seus gestos e de seu olhar, como aponta Maciel ao registrar: “a existência de possíveis outras formas de linguagem através das quais os animais se

comunicariam com seus pares e com os viventes de outras espécies, incluindo a humana.” (MACIEL, 2016, p.40). O tratamento dispensado aos animais se assemelha àquele destinado aos humanos que foram colonizados. Os colonizadores, tidos como superiores, desconsideravam a língua dos vistos como inferiores. Algo semelhante acontece a respeito dos animais não humanos, pois o humano não tem interesse em se deslocar de seu “pedestal” – lugar de infinitos privilégios em comparação a todos os seres pertencentes ao reino animal – para tentar compreender o “outro”.

Nos tempos atuais, a alteridade animal e a relação ser humano/animal têm sido pensadas na Filosofia, mais propriamente dito no campo da Ética. Surge então a Ética Animal, que é, nas palavras de Fascina e Libanori (2016):

o ramo da Filosofia preocupado em teorizar as relações entre os seres humanos e os animais tendo como ponto de partida uma perspectiva ética, isto é, a que leva em consideração todos aqueles que serão atingidos pelas ações humanas, no caso, os animais. A Ética Animal engloba uma série de saberes cujo intuito é modificar a maneira como nos relacionamos com os animais. Alguns desses saberes são: direitos animais, lei animal, construção de identidade humana e animal [...] e especismo. (p.196)

Assim, a Ética Animal visa justamente contrapor aquela ótica que dispensa a necessidade de cultivar princípios éticos e morais para com os não humanos. Evidencia-se, portanto, uma revalorização dos animais não humanos. Estes deixam de ser considerados como coisas e/ou objetos e, desse modo, a hierarquização, justificada para a exploração (em todos os níveis, inclusive no consumo dos cadáveres) dos animais não humanos, é rompida.

À vista disso, o presente trabalho se propõe a estudar como os animais não humanos são representados em *Desonra*, romance do sul-africano J. M. Coetzee (1999), narrativa que tem como cenário tanto o espaço urbano como o rural do país natal deste autor. A análise da referida obra dividir-se-á em dois momentos: o primeiro abordará especificamente a questão da exploração e o modo de os humanos se enxergarem como superiores aos animais não humanos, atentando-se para aspectos como especismo, crueldade e mercantilismo; já o segundo irá se deter em David Lurie cuja personagem possui uma relação conflituosa com os animais não humanos, em alguns momentos parece ascender para um suposto rompimento com a visão especista, sem contudo se concretizar de fato. Um foco privilegiado em tal personagem justifica-se pelo fato de o tratamento dado por ele aos animais não humanos ser diferenciado, chegando a levantar a hipótese de eles possuírem alma.

Convém destacar ainda que, por se tratar de uma abordagem metodológica com um caráter interdisciplinar, o estudo aqui proposto, a partir de um prisma ecocrítico, tem como respaldo, no campo filosófico, a “Ética Animal” (FELIPE, 2007) e, no âmbito investigativo, os “Estudos Animais” (MACIEL, 2016).

Sociedade e os animais não humanos: uma relação de exploração

Em *Desonra*, de J. M. Coetzee, as personagens humanas dividem os animais em duas categorias: os passíveis de comercialização e os domésticos. O primeiro grupo é explorado para fins lucrativos e o segundo é condenado ao abandono e à marginalização. A postura adotada pelas personagens é consoante à praticada pelos humanos nas sociedades, sobretudo nas capitalistas. Tal comportamento reflete que “o gosto pela acumulação de riquezas [...] tem superado o gosto pelo aperfeiçoamento moral dos seres humanos, estejam esses na condição de produtores ou de consumidores.” (FELIPE, 2007, p.42). O dinheiro prevalece perante a consciência moral e as piores consequências são sofridas por seres atados pelas amarras da escravidão: os animais não humanos.

A diferença de classificação dos animais não humanos de acordo com a sua ‘funcionalidade’ perpassa o romance:

Ela lhe mostra o hotel para cães. Da última vez que esteve ali havia apenas um compartimento. Agora são cinco, sólidos, com base de concreto, postes e barras galvanizadas, e tela resistente, à sombra de eucaliptos novos. Os cachorros ficam excitados com ela: dobermanns, pastores alemães, ridgebacks, bull terriers, rottweilers. “Todos cães de guarda”, ela diz. “Cães de trabalho, estadias curtas – duas semanas, uma semana, às vezes só um fim de semana. Os de estimação vêm mais durante as férias de verão”. (COETZEE, 2015, p.73).

Ambas as ‘categorias’ de não humanos são exploradas, pois o ‘hotel para cães’ de Lucy é uma forma de se obter um retorno financeiro. Ela mantém os animais presos e alimentados em troca de dinheiro, logo o cuidado a eles dispensado é um de seus meios de vida. Os cachorros recebem duas classificações diferentes: de guarda e de estimação. Neste ambiente, os cães de guarda, por terem uma “funcionalidade”, permanecem menos tempo no hotel; sugerindo que eles precisariam passar mais tempo “trabalhando” para seus humanos, isto é, sendo explorados. Os de estimação, por sua vez, possuem “utilidade” apenas para enaltecer o ego de seus tutores, sendo eles reduzidos à condição de objetos e excluídos de atividades prazerosas como as férias de verão. Embora não aconteça o mau trato fisicamente, os animais não humanos demonstram querer gozar de liberdade: “Continuam caminhando, os

cachorros forçando para se soltar, a cadela andando devagar atrás, ofegante.” (COETZEE, 2015, p.82). A força utilizada para tentar se soltarem é significativa, pois evidencia o desejo deles de recuperar a liberdade roubada pelos humanos.

A diferenciação realizada com base na exploração dos animais não humanos também se manifesta quando os humanos procuram ‘A Liga pelo Bem-estar dos Animais’, uma espécie de entidade beneficente, que tenta se manter mesmo sem receber os recursos governamentais.

Os animais de que cuidam na clínica são principalmente cachorros, com menor frequência gatos; para o gado, a Aldeia D parece ter seus próprios conhecimentos veterinários, sua própria farmácia, seus próprios curandeiros. Os cachorros que aparecem sofrem de diarreia, fraturas, mordidas infeccionadas, sarna, negligência, [...] desnutrição, parasitas intestinais. (COETZEE, 2015, p.161-162).

Os animais não humanos explorados com objetivos comerciais, como é o caso do gado, não são levados à clínica. Isso sugere que quando se é do interesse humano, o cuidado com a saúde e a sobrevivência do não humano é atendida. Não por uma questão de princípios morais para com o outro, mas sim visando os lucros a serem obtidos com a vida e exploração destes seres.

Neste cenário, onde o grau de importância atribuído, pelo ser humano, aos animais não humanos está atrelado aos interesses comerciais daqueles, os cachorros não são valorizados. São eles vítimas de diferentes enfermidades. Quando são levados à clínica, na maioria das vezes, é unicamente para serem “sacrificados¹⁵”. Dentre todos os sofrimentos elencadas na narrativa, destaca-se a questão da negligência humana para com os animais não humanos.

Diante desta suposta supremacia humana, nas palavras de Rosendo (2012), “a superioridade moral dos humanos [...] se existe, não justifica a dominação por si só. Pelo contrário, poder-se-ia argumentar que tal superioridade moral impõe responsabilidades aos humanos para com outros menos capazes” (p.44). A displicência humana é paradoxal a sua própria percepção de figura dominadora, mas isso não afeta a sua integridade moral, pois insiste em continuar não se importando com os animais, enxergando-os exclusivamente como mercadorias: “Não é uma sociedade a que pense juntar-se. Mas quando está ali, eles também

¹⁵ Utilizamos aqui a palavra sacrifício entre aspas devido ao seu significado no senso comum, quando se refere ao assassinato de animais que estão em estado extremo de sofrimento. Contudo, não concordamos que seja de fato um “sacrifício” uma vez que para que esse ritual aconteça é necessário que aquele que for sacrificado esteja de acordo, ou seja, de livre vontade, e não é o caso dos animais não humanos. Dessa forma, doravante utilizaremos o vocábulo eutanásia para nos referirmos a essa ação.

estão; e se o que ele traz não lhes interessa, é porque os pedaços de um cachorro morto não servem nem para vender, nem para comer.” (COETZEE, 2015, p.165-166). Portanto, os animais não humanos só adquirem valor junto ao olhar humano no momento no qual podem favorecê-los. Se ao invés de cachorros fossem cadáveres de outros animais como porcos, bois ou galinhas, vistos pelos humanos como mercadoria passível tanto de venda como de consumo, com certeza haveria interesse e a sociedade juntar-se-ia para explorar esses corpos.

A respeito da exploração para consumo dos animais não humanos, na visão de Carol Adams (2012), “o consumo de carne é o meio mais frequente pelo qual interagimos com os animais” (p.78); comprovando, assim, o quão indigna é a relação entre humanos e animais não humanos. Adams também aborda sobre o conceito de referente ausente: “pode ser qualquer coisa cujo significado original é solapado, ao ser absorvido em uma hierarquia de significado diferente” (2012, p.80). Ao assassinar os animais não humanos e criar uma imagem diferente para o cadáver, ele passa a ser um referente ausente, isto é, ao atribuir eufemismos como carne e nomeá-las, distancia-se o animal morto como referente: “os animais com nome e corpo tornam-se ausentes *como animais* para que a carne exista”. (ADAMS, 2012, p.79, grifos da autora). O incômodo provocado pela plena consciência da morte de um animal poderia gerar desconforto, por isso as pessoas preferem não refletir sobre o assunto, como é o caso de David, em um primeiro momento, uma vez que sua opinião transformar-se-á ao longo da obra:

‘Acho que não gosto do jeito de ele fazer as coisas, essa história de trazer os bichos para casa, essa proximidade com as pessoas que vão comer a carne deles depois.’

‘O que você queria? Que o abate fosse feito em um matadouro, assim você não precisava pensar nisso?’

‘É’. (COETZEE, 2015, p.142).

Ao se referir aos matadouros, uma vez mais o romance em estudo estabelece fortes relações com a sociedade, pois não é sem motivo estarem estes sanguinários recintos localizados em zonas afastadas das cidades e do público consumidor, intencionando não provocar reflexões sobre a escravidão dos animais não humanos ou ainda promover uma consciência tranquila dos humanos acerca dessa questão. A cotidiana crueldade presente nos matadouros, se exposta aos olhos humanos, poderia diminuir o consumo e, conseqüentemente, o faturamento proveniente da morte de animais não humanos. Entretanto, o egoísmo impede os humanos de pensar sobre o sofrimento alheio, acerca de uma vida ceifada, um cadáver destinado à satisfação momentânea do paladar, por isso “optamos por

referenciais menos inquietantes, não só fazendo com que os nomes dos animais sejam substituídos por nomes de carne como também cozinhando, temperando e cobrindo com molhos os animais, disfarçando sua natureza original.” (ADAMS, 2012, p.87).

Além da profanação do cadáver, consumido como refeição, os animais não humanos são mutilados de todas as formas que a mente humana consegue imaginar, começando por objetificá-los, tirando sua autonomia: “Carneiros não são donos de si mesmos, não são donos da própria vida. Existem para serem usados até a última gota, a carne comida, os ossos moídos e dados às galinhas. Não sobra nada, a não ser talvez a vesícula biliar que ninguém come.” (COETZEE, 2015, p.142). O especismo é latente nessa visão a qual coloca a existência do carneiro apenas para satisfazer os caprichos humanos. Por especismo entende-se “uma grave forma de opressão e constitui a ideia de superioridade entre espécies, uma ironia, se considerarmos o imenso número de espécies animais.” (SARAIVA, 2016, p.46). À vista disso, esse retalhamento do animal não humano, justificado por uma visão preconceituosa, mostra o quão marginalizadas essas vidas se encontram, sofrendo restrição de sua autonomia, liberdade, direitos, entre outros.

O especismo e sua crença na superioridade humana, além de justificar a exploração, é utilizado para validar o abuso, como é o caso da caça aos animais, tomada como esporte. Tem-se a ideia de que o simples fato de alguém ter nascido como um ser humano respaldaria a sua decisão sobre qual animal merece ou não ter sua vida preservada.

Agora o homem alto aparece ali na frente, com o rifle. [...] Ouve-se uma pesada explosão; sangue e pedaços de cérebro se espalham pelo compartimento. Por um momento, cessam os latidos. O homem atira mais duas vezes. Um cachorro, atingido no peito, morre instantaneamente; outro, com uma ferida aberta no pescoço, senta-se pesadamente, baixa as orelhas e acompanha com os olhos os movimentos desse ser que não se dá ao trabalho de administrar um *coup de grâce*. [...] Sem pressa entre um tiro e outro, o homem acerta todos. (COETZEE, 2015, p.111, grifos do autor).

O excerto flagra o alto nível no qual a crueldade humana pode chegar. Os cachorros encontravam-se presos no hotel, portanto, eles não ofereciam resistência alguma ou qualquer obstáculo para o ladrão, o que enfatiza a não necessidade de lhes imputar a morte. Sem qualquer justificativa ou motivação, o homem assassina todos os cachorros, um a um, não os poupando de uma morte dolorosa e lenta, como sugere o fato de ele não dar sequer um tiro de misericórdia. Ao chacinar os cachorros, evidencia-se a necessidade humana de se colocar como superior, demonstrando ter o poder absoluto sobre a vida dos animais não humanos.

A violência e os abusos cometidos contra os animais são discutidos por Derrida: “Ninguém mais pode negar seriamente e por muito tempo que os homens fazem de tudo o que podem para dissimular essa crueldade, para organizar [...] o esquecimento [...] dessa violência que [...] poderiam comparar aos piores genocídios.” (DERRIDA, 2002, p.2). Dessa forma, fica notório que existe, por um lado, a preocupação por seguir utilizando todos os possíveis recursos para invisibilizar a violência contra os não humanos e, por outro, a permanência de determinadas estruturas conceituais criadas para validar uma noção de supremacia humana em relação aos não humanos. Sendo assim, a crença nessa suposta superioridade implica em tornar os seres humanos cada vez mais insensíveis a condição de vida dos animais não humanos.

2. David Lurie e os animais não humanos: de uma visão completamente especista à crença da alma animal não humana

O romance *Desonra* nos apresenta David Lurie. Esta personagem, ao longo da narrativa, estabelece uma relação diferenciada com os animais não humanos. Sua trajetória é oscilante, inicialmente ele tem uma visão especista, contudo o trabalho voluntário realizado na ‘Liga pelo Bem-Estar dos Animais’ proporciona um descortinamento em sua ótica e o modifica parcialmente.

A problemática do especismo é bastante complexa, pois não se constitui como “fonte mas sim o sintoma de opressão em que residem as relações materiais hierárquicas, através do poder e do capital [...] acumulados por meio da exploração animal.” (WEITZENFELD; JOY, 2013, p.20, tradução nossa¹⁶). Ao manifestar aspectos especistas, percebe-se o reflexo do constructo social no sentido de validar a subordinação dos animais não humanos. Tais feições podem se manifestar de inúmeras formas. No caso de David, percebe-se, nas páginas iniciais da narrativa, sua ironia e predileção pelo consumo de carne: ““Eu gosto de animais? Eu como animais, logo, devo gostar deles, sim, de algumas partes deles’.” (COETZEE, 2015, p.96). Constata-se, no discurso da personagem, certo desprezo pelos animais, como se esses somente existissem para servir de alimento aos humanos. David também compartilha da ideologia especista quando ressalta a diferença existente entre humanos e animais não humanos:

Quanto aos animais, claro, vamos ser bons com eles. Mas não vamos perder a proporção das coisas. Na criação nós somos de uma ordem diferente dos animais. Não necessariamente superior, mas diferente. Portanto, se vamos

¹⁶ Texto original em inglês: “The source but the symptom of oppression that lies in hierarchical material relationships whereby power and capital [...] are accumulated through the exploitation of animals.”

ser bons, que seja por simples generosidade, não porque nos sentimos culpados ou temos medo da vingança. (COETZEE, 2015, p.87).

David não se afirma como superior, não de forma veemente; não obstante, ao enfatizar a diferença entre humanos e não humanos, pode-se pressupor que a personagem se associa a uma disseminada ideia acerca da superioridade humana em relação a outros seres. Segundo Rosendo (2012) o “pensamento de valor hierárquico legitima a desigualdade ao invés de afirmar somente que existe a diversidade” (p.40). A sentença “perder a proporção das coisas” corrobora com uma predominante perspectiva humana em detrimento dos não humanos. Aqui, a personagem utiliza a diversidade para legitimar a superioridade. Entretanto, o contato com os animais, sobretudo os cachorros eutanasiados na clínica, possibilitará a construção de uma nova imagem acerca dessas relações. Começar trabalhar na ‘Liga pelo Bem-Estar dos Animais’ lhe possibilita perceber a extrema crueldade cujos animais não humanos são cotidianamente vítimas:

A Liga pelo Bem-Estar dos Animais, antes uma ativa entidade beneficente de Grahamstown, tivera de encerrar suas atividades. Porém, um punhado de voluntários liderados por Bev Shaw, ainda mantém uma clínica no antigo endereço. Ele não tem nada contra os amantes de animais com que Lucy sempre esteve envolvida, desde sempre. O mundo sem dúvida seria um lugar pior sem eles. (COETZEE, 2015, p.84-85).

A ‘Liga pelo Bem-Estar dos Animais’ demonstra como a questão animal é totalmente desconsiderada pelos órgãos governamentais. A falta de verbas impossibilita a compra de materiais necessários e, com isso, a entidade somente funciona devido ao trabalho voluntário de pessoas simpatizantes com a causa animal, pois não há sequer proventos para o pagamento de salários. Ao reconhecer que o mundo seria um ‘lugar pior’ sem as pessoas as quais de alguma forma lutavam pelos animais, David começa a adquirir consciência a respeito da situação marginalizada e de exploração cujos animais não humanos são condenados por meio de “uma estrutura de argumentação que visa justificar a subordinação” (ROSENDO, 2012, p.40). Essa estrutura, pautada em uma lógica de dominação, justifica a relação de exploração e, igualmente, sustenta a ideia de submeter o ‘mais fraco’ ao ‘mais forte’.

As afirmações/justificativas utilizadas para relegar os animais a uma condição de inferioridade aos poucos são desconstruídas: “‘Pronto’, diz Bev Shaw. ‘Pense em coisas tranquilas, em coisas fortes. Eles farejam o que a gente pensa.’” (COETZEE, 2015, p.95). Mesmo desprovidos de uma linguagem conhecida pelo ser humano, os animais não humanos demonstram efetivamente possuírem consciência. De acordo com Sônia Felipe “Frey [...] não

considera que a consciência seja a evidência exclusiva da linguagem. É possível aceitar que um animal tenha consciência, ainda que não seja dotado de linguagem”. (2007, p.48). No caso dos cachorros eutanasiados, David percebe serem eles conhecedores de seu destino, embora não fossem capazes de expressar isso na linguagem humana.

O comportamento de David sofre modificações uma vez que ele passa a olhar para os animais não humanos de forma positivamente diferenciada, não os enxergando mais exclusivamente como objetos: “Ele entra na gaiola dela, fecha a porta ao passar. Ela levanta a cabeça, olha para ele, torna a deitar a cabeça; as velhas tetas pendendo flácidas. Ele se abaixa, agrada-lhe atrás das orelhas. [...] Deita-se ao lado dela no concreto nu do chão.” (COETZEE, 2015, p.91). Acerca da objetificação, Bonnici a define como “a maneira pela qual indivíduos ou grupo de indivíduos tratam os outros como objetos” (2007, p.192). Ao analisar a postura da personagem, é significativo o fato dele se deitar no chão junto com uma cachorra, pois se compreende de tal atitude, que ele finalmente desconstruiu uma ideia preconcebida sobre humanos e animais não humanos estarem em níveis diferenciados, superando a imagem destes como objetos, desobjetificando-os e admitindo a inexistência de motivos ou justificativas para o predomínio de um sob o outro.

A mudança da visão de David, para com os animais não humanos, manifesta-se de forma mais contundente nos seguintes momentos: no seu contato com dois carneiros a serem mortos em prol do churrasco oferecido pelo funcionário da fazenda e na convivência com os cachorros que serão eutanasiados na clínica.

A respeito dos carneiros, a posição de David oscila, demonstrando persistir em sua consciência alguns aspectos inculcados pelo especismo e lógica de dominação. No primeiro momento, o protagonista se compadece da situação dos animais não humanos: “Deverão ficar ali até o domingo de manhã, dois dias. Parece um jeito miserável de passar os dois últimos dias de vida. Coisas do campo – foi como Lucy chamou esse tipo de coisa. Ele tem outros nomes: indiferença, falta de coração.” (COETZEE, 2015, p.144). Ele não se anula diante do sofrimento dos animais, estes ficarão dois dias sem acesso tanto a alimentos quanto à água. Não bastando isso, há também uma reflexão sobre o destino final dos carneiros: morrer para satisfazer, por um curto tempo, o paladar humano. David alcança o entendimento acerca dos jogos de manipulação, pois se manter indiferente diante do eminente assassinato dos animais exige um esforço para não pensar acerca do assunto. A personagem também se dá conta da condição de escravidão na qual os animais não humanos se encontram enredados:

Ele pensou em comprar os carneiros de Petrus. Mas o que vai conseguir com isso? Petrus usaria o dinheiro para comprar outros animais para o abate e embolsaria a diferença. O que ele faria com os carneiros, quando os livrasse da escravidão? [...] Parecia ter nascido um vínculo entre ele e os dois persas, sem ele saber como. [...] Repentinamente e sem razão, a sorte dos dois passou a ser importante para ele. (COETZEE, 2015, p.144).

Além do reconhecimento de que a situação dos animais não humanos é uma espécie de escravidão, David também constata ser a sociedade onde ele está inserido uma armadilha sem escapatória, pois é movida pelo dinheiro e considera os animais somente na condição de algo para ser explorado. Isso é refletido pela angústia de David, ele chega a cogitar a possibilidade de comprar os dois carneiros para libertá-los, porquanto o capitalismo permite a atribuição de valores financeiros as vidas, mas percebe não ter a possibilidade de alforriá-los por completo da escravidão. Há ainda de se considerar que o mesmo dinheiro empregado para comprar a liberdade destes carneiros, muito provavelmente, seria utilizado para escravizar outros animais não humanos, sem conseguir romper, desse modo, com o círculo vicioso de exploração animal.

O posicionamento de David oscila quando mesmo consciente dessa situação ele se alimenta da carne dos carneiros: “O prato que está segurando contém dois pedaços de carneiro, uma batata assada, uma concha de arroz banhado em molho, uma fatia de abóbora. [...] Vou comer isto aqui, ele diz para si mesmo. Vou comer isto aqui e pedir perdão depois.” (COETZEE, 2015, p.149-150). O ‘isto’ referido por David é justamente os pedaços dos carneiros. Mesmo consumindo esses animais, a postura do protagonista já não é mais a mesma, porque a culpa agora o acompanha, pois “não se come carne sem a morte de um animal” (ADAMS, 2012, p.79); conseqüentemente, ao consumir carne, além de responsável, passa a ser cúmplice do assassinato de uma vida. Entender a perspectiva especista e mudar os comportamentos não se trata de algo simples, por isso é compreensível o deslize de David, mas também é notável o fato de a culpa se fazer presente, porque demonstra que lentamente a personagem pode alçar uma construção mais integral dessa nova visão.

A segunda relação estabelecida por David denota uma transformação construída a partir dos momentos antecedentes a eutanásia, pautada pela decisão de dar um final mais digno aos corpos dos cachorros. As eutanásias o atingem de uma forma muito mais forte do que ele esperava:

Achou que ia acabar se acostumando. Mas não é isso que acontece. Quanto mais mortes ajuda, mais nervoso fica. Numa noite de domingo, ao voltar para casa dirigindo a Kombi de Lucy, chega a ter de parar no acostamento

para se recuperar. As lágrimas lhe correm pelo rosto sem que possa controlar, as mãos tremem.

Não entende o que está lhe acontecendo. Até agora havia sido sempre mais ou menos indiferente a animais. (COETZEE, 2015, p.162).

As sucessivas mortes que David assiste acontecem da forma menos dolorosa possível, entretanto, eutanasiar os animais não humanos, mesmo sabendo serem eles vítimas constantes do sofrimento causado pelos humanos, afeta imensamente a personagem. Sem entender completamente a transformação pela qual está passando, questiona-se sobre seus sentimentos, compreendendo o quão insensível era em não se atentar para a questão dos animais não humanos. Ocorre o entendimento da inexistência da possibilidade de acostumar-se com o sofrimento dos animais, porquanto se percebe a vida miserável levada por eles.

Além da eutanásia, compete a David dar um destino final aos corpos dos cães: “Na primeira segunda-feira, deixou que eles fizessem a incineração. [...] os funcionários começaram a bater nos sacos com o cabo das pás antes de carregá-los, para quebrar os membros rígidos. Foi quando ele interveio e passou a fazer ele mesmo o trabalho.” (COETZEE, 2015, p.164-165). Embora não sintam mais dor, mesmo mortos os animais não humanos são maltratados. O protagonista não aceita a mutilação dos cadáveres, porque apesar de não se tratar de um humano, não há a necessidade de desonrar aqueles corpos, pois um dia foram eles dotados de vida. Para evitar que isso acontecesse, David passa a se ocupar também pela incineração dos cachorros mortos:

Seria mais simples colocar os sacos no carrinho do incinerador logo depois da sessão e deixá-los ali para o pessoal da incineração cuidar deles. Mas isso significaria deixá-los no depósito junto com o lixo do fim de semana. [...] Ele não tem coragem de impor essa desonra aos cachorros. [...] Lá, ele próprio os descarrega, um de cada vez, para o carrinho de transporte, liga o mecanismo [...] enquanto os funcionários cuja função é fazer exatamente isso ficam olhando. (COETZEE, 2015, p.164).

Chama atenção, no fragmento anterior, o fato de David descarregar os cachorros “um de cada vez”, implicando em uma não generalização dos animais não humanos, reconhecendo o valor individual, a singularidade de cada cachorro e dedicando-lhe um final mais digno. Não deixar os corpos abandonados junto com os resíduos evidencia o reconhecimento da personagem do valor dos animais não humanos, pois não se reduzem a objetos para ficarem abandonados em meio lixo.

As atitudes de David para com os animais não humanos mortos, a partir da visão especista, refletem que “ele preserva a honra dos cadáveres porque nenhum outro idiota se

dispõe a fazer isso. Isso é o que está virando: idiota, maluco, miolo mole.” (COETZEE, 2015, p.166). A sociedade, com o intuito de manter as relações de poder do modo como se encontram, opta pela depreciação da sanidade mental daqueles que conseguem desvencilhar-se das armadilhas, sociais, culturais e discursivas que impelem a crer na superioridade humana. Por isso, os adjetivos atribuídos a David são pejorativos e depreciativos.

O ápice da transformação de David ocorre quando ele começa a acreditar na possibilidade de os animais não humanos também possuírem alma: “Algo acontece naquela sala, algo não mencionável: ali a alma é arrancada do corpo; paira brevemente no ar, se torcendo e contorcendo; depois é sugada para longe e desaparece.” (COETZEE, 2015, p.246). Ao atribuir alma aos animais, a personagem consegue romper com uma das justificativas mais contundentes para uma hierarquização baseada na noção de superioridade humana perante os animais não humanos, geralmente considerados como inferiores.

Denota, também, que sua visão especista foi suplantada por uma ideia de igualdade entre espécies e assim, ele passa a compartilhar uma ótica semelhante à de sua filha Lucy: “A única vida que existe é esta aqui. Que a gente reparte com os animais. [...] Repartir alguns dos nossos privilégios humanos com os bichos. Não quero voltar numa outra vida como cachorro ou como porco para viver como [...] vivem com a gente agora.” (COETZEE, 2015, p.86). Evidencia-se a transformação da visão de David.

A personagem demonstra compreender melhor o sofrimento dos animais e percebe o uso humano de sua posição de privilegiado para se sobrepor e se auto afirmar como superior a aqueles. Nesse sentido, Felipe declara que “a filosofia moral tradicional estabelece dois pesos e duas medidas, um para tratar dos seres humanos, outro para tratar dos animais.” (2007, p.54). Apesar de a vida ser única, ao invés de compartilhar o seu espaço com outros seres, o ser humano, em geral, prefere se valer de determinados padrões de desigualdade para afirmar a sua superioridade.

Considerações finais

Ao tomarmos como parâmetro a narrativa estudada e as questões arroladas acerca da relação entre humanos e animal não humanos, salta aos olhos o quão necessário se faz promover mais discussões acerca das questões animais. No romance *Desonra*, de J. M. Coetzee, a denúncia dessa situação é evidente, pois dentre tantas personagens, apenas um compreende a marginalização e começa olhar a para os animais a partir de outra perspectiva.

A transformação ocorrida com o protagonista permite ao leitor enxergar, através de seu olhar, os horrores promovidos pela sociedade no tocante aos que não pertencem a espécie humana.

O especismo, a crença na superioridade humana, o respaldo na religião e em uma ciência parcial são fatores muito difíceis de serem superados, porque juntos constituem uma forte cadeia de conceitos. Tais considerações tanto tentam justificar as crueldades contra os animais não humanos, quanto pretendem invisibilizá-los. Explorados em todos os níveis, os animais não humanos não conseguem lutar por si mesmos pelo fim de sua escravidão. Daí a necessidade de estudos como a Ecocrítica e a Ética Animal, que procuram resgatar os animais não humanos da invisibilidade e expor como os humanos estão arruinando a sua existência, pois do modo como são tratados, falar em uma vida é demasiada crueldade.

Referências

ADAMS, Carol. **A política sexual da carne**. São Paulo: Alaúde, 2012.

BONNICI, Thomas. **Teoria e Crítica Literária Feminista: conceitos e tendências**. 1ª reimpressão. Maringá: EdUEM, 2011.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

COETZEE, J. M. **Desonra**. Trad. José Rubens Siqueira. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. Trad. Fábio Landa. São Paulo: UNESP, 2002.

FASCINA, Diego Luiz Miiller; LIBANORI, Evely Vânia. Ética animal e construção de identidades em *Bicho*, de Caetano Veloso. In **Revista Estação Literária**, v. 17, p.194-204, 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/estacaoliteraria/article/view/34520/24202>>.

FELIPE, Sônia. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. Florianópolis: UASC, 2007.

GLOTFELTY, Cheryll. Los estudios literarios en la era de la crisis medioambiental. Trad. Julia de Varella Vidal. In FLYS JUNQUERA, Carmen; MARRERO HENRÍQUEZ, José Manuel; VARELLA VIDAL, Julia. (Org.). **Ecocríticas**. Literatura y medio ambiente. Madrid: Iberoamericana, 2010.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: UnB, 2006.

MACIEL, Maria Esther. **Literatura e animalidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ROSENDO, Daniela. **Ética sensível ao cuidado: Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**. 2012. 155p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103388/314919.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

RUECKERT, William. Literature and ecology: an experiment in Ecocriticism. Trad. inédita de Marcela Leite Medina. In GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (Org.). **The ecocriticism reader** – landmarks in literary ecology. Athens: Univ. of Georgia Press, 1996.

SARAIVA, Jefferson de Moura. **Retratos da violência: antropocentrismo e patriarcalismo em *Desonra*, de J.M. Coetzee**. 2016. 98p. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000207963>>.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. Trad. João Roberto Martins Filho. 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEITZENFELD, Adam; JOY, Melanie. An overview of anthropocentrism, humanism, and speciesism in Critical Animal Theory. In NOCELLA, Anthony et al. (Org.). **Defining Critical Animal Studies: An intersectional social justice approach for liberation**. New York: Peter Lang, 2013. p.3-27.

ESMERALDA



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

FÉLIX



Macho, castrado, pelo longo,
olhos verdes, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

**De marfim, memórias e lágrimas:
The white bone e a consciência dos elefantes**

Ângela Lamas Rodrigues (UEL)

Mundo de Marfim

*“–Eles não falam, não têm razão”,
um, dois, três, quatro patinhas no chão.
“–Máquina? Coisa? Besta? A mim não importa o que são,
mais vale o troféu: dentes na mira do facão”.
Um a cada quinze minutos. Mãe e filha,
uj
O mundo sem elefantes, um mundo de marfim,
muda a Terra: elefantinhos nas prateleiras.*

(A.L.Rodrigues)

*“I am moved by fancies that are curled
Around these images, and cling:
The notion of some infinitely gentle
Infinitely suffering thing”.*

(T. S. Eliot)

Apesar do crescente interesse pela representação dos animais nas artes, e na literatura em particular, poucos tópicos parecem tão insuficientemente elaborados.¹⁷ Pode-se dizer que a tarefa do crítico, mais do que nunca, parece esvaziada de sentido quando fala, de dentro da academia e para uma audiência restrita, dos horrores cometidos nos abatedouros, nos zoológicos, nas fazendas de produção, nos laboratórios, nas ruas e no confinamento dos lares: histórias de violência que o texto literário recria e que o crítico, por sua vez, já não pode ignorar. Se, em um passado não muito distante, os animais eram pouco observados pela crítica literária ou cerceados ao território da alegoria, na atualidade, as investigações sobre a representação dos animais valem-se de noções como as de pessoa, animalidade e corporalidade a fim de revisitar o antropocentrismo, o especismo, o lugar dos animais na imaginação humana e as relações de poder a que são, não raro, submetidos. Faz-se notar, portanto, o exame rigoroso da dicotomia humano/animal, num diálogo produtivo com teorias que questionaram o sujeito cartesiano, o humanismo antropocentrista e o racionalismo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. “A revolta cultural não existe sem uma cultura da revolta”, diz Durão (2016, p.19) em uma referência à relação entre inconformismo e Teoria de um lado, e de apatia e arrefecimento da produção teórica de outro. Em um mundo que produz um verdadeiro “holocausto animal” (COETZEE, 1997; DERRIDA, 2002) e que é

¹⁷ Apesar da sua incorreção, as palavras animal e animais serão utilizadas ao longo do texto preferencialmente à expressão animal não humano que, no limite, enfatiza uma negação-subtração indesejável neste contexto.

capaz, ao mesmo tempo, de torná-lo invisível, a cultura da revolta é primordial e o trabalho do crítico que se debruça sobre o problema, parece-me, uma ferramenta indispensável.¹⁸

Cabe lembrar que o estudo da representação dos animais na literatura é essencialmente interdisciplinar e bebe de fontes como a desconstrução derridiana, o pós-humanismo, o ecofeminismo, os estudos etológicos e outros campos do conhecimento, como bem sintetizou Esther Maciel em *Pensar/Escrever o animal* (2011, p.7). A respeito dos Estudos animais, Maciel é clara ao descrever a que veio esse campo de conhecimento. Trata-se de matéria que “gira em torno de dois grandes eixos de discussão: o que concerne ao animal propriamente dito e à chamada animalidade e o que se volta para as complexas e controversas relações entre homens e animais não humanos” (2011, p.7). O termo Estudos animais passou por importante revisão nos últimos anos, daí a preferência, neste estudo, pela terminação Estudos críticos sobre os animais (*Critical animal Studies - CAS*). Conforme definem Nocella II & all (2014, p.xxvi), “CAS é um campo radical e interdisciplinar ... engajado em uma política interseccional, de teoria para a ação, em solidariedade com movimentos que buscam abolir quaisquer sistemas de dominação” (minha tradução). Neste sentido, os Estudos críticos sobre os animais não se limitam à libertação animal: dedicam-se, também, à libertação do humano, a partir de uma perspectiva que confronta “exploração econômica, desigualdade de poder e controle ideológico” (MATSUOKA, SORENSON, 2018, p.1, minha tradução). Ou seja, os Estudos críticos sobre os animais partem da premissa de que a libertação “animal” está necessariamente vinculada à emancipação humana por meio da superação do capitalismo, das hierarquias e da injustiça social.¹⁹ Sua missão primordial é a contestação do especismo, termo cunhado em 1970 por Richard Ryder e cuja ideologia consiste em “justificar a dominação [humana] sobre outros animais e sua exploração econômica e comodificação” (MATSUOKA, SORENSON, 2018, p.1, minha tradução). Matsuoka e Sorenson (2018, p.2) enfatizam que uma das tarefas desse campo de estudos é o enfrentamento de crenças “que formam uma estrutura velada de violência e fazem com que as mais indescritíveis atrocidades pareçam uma

¹⁸ De acordo com o sítio *Animal equality*, 56 bilhões de animais são assassinados anualmente para consumo humano no mundo, excluindo-se animais aquáticos, que são medidos em toneladas. <<https://www.animalequality.net/food>>. Consultar, também, <<https://holocaustoanimalbrazil.blogspot.com>>.

¹⁹ Um bom exemplo da intersecção entre sistemas de opressão envolvendo diferentes espécies é o romance *Desonra* (2000), de J. M. Coetzee. Situado na África do Sul pós *Apartheid*, o romance retrata a violência que brota de complexas e arraigadas formas de poder e dominação. Assim, colonialismo, imperialismo, segregação racial, patriarcalismo, sexismo e especismo apresentam-se conectados, formando vítimas e opressores, cujos papéis enquanto tal dependem da sua posição hierárquica em determinado contexto. Os animais, como cachorros, cabras, entre outros, figuram como as vítimas por excelência do romance, tornando possível afirmar que, à exceção de uma única personagem, todos os demais humanos do romance, independentemente de raça, cor, posição social e sexo, são essencialmente especistas e exercem poder incontestado sobre as demais espécies.

parte aceitável do dia a dia” (minha tradução). Isso implica, entre outras coisas, subverter o antropocentrismo e desafiar os “conceitos de linguagem e corporalidade que tão rigidamente separam humanos e não humanos” (WALTHER, 2014, p.91, minha tradução). Cabe dizer que tais conceitos se alimentam do culto à razão no mundo ocidental, culto que tem suas raízes no estoicismo e no pensamento aristotélico e ganha formas específicas na Idade Média. Parece ter sido no Iluminismo, contudo, que se estabeleceu, efetivamente, o que Weitzenfeld e Joy (2014, p.5) denominam “humanismo antropocentrismo”, entendido em termos de um “[...] comprometimento ideológico de conceituar o ser humano acima do e contra o ser animal, e privilegiar a consciência e a liberdade humanas como o centro, o agente e o ápice da história e da existência” (minha tradução). Em *Defining critical animal studies*, os críticos explicam o humanismo iluminista – que difere dos pensamentos humanistas elaborados desde a antiguidade – em termos de “um sistema de crenças que define os seres humanos como ontologicamente livres através de uma essência universalmente compartilhada, como é o caso da razão, e os considera fonte de conhecimento e valor” (WEITZENFELD; JOY, 2014, p.4, minha tradução). Seja como for, é seguro dizer que “[existe uma] história de repúdio [para com os animais] que deriva de uma ‘filosofia ocidental ... desenvolvida e praticada por homens brancos privilegiados ... homens que incluem Aristóteles, Hegel, Descartes, Heidegger e Lacan, para citar apenas alguns” (ARSENEAULT, 2012, p.5, minha tradução). São filósofos, como destaca Derrida (2002, p.33), que não consideraram “na arquitetura teórica ou filosófica de seus discursos, a experiência do animal que vê, do animal que os observa. Em suma, eles tanto a negaram quanto a desconhecaram”.²⁰

Na contramão de práticas e discursos centrados no racionalismo e na subjetividade humana, as últimas décadas testemunharam um fortalecimento significativo da discussão acerca do caráter tendencioso de textos que relegam outras espécies animais a um plano de inferioridade. Notadamente, na obra *Environmental culture: the ecological crisis of reason*, Val Plumwood (2002, p.18) define o racionalismo ocidental em termos de uma “doutrina sobre a razão, seu lugar no ápice da vida humana e a prática de construção contrária a seus ‘outros’, particularmente o corpo e a natureza” (minha tradução). A crise ecológica de que trata a autora consiste, portanto, na “crise de uma ‘mente’ cultural que não pode reconhecer e

²⁰ O próprio Derrida parece ter incorrido no erro metafísico de delegar aos animais um status inferior aos humanos. No entanto, independentemente de possíveis contradições em sua obra no que se refere a esta questão em particular, os textos e passagens que utilizo nesta análise parecem-me mais que pertinentes, por alcançarem a complexidade do tema e, no limite, contribuírem para a construção de um saber político acerca da questão animal no ocidente. Para uma crítica ao pensamento de Derrida, consultar Steiner, 2005, p.220-222 e Fontenay, 1998, p.715.

se adaptar, de maneira apropriada, ao seu ‘corpo’ material, base de sustentação encarnada e ecológica da qual depende na contra-esfera, longamente negada, da natureza” (PLUMWOOD, 2005, p.15, minha tradução). Em oposição frontal a “formas dominantes de racionalidade”, que condenam, em seu monologismo, a sobrevivência de humanos e não humanos, Plumwood (2005, p.168) defende a construção de uma ética dialógica interespecies que rechace a centralidade humana, típica dos discursos antropocêntricos, bem como a “dualidade humano/natureza” (minha tradução). Sua crítica ao pensamento dual e ao racionalismo como doutrina leva, fatalmente, a uma definição do antropocentrismo ocidental em termos de um pensar que delinea o humano a partir do contraste com uma “natureza plástica, passiva e ‘morta’” (PLUMWOOD, 2005, p.107, minha tradução). Tal dualidade, que pode ser traçada em termos de uma “poética da arrogância” (PLUMWOOD 2005, p.189, minha tradução), deve ser entendida como o cerne de um conjunto de práticas que culminam, hoje, na devastação do planeta e que permitiram, ao longo da história, que a crueldade e a indiferença constituíssem a tônica do tratamento dispensado ao outro não humano.

A arrogância de que fala Plumwood não está desconectada de um discurso acerca da soberania da subjetividade humana, que aparece como mais um divisor de águas entre a espécie humana e o conjunto de outras espécies que insistimos em denominar animais. Sobre a ideia de subjetividade Agacinski (1991, p.15) lembra que “[s]e aceitarmos que a consciência subjetiva é aquele pensamento capaz de repousar sobre si mesmo, de sempre voltar a si, de sempre apropriar-se do que está fora ..., pode-se ver como o sujeito é capaz de desejar (o desejo pelo outro como objeto ou o desejo pelo desejo do outro sujeito), mas dificilmente pode-se, sem rir, imaginá-lo amando, ou pior, apaixonando-se [*falling in love*] (minha tradução)”. É que *amar*, ou *to fall in love*, como aparece na língua inglesa, implica a perda da segurança ilusória insinuada na noção de sujeito. Esse é um momento de perigo, em que as supostas bases sólidas criadas pela tradição do pensamento ocidental se desconcertam e desmoronam na experiência do encontro amoroso com o outro. Dentro da perspectiva do pós-humanismo, essa condição de instabilidade é, no entanto, permanente, ou seja, a ideia de sujeito é apenas mais uma tentativa de construção de um centro. E como é comum aos centros, do sujeito emana um poder que submete os que não se enquadram em determinada categoria. Nesse contexto, o animal é o outro radical que não merece justiça ou consideração moral: o animal é o não sujeito por excelência, a quem o direito de viver com dignidade é efetivamente negado. Como atesta Wolfe (2010, p.89), a crítica pós-humanista desafia esse postulado e defende que somos “sempre radicalmente outro, ... não apenas no fato

evolucionário, biológico e zoológico da nossa vulnerabilidade física e da nossa mortalidade, nossa existência mamífera, mas também em nossa sujeição à – e constituição na – materialidade e tecnicidade de uma língua que está sempre em cena antes de nós, como uma pré-condição da nossa subjetividade” (minha tradução).

Em última instância, é a ausência de razão e de linguagem verbal que define os animais não humanos, na perspectiva ocidental ao menos, como seres inferiores ao homem. Aqui, vale lembrar Derrida em uma passagem que merece ser citada em sua extensão:

a ideia de que o homem é o único ser falante, em sua forma tradicional ou na forma heideggeriana, parece-me ao mesmo tempo insuperável e altamente problemática. É claro que se definirmos a língua de tal forma que seja reservada ao que chamamos de homem, o que há para dizer? Mas se reinscrevemos a língua em uma rede de possibilidades que não envolve somente a língua mas que a marca irredutivelmente por dentro, tudo se modifica. Penso particularmente na marca em geral, no traço, na iterabilidade, na *différance*. Tais possibilidades ou necessidades, sem as quais não haveria língua, são em si não somente humanas. Não se trata de acobertar rupturas e heterogeneidades ... o que proponho aqui deve permitir-nos considerar o conhecimento científico sobre a complexidade das línguas dos animais, código genético, todas as formas de traçado dentro das quais a dita língua humana, embora original, não nos permite delimitar definitivamente o que em geral gostaríamos. (DERRIDA, 1991, p.117, minha tradução)

É justamente aí, na possibilidade de desmascaramento da estabilidade ilusória da razão e da fala, ou melhor, na possibilidade de expor o traço, que a literatura pode recriar e questionar o lugar ocupado pelas diversas espécies animais no imaginário ocidental. É certo que a literatura, muitas vezes, sustenta o binarismo cartesiano que nega a outras espécies qualquer forma de subjetividade ou consideração moral. As dores humanas, individuais e coletivas, ocupam o centro desses textos enquanto o sofrimento de outras espécies desaparece da cena como se não pertencessem à sociedade ou como se suas vidas não tivessem qualquer tipo de impacto na vida das demais personagens. Vê-se, assim, personagens montando cavalos, atirando em lobos, caçando leões e se alimentando de vacas e porcos enquanto vivem suas histórias de amor. O silenciamento dos indivíduos não humanos em tais textos é revelador, pois reforça a ideologia especista, que perpassa tais narrativas. Um bom exemplo dessa estratégia discursiva é o romance *Heart of Darkness*, de Joseph Conrad, bem como a resposta crítica que recebeu ao longo do tempo, textos em que os elefantes, “massacrados aos milhões”

como lembram Huggan and Tiffin, são os “referentes ausentes” apesar da sua fundamental importância para a construção da narrativa (2010, p.148, minha tradução).²¹

Em contrapartida, quando a literatura e a crítica começam, mais e mais, a se debruçar sobre a vida dos vários seres vivos que compartilham o planeta com a espécie humana, o leitor depara-se com realidades antes sufocadas pela tradição literária especista. Como bem disse Gabriel Giorgi (2015, p.41), “a imaginação estética e cultural” revela-se como “laboratório dos modos de ver, de perceber, de afetar os corpos onde se elaboram outros regimes de luz e de sensibilidade ... [de tal forma] que o social não se reduz nunca de todo ao exclusivamente humano, mas se abre para a heterogeneidade do vivente”. De uma forma muito particular, a literatura é capaz de criar um “vocabulário que dispensa a linguagem antropocêntrica da intencionalidade linguística e evita a tendência tradicional de reduzir os animais a máquinas inconscientes” (STEINER, 2005, p.29, minha tradução). É o caso de obras como *The white bone*, da escritora canadense Barbara Gowdy, que vai na contramão da ideologia especista e abraça a difícil tarefa de traduzir as vidas, os conflitos, as alegrias e as angústias de outras espécies animais. Neste estudo, proponho-me a discutir de que formas o romance rompe com o especismo por meio da desconstrução do humanismo metafísico, mais especificamente, do *zoon logon ekhon* de Aristóteles (DERRIDA, 2009, p.338-348), termo que funda a tradição antropocêntrica no ocidente e faz do humano sujeito único e incontestável nas suas relações com os demais viventes do planeta. Para Sorabji, “uma crise foi provocada quando Aristóteles negou a razão aos animais” (citado em Steiner, 2005, p.53, minha tradução). Com efeito, é a partir dali que começa a se estabelecer uma “abordagem antropocêntrica ao entendimento” das diferenças que separam animais e humanos, diz Steiner em *Anthropocentrism and its discontents* (2005, p.53, minha tradução).²² Opto por ler o termo aristotélico a partir da perspectiva desses autores e também das considerações apresentadas em *Os seminários de Jacques Derrida, The beast and the sovereign, volume I* (2009), notadamente nas décima e décima terceira sessões, por se tratarem, a meu ver, de revisões suficientemente atentas do termo.

²¹ Apesar de raramente entendido desta forma, *Heart of Darkness* é um epítome da ideologia especista na literatura ocidental.

²² Anteriormente a Aristóteles, Alcmaeon de Croton atribui o entendimento e a “habilidade de interpretação sensorial” exclusivamente aos humanos. Já em Platão, muito embora os animais não tenham razão, eles possuem “crenças rudimentares”, que correspondem, em geral, a aptidões irracionais e inferiores nos humanos. Além disso, em suas menções à metempsicose, Platão admite a possibilidade de transferência de alma entre animais e humanos, dentro de uma espécie de hierarquia evolutiva (STEINER, 2005, p.53-57). Tais diferenciações, no entanto, não foram capazes de produzir o tipo de ruptura causada pelo pensamento aristotélico.

Vale dizer que deste movimento de desconstrução do humanismo na obra, emerge a possibilidade de uma política de leitura a partir da identificação do leitor com os protagonistas da história: elefantes cujos sentimentos e falas, longe de significarem meras alegorias de expressões e vivências humanas, apontam para a iterabilidade da língua e subvertem a noção de subjetividade calcada no racionalismo. O sujeito da tradição humanista especista é desafiado quando é motivado a identificar-se com um ser vivo semelhante e diferente de si, sob vários aspectos. A menos que se entenda o romance como alegórico, evitando-se, assim, um enfrentamento e tornando mais palatáveis possíveis relações de identificação, não há como recusar o convite de se deixar levar pela possibilidade de identificar-se com os personagens. Em *The white bone*, o leitor sofre a dor dos elefantes, suas perdas, sua solidão, sua angústia. Para Huggan e Tiffin (2010, p.154-155), a obra encoraja-nos a “empatizar com os elefantes através de seus notáveis traços individuais, bons e maus – sua solidariedade social, suas complexidades mentais e emoções – de tal forma que essa empatia se contraponha efetivamente à qualquer tendência a vê-los como ‘outro’” (minha tradução). Como nenhuma outra obra, talvez, *The white bone* põe por terra “a arrogância assassina” dos humanos (HUGGAN; TIFFIN, 2010, p.207, minha tradução) e expõe uma realidade frequentemente negada no mundo contemporâneo, seja no oriente ou no ocidente: quando destruimos o habitat dos elefantes ou quando os assassinamos cometemos um crime em nome de uma *ilusão* de superioridade e diferença qualitativa. Mas os elefantes são, comprovadamente, tão semelhantes à espécie humana que dizimá-los consiste, também, em derrotar as noções de humanidade ou mesmo de civilidade que pensamos nos definir. Dizimá-los significa, portanto, repelir nossa corporalidade e nossa condição de ser social, numa clara manifestação da barbárie que, em vão, buscamos superar.

Outras racionalidades, ou, os elefantes falam

Em um estudo sobre o atual comportamento violento dos elefantes contra humanos e outros animais, absolutamente anormal para as três espécies existentes, Gay Bradshaw lança um questionamento urgente: para além da ciência, o que significam as similaridades entre humanos e elefantes? “Como respondemos ao fato de estarmos causando a outras espécies, como os elefantes, uma ruptura psicológica?” “Em certo sentido”, diz a autora, “não se trata mais de um salto cognitivo ou imaginativo, mas político” (citado em SOPER-JONES, 2007,

p.282, minha tradução).²³ Na África, um elefante é morto a cada 15 minutos, em geral devido à corrida pelo marfim que é exportado para os mercados da China e dos Estados Unidos. Mas há, também, a caça para a aquisição de troféus e para a comercialização da carne.²⁴ Já os elefantes asiáticos sofrem com a competição por espaço e com a captura para a indústria do entretenimento e trabalhos forçados. Há poucas esperanças para os elefantes. Suas populações diminuem a passos largos, configurando um genocídio, como bem pontuou Derrida a respeito da morte dos animais nos abatedouros da atualidade (DERRIDA, 2002, p.52). E como são suas vidas, uma vez que se sentem constantemente ameaçados? O que os faz seguir a despeito dos horrores que testemunham? *The white bone* dialoga com estas questões empregando não somente a imaginação criativa, mas o conhecimento científico que se tem hoje sobre esses animais, além da própria experiência da autora como observadora do comportamento dos elefantes. Nesse sentido, a obra concretiza o que disse E. M. Forster, em 1927, acerca do lugar dos animais não humanos nos romances. No capítulo intitulado *Pessoas*, do livro *Aspectos do Romance*, Forster (1981, p.54) observa que, naquele momento, não era possível pensar em personagens não humanos. Por outro lado, acredita que haveria uma alteração nesse estado de coisas e pontua que no futuro: “devemos ter animais que não são nem simbólicos, nem pequenos homens disfarçados, nem mesas de quatro pernas se movendo, nem pedaços pintados de papéis voadores”. E completa: “essa é uma das formas pelas quais a ciência poderá ampliar o romance, oferecendo a ele nova matéria” (minha tradução).

Para escrever a obra, Gowdy baseou-se na observação e no estudo do comportamento dos elefantes e de suas sociedades matriarcais. A partir daí criou uma mitologia que expõe a barbárie humana e suas consequências para esses grandes mamíferos. No romance, os humanos são nada mais que *hindleggers*, ou seja, elefantes que andam sob suas patas traseiras e que foram transformados em humanos pela Deusa dos Elefantes após “matarem e comerem uma gazela, quebrando, portanto, a primeira e mais sagrada lei: ‘Não comerás criatura alguma, viva ou morta’”.²⁵ Em sua ira, os humanos declararam-se “carnívoros, livres para caçar qualquer criatura que não caminhasse erguida” (GOWDY, 1998, p.41). Na perspectiva dos personagens, sobretudo da protagonista, Mud (uma aliá que perdeu sua mãe no

²³ Grande parte dos estudiosos reconhecem as seguintes espécies de elefantes: *Elephas maximus* (Ásia), *Loxodonta africana* (savanas africanas), *Loxodonta cyclotis* (florestas africanas).

²⁴ A atualidade dessa prática hedionda pode ser atestada pela política de Donald Trump, cuja administração baniu a proibição à entrada, nos Estados Unidos, de troféus, na forma de dentes e outras partes de elefantes assassinados por caçadores. Consultar <<https://www.fws.gov/international/pdf/memo-withdrawal-of-certain-findings-ESA-listed-species-sport-hunted-trophies.pdf>>. Acesso em 19 de setembro de 2018.

²⁵ Os trechos do romance foram traduzidos para o português pela autora.

nascimento e foi adotada pela família She-S), os *hindleggers* são “monstros” (GOWDY, 1998, p.124), criaturas insensíveis que desconhecem a “bondade” (GOWDY, 1998, p.72) e representam nada menos que a barbárie, tão distante da natureza dos elefantes (GOWDY, 1998, p.29). Assassinadas, em sua grande maioria, pelo marfim, famílias inteiras são destroçadas e os poucos sobreviventes andam a esmo por regiões pobres e ressequidas. A solidão e a tristeza de Mud competem apenas com as imagens de devastação ao seu redor: um resto de vida aqui e ali, em animais prestes a morrer, numa terra coberta de sangue e corpos decepados. Enquanto caminha em meio aos corpos, em sua memória, Mud ouve os gritos dos bebês elefantes (GOWDY, 1998, p.130) e quando reencontra os sobreviventes de um dos massacres, vê o corpo da sua mãe adotiva: “um buraco onde estava sua face” (GOWDY, 1998, p.136). A respeito de uma das chacinas, em que apenas quatro elefantes da família She-D sobreviveram, Mud observa que havia algo de “desolador” neles: “Havia algo maior que o massacre” ... “uma desesperança” (GOWDY, 1998, p.56). Tal qual outros personagens do romance, Mud questiona a morte violenta e tão antecipada da grande maioria dos elefantes que conhece. É que poucos, agora, morriam “da forma como os velhos elefantes eram destinados a morrer, como morriam antes das secas e dos massacres”, diz o narrador durante o diálogo final entre Tall Time e Torrent, este último um ancião que viveu plena e solitariamente, como fazem os machos no seu habitat natural (GOWDY, 1998, p.365).

A obra fala da beleza e, por outro lado, da desgraça de pertencer a uma espécie grandiosa e frágil, inevitavelmente vítima da ganância e covardia do ser humano. Segundo Soper-Jones, *The white bone* é um romance sentimental. Mas longe de configurar um sentimentalismo reducionista, ou seja, “uma forma de representação que implica a atribuição figurativa, equivocada e ingênua de experiências humanas aos animais” (citado em SOPER-JONES, 2007, p.283, minha tradução), “Gowdy sugere que o que não sabemos sobre os animais ultrapassa em muito o pouco que sabemos, e que lhes atribuir emoções como fé, amor e desespero é não só prudente, mas reverente – uma atitude compatível com o respeito que devemos a eles enquanto co-habitantes de um mundo que pusemos em perigo para além da nossa capacidade de restaurá-lo” (SOPER-JONES, 2007, p.283, minha tradução). Em seu sentimentalismo, *The white bone* é, também, uma obra eminentemente política. Entretanto, para entendê-la dessa forma é necessário, antes de tudo, adentrar os começos da construção da supremacia humana, notadamente o *zoon logon ekhon* de Aristóteles, que primeiro investiu o humano, o homem histórico, de um conceito (DERRIDA, 2009, p.317).

“Desconstruir”, disse Derrida, “é abraçar a ideia de que nenhuma indivisibilidade, nenhuma atonicidade é segura” (DERRIDA, 2009, p.309, minha tradução). Tal é o homem aristotélico: uma indivisibilidade plena de sentido e propósito, cuja capacidade de falar e de pensar o bem e o mal, o justo e o injusto, o fazem ocupar um lugar de soberania em relação a qualquer outra forma de vida. Traduzido, em termos gerais, como animal racional, o *zoon logon ekhon* tem seu fim na *polis*: “é evidente que a cidade faz parte das coisas da natureza e que o homem é naturalmente um animal político destinado a viver em sociedade. Aquele que por instinto – e não porque qualquer circunstância o inibe – deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser desprezível ou superior ao homem” (Aristóteles, 2007, p.16, citado em Derrida, 2009, p.347, minha tradução). Além do mais, é o *logos*, relacionado à capacidade humana de falar e pensar, que determina a condição de animal político, destinado à vida na cidade: “a fala [*logos*] ... é feita para expressar o útil e o prejudicial e conseqüentemente o justo e o injusto ... Este é, de fato, o caráter distintivo da humanidade comparada a todos os outros animais: ele sozinho percebe o bom e o mal, o justo e o injusto, e os demais valores: agora, é a posse comum desses valores que criam a família e a cidade” (citado em Derrida, 2009, p.348, minha tradução). A partir dessa perspectiva, os elefantes, como os outros animais, apresentam *phone*, mas não *logos*. Como lembra Derrida, em *Introdução aos conceitos da metafísica*, Heidegger observou que o uso da palavra *logos* como razão, lógica, discurso é uma deturpação do seu sentido primeiro em grego, i.e., dizer, juntar, ler. A propósito dos questionamentos de Heidegger acerca deste problema de tradução, mais especificamente em resposta à pergunta “Como este *logos* (enquanto razão) passou a reinar sobre o Ser no começo da filosofia grega?”, Derrida responde: pela força:

É de fato uma questão de força da razão que supera outra interpretação ou diversas outras interpretações ou formas de ouvir *logos*, a palavra ou o vocabulário, o sentido de *legein*, *logos*: é de fato uma questão de certa guerra e conflito de forças em que a razão ganha pela força, e junto com ela, o racionalismo ... a ser inscrito no conceito de animal racional ou *zoon logon ekhon*. (DERRIDA, 2009, p.318, minha tradução)

É a força violenta do *logos* corrompido enquanto razão ou, mais especificamente, enquanto uma “doutrina sobre a razão” (PLUMWOOD, 2005, p.18, minha tradução) que atribui e nega valores específicos ao humano – agora animal político-racional – e aos demais habitantes do planeta. Obviamente, nesta perspectiva, os elefantes não escapam do rol de seres naturalmente “desprezíveis”, incapazes que são de alcançar o *eu zen* (viver bem) a partir da independência e da autarquia de uma comunidade política como a cidade. Sua existência limita-se à sobrevivência, sem qualquer possibilidade de acessar o bem e o mal, o justo e o

injusto, sejam eles definidos por leis ou não, uma existência sem a possibilidade de autossuficiência e liberdade, que, para Aristóteles, são o ápice da vida ao atingir sua completude.

Em oposição frontal à tese aristotélica a respeito do que efetivamente distingue o homem dos animais, *The white bone* retrata os elefantes como seres que pensam e tentam dar sentido às suas vidas e mortes, seres prontamente capazes de entender o bem e o mal, o justo e o injusto, não a partir de leis, é certo, mas a partir da experiência de verem suas famílias despedaçadas, a partir da saudade e, sobretudo, de um sentido de história calcado na memória. Quando, já adulta, Mud relembra seus primeiros momentos de vida, é justamente sua capacidade de reflexão e seu assombro diante do estar viva e da possibilidade de aniquilamento que o narrador busca enfatizar:

Mud se lembrava de suas primeiras horas de vida segundo por segundo, tanto em termos da sequência coerente de eventos que sua mente amadurecida traduzia quanto do estrondo de imagens, sons, cheiros que as horas eram naquele momento, quando tudo fora dela parecia a reencarnação de tudo que ela sentia (*sensed*). A dor de ser puxada por She-Measures, um raio de sol como lança que se debatia na tentativa de passar por meio dos corpos das fêmeas ... O medo era a forma das patas das grandes fêmeas; o desejo era o odor das fezes. Durante o dia, o ar estremecia com os trovões que iam e vinham, e este era o som da sua prisão. (GOWDY, 1998, p.31)

A espetacular e comprovada memória dos elefantes aparece, aqui, em termos de uma lembrança viva das sensações do corpo revestidas de sentimentos ora de conforto, ora de opressão, no momento do nascimento de Mud. Além disso, a Mud adulta é capaz de traduzir suas primeiras horas, cada segundo, em uma “sequência coerente de eventos” que é nada menos que o começo de sua história. O verbo “traduzir”, utilizado pelo narrador, não pode passar despercebido. Mud traduz suas primeiras horas, as interpreta, portanto, como qualquer ser falante. E é assim que encadeia, que escreve sua história, para si mesma e para aqueles a quem a narra. No processo de interpretação, busca dar sentido à sua vida, algo que continua a fazer em suas inúmeras reflexões ao longo do romance.

Cabe, neste momento, uma breve excursão sobre a inevitável questão do antropomorfismo. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que o narrador, embora utilize verbos como disse, reclamou, respondeu, entre outros, o faz de maneira a não atropelar os sons de fato emitidos pelos elefantes. Assim, o leitor é sempre lembrado de que as falas dos personagens são bramidos, trombeteios, rugidos, roncões, latidos etc. Pode-se dizer que o narrador é capaz de traduzir para o inglês a língua dos elefantes como traduziria qualquer

outra língua humana. É por esta razão, inclusive, que opta por utilizar termos como dia, ano, hora, minuto, segundo e momento para falar da complexa percepção do tempo dos elefantes. Segundo o narrador, a passagem do tempo é percebida por eles através “das fases da lua, da posição do sol, dos ciclos de chuva e seca e, mais importante, da sua dieta – se a grama está verde ou amarelo-ouro ou longa ou curta, se eles estão comendo primordialmente a vegetação dos pântanos ou a vegetação das árvores e assim por diante” (GOWDY, 1998, p.73). O que em muitas obras consiste em um antropomorfismo especista, figura-se, em *The white bone*, como *possibilidade de entendimento*, em uma língua humana, do que sentem, pensam e falam os elefantes. Uma vez que toda tradução é limitada, limitação que recai, em última instância, sobre aquele que a lê, pode-se dizer que o romance consiste em um *esforço* – e uso a palavra esforço deliberadamente – em traduzir para uma língua humana a história dos elefantes por eles mesmos narrada, tal como seria se houvesse de fato algum humano capaz de falar suas línguas, como se sofrêssemos sua dor, como se os amássemos, como se fôssemos elefantes.²⁶ Poderíamos dizer, no entanto, que não é possível para um humano falar do que sente e pensa um elefante. Mas, se ao falarmos, representamos uma ausência, do que é possível falar? Em que medida é mais ou menos possível falar de um elefante que de um humano? A *différance* aparece incontestável neste caso. Não é demais lembrar: a relação entre *différance* e adiamento aponta para a artificialidade de conceitos supostamente estáveis e mostra que a língua é, desde sempre, incapaz de alcançar aquilo que almeja representar. Contudo, se a representação é necessariamente limitada, não representar, por outro lado, pode promover um silêncio perigoso do ponto de vista político. O que nos resta, sempre, é falar com consciência das limitações da nossa fala; representar sabendo que a ausência do que representamos jamais será superada. No que diz respeito ao problema do antropomorfismo, dificilmente uma obra literária que busque interpretar o que sentem, pensam e falam os animais não humanos não incorrerá em algum grau de projeção do humano. Mantenho, no entanto, que em um texto não especista esta projeção se dará nos moldes de qualquer outra interpretação, posto que sempre envolve algo daquele que interpreta, e não de forma a submeter os animais ao que vivenciam

²⁶ Não se trata, aqui, de pensar o narrador como um ente que acompanha (*mit gehen*) o animal (HEIDEGGER, 2011, p.258-268). Trata-se, justamente, do contrário, pois pressupõe-se uma narrativa que contraria as diferenças entre humanos e elefantes nos termos propostos por Heidegger no tocante aos animais em geral. Ou seja, aquilo que define a animalidade e, por outro lado, a singularidade do humano, em Heidegger, não aparece como traço distintivo dos homens na obra. Mais que isso, se considerarmos que o narrador é um humano, então, de acordo com o texto, ele pode muito bem ser visto como um elefante transformado em humano, um “*hindlegger*”, que foi capaz, no entanto, de superar sua condição de “monstro” assassino e construir uma perspectiva suficientemente distanciada e onisciente da espécie a que um dia pertenceu.

os humanos. Plumwood utiliza as expressões “antropomorfismo fraco” e “antropomorfismo forte” (ou antropocêntrico) para tratar desta questão:

Qualquer representação de fala-conteúdo para uma audiência humana terá de ser uma interpretação em termos de conceitos humanos, e neste sentido fraco, um nível contextual de antropomorfismo sempre poderá estar presente. O que é muito mais difícil de demonstrar é que este antropomorfismo do tipo contextual, no sentido fraco de empregar um aparato conceitual humano ou um local humano, é necessariamente nocivo ou invalidante ou que não há práticas que possam se opor a ele. ... Não se trata de haver ou não algum grau de humanização da perspectiva apresentada em qualquer representação humana da agência ou comunicação não humana, porque ela sempre existirá num nível contextual, mas quão deletéria ela é, qual é o seu sentido, e quais práticas podem ser usadas para combatê-la se e quando necessário. (PLUMWOOD, 2005, p.58, minha tradução)

O antropomorfismo contextualizado ou fraco condiz, portanto, com a inevitável presença e subjetividade do observador que, de um jeito ou de outro, filtra e interpreta quem observa. Por este pressuposto, afasta-se da ideia de dar voz àquele que, no limite, a perdeu por um processo de opressão. *The white bone* não tenta dar voz aos elefantes. Ao contrário, busca produzir uma narrativa que alcance minimamente o mundo complexo dos elefantes e sua jornada rumo à extinção. Em uma palavra, em *The white bone* os elefantes são os protagonistas da sua história, numa clara desconstrução do que pensa Aristóteles a respeito dos animais não políticos. O trecho que narra o nascimento de Mud é um bom exemplo deste protagonismo. A mãe de Mud falece logo após o parto e cai sobre a filha, que fica impossibilitada de se mover. Após inúmeras tentativas de salvá-la, a matriarca do grupo, She-Measures, decide partir com a família devido à presença de *hindleggers* nas proximidades: “Seria mais misericordioso matá-la agora.” Murmurou She-Measures balançando a pata dianteira próxima à cabeça de Mud. Ela permitiu que Mud mamasse e depois disse. ‘Há *hindleggers* nas proximidades. Não podemos ficar.’ E chorou. Havia tanto choro que isso se tornou familiar à Mud, um conforto, e assim voltou a dormir”. Após realizar o ritual de luto da irmã, mãe de Mud, “She-Measures”, diz o narrador, “virou-se e andou rumo à planície e o resto da família a seguiu, nenhum deles olhando para Mud, nenhum deles demorando-se” (GOWDY, 1998, p.34). Em primeiro lugar há que se notar que a passagem apresenta um dilema pelo qual um humano dificilmente passaria: o peso da mãe impede que o bebê recém-nascido se mova e a família é compelida a abandoná-lo, pois há o perigo iminente de que todos sejam assassinados por caçadores. Esta é, contudo, uma realidade cotidiana para os elefantes, apegados que são aos seus bebês e às suas famílias no geral. A imensidão de lágrimas da matriarca mostra seu desespero, sua tristeza, mas paradoxalmente conforta Mud,

que volta a adormecer, inconsciente de seu destino: em breve, o corpo da mãe atrairá predadores e urubus, dos quais Mud será vítima ainda em vida. Mesmo assim, She-Measures não consegue matá-la. Aí reside seu protagonismo: não matar, de forma rápida e indolor, um bebê elefante que está condenado a sofrer a mais terrível das mortes. Está posto, já no segundo capítulo, o grande dilema que os personagens irão enfrentar em todo o romance, ou seja, a luta pela sobrevivência em meio à perda dos entes queridos: tragédias diárias e sem fim, perpetradas por caçadores, que se somam à seca e às demais hostilidades do ambiente em que vivem. Vida em morte: talvez seja essa a melhor forma de definir a trajetória dos elefantes no romance e, por que não dizer, na vida real.

Para além da comunicação oral, que remete, por sua vez, a uma racionalidade específica, a conhecida comunicação infra-sônica dos elefantes também se faz presente no romance, assim como um certo poder telepático, este último reservado a alguns elefantes apenas. Date Bed, por exemplo, a melhor amiga de Mud, pode ler as mentes de outros elefantes e conversar com outros animais. Mais tarde, depois de perder a amiga, que se separa da família após fugir de um massacre, Mud se torna, também, uma leitora das mentes dos que a cercam. Neste ponto, Mud já adquiriu a maturidade própria das matriarcas que conseguem liderar seu grupo. Esta maturidade vem acompanhada de um sentido de resiliência em relação à morte e, por outro lado, ao dever de guiar os poucos sobreviventes da sua família ao recanto indicado pelo osso branco. Por algum tempo, Mud lidera o pequeno grupo, formado agora por apenas quatro elefantes – Mud, a matriarca She-Snorts, She-Sooths e seu filho, o pequeno Bent. Cadavéricas e cansadas, as aliás percorrem as planícies em busca do corpo de Date Bed – que sabem estar morta. Quando finalmente a encontram, velam o que restou do seu corpo, agora sem olhos, e realizam o ritual de luto (GOWDY, 1998, p.389). Evitam falar da dor, da desesperança, do medo, da fome. Focam-se na vida que lhes resta, no leite de Mud, que mantém Bent vivo, e em alguma possibilidade de futuro. Na alvorada, Mud vê sua família sob os primeiros raios rosados do sol: “do seu ponto de vista, a magreza dos três é acentuada e, no entanto, eles não parecem diminuídos, mas refinados a uma anatomia mais intrincada e essencial” (GOWDY, 1998, p.395). A perspectiva de Mud condiz com os rumos tomados ao final da narrativa, cuja análise ultrapassa os objetivos deste texto, mas a delicadeza, a profundidade e o refinamento da sua percepção merecem destaque: mais uma vez, os elefantes são representados como seres sensíveis e extremamente conscientes de suas experiências e existências, seres dotados de uma capacidade genuína e muito particular de viver em sociedade. Sobretudo, seres que têm uma “perspectiva”, como diz o narrador,

contradizendo a tradição filosófica ocidental para a qual os animais não veem: são vistos apenas. Para além da polis, nos termos de Aristóteles, os elefantes são representados como viventes livres, que constroem sociedades coesas, com regras específicas e muito bem delimitadas, e que têm a família como base fundamental. Tem-se, aqui, uma racionalidade singular e um modo de vida que, em nada, se faz desprezível ou inferior aos dos homens.

“Any kind of loss...breaks their hearts”: os elefantes sentem

Em *The white bone*, as sociedades matriarcais dos elefantes são representadas enquanto esferas de pertencimento, de construção da identidade, de autoconhecimento, de passagem de saberes antigos, de escrita da história. São sociedades profundamente arraigadas no respeito aos anciões, que detêm o conhecimento necessário à sobrevivência dos mais novos. Volto ao texto de Derrida, citado acima, para enfatizar que, dependendo do ponto de vista, o conceito de língua abarcará somente a língua (*logos, razão*) humana e descartará, sem hesitação, as línguas das outras espécies animais, consideradas *phone*. Essa é uma visão particularmente especista porque imbricada em uma ideologia sobre o que seja o falar e o pensar, de tal forma que todas as relações estabelecidas entre os elefantes são definidas, de saída, como inferiores em relação às humanas. Mais uma vez, enquanto, para Aristóteles, o animal possui *phone*, que apenas expressa “dor e prazer”, o homem possui *logos*, que se ramifica em diversas possibilidades, propiciando ao sujeito falante a autossuficiência, a liberdade e a construção de uma sociedade organizada. *The white bone* desconstrói essa suposição infeliz acerca das demais espécies animais, na medida em que trata não só da organização social dos elefantes, que tem por base as relações familiares mais próximas, mas seus valores dentro de tais sociedades. São justamente esses valores que impedem She-Measures de matar a sobrinha e permitem a Mud perceber a desesperança que se torna a tônica de suas vidas em meio à seca e aos assassinatos constantes. Apesar de sua dor, Mud segue caminhando com os familiares que lhe restam em meio aos corpos decepados de seus parentes na esperança de encontrar o osso branco que apontará para o único lugar onde estarão seguros. São também esses valores que fazem com que Mud e as demais personagens reflitam, constantemente, sobre os massacres que presenciam, sobre as mortes dos familiares mais próximos, sobre o final de suas vidas, triste e irremediavelmente atreladas a um sentido de morte iminente, ao ponto de o pânico diante da possibilidade de uma matança tornar-se “familiar” (GOWDY, 1998, p.55).

Em *The white bone*, as personagens introjetam, sofrem e relembram a experiência da morte. Em verdade, os massacres e as mortes individuais, sejam elas de parentes próximos ou membros de outras manadas, acabam por se configurar em traumas para os quais o romance não apresenta solução. Nada traz alento ao grupo e quando Mud dá à luz a uma menina, já ao final do romance, uma notável gama de sentimentos a dominam justamente pela constante convivência com a morte. Mud pensa em entregar o bebê ao felino que os espreita, em troca de uma possível revelação sobre onde estaria o recanto que buscavam. Antes, porém, alimentava a esperança de que parisse um natimorto, como havia acontecido com She-Snorts poucos dias antes. O nascimento de uma menina, a reação de She-Snorts e She-Sooths, a presença da guepardo, e a possibilidade de matá-la com o peso do seu corpo, tudo isso causava um imenso conflito interno enquanto o bebê e Bent sugavam seu leite. Em dado momento, ela deixa que a bebê ande em direção à guepardo, não a interrompe, mas She-Snorts, inconsciente do doloroso processo que se estabeleceu entre mãe e filha, mata o predador. A partir deste momento, as memórias de Mud intensificam-se e ela finalmente pode chorar. Chora por Date Bed, por sua mãe, pelos que perdeu, por sua história. Quando retomam a caminhada, Mud, diz o narrador, “faz as coisas delicadamente, por contrição e por estar frágil de amor” (GOWDY, 1998, p.399). Enquanto caminham, o cheiro da filha, Bolt, torna-se o cheiro daqueles que perdeu, mas que sua memória não permite esquecer.

Obviamente, não é o propósito deste estudo apagar as diferenças entre elefantes e humanos, mas enfatizar que tais diferenças não tornam os primeiros incapazes de se organizarem socialmente, e de entenderem, a partir de perspectivas que lhes são próprias, o bem e o mal, o justo e o injusto. Ou seja, é preciso reconhecer que, muito embora o bem e o mal tenham conotações específicas para humanos e elefantes, não resta dúvidas de que a fome, a dor, o desconforto, a escravidão, a morte de quem se ama, e a tortura são igualmente terríveis para ambas as espécies. Da mesma forma, a língua e o pensamento dos elefantes, que impulsionam a construção de suas sociedades, têm traços e características específicas que podem não coincidir com as línguas e pensamentos humanos. Porém, tais diferenças não constituem, a rigor, uma medida para que os elefantes tenham se tornado, na mentalidade ocidental, seres desprezíveis e inferiores ao homem, passíveis de dominação, tortura e assassinato. A leitura de Derrida a respeito da tradução violenta (realizada pela “força”) do termo *logos* como razão em Aristóteles estende-se para o fato de as demais espécies animais serem consideradas bestas irracionais. Neste ponto, vale lembrar o comentário de Wylie (citado em SOPER-JONES, 2007, p.282), para quem a leitura de *The white bone* deve ser

“transformadora”, pois “somos levados a reconhecer, através da complicada semiótica do olhar de Gowdy, algo de nós mesmos – algo das ‘faculdades de que os humanos fariam bom uso se não as tivessem perdido” (minha tradução). O pensamento especista não permite que se reflita sobre o humano a partir dos elefantes, como faz Wylie, uma vez que o homem é tido como medida para todas as coisas. Este movimento só é possível quando o homem se desvencilha da armadilha especista e passa a respeitar a igualdade na diferença. De outra forma, dificilmente abre-se mão da confortável posição de senhor.

Já não há mais dúvidas sobre o fato de que os elefantes se emocionam, vivem em sociedade, possuem rituais específicos, inclusive para o nascimento e para a morte, e de que cada indivíduo possui uma personalidade única e a liberdade de agir de acordo com esta personalidade. Em 2012, a *Declaração de Cambridge* sobre a Consciência já afirmava: “Evidências convergentes indicam que os animais não humanos possuem os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos dos estados de consciência juntamente com a capacidade de exibir comportamentos intencionais”. E conclui: “o peso das evidências indicam que os humanos não são únicos na posse de substratos neurológicos que geram consciência. Os animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e os pássaros, e muitas outras criaturas, como os polvos, também possuem tais substratos” (minha tradução). A história de Mud, sua família e amigos pode ser lida como representação ou, como disse antes, como interpretação-tradução, das vidas dos elefantes, ora observados por Gowdy; um testemunho poético do que diz, hoje, a ciência; uma leitura de certa fração da vida tantas vezes ignorada pela literatura e pela crítica especistas, justamente por descentrar o homem e retirá-lo de sua ilusória condição de soberania. Como já dito, no decorrer da obra, o leitor é convidado a sentir e a pensar com os elefantes, num processo de identificação na diferença, processo este que questiona as noções de subjetividade atreladas ao pensamento antropocêntrico, ao racionalismo e, finalmente, à violência que o acompanha. Volto, portanto, às colocações de Bradshaw e Durão para afirmar que *The white bone* é uma obra política que se traduz em uma “cultura da revolta”, cultura que expõe e julga o holocausto animal ininterruptamente praticado por nós, humanos. Em contrapartida, desvenda a infinita fragilidade, o infinito sofrimento dos elefantes. Já no prólogo, aprendemos algo fundamental: os elefantes nunca se esquecem. Em um texto que foca uma realidade brutal, a carnificina de seres que não têm como se defender, a vulnerabilidade dos bebês órfãos, o horror de ver suas mães sem cabeças, sem patas, ou ao contrário, de ter seus bebês sequestrados ou baleados e carregar seus corpos por dias a fio sem consolo até o ponto de enlouquecer, saber, de início,

como funciona a memória dos elefantes e como sua vida corporal e afetiva está intimamente ligada a tudo que passaram é revoltante. Nesta revolta, a obra se faz política. “Eles nunca se esquecem”, diz o narrador, “eles são memória”: “o curso preciso do vento que desceu nas acácias aquele dia, como o sol atingiu a folhagem – tudo isso acompanha a memória e é re-experimentado, e aquilo que então foi pouco observado pode ser contemplado agora. ... O que pode fazê-los chorar qualquer perda ... corta seus corações” (GOWDY, 1998, p.2).

Referências

AGACINSKI, S. Another experience of the question, or experiencing the question other-wise. In CADAVA, E.; CONNOR, P.; NANCY, J. (Org.). **Who comes after the subject?** Londres: Routledge, 1991.

ARSENEAULT, J. Brute violence and vulnerable animality: a reading of postcoloniality, animals, and masculinity in Damon Galgut’s **The beautiful screaming of pigs**. **Postcolonial text**. Toronto, v. 7, n. 4, p.1-23, jul./dez. 2012.

COETZEE, J. M. **Elizabeth Costello**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Desonra**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Cambridge declaration on consciousness, The. 2012. Disponível em: <<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2018.

DERRIDA, J. **O animal que logo sou (A seguir)**. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

_____. ‘Eating well,’ or the calculation of the subject: an interview with Jacques Derrida. In CADAVA, E.; CONNOR, P.; NANCY, J. (Org.). **Who comes after the subject?** Londres: Routledge, 1991.

_____. **The beast and the sovereign, volume I**. Org. Michel Lisse; Marie-Louise Mallet; Ginette Michaud. Trad. Geoffrey Bennigton. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

DURÃO, F. A. O que aconteceu com a Teoria? In CECHINEL, A. (Org.). **O lugar da teoria literária**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016, p.13-28.

FONTENAY, E. **Le silence des bêtes: la philosophie à l’épreuve de l’animalité**. Paris: Fayard, 1998.

FORSTER, E.M. **Aspects of the novel**. Org. Oliver Stallybrass. Nova York: Penguin Books, 1981.

GIORGI, G. **Formas Comuns: animalidade, literatura, biopolítica**. Trad. Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

GOWDY, B. **The white bone: a novel**. Toronto: Harper Collins, 2010.

HEIDEGGER, M. **Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude, solidão.** 2ed. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

HUGGAN, G.; TIFFIN, H. **Postcolonial ecocriticism: literature, animals, environment.** Nova York: Routledge, 2010.

MACIEL, M. E. (Org.). **Pensar/Escriver o “animal”:** ensaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

MATSUOKA, A; SORENSON, J. (Org.). **Critical animal studies: towards trans-species social justice.** Rowman & Littlefield International, 2018.

NOCELLA II, A. J. et al (Org.). **Defining critical animal studies: an intersectional social justice approach for liberation.** Nova York: Peter Lang, 2014.

PLUMWOOD, V. **Environmental culture: the ecological crisis of reason.** London e New York: Routledge/Taylor & Francis Group, 2005.

SOPER-JONES, E. Reading *The White Bone* as a sentimental animal story. In FIAMENGO, J. N. (Org.). **Other selves: animals in the Canadian literary imagination.** Ottawa: University of Ottawa Press, 2007, p.269-289.

STEINER, G. **Anthropocentrism and its discontents: the moral status of animals in the history of western philosophy.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

WALTHER, S. Refusing to speak: the ethics of animal silence and sacrifice in Coetzee and Derrida. **Journal for critical animal studies.** New York, v. 12, n. 3, p.75-96, 2014.

WEITZENFELD, A.; JOY, M. An overview of anthropocentrism, humanism, and speciesism in critical animal theory. In NOCELLA II, A. J. et al (Org.). **Defining critical animal studies: an intersectional social justice approach for liberation.** Nova York: Peter Lang, 2014, p.3-27.

WOLFE, C. (Org.). **What is Posthumanism?** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

_____. (Org.). **Zoontologies: the question of the animal.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

GODI



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FeLV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

HEBE



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FeLV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

As razões da indiferença humana diante do sofrimento animal

Evely Vânia Libanori (UEM)

Guilherme Herrmann Arias (UEM)

Introdução

O presente texto se inclui no campo da ética animal e tem como objetivo refletir sobre as razões de os humanos permanecerem numa postura de indiferença em relação ao sofrimento dos animais em função de serem usados para os propósitos humanos.

1. A Ética Animal

Um marco importante em ética animalista na filosofia contemporânea foi a publicação, em 1975, de *Animal Liberation*, do filósofo australiano Peter Singer (1946-) e traduzida para o português em 2004. Nesta obra, Singer justifica uma consideração ética dos animais não humanos com base em uma abordagem utilitarista da questão. Esta abordagem também é denominada de consequencialista, porque nesta perspectiva são as consequências de uma ação que determinam seu caráter moral.

Jeremy Bentham (1748-1832), um dos fundadores do utilitarismo, já havia avaliado a situação dos animais com base em uma ética utilitarista. Bentham defendia que o princípio de utilidade se aplica a todos os seres capazes de dor e sofrimento, incluindo assim os animais dentro do círculo moral humano. Assim, em oposição ao uso da razão como critério para incluir os indivíduos na consideração moral humana, o utilitarista clássico argumentava que a capacidade de sofrer seria um critério moral mais adequado.

Fundamentando-se na teoria ética de Bentham, Singer argumenta que a eleição de características humanas, como a racionalidade e a linguagem, como critério para tratar um ser com moralidade é arbitrário, da mesma forma que é arbitrário considerar raça e gênero superior. Dessa maneira, por analogia às outras discriminações, chama-se especismo a discriminação que privilegia os interesses humanos em oposição aos interesses dos animais.

Em *Animal Liberation*, Singer ainda pontua que atitudes preconceituosas dificilmente são reconhecidas por parte dos indivíduos pertencentes ao grupo privilegiado antes de esses preconceitos serem apontados ostensivamente. Assim, indivíduos com atitudes discriminatórias com relação aos animais na maioria dos casos não se reconhecem como especistas, de forma análoga à maneira como indivíduos que discriminam outros humanos a

partir de características como gênero e raça não necessariamente se reconhecem como racistas e machistas.

Por outro lado e em oposição à ética utilitarista, outros acadêmicos no campo da ética animal, como Tom Regan (1938-2017), Gary Francione (1954-) e Sônia Felipe (1954-), abordaram a questão com base em uma perspectiva deontológica. Enquanto a posição utilitarista atribui às consequências de uma ação uma importância determinante quanto ao caráter moral de tal ação, a posição deontológica defende que uma ação por si mesma já pode ser avaliada quanto ao seu caráter moral.

Desse modo, com base numa perspectiva utilitarista, o uso dos animais pode ser justificado nos casos em que as consequências desse uso resultem em um bem estar geral maior. Apesar de permitir o uso dos animais em casos específicos, o utilitarismo representa um avanço com relação ao bem-estarismo simples. Porque, no utilitarismo, há uma visão crítica sobre o especismo e, para esta abordagem, a experimentação em particular e o uso dos animais em geral devem ser a exceção e não a regra. Assim, para o utilitarista, o uso de animais em experimentação de cosméticos é censurável, enquanto que para o bem-estarista simples o uso dos animais nesse caso é justificado desde que seja feito sem crueldade e sem sofrimento “desnecessário”.

A expressão sem crueldade ou *cruelty free*, que comumente encontramos em embalagens de cosméticos, costuma ser enganosa. Porque a crueldade denomina o prazer do fazer sofrer; portanto, na maioria dos casos, o uso de animais em experimentação ocorre realmente sem crueldade, o que não implica em ausência de sofrimento. O bem-estarismo dificilmente promove um avanço significativo na situação dos animais. Em *Acertos Abolicionistas*, Felipe (2014) afirma que o bem-estarismo é uma corrente defensora do uso dos animais para propósitos humanos. A autora ainda argumenta que tal concepção preserva o bem-estar apenas da consciência dos humanos que consomem os produtos animalizados ou testados.

Para a perspectiva abolicionista, da qual Felipe é uma importante representante, o uso dos animais para qualquer propósito humano não é justificável. A filósofa defende uma ética do respeito para com os animais. Respeito aqui é entendido como “um gesto de abstenção de fazer aquilo que se pode e se tem força para fazer” (FELIPE, 2014, p.134). Em oposição à concepção de que abandonar o consumo de produtos animalizados e testados envolve um amor aos animais, na ética do respeito, o amor é um sentimento dispensável. A autora ainda aponta que o discurso do amor pelos animais:

veio rachado pela ideia da superioridade da espécie humana e da inferioridade das outras espécies animais. Esse é um amor que humilha. E por humilhar, ele não alcança o respeito devido à singularidade dos outros animais, não funciona. A ética do respeito pelo que não temos direito algum de destruir, essa é a do discurso abolicionista animalista. (FELIPE, 2014, p.134).

Outra questão importante é uma frequente indagação feita nos debates de ética animal. Esta indagação pode ser formulada da seguinte maneira: por que não priorizar o sofrimento humano antes do sofrimento dos animais? Afinal, temos apenas uma quantidade limitada de recursos e energia para investir em diferentes movimentos. Desse modo, como se poderia justificar um engajamento com os animais enquanto ainda existem questões humanas para serem tratadas?

Este questionamento pode ser respondido com base em uma perspectiva interseccional sobre a discriminação. O termo interseccionalidade foi usado originalmente para descrever a experiência de mulheres negras que enfrentavam simultaneamente a discriminação de raça e gênero. Em *A Política Sexual da Carne*, Carol Adams (1990/2012) aborda principalmente a ligação da violência praticada contra os animais com a praticada contra as mulheres, além de também pontuar uma ligação com a discriminação racial. O trabalho da autora permite afirmar que um engajamento ético com os animais não significa uma alienação com relação às questões humanas. Enquanto julgarmos natural o uso dos animais com a finalidade de atender as demandas humanas, permanece viva a matriz cognitiva que admite o sofrimento de outros seres.

Em *Acertos Abolicionistas*, Felipe (2014) discute sobre a ligação entre a defesa dos direitos animais com a defesa dos direitos humanos. Num movimento similar ao de Adams, a filósofa afirma que uma defesa genuína dos direitos humanos depende de um resgate de nossa história de violência contra os animais não humanos. Nas palavras da autora:

No dia em que nenhum animal de outra espécie for humilhado, explorado, torturado e morto para atender a propósitos humanos, nenhum humano se sentirá autorizado a fazer isso a outro humano também. Afinal de contas, todos somos animais, capazes de sentir dor, de sofrer e de ter a vida atribulada pela demanda ególatra dos outros. (FELIPE, 2014, p.43).

Assim, o questionamento que tenta desclassificar o movimento que defende a consideração ética para com os animais não reconhece a importância da promoção dos direitos animais para a defesa dos direitos humanos.

2. Especismo como patologia

A importância da consideração ética dos animais pode ser também explicada com base na abordagem da dimensão psicológica do especismo e seus efeitos na condição de saúde mental humana. A relação entre a discriminação dos animais e a saúde mental humana é investigada pela psicanalista contemporânea Zipporah Weisberg em “Animal Repression” (2011), capítulo do livro *Critical Theory and Animal Liberation*. Tal estudo consiste numa coletânea de trabalhos que abordam o tema da libertação animal como uma questão política. Weisberg questiona a ênfase que nossa cultura tem dado à razão instrumental, categoria de pensamento que considera a racionalidade humana a serviço do desenvolvimento de técnicas e tecnologias para o progresso da vida humana. O termo razão instrumental é usado para descrever uma redução do mundo de experiência a categorias de manipulação, controle e dominação, redução esta que foi operada no contexto de revolução científica do Iluminismo.

Assim, embora o iluminismo esteja vinculado a uma narrativa de libertação do barbarismo, Weisberg argumenta que ele na verdade aumentou nossa tendência para a violência. Este efeito é evidente no advento da ciência experimental vivisseccionista. Nas palavras da autora: “Nossa busca por domínio sobre a natureza interna e externa no geral e sobre a animalidade e os outros animais em particular também promoveu brutalidade” (WEISBERG, 2011, p.179, tradução nossa).

Weisberg identifica um grupo de sintomas psicológicos que são resultantes do que a autora denominou de repressão da animalidade. Aqui, o termo animalidade se refere principalmente à consciência corporificada que nós temos em comum com outros seres sencientes e à relacionalidade intersubjetiva que esta corporificação compartilhada implica. E os sintomas identificados pela autora que resultam, ou melhor, constituem a repressão da animalidade são: melancolia, ambivalência e paralisia.

O primeiro destes sintomas – a melancolia – consiste numa sensação inconsciente de perda associada com uma fixação no objeto perdido. Embora geralmente não reconheçamos nosso horror diante das violências praticadas contra os animais em contextos como a experimentação médica e a pecuária industrial, esta violência permanece entre nós em um nível inconsciente, manifestando-se como melancolia.

O segundo sintoma é descrito como ambivalência neurótica. Na psicanálise, o termo ambivalência foi usado por Freud em sua consideração sobre a horda primeva. A ambivalência neste contexto está presente no sentido de que, apesar de os irmãos que

constituem a horda terem assassinado o pai, eles se sentem culpados e, em função disso, restauram o pai em uma figura totêmica e, com o advento do cristianismo, como Deus, o pai.

Assim, de forma análoga à culpa sentida pelos irmãos da horda primeva, nós também nos sentimos culpados quando nos tornamos conscientes de nosso comportamento sádico com relação aos animais. Nas palavras de Weisberg “Nós matamos e mutilamos animais indefesos, mas nos sentimos mal sobre isso, ao menos em um nível inconsciente.” (2011, p.182). E tal como uma reconciliação com o pai é operada por meio de sua restauração totêmica, a presença maciça de animais em nossa cultura, inclusive na publicidade de produtos de origem animal, também pode ser apontada como representante de uma tentativa de reconciliação decorrente de uma sensação de culpa.

Por último, a paralisia como sintoma da repressão da animalidade descreve uma reação comum à violência praticada contra os animais. Weisberg usa o termo indiferença histórica para denominar nossa tendência a nos tornarmos imunes a práticas de extrema violência. A classificação desta indiferença como histórica aponta para a presença do mecanismo de repressão em nossas atitudes especistas. O mecanismo de repressão está presente no especismo no sentido de que a identificação e afetividade que sentiríamos pelos animais são alvos da repressão, enquanto que a hostilidade tem expressão maciça em nossas práticas de violência envolvendo os animais. A repressão da animalidade, entendida pela autora como relacionalidade intersubjetiva, é condição para o especismo que, por incluir um grupo de sintomas psicológicos, pode ser denominado de patológico.

Outro conceito importante usado na investigação da repressão da animalidade é o inquietante. Este termo denomina algo em nossa cultura, uma prática, que é, ao mesmo tempo, estranha e familiar. Em *O Inquietante*, Freud inicia sua investigação indicando que o termo “[...] relaciona-se ao que é terrível, ao que desperta angústia e horror, geralmente equivale ao angustiante.” (2010, p.248). Outra característica importante na compreensão psicanalítica do inquietante é a dualidade familiar/estranho. Em uma tradução literal do termo usado no alemão *Umheimlich*, temos “não familiar”. No entanto, para que algo possa se enquadrar no conceito de inquietante ele deve primeiro ter sido familiar, íntimo e conhecido. Assim, Freud cita uma observação de Schelling que contribui para a compreensão desta dualidade do conceito: “Inquietante seria tudo aquilo que deveria permanecer secreto, oculto, mas apareceu.” (2010, p.254).

Assim, pode-se afirmar que a reação que nós temos diante das condições dos animais em contextos como a pecuária industrial e a experimentação médica, costuma incluir a

sensação do inquietante. Raramente tomamos consciência da situação dos animais nesses contextos, mas diariamente estamos em contato com produtos resultantes de processos de produção que fazem uso dos animais. O consumo dos animais se torna censurável a partir do momento em que tomamos consciência deste processo produtivo que deveria permanecer oculto, mas apareceu.

A noção do inquietante também é importante porque descreve a ambivalência psíquica resultante da repressão de nossa animalidade em conjunto com a opressão dos animais. Dessa maneira, Weisberg (2011) identificou algumas ocasiões em que a sensação do inquietante pode aparecer em nossa relação com os outros animais. São elas: (1) quando ouvimos as vozes dos outros animais que, embora sem palavras, podemos entender o que elas querem dizer; (2) quando seus corpos são pacificados para entretenimento humano ou quando são impelidos a imitar comportamentos tipicamente humanos; (3) quando outros animais resistem à subjugação humana; (4) em fotografias na selva aberta e (5) quando trocamos olhares com os animais e conseguimos nos identificar com eles.

Além disso, Weisberg também pontuou a importância de se introduzir uma perspectiva feminista à visão freudiana sobre a repressão, violência e alienação. Desse modo, a autora nega a visão presente na psicanálise tradicional que naturaliza a agressividade como um fator da psicologia masculina. E ainda faz a seguinte constatação: “Em sociedades patriarcais, a agressão é glorificada enquanto que o cuidado, nutrição empatia e compaixão pelos vulneráveis são difamados como sintomas de fraqueza e sentimentalidade femininas” (WEISBERG, 2011, p.184).

3. A interseção entre as discriminações de espécie e de gênero

A introdução de uma perspectiva feminista à investigação sobre o especismo constitui um avanço para a discussão em ética animal. Em *A política sexual da carne*, Adams (1990/2012) discute a relação entre a misoginia e a obsessão da cultura patriarcal com o consumo de carne. O trabalho desta autora é importante para a questão da indiferença humana quanto ao sofrimento animal porque consiste em uma análise dos motivos culturais que levaram à consolidação do consumo de carne. Nas antigas sociedades nômades, o ato de caçar era atividade masculina. A mulher ficava na comunidade social e cuidava das atividades ligadas à manutenção da prole e à agricultura. Mais tarde, o hábito feminino de cultivar a terra, propiciou as comunidades sedentárias, a agricultura poderia alimentar todo o grupo humano, mas o hábito da caça nunca morreu. A caça e a carne se associaram à ideia do

masculino. Na Idade Média, em época de escassez de alimentos, era comum o hábito de reservar a pouca carne para o homem da família. A carne está associada ao homem, então, é o seu alimento principal. Alimentos da terra se ligam ao perfil feminino e, portanto, são desvalorizados. A mulher, não tendo a habilidade de caça, ou seja, não sendo um ser viril, bélico em suas funções sociais, é o ser desvalorizado. Nesse pensamento especista e machista, os animais e as mulheres são os seres a serem dominados, aqueles que estão um grau abaixo da consideração do macho empoderado.

A indiferença dos produtores e dos consumidores em relação ao sofrimento das vacas e dos bezerros foi a motivação para a escritura do livro *Galactolatria* (2014), de Sônia Felipe. A filósofa mostra os males do consumo de leite e o sofrimento que tal hábito causa as vacas e bezerros. É o resultado de uma pesquisa de dez anos e é o primeiro livro publicado no Brasil que aborda a literatura médica e científica internacionais sobre o consumo de leite de vaca. O capítulo 1, Galactoética – Sofrimento animal e devastação ambiental, fala do sofrimento das vacas usadas para a extração de leite e dos filhotes delas, separados de suas mães assim que nascem porque o leite não é para eles, é para os humanos. Caso nasça uma fêmea, ela se tornará vaca leiteira. Caso nasça um macho, ele será confinado num ambiente escuro à base de uma dieta pobre em ferro para que desenvolva anemia e sua carne seja macia, a conhecida e cara “vitela”. As vacas desenvolvem mastite, dolorosa inflamação das glândulas mamárias em virtude do método mecânico de extração de leite, e laminite, doença vascular no interior da pata, o que causa muita dor. A laminite é decorrência do tipo de piso onde as vacas são criadas, que não tem a menor semelhança com o solo natural onde estariam, caso vivessem livres. As vacas vivem confinadas, comem um preparado artificial que as faz engordar no menor tempo possível, têm sucessivas crias para dar leite e assim até o fim das suas vidas, momento em que estarão tão fracas e exauridas que não servirão mais para dar leite e, então, serão abatidas para o aproveitamento de suas carnes. A passagem abaixo dá ideia do sofrimento das vacas e vitelos:

Os bezerros não aproveitados pela indústria do leite, por serem machos, nem pela indústria de rações para animais de estimação, por não nascerem tão fracos ou deformados, e os que não nasceram tão fortes a ponto de interessar os produtores de gado de corte, são leiloados pela indústria da carne de vitelo, a partir do segundo dia do nascimento. O sofrimento da vaca, ao ser separada do recém-nascido, é algo que deve ser levado a sério por todo consumidor de leite e laticínios. Mas não o deve menos o sofrimento dos pequenos animais (FELIPE, 2014, p.42)

A filósofa detalha a condição de vida das fêmeas usadas na indústria de leite porque a indústria e a propaganda nos enganam. A realidade desses animais nada tem de bucólico, como as caixas de leite nos apresentam. A postura da filósofa é de levar ao conhecimento das pessoas o que se faz aos animais para que as pessoas repensem seus paradigmas e hábitos.

Os autores estudados abordaram muitas questões relacionadas à ética animal. Singer lançou, no mundo ocidental, as ideias que, hoje, resultam um movimento que agrupa diferentes pessoas e ciências em torno do ideal da abolição da escravidão animal. Adams mostra que as raízes do consumo de carne estão ligadas ao machismo. Historicamente, homens subjugarão mulheres e animais. Weisberg é responsável por apontar os dados psicológicos advindos da escolha humana em fingir que não vê o sofrimento animal. E Felipe se coloca ao lado dos animais, encarrega-se de ser a porta-voz da dura realidade de vida e morte dos animais.

O estudo dos autores demonstra que existem traços da identidade humana em todos eles. A visão dicotômica de superior/inferior favorece sempre o humano. Ele é o único animal que merece consideração ética, é o único filho de Deus, tendo sido feito à semelhança d'Ele, é o que tem a razão e que, com ela, pode servir-se de tudo ao seu redor: animais, ecossistemas. O especismo advém da ideia de superioridade e é pensamento tão arraigado em nossa cultura que as pessoas nem concordam com o pensamento diferente, apenas ignoram. Conseguem ignorar e esconder de si mesmas o mal que seus hábitos causam aos animais. Mas, como vimos com Weisberg, esse comportamento causa certos danos psicológicos.

Referências

ADAMS, C. **A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina**. São Paulo: Alaúde editorial, 2012 [1990].

BIMBENET, É. **O animal que não sou mais**. Curitiba: Editora UFPR, 2014 [2011].

FELIPE, S. **Acertos abolicionistas: a vez dos animais: crítica à moralidade especista**. São José: Ecoânima, 2014.

FELIPE, S. **Galactolatria: mau leite**. São José: Ecoânima, 2012.

FREUD, S. O inquietante. In FREUD, S. **História de uma neurose infantil (“o homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos**. São Paulo, 2010 [1919].

GONÇALVES, S. **Utilitarismo, deontologia kantiana e animais: análise e avaliações críticas**. Uberlândia, 2015.

SANBONMATSU, J. **Critical theory and animal liberation**. Lanham: Rowan and Littlefield, 2011.

SINGER, P. **Libertação animal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [1975].

WEISBERG, Z. Animal repression: speciesism as pathology. In SANBONMATSU, J. **Critical theory and animal liberation**. Lanham: Rowan and Littlefield, 2011.

JAGUAR



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FeLV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

JAMBO



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FeLV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

Abolição animal em aulas de literatura

Evely Vânia Libanori (UEM)

Vanessa Ferreira dos Santos Valles Leal (UEM)

Introdução

A relação entre humanos e animais começou há 12 mil anos, quando o ser humano domesticou os lobos, que, hoje, se tornaram os nossos cães. Lobos e humanos dividiram o fogo na caverna. Depois, vieram os muflões, os cavalos, as aves, os bois. A convivência com os animais começou de forma simbiótica, mas o processo de desenvolvimento cultural transformou os animais em objeto de uso humano. Hoje, apenas os animais para estima vivem em nossa casa. Animais criados para comida, vestimenta, testes científicos nascem e morrem sem nunca ver a luz do sol. Eles existem para satisfazer as demandas humanas. O sentido das suas existências é aquilo que suas vidas e seus corpos podem servir para satisfazer o ser humano. A ética animal abolicionista, ramo da Filosofia que busca libertar os animais de todas as formas de exploração que nossa cultura impôs a eles, pede que deixemos os animais em paz.

Este artigo objetiva expor os resultados obtidos com a prática docente realizada no Estágio Curricular Supervisionado III – Literatura, na UEM. O objetivo essencial deste estágio foi executar práticas de docência em Literatura, vivenciando o processo de ensino-aprendizagem. O planejamento e a aplicação dessas aulas foram feitos pelas graduandas do quarto ano de Letras Português/Francês Leticia Terazzin Marrofino e Vanessa Ferreira dos Santos Valles Leal, sob a orientação da professora doutora Evely Vânia Libanori. Foram regidas 4 horas/aulas no 8ºB (ensino fundamental, no Colégio Estadual Theobaldo Miranda Santos) e 4 horas/aulas no 1ºC (ensino médio, no Colégio Estadual João XXIII) nos dias vinte e sete de junho de 2017.

As professoras que nos receberam em suas salas propuseram a temática da Literatura Animalista Abolicionista para orientar nossas aulas durante a realização do estágio. Vale destacar que ambas as professoras são comprometidas com a causa da libertação. Assim, as duas primeiras regências enfatizaram “as relações entre o ser humano e o ser não humano na literatura brasileira” e as duas últimas trabalharam com “a importância de se respeitar os animais”, sempre partindo dos textos literários para chegar às discussões. Tivemos por embasamento teórico para a elaboração do plano de docência: o Projeto Político Pedagógico dos dois colégios; as diretrizes curriculares de Língua Portuguesa do Paraná (2008); o artigo

Amados e desprezados: os animais e os usos humanos, de Maria Zavatini e Evely Libanori (2012); e, os livros *Níveis de leitura: teoria e prática*, de Arnaldo Franco Júnior (1996), *Educação Vegana* (2017), de Leon Denis, e *Nós, Animais* (2013), de Evely Libanori.

A sequência didática aplicada ao ensino fundamental foi a mesma empregada no ensino médio, adaptamos, apenas, os textos, o grau de dificuldade e a complexidade das discussões. Em suma, trabalhamos com a leitura e a interpretação dos gêneros conto e fábula; resgatamos discussões acerca do caráter artístico e da função humanizadora da literatura; solicitamos uma produção textual; e, por fim, tecemos uma reflexão em relação à Literatura Animalista Abolicionista, apresentando os conceitos e características dessa filosofia presentes nas obras literárias analisadas.

Foi um longo processo de construção de sentidos e de reflexões, sempre envolvendo o contexto dos alunos e indicando em quais situações os animais eram desrespeitados. Nossa cultura especista desconhece que os animais são seres sencientes, dotados de sensibilidade e consciência, prova disso foi a surpresa dos alunos diante de algumas práticas citadas que ferem a integridade animal. A Literatura é uma das formas de divulgar esse princípio ético e contribuir com o reestabelecimento da integridade do não humano. A seguir, vejamos de que forma essas aulas foram ministradas e as reações de nossos alunos.

1. Práticas de docência em Literatura: uma proposta animalista abolicionista

Ao prepararmos os planos docentes do ensino fundamental e médio, tivemos que nos adequar ao tema proposto (buscando informações e recebendo uma verdadeira formação sobre educação vegana), preparar uma aula de literatura atendendo aos princípios básicos de análise do texto literário e verificar as determinações dos documentos que regem a organização interna dos colégios (os Projetos Políticos Pedagógicos) e a organização do ensino de Língua Portuguesa do Paraná (as Diretrizes Curriculares da Educação Básica Língua Portuguesa, 2008).

O ensino da Literatura Animalista Abolicionista auxilia no desenvolvimento da autonomia intelectual e moral mencionado pelo Projeto Político Pedagógico dos colégios, uma vez que a defesa dos animais faz parte do campo da bioética e que os maus tratos aos seres indefesos revelam o rebaixamento moral do ser humano.

Segundo as Diretrizes, o ensino de Literatura deve ser trabalhado reconhecendo a dimensão estética da Literatura e pensado a partir da teoria da Estética da Recepção e da

Teoria do Efeito. O leitor deve reconhecer o envolvimento de subjetividades expressadas pela tríade obra-autor-leitor, por meio de uma interação presente na prática de leitura. A DCE reconhece que a Literatura está intimamente ligada à vida social. O documento traz à discussão as contribuições de Antonio Candido (1972), que, em síntese, reconhece a força humanizadora da Literatura. A função humanizadora da Literatura demonstra a capacidade que ela tem de confirmar a humanidade do ser humano, aquilo que é próprio dele. Esse tipo de Literatura leva a reflexão sobre os valores éticos em vigência na sociedade atual. Candido atribui à Literatura três funções: a psicológica (a possibilidade de fuga da realidade, proporcionando um mergulho no mundo de fantasias, momentos de reflexão, identificação e catarse), a formadora (atua na formação do sujeito como instrumento de educação, ao retratar realidades veladas pela ideologia dominante) e a social (a literatura entendida como a representação social e humana).

Ao preparar nossas aulas, tivemos a intenção de fazer com que os alunos tomassem contato com a ambiguidade da palavra artística. Para tanto, reconheceríamos a interpretação do aluno como decisiva para a transmissão da mensagem artística e conduziríamos o aluno/leitor à construção dos sentidos do texto literário. Na primeira regência, destacamos para os estudantes que, para analisar uma obra de arte literária, faz-se necessário o desprendimento do preconceito, o desenvolvimento da sensibilidade, o resgate da bagagem cultural e a abertura para a experimentação literária. Para compreendermos a poesia, devemos pegar amor, não aversão. Dessa forma, explicamos aos estudantes os conceitos de poesia, de Literatura, o aspecto artístico e a questão dos gêneros. Argumentamos que os livros literários permitem uma descoberta de sentido mais abrangente, uma vez que atingem uma significação mais ampla da realidade.

A leitura exige tempo, paciência, concentração para que ela se torne algo prazeroso, fluente e que para desafie o leitor a perceber a intencionalidade existente no texto lido. Explicamos aos estudantes que a Literatura é a arte da palavra escrita e que, portanto, pede que o escritor empregue técnicas, conhecimentos e sensibilidade. O aluno precisa entender porque tal texto é considerado arte e entender sua linguagem artística.

Existem textos de cunho literário e textos não literários. É necessário, assim, reconhecer os aspectos artísticos do texto, que precisa ter uma linguagem literária: conotativa, pessoal, figurada, rica em significado, de função poética, que transmita emoção e sentimentos. A linguagem poética apresenta uma organização especial, chamando atenção sobre a sua própria linguagem. Dessa forma, o texto literário é significativo em si, em sua estrutura.

Explicamos para o aluno que é ele quem atribui sentidos ao texto, é ele que faz o texto funcionar. A intenção foi a de motivar o aluno, fazer com que ele se visse como de fato é: o elemento decisivo para que o texto comunique seus efeitos estéticos.

O teórico que fundamentou nossa metodologia de ensino foi Arnaldo Franco Junior. Para ele, “a leitura deve desdobrar os múltiplos sentidos condensados pelo texto literário” (FRANCO JUNIOR, 1996, p.6). Os níveis de leitura a serem estudados são: decodificação, que é o estudo da superfície textual e abrange o sentido do texto, aquilo que ele diz; associação, momento em que o leitor se insere no texto e convoca a memória afetivo-intelectual para relacionar o texto com suas vivências; análise, que se trata de identificação dos elementos organizadores do texto e requer a aplicação da teoria da Literatura; e, por fim, interpretação, momento em que os resultados da análise são organizados, momento em que se esclarece aquilo que o texto quer dizer com o que diz.

Basicamente, fizemos o seguinte percurso com todos os textos literários: apresentamos a leitura aos alunos, concedemos certa abertura para que eles colocassem no texto a bagagem cultural que possuíam até então, explicamos o contexto de produção das obras trabalhadas, inserimos as obras dentro das discussões da ética animal, e, por fim, estimulamos os alunos a alcançarem senso crítico voltado para a vida dos animais.

Como ficamos responsáveis pela turma do oitavo ano do ensino fundamental e pelo primeiro ano do ensino médio, executamos a mesma metodologia e utilizamos o mesmo conteúdo para as duas turmas. Adequamos, é claro, os textos literários, a complexidade das questões e empregamos termos mais próximos à variedade linguística comum aos alunos. As primeiras aulas da regência, de ambas as turmas tiveram por tema “as relações entre o ser humano e o ser não humano na Literatura Brasileira” e as duas últimas aulas foram intituladas como “a importância de se respeitar os animais”, sempre identificando as representações do não humano nas diferentes instâncias de escrita.

1.1. As relações entre o ser humano e o ser não humano na literatura brasileira

O título deste item foi, também, tema da primeira regência no ensino fundamental e no ensino médio. Tivemos a intenção de apresentar aos alunos, em uma perspectiva histórica, como os animais e as relações entre eles e os seres humanos estiveram representadas na Literatura. A sequência didática empregada foi a mesma para ambos os níveis de ensino, a única diferença estava na escolha das fábulas e contos.

Na sequência entregamos uma folhinha com textos e atividades e um *handout*, para ser lido em casa, com um material teórico acerca dos gêneros fábula e conto. Trabalhamos tais gêneros com um questionário composto por perguntas de decodificação, associação, análise e interpretação, seguindo os passos da metodologia de Franco Junior, acima explicada. Não exigimos as respostas de todas as questões: as discussões foram feitas oralmente e, ao final, fizemos uma espécie de síntese que foi escrita no quadro e copiada pelos alunos. No oitavo ano utilizamos a fábula “O galgo velho e seu amo”, de Justiniano José da Rocha, a seguir transcrita na íntegra:

O galgo velho e seu amo

Bom caçador fora outrora um galgo; sempre farejava e descobria a presa, e quanta farejava, pronto fisgava. Seu amo enchia-o de afagos e carinhos. Mas para os galgos, como para a gente, passam os anos, chega a velhice; o pobre galgo perdeu o faro, perdeu os dentes, e já não descobria a presa; e se a descobria, a não apanhava. Uma vez, um coelho, que ele conseguira apanhar, safou-se-lhe da desdentada boca. O amo chega, e irado o açoita.

Senhor, disse-lhe chorando o velho, pois não mereço, em atenção aos serviços passados, não mereço alguma compaixão?

MORALIDADE: A lição deste galgo vos diz como sereis tratados por aqueles a quem já não puderdes servir (2017, web).

A fábula dirige uma moral ao ser humano valendo-se de uma personagem animal. Tal fato aproxima os animais humanos e não humanos, uma vez que determinada situação pode acontecer para ambos. No entanto, os maus tratos aos seres humanos parecem ser mais chocantes do que os maus tratos aos animais. Podemos observar nesta fábula a exploração e utilização do animal apenas para o benefício humano. Assim como um produto, com o passar dos anos o galgo já não “funciona” mais.

Na sequência, ainda no oitavo ano, introduzimos o conto de Evely Libanori intitulado “Dorme bem, dorme bastante, dorme quentinha”.

Dorme bem, dorme bastante, dorme quentinha

E como é que eu faço para viajar e sair de perto de você, pequeno pedaço de mim, que te crio desde que te jogaram, gatinha recém-nascida, na lata de lixo? Como sair de perto de você, que me chegou pequena, chorona, magrinha... E as noites que não dormi, e todo o trabalho que você me deu... Agora, criança, você dorme, o corpo crescido e forte. Vai ser uma gata amarela e grande. Dorme, confia e isso é tudo que precisa fazer. Que gatinha de sorte! E como eu faço para viajar e te deixar, eu sem você todas essas noites, você sem mim? De noite, eu longe sem saber o que está acontecendo com a minha menina amarela...

Corresponder a tanta entrega é uma responsabilidade que assusta. Eu tenho que ir, Paulinha, tenho que ir, família felina, porque viajar de férias é parte

do plano humano de não enlouquecer. Lá, de longe, perto do mar e de mim, eu vou te abençoar e te falar como tenho te falado, e quando eu voltar a vida vai ser feliz de novo. E então, em todas as noites, Paulinha, enquanto estiver longe de mim, dorme bem, dorme bastante, dorme quentinha! (LIBANORI, 2014, p.37)

As questões que formulamos nos conduziram à seguinte interpretação, passada no quadro negro para que os alunos copiassem: Uma mulher adotou uma gatinha abandonada, ainda quando pequena, criou-a e a viu crescer com todo cuidado que uma mãe tem para com seu filho. Um dia, essa mulher se encontra aflita, pois precisava viajar e deixar sua gata sozinha. A solução foi pedir para que a gatinha dormisse bem e quentinha, para permanecer em segurança até a chegada de sua “mãe”. Neste conto, o não humano é tratado com respeito e amor.

Já encaminhando para o fim da aula, cantamos um trecho da música *O leãozinho*, de Caetano Veloso, destacando que o compositor viu o futuro do país (então repreendido pela ditadura militar) naquele rapaz (o leãozinho) pleno de vida. Colocamos lado a lado essas três produções dos séculos IXX, XXI e XX, respectivamente, para mostrar aos alunos como o animal e sua relação com o humano foi representado na literatura brasileira. Para a aula seguinte, solicitamos uma produção textual.

No primeiro ano do ensino médio, iniciamos a aula com a fábula “A gata mudada em mulher”, de Justiniano José da Rocha.

A gata mudada em mulher

Um misantropo, no demais modelo de todas as virtudes, tinha pela sua gata um amor exclusivo; achava-a bonita, engraçada, mansinha, e por fim, o que no sexo dela é raríssimo, tão discreta quão fiel e agradecida. Ah! se uma mulher houvesse como esta gatinha, dizia, ou se dado me fosse transformar em mulher este mimo dos animais, então acharia uma companheira com quem atravessasse o mar tempestuoso da vida! Condoeu-se dele uma fada, e cedendo a seus votos, transformou a gata em moça. Confuso pelo milagre, o nosso homem deu-se por feliz em poder naquele dia mesmo ir aos pés dos altares dar a mão de esposo a essa bela mulher.

Gata-moça e misantropo estavam nas nuvens, e este repetia àquela mil lições e mil conselhos, que ela, multiplicando-lhe afagos e carinhos, ouvia atentíssima. Súbito, faz-lhe ela sinal que se cale, inclina a cabeça; é toda atenção; dá ligeira um pulo, e agarra em um ratinho que travesso saíra do seu buraco. O instinto havia falado: a mulher era gata.

MORALIDADE: Por mais que procuremos vencer a nossa índole, sempre ela aí volta inesperada; fechai-lhe a porta, entra pela janela (2017, web).

Depois de discutirmos oralmente o questionário, chegamos à interpretação de que o misantropo, indivíduo solitário que não gostava de pessoas, humanizou a sua gata, projetando

nela os ideais que esperava encontrar em um humano, mais especificamente, em uma mulher. O animal em questão literalmente foi transformado em um ser humano, deixando de lado sua natureza de gata. Além de machista, esse homem mostra-se autoritário, sobrepõe suas vontades às do animal. Os animais possuem sua integridade e por mais que os humanos tentem modificá-los o instinto animal prevalecerá em seu íntimo.

Em seguida, com o conto “Lívia”, de Evely Libanori, inferimos que a narradora protagonista do conto, sensível e conhecedora da causa dos animais, respeitou a condição de Lívia (o nome próprio sugere que ninguém pode se colocar no lugar dela, uma vez que ela tem seu próprio lugar, é um ser íntegro), que é senciente, como outro humano. A maternidade da narradora com relação à sua gata se dá de forma respeitosa (sem adornar a gata como se fosse sua filha biológica). O paralelo que é feito entre a ancestralidade do animal humano e a ancestralidade do animal não humano deixa evidente que não existem diferenças entre ambos.

Lívia

Ontem foi dia das mães. Vou te contar o que eu ganhei de presente: eu estava lendo e a Lívia pulou na cama, parou quietinha do meu lado, a cabeça perto da minha mão. Eu fingi que não notei, então ela encostou a cabeça na minha mão direita. Olhei para ela, e ela me disse: “Oi, posso ficar com você um pouco?”, com aquele olhar verde e longo que ela tem. Consenti. Ela deitou embaixo do meu braço. Senti o cheiro doce do mato por onde ela tinha andado, a quentura do corpo forte e macio dela. Todo o dorso dela do meu lado direito. Me lembrei da ancestralidade da gata. Pensei na maternidade: no gatinho que nasce com a unhinha enorme, a orelha tão pequena e pontiaguda, os olhinhos fechados, a boca vermelhinha miando de medo, entrando para o mundo perigoso dos humanos que não gostam de gatos. Pensei nos gatos da minha avó, que dormiam na soleira quando era inverno e faziam um mosaico colorido. Pensei nos gatos da casa da minha infância, que dormiam nas sacas de café e ficavam com o cheiro suave da estopa no pelo. A gata de três cores era a mais caçadora, segundo a minha avó. Ganhei de presente a maior proximidade que uma gata pode ficar de um ser humano e uma avó que amava bichos e que me amava... A sensação de que o tempo vai passando me faz tanto bem... Às vezes sinto até culpa por ser tão feliz (LIBANORI, 2014, p.55).

O mesmo *handout* entregue ao ensino fundamental foi distribuído no ensino médio. Também fizemos o mesmo trabalho com a música de Caetano Veloso.

1.2. A importância de se respeitar os animais

Nas últimas aulas de nossa regência, nossas reflexões rumaram à conscientização da importância de se respeitar os animais. Novamente, a sequência didática foi a mesma para ambos os níveis de ensino, apenas trabalhamos com outro tema. Consideramos que o ensino médio teria um senso crítico maior para pensar acerca do consumo da carne de animais.

Iniciamos a aula, nas duas turmas, com a declamação do poema “Pescaria”, de Cecília Meireles.

Pescaria

Cesto de peixes no chão.
Cheio de peixes, o mar.
Cheiro de peixes pelo ar.
E peixes no chão.

Chora a espuma pela areia,
na maré cheia.

As mãos do mar vêm e vão,
as mãos do mar pela areia
onde os peixes estão.

As mãos do mar vêm e vão,
em vão.
Não chegarão
aos peixes no chão.

Por isso chora, na areia,
a espuma da maré cheia. (2017, web)

Pedimos para que os discentes fechassem os olhos e construíssem mentalmente as imagens sugeridas no poema. A ideia central deste poema de Meireles é que o mar sente falta dos peixes pescados e luta para trazê-los novamente (imagem das ondas invadindo a areia).

No oitavo ano, interpretamos o conto “A Rainha”, de Libanori.

A rainha

Está certo, estou longe do sangue derramado porque não como carnes, nem passo perto do frigorífico de carnes no supermercado. Evito todo o contato possível com o sofrimento dos animais. Mas no trânsito não dá, no trânsito a gente vê as éguas, os cavalos que puxam carroça, o tão-normal “animais de tração”. Que aperto no peito. Como dói meu coração...

Hoje eu vi uma égua linda, toda malhada, robusta, forte. Vi vitalidade e força nela: decerto era uma égua jovem. E toda uma vida para viver sendo explorada... Ela, tão linda e poderosa, e tão aprisionada. Ela lá, no meio dos carros, ela que já foi a rainha dos prados, o relincho glorioso para o céu, para a noite, para a vida. Agora, uma égua de puxar carroça, uma égua de para-sempre puxar carroça. Eu vejo e nada falo, nada faço. O que posso fazer? O carroceiro está dentro da legalidade, a égua é bem tratada para os olhos especistas.

Fico com raiva: “Por que, Deus, o Senhor me põe nessas cenas, se eu nada posso fazer e soffro? Por que o Senhor me deu esse coração que é de carne e que sente o que vê?” Então, escrevo. Que nas ruas da cidade de Maringá tem uma égua linda, malhada, majestosa e rainha, ainda. Só que puxa carroça... (LIBANORI, 2014, p.65)

A narradora protagonista do conto não concorda com a utilização da égua como instrumento de trabalho, como veículo de tração, ao contrário da sociedade que está amparada pela legalidade (leis especistas). Ela sofre e se vê incapaz de mudar a realidade. O termo “especista” foi a ponte que tivemos para falar dos conceitos próprios da defesa animal e da Literatura Animalista Abolicionista.

Já no ensino médio, levamos o conto, da mesma autora, intitulado “Compras no Mercado”.

Compras no mercado

Ontem eu fui ao mercado. Tinha que comprar pão. E a padaria é do lado do açougue. Que ideia nada a ver aproximar pão e sangue no mercado. Eu só queria pão, pão francês, que não tem ovos nem leite. Mas a padaria é do lado do açougue.

Eu já tinha esbarrado com ela, antes: uma menina com uns oito anos, uma monstrinha. Ela corria no mercado e trombava nas pessoas. Aí ficou do meu lado direito: ia comprar carnes. Ela se debruçou no vidro do balcão e ficou lá, bem em cima dos pedaços dos animais. Patas e costelas expostas, sangue por todos os lados. Tudo vermelho, uma guerra, uma carnificina. E ela lá: “Mãããe, que carne que a senhora quer? Hein, mãããe?” Uma voz aguada e enjoada. E a mãe: “Espera, eu já vou aí”. E a mãe se aproximou.

A menina olhava os pedaços de corpos, avaliava como quem entendia. É jovem e esperta: entende de carnes, sim senhor! Fiquei imaginando se aquele balcão de vidro rompesse e ela caísse dentro... “Um quilo da menininha, faz favor. Pra fazer sabão”. Não pude evitar o pensamento. O que fazer de mim e comigo? Será que eu tenho jeito? Seria uma vitela... criancinha na panela. Eu, a bruxa má das historinhas, fazendo sabão com as boas menininhas...

A menina ficou ouvindo o pedido da mãe, aprendendo tudo. A mãe e a filha predadoras andando juntas no mercado. A feroz família feliz. Para elas, tudo está em ordem e está bem. E eu e esse nó na garganta. (LIBANORI, 2014, p.23)

Durante a interpretação, que foi escrita no quadro, expomos que esse conto é dotado de cruzeza, estilo forte e agressivo, o que pode parecer cruel para os alunos e para todos os que têm um primeiro contato com as ideias de abolição animal. A cena vivida no mercado acontece em todos os lugares, todos os dias. O conto da aula passada tinha amor, a delicadeza, declarações engajadas de amor aos bichos. Nesse momento, introduzimos as reflexões sobre a Literatura Animalista Abolicionista. Entregamos para as duas turmas um *Clipping* contendo informações abolição animal, extraídos, em sua maioria, do livro *Educação Vegana*.

Nesse material, mencionamos as origens do nosso comportamento especista, herdado do pensamento mecanicista do filósofo René Descartes (1596-1650), que considerava o animal como uma máquina, e do descaso da Igreja. Elencamos as formas de exploração dos

animais que são apropriados e transformados em comida, em vestimenta, em alimentação, em entretenimento, em experimentos laboratoriais, em companhia e em objeto de trabalho. A ética animal permite-nos compreender o pensamento biocêntrico e humanista e propõe a reflexão da identidade humana no que se refere ao respeito e consideração ética para com outras espécies animais além da humana. Apresentamos, para a turma, os filósofos contemporâneos Peter Singer (1946), que inaugurou a visão abolicionista ao defender que os animais são sencientes (junção dos termos sensibilidade e consciência), assim como os humanos, e Sônia Felipe (1954), que argumenta a respeito da inferioridade humana, o rebaixamento moral, no aproveitamento da vulnerabilidade de seres indefesos. A ideia de que o homem é superior às demais espécies tem um nome: especismo. Por fim, colocamos no *Clipping* que a literatura animalista abolicionista é um tipo de texto literário preocupado em defender e libertar os animais da tirania humana.

No final da aula, declamamos o poema “O Bicho”, de Manuel Bandeira, e destacamos que o problema abordado no poema se refere à fome. Em se tratando de animais, poderíamos falar sobre o abandono.

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem (2017, web).

A Literatura nos faz enxergar outras perspectivas. Se é tão triste e doloroso para um humano, porque não o seria para um animal? Até então, os alunos tiveram apenas contato com a obra literária de Evely Libanori; eles ainda não sabiam que por trás da narradora dos contos lidos, estava uma pessoa engajada com a abolição animal. Nesse momento, lemos o prefácio do livro *Nós, animais* e apresentamos detalhadamente como era o trabalho acadêmico de Libanori. No edital das salas, fixamos orientações sobre como proceder em casos de maus-tratos aos animais e sugerimos *links* de sites que estão em prol da defesa animal.

Com relação à recepção do tema, os alunos do ensino fundamental demonstraram contentamento diante da nossa abordagem de discutir as questões e, ao final, sintetizar a

interpretação; e pareceram participativos e interativos, sobretudo quando falavam das experiências com animais, histórias de violência e aventura. Já a turma do ensino médio mostrou-se mais apática e menos participativa. Mesmo sem o envolvimento e a participação que esperávamos, conseguimos cumprir o que estava planejado em nosso plano docente. Utilizando os conceitos da ética animal, listando as práticas que ferem a integridade dos animais e apontando que eles são seres semelhantes aos humanos conseguimos cumprir esses objetivos. Os textos literários escolhidos afirmavam nossa defesa deles a todo momento.

Considerações finais

O Estágio Curricular Supervisionado III contribuiu para nossa formação profissional docente na medida em que nos proporcionou experiências e pontos de vista com os quais não tivemos contato antes, visto que foi primeira vez que entramos em sala de aula como docentes. Após a realização do estágio, podemos dizer que a nossa formação inicial na graduação está condizente para nos tornarmos boas professoras de Literatura. Podemos concluir que os alunos do ensino fundamental e os alunos do ensino médio mostraram-se receptivos e abertos ao tema trabalhado.

Nas duas primeiras aulas, havíamos proposto interpretar a presença do animal e as relações entre o ser humano e o ser não humano na Literatura Brasileira. Acreditamos que conseguimos deixar claro aos alunos as diferentes relações entre humanos e animais nos textos literários trabalhados. Nas últimas aulas, o objetivo era fazer com que os estudantes reconhecessem a importância de respeitar os seres não humanos, de acordo com os fundamentos da filosofia animalista abolicionista.

Com as duas turmas, experimentamos extremos: os estudantes do oitavo ano participaram mais ativamente das reflexões, proporcionando mais dinâmica e possibilitando uma maior construção de conhecimentos; no primeiro ano, enfrentamos certa apatia, indiferença e desinteresse de metade da turma. Percebemos que os discentes de ambos os níveis de ensino gostaram da nossa metodologia. Conseguimos cumprir com tudo o que estava programado e cremos que a mensagem foi passada: pelo menos em alguns corações, as sementinhas plantadas irão germinar.

Transmitir a defesa animal por meio da Literatura mostra-se eficiente, uma vez que os documentos que orientam nosso ensino reconhecem a Literatura como um elemento de formação do indivíduo voltado para o desenvolvimento de competências, valores e habilidades, a sensibilização, a mobilização e o enriquecimento intelectual culminando na

mudança de atitude. A Literatura detém o poder de mudar o mundo e as pessoas, já dizia Antonio Candido ao falar da força humanizadora dela. O papel da escola, em formar o indivíduo crítico e reflexivo, é verificável nas aulas de Literatura. Trabalhar com as ideias da abolição animal nas nossas regências contribui para o compromisso que a Literatura e a escola têm com a sociedade.

A experiência do Estágio III proporcionou-nos o contato real com a situação de sala de aula, com todas as suas problemáticas: turma grande, sala pequena (turma pequena e sala grande), desinteresse dos alunos, conversas paralelas, interferências externas e os imprevistos. Mais que uma disciplina, trata-se de uma importante etapa da formação do futuro docente.

Referências

Colégio Estadual João XXIII Ensino Fundamental e Médio. **Projeto político-pedagógico**. Maringá, 2012. Disponível em: <<http://www.mgajoao.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/19/1530/42/arquivos/File/ppp/ppp2012.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

Colégio Estadual Theobaldo Miranda Santos. **Projeto político-pedagógico**. Maringá, 2011. Disponível em: <<http://www.mgatheobaldosantos.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

DENIS, Leon. **Educação Vegana**. São Paulo: FiloCzar, 2017.

FRANCO JUNIOR, Arnaldo. **Níveis de leitura: teoria e prática**. Apontamentos nº 49. Maringá: Eduem (Col. Apontamentos), Setembro/1996.

LIBANORI, Evely Vânia. **Nós, animais**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação básica**. Curitiba: SEED, 2008.

ROCHA, Justiniano José. **Fábulas (imitadas de Esopo e La Fontaine)**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/fabulas.html>>. Acesso em: 08 maio 2017.

ZAVATINI, Maria Silvani; LIBANORI, Evely Vânia. **Amados e desprezados: os animais e os usos humanos**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uem_port_artigo_maria_silvani_zavatini.pdf>. Acesso em 01 jun. 2017.

JELLY



Fêmea, olhos verdes, pelo curto.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

JIMMY



Macho, castrado, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

Abandono animal: crime, pecado e traição em “O Crime do Professor de Matemática”, de Clarice Lispector

Evely Libanori (UEM)

Elda Firmo Braga (UERJ)

Rosiane Cristina de Souza (UEM)

Não posso ver um cão na rua, nem gosto de olhar. Você sabe que revelação foi, para mim, ter um cão, ver e sentir a matéria de que é feito um cão. É a coisa mais doce que eu já vi, o cão é de uma paciência para com a natureza impotente dele e para com a natureza incompreensível dos outros... E com os pequenos meios que ele tem, com uma burrice cheia de doçura, ele arranja modo de compreender a gente de um modo direto.

(LISPECTOR, 2007)

Introdução

Desde o primeiro romance de Clarice Lispector, os animais tiveram continuamente uma posição de destaque em sua produção literária. Diversas personagens pensam sobre a maneira como o ser humano considera os animais e, nesse sentido, sobressaem-se ideias filosóficas de ordem existencial, moral e ética. Os animais são contemplados, no conjunto de obras desta autora, como criaturas completas, já que não se evidencia, neles, uma divisão entre ser e parecer e, por isso, estariam situados em um estado de plenitude jamais alcançado por um humano. Os animais representados literariamente por Clarice nos permitem, ainda, a possibilidade de (re)pensarmos nossas condutas e ações, como o questionamento de algumas personagens se seria correto ou não matar um ser para consumir o seu corpo e se alimentar do seu sangue.

No conto “O crime do professor de matemática”, o protagonista não nomeado teve um cachorro durante um determinado tempo e depois o abandonou. Anos mais tarde, a consciência de haver praticado um ato covarde, todavia o persegue. Ele se refere a este abandono ora como um crime, ora como pecado e ora como traição. Esta narrativa de Lispector mostra um entendimento de uma essência humana que transcende um paradigma imposto para uma pessoa ser considerada correta dentro de certos padrões de moralidade. A forma pela qual alguém se relaciona com os animais representa, aqui, um valor bastante significativo nesta equação.

O objetivo desse artigo é refletir acerca da ideia de crime, pecado e traição, considerando, respectivamente, os seguintes códigos: o jurídico e das leis, o religioso e o ético – mais propriamente dita a “Ética Animal”. De uma maneira mais específica, vislumbraremos

acerca da relação deste professor com o seu cão e, de modo mais amplo, sobre a forma pela qual os seres humanos, em geral, na sociedade na qual vivemos, (des)consideram os animais.

A fundamentação teórico-crítica para a análise proposta tem um viés interdisciplinar, pois virá de saberes relativos a diferentes áreas de conhecimento. Assim, a noção de crime no tratamento para com o animal estará calcada na Lei 9605 da *Legislação de Direito Ambiental*, de 1998. A ideia de pecado será discutida com base no *Catecismo da Igreja Católica* (2002), documento oficial voltado para um maior entendimento dos valores fundamentais da fé cristã. O pensamento de que o ser humano deve agir com ética no trato dos animais não humanos provem, principalmente, do filósofo Peter Singer (2004), com *Ética e Libertação Animal*, e do juiz e ativista dos direitos dos animais, Gary Francione (2013), com *Direitos Animais*.

Nesse sentido, na primeira seção, apresentaremos considerações sobre Clarice Lispector, com destaque para a representação animal na poética desta autora; na seguinte, contemplaremos a Ética Animal Abolicionista, voltada para a conscientização humana da importância de tratar os animais eticamente; enquanto que, na última, apreciaremos criticamente o conto “O Crime do Professor de Matemática”.

1. Considerações sobre Clarice Lispector

Clarice Lispector (1922-1977) surgiu para o universo literário em 1944 com o romance *Perto do coração selvagem*. Esta obra causou estranheza aos leitores em função do nível de experimentação estética e da investigação da alma humana; resultando em personagens complexas do ponto de vista emocional e psicológico. A fábula não é o que propriamente interessa, pois a sucessão linear dos acontecimentos não é tão relevante. O mais importante são os reflexos dos acontecimentos na vida das personagens. A fábula é um frágil fio que sustenta as indagações das personagens acerca de si e dos outros. A cronologia dos acontecimentos é substituída pela correlação de pensamentos e/ou sensações sem uma ligação direta entre causa e consequência. Os fatos são substituídos por emoções e reflexões acerca do ato de viver. Os cenários externos e seus componentes, como plantas, animais, pessoas, ganham significado quando atingem o eu. As personagens estão voltadas para a observação do exercício de viver. Desse modo, há temas que são recorrentes na produção literária da autora, como o drama da existência, a morte, o sobrenatural, o outro, o outro animal.

Esse estudo consiste em interpretar “O Crime do Professor de Matemática”, constante da coletânea de contos *Laços de família*, a partir do pensamento ético animalista. Este conto expõe a culpa de um homem por ter abandonado um cão, prevalecendo reflexões acerca de

uma habitual visão dos animais como meros utensílios à disposição do ser humano. Antes de proceder à análise de referida narrativa, explicaremos a importância dos animais na obra da autora.

Os animais estão presentes em quase todos os textos de Clarice e ganham destaque especial em alguns. É o caso do romance *A paixão segundo G.H.*, cuja barata é o ser que desarticula o mundo ordenado da personagem G.H. Em *Água viva*, os animais evocam a ancestralidade da existência humana e provocam questionamentos sobre a nossa identidade. O animal não humano figura como protagonista nos seguintes contos: “O Crime do Professor de Matemática”, “Uma Galinha”, “Macacos”, “Tentação”, “Morte de uma Baleia”, “O Pequeno Monstro”, “O búfalo”, “O Ovo e a Galinha”. A produção literária infantil da autora preocupa-se, igualmente, em mostrar a alteridade animal para as crianças e despertar, nelas, a sensibilidade e o respeito para com os não humanos.

Existem, pelos menos, dois caminhos críticos para se pensar a presença do animal na obra de Clarice. Um deles consiste na “poética animal”: conjunto de procedimentos estéticos adotados pela autora para a criação da imagem do animal. O outro versa sobre a “ética animal”: exposição de questionamentos acerca da ética com a qual os humanos tratam os animais. Evidentemente, esses caminhos se encontram e se completam. Em alguns momentos, animais e humanos se olham e, nessa troca de olhar entre eles, ocorre um aprendizado. Nesses instantes, a presença dos animais “reflete esse sentido supraético que toma a busca da autenticidade humana” (NUNES, 1973, p.127). É como se animais e humanos já tivessem ultrapassado barreiras e diferenças para ser, tão-somente, seres lançados à contingência de nascer para morrer.

A estilização formal de representação dos animais, ou seja, a poética animal consiste em mostrá-los em sua própria ontologia e não em função de algum valor ou símbolo humano, que ultrapassasse a vida daqueles seres. O *éthos* animal interessa porque o humano pode aprender com eles acerca da sua própria natureza animal e também se reconhecer como tal. É justamente neste movimento que a alteridade se manifesta, pois não se trata somente de um deslocar-se de si para chegar a um “outro”, mas de uma ida e volta, sendo que no retorno se traz marcas deste “outro”. Para Benedito Nunes (1973, p.131), a presença dos animais em Clarice é condição para pensar a própria identidade humana:

Os animais gozam, no mundo de Clarice Lispector, de uma liberdade incondicionada, espontânea, originária, que nada – nem a domesticação degradante de uns, nem a aparência frágil e indefesa de outros – seria capaz de anular. Se o reino que eles formam está firmemente assentado na própria

Natureza, é porque se acham integrados ao ser universal de que não se separaram e de que guardam a essência primitiva, ancestral e inumana. O poder obscuro, nem sempre desagregador, que carregam – razão de sua presença ativa – é o testemunho permanente da plenitude ontológica: identidade sem fissuras, substancial, imune à inquietude da “consciência infeliz”, e que nos foi tirada.

Desse modo, os animais podem ser vistos como seres livres, plenos, porque possuem e exercem autenticamente as possibilidades de existência, sem descontinuidade, do seu ser. A exaltação da vida instintiva e plena, somente realizada nos animais, prende-se ao desejo das personagens de conter o fluxo incessante do tempo. Viver apenas o presente, sem noção de sucessão de tempo, sem ligação com o passado ou o futuro, tornaria o humano semelhante ao animal. Somente quando algo se fez passado, quando está apto a entrar em contraposição com outro fato temporal, o tempo passa a ser perceptível para o humano. Não sendo mais complexo que um animal, vivendo apenas o momento presente, o humano poderia alcançar a felicidade.

Clarice levanta questionamentos éticos sobre a condição do animal em nossas vidas. As personagens tematizaram o hábito de comer carnes, o abandono, o comércio de animais domésticos, o tráfico da fauna silvestre. O ato de comer carnes é tido como brutalidade e crueldade para com os seres não humanos, resquício de um comportamento ancestral que poderia ter sido eliminado. A ideia do animal como “posse” do ser humano é tematizada em contos e em passagens de romances nos quais retratam, ainda, a degradação e a humilhação imposta por nossa cultura, principalmente aos macacos, galinhas e cães. A autora não foi vegetariana e tampouco as suas personagens, mas ela adiantou a discussão hoje proposta pela Ética Animal Abolicionista, ramo da Filosofia no qual o animal é considerado como ser digno de consideração, de respeito e de tratamento ético, pensamento posterior à época da vida da autora.

O conto “O Crime do Professor de Matemática” foi publicado em 1960, época na qual não havia um conjunto sistematizado de ideias que pensassem a ética humana para com o animal, voltando-se para a defesa da vida destes seres.

2. Contemplação da Ética Animal Abolicionista

A Ética Animal Abolicionista tem início em 1975 com a publicação do tratado filosófico *Libertação animal*, de Peter Singer. Com base em princípios filosóficos, Singer argumenta em favor da ética para com os animais não humanos e defende o fim de todas as

formas de exploração impostas a eles. A capacidade para o sofrimento é um dos primeiros argumentos do filósofo em favor da abolição da exploração animal. Segundo Singer (2004, p.10):

Se um ser sofre, não pode haver qualquer justificativa moral para deixarmos de levar em conta esse sofrimento. Não importa a natureza do ser, o princípio da igualdade requer que seu sofrimento seja considerado em pé de igualdade com sofrimentos semelhantes – na medida em que comparações aproximadas possam ser feitas – de qualquer outro ser.

É evidência científica que animais humanos e não humanos são igualmente sencientes, ou seja, portadores de consciência e dos mesmos cinco sentidos físicos e, portanto, capazes de experimentar o sofrimento da mesma forma. Tal evidência é suficiente, na concepção dos filósofos da abolição animal, para o corpo dos não humanos serem deixado em paz.

Nossa cultura é especista, pois entende que os animais não humanos existem apenas para servir aos humanos e atender as suas necessidades de comer, vestir, estimar, entreter, testar. O pensamento especista consiste basicamente na seguinte concepção: homens e mulheres são superiores aos animais e dita superioridade reduz estes em posse e coisa daqueles. Sendo assim, nascer em corpo humano já seria suficiente para dar a este indivíduo poder para usar os seres de outras espécies como lhe convier.

Dentro dessa concepção, os animais passam a ser divididos em dois grupos: os de estimação e os de consumo. Os incluídos no primeiro são vistos como eleitos para receber e dar afeto ao ser humano, tendo atendidas as suas necessidades de alimento, segurança e cuidado médico-veterinário. Os outros são invisíveis como presença corpórea, pois são usados aos pedaços na alimentação, vestimenta, testes de laboratórios. Os hábitos especistas resultam no horror de vida e de morte dos animais não humanos. Eles são explorados no âmbito do mercado capitalista e suas vidas se justificam pelo lucro daquele que se responsabiliza por ele, o “dono” ou o “produtor”.

Uma postura especista considera o humano como o único animal cujo corpo não poderia ser preso, usado, assassinado. Liberdade e direito à vida são prerrogativas apenas dos animais humanos. O autointeresse da nossa espécie considera legítimo o confinamento de bois, frangos e porcos em espaço reduzido – com uma curta vida – para o “produtor” lucrar mais e mais com a venda de seus corpos. Embora seja inquestionável, nos dias de hoje, o sofrimento físico e psicológico dos animais, ainda é moralmente aceitável usá-los em experimentos das ciências biológicas.

Gary Francione, professor de Direito e filósofo, tem atuado com ações e ideias para os animais serem reconhecidos no Código Civil como sujeitos de direito. Diferentemente de Singer, Francione foca o *status* legal dos animais em nossa cultura, alegando que eles continuarão sendo tratados como coisa enquanto forem considerados como propriedade privada de alguém. Ele defende a inclusão da abolição da exploração animal em toda e qualquer teoria cujo objetivo seja dar importância à vida destes seres. No pensamento do filósofo (2013, p.28),

Se realmente acreditarmos que os animais não são meras coisas e que eles têm interesses moralmente significativos, então, endossando a teoria dos direitos de outras maneiras ou não, estamos comprometidos com a posição de que não podemos mais tratar os animais como nossos recursos. Isso não significa que não possamos favorecer humanos em situações de verdadeira emergência ou conflito, mas não podemos fabricar essas situações de conflito através de uma estrutura moral que supõe que os animais não passem de recursos para os humanos.

O direito de não ser tratado como uma propriedade alheia é a premissa para todos os animais. A abolição da exploração animal envolve as mais variadas áreas em que a nossa cultura convencionou usá-los para, em seguida, garantir-lhes o direito constitucional à vida, saúde, segurança e não sofrimento. Francione chama de “esquizofrenia moral” o modo como tratamos os animais.

No Brasil, Sônia Felipe tem sido uma das mais importantes vozes em favor da inserção dos animais no círculo da nossa consideração ética. A filósofa abolicionista examina a condição de vida e de morte dos animais cujas vidas e corpos se destinam aos usos humanos. Ela explica as implicações éticas e ambientais advindas da criação de animais para lucro humano. Também trata das consequências na saúde, do hábito de se consumir as carnes, as secreções mamárias e os ovos de outros animais. O trabalho de Felipe põe em evidência o animal, a sua condição de vida, de saúde física, psicológica e mental em uma sociedade exploradora. O abandono também é alvo do seu olhar: “tanto animais quanto crianças são abandonados, vítimas de uma concepção de superioridade que deveria ser revestida por responsabilidade, que esta superioridade fosse transformada em cuidado, em dever de cuidar e não pisar, maltratar, humilhar” (FELIPE, 2018, *web*).

A racionalidade humana, sede da propalada “superioridade” em relação aos animais, deveria ser usada em favor dos seres mais vulneráveis. Aproveitar-se dos animais, que não podem se defender da capacidade humana de lhes fazer mal, não deveria ser, de forma alguma, considerada como uma expressão de superioridade.

Expostas as principais ideias da Ética Animal Abolicionista, é tempo de ver a presença delas no conto em análise.

3. Apreciação de “O Crime do Professor de Matemática”

O conto apresenta a seguinte fábula: um homem não nomeado e identificado apenas pela sua profissão de “professor de Matemática” encontra um filhote de cachorro abandonado e o adota. O bichinho é incorporado à família e é amado pelos dois filhos do professor. Anos depois, eles precisam ir para outra cidade e a mãe e a avó materna dos pequenos enfatizam o incômodo que seria levar o animal na mudança. As crianças choram, ficam inconsoláveis, mas o pai ignora o visível impacto da triste notícia causado em seus filhos.

Esta narrativa, cujo tema principal é o abandono de um cachorro e a culpa de quem o deixou desamparado, foge a um aspecto bem evidente nas obras de Clarice. Suas produções literárias, geralmente, contam com uma presença muito expressiva de significativas personagens e narradoras femininas. No entanto, o conto em estudo, centrado na relação entre humano e animal, mais precisamente entre um homem e dois cães, tem como protagonistas personagens masculinos.

O racional professor de Matemática, que repetidamente ajeita a roupa, tira e põe seus óculos, é caracterizado no conto como um homem metódico, calculista, frio, objetivo, preciso: “Não havia nenhuma confusão na cabeça do homem. Ele se entendia a si próprio com frieza, sem nenhum fio solto” (LISPECTOR, 2009, p.119), “pensou lúcido” (LISPECTOR, 2009, p.120), “pensou o homem cada vez mais lúcido” (LISPECTOR, 2009, p.124), “Sentado na chapada, sua cabeça matemática estava fria e inteligente” (LISPECTOR, 2009, p.124), “Procurava friamente um modo de destruir o falso enterro do cão desconhecido” (LISPECTOR, 2009, p.125).

O professor não se esquece do cão abandonado. Anos depois, dá-se conta do crime praticado e se sente mal com a sua própria consciência. Andando na rua, ele encontra um cão desconhecido morto. Então, leva o seu corpo até uma colina para enterrá-lo. Pensando ser esta uma legítima forma de tentar se redimir do abandono do outro cachorro, ele examina o cenário, olha para o animal, respira e o enterro do cachorro é o fim deste ritual.

Um cão morto é caracterizado como “cachorro desconhecido”, “cão desconhecido”, “cão escuro”, “infamiliar” e considerado um substituto do outro, o abandonado, retratado como o “verdadeiro cão”. Este é a única personagem que recebe um nome próprio: José. Sua

escolha é assim explicada pelo professor: “Dei-te o nome de José para te dar um nome que te servisse ao mesmo tempo de alma” (LISPECTOR, 2009, p.121). Em hebraico, este nome significa “possa a complacência de Deus aumentar” (METZGER; COOGAN, 2002, p.166). José cumpriu o destino vaticinado pelo seu nome, pois, de fato, fez aumentar a complacência divina diante do comportamento de seu tutor.

O cão morto e desconhecido – o “falso” – enterrado como se fosse outro – o “verdadeiro” – representa uma espécie de homenagem ao cachorro outrora abandonado e, ainda, uma forma de o homem tentar superar a culpa pelo ato cometido.

O texto se compõe de ações e gestos premeditados, como quem celebra uma cerimônia religiosa para, depois, pedir algo a seu Deus. O enterro do cão morto figura como uma reprodução simbólica, pois um animal desconhecido e sem nome ganha relevância na narrativa ao gerar uma crise que contribui, por meio de um autêntico e interessante fluxo de consciência – momentos de introspecção, uma viagem introspectiva – do professor de Matemática, para revelar a profundidade da essência desta personagem, seu lado mais íntimo, seus fantasmas interiores. Ele acreditava, inicialmente, que o seu ato de bondade para com o cão desconhecido poderia limpar a mácula inscrita em sua biografia quando abandonou o próprio cão.

3.1 A importância do olhar

A ação de olhar está presente em muitas partes de “O Crime do Professor de Matemática”. Os olhos ganham uma relevante função metafórica, como se pode conferir a seguir: “(...) as crianças choraram, e eu não olhava nem para elas nem para ti, José.” (LISPECTOR, 2009, p.124). É interessante notar, nesse fragmento, certa covardia do protagonista por não conseguir ver o choro vertido dos olhos de seus filhos. A mesma covardia também pode ser percebida com relação ao seu cão, pois ele também desvia a sua visão da do animal não humano:

eu disfarçava como podia. (...) como me espiavas! Eu então olhava o teto, tossia, dissimulava, olhava as unhas. Mas nada te comovia: tu me espiavas. (...) nada te distraía: tu me espiavas. Tolo que eu era. Eu tremia de horror, quando eras tu o inocente: que eu me virasse e de repente te mostrasse meu rosto verdadeiro... (LISPECTOR, 2009, p.123).

Não enxergar os olhos do outro para não encarar o sofrimento provocado significa que, em algum nível de percepção, o professor sabia a gravidade moral do seu ato. Optar por não olhar não trouxe paz para a sua consciência. Na citação anterior, também se nota um

temor de reconhecimento de seu verdadeiro “eu” no reflexo de sua imagem no olhar de seu cão que poderia ser entendido como um espelhismo ou mesmo um espelho: o olhar do cão poderia projetar quem era o professor de fato.

Outros exemplos de espelhismos são encontrados igualmente em outras partes do conto:

Pôs-se (...) a pensar com dificuldade no verdadeiro cão como se tentasse pensar com dificuldade na sua verdadeira vida.

“Enquanto eu te fazia à minha imagem, tu me fazias à tua”.

De ti mesmo, exigias que fosses um cão. De mim, exigias que eu fosse um homem.

Agora estou bem certo de que não fui eu quem teve um cão. Foste tu que tiveste uma pessoa (LISPECTOR, 2009, p.121).

Figura, nos fragmentos anteriores, um interessante jogo de espelhismo entre o professor e o seu cão, manifestando também uma imagem de alteridade entre eles. Do mesmo modo é perceptível, aqui, uma inversão: o homem pensava ser o dono do cachorro, mas depois chegou à conclusão do contrário, na verdade o cachorro era o seu dono.

A narrativa tem início justamente no momento em que o professor alcança o pico de uma colina levando o saco com o cachorro morto. Em suas mãos, o peso deste corpo pode simbolizar, de forma análoga, o seu remorso, a sua culpa. Antes de retirar o cachorro da improvisada mortalha, o professor observa o espaço à sua volta:

Olhou para baixo com olhos míopes. Os católicos entravam devagar e miúdos na igreja, e ele procurava ouvir as vozes esparsas das crianças espalhadas na praça. Mas apesar da limpidez da manhã os sons mal alcançavam o planalto. Via também o rio que de cima parecia imóvel, e pensou: é domingo. Viu ao longe a montanha mais alta com as escarpas secas. [...] A única árvore da chapada balançava os ramos. Ele olhou-a (LISPECTOR, 2009, p.118).

O cenário observado prepara a personagem para o ritual de expiação do pecado. Os seres e cenas olhados são os católicos, o rio, a árvore, a montanha. De fato, o ato de ver envolve uma seleção de elementos encontrados em um entorno de alguém; estabelecendo uma relação entre a ação de olhar e aquilo que é visto. Em *Modos de ver*, John Berger estuda as formas como a nossa cultura vê as mulheres nas pinturas europeias. Berger explica o caráter dinâmico e interativo da visão:

Nunca olhamos para uma só coisa de cada vez; estamos sempre a ver a relação entre coisas e nós próprios. A nossa visão está em constante atividade, sempre em movimento, sempre captando coisas num círculo à sua

volta, constituindo aquilo que nos é presente, tal como somos (BERGER, 1972, p.12-3).

Os católicos e o rio de águas paradas revelam a relação do professor com sua religião e com as próprias crenças. Os católicos vão “devagar” e são “miúdos”, e o rio tem águas estagnadas. A moral cristã de tratamento para com os animais é duramente criticada no conto, justificando o uso de tais qualificativos. O rio parece “imóvel”, contradizendo a sua própria natureza de água corrente e sua constante mobilidade. A água é o símbolo universal do devir, pois está em constante mudança. As águas tornadas imóveis desfazem a própria existência do rio. Católicos lentos e rio com águas paradas ocupam o plano horizontal e impessoal, de onde o professor se retirou, pois ele está no alto de uma colina. Sua percepção revela a sua essência ou aquilo em que ele está se transformando.

No plano vertical, o professor está sozinho. Junto a ele, somente há uma árvore cujo balançar de seus galhos contrasta com o rio parado, sem movimento. Por ser míope, o professor não enxerga nitidamente os contornos dos objetos à distância, mas vê perfeitamente bem o que estiver mais próximo dele. E o elemento encontrado mais perto de seus olhos, neste momento, porque lhe fala ao coração, é a elevada montanha ao longe. A visão do professor revela o seu pensamento e “muitas vezes, o diálogo é uma tentativa de verbalizar isso mesmo – uma tentativa para explicar como, metafórica ou literalmente, ‘se veem as coisas’ e uma tentativa para descobrir como ‘o outro as vê’” (BERGER, 1972, p.13).

3.2 O abandono animal como crime, pecado e traição

No conto, o professor de Matemática considera o abandono de seu cão ora um crime ora um pecado. O primeiro termo tem relação direta com o âmbito jurídico, e o segundo, com o campo religioso. Roberto Corrêa dos Santos (2012) considera representada neste conto “a falência dos critérios com que operam” tanto os códigos religiosos (divino) quanto os jurídicos (social):

De um lado, (...) o religioso: “ninguém vai para o Inferno por abandonar um cão que confiou num homem”. De outro, (...) o jurídico: “ainda não haviam inventado castigo para os grandes crimes disfarçados e para as profundas traições”. E entre os dois códigos de julgamento – o social e o divino – o homem é questionado como elemento de poder, por conseguir ser “mais esperto que o Juízo Final” (web, p.87).

Neste texto literário, é possível identificar um campo semântico relacionado a cada uma destas esferas: a jurídica e a religiosa. Por um lado figuram os seguintes termos: “culpado”, “crime maior”, “crime menor”, “grandes crimes”, “condenava”, “cúmplices”,

“acusassem”, “punissem”, “condena”, “condenarias”, “perdão”, “pagar a dívida”, “ficar livre de seu crime”, “assumisse o seu crime”, “procurava um meio de não se ter punido”, “renovara o seu crime”, “testemunha”. Por outro, encontram-se: “pecar”, “pecado”, “pequei”, “culpado”, “perdão”, “testemunha”, com destaque para esta última: “O homem então olhou para os lados e para o céu pedindo testemunha para o que fizera”; neste fragmento, a direção do olhar do protagonista indica o âmbito no qual ele busca fazer um contato visual: para o lado nos remete à esfera terrena/humana – jurídica – e para o céu à esfera celeste/divina – religiosa.

No conto, também toma forma um jogo entre esquecimento e lembrança, e entre a ação de ocultar-se – representando uma espécie de prisão – e a de revelar-se – uma forma de se confrontar com suas angústias e remorsos, uma tentativa de se libertar de uma culpa secreta:

Olhou a cova coberta. Onde ele enterrara um cão desconhecido em tributo ao cão abandonado, procurando enfim pagar [uma] dívida (...). Procurando punir-se com um ato de bondade e ficar livre de seu crime (LISPECTOR, 2009, p.125).

Deu um suspiro fundo, e um sorriso inocente de libertação. Sim, fizera tudo. Seu crime fora punido e ele estava livre (LISPECTOR, 2009, p.121).

Era de se esperar, então, o sossego do seu tormento moral e isso não acontece. Esta sensação de liberdade é efêmera, pois ele percebe ser impossível se livrar de sua culpa, fugir das implicações de seus atos. Com isso, desenterra o cachorro, desfaz o ritual realizado, apagando a intenção que havia.

Em 1960, ano da publicação da narrativa, abandonar animais ainda não era considerado crime. No Brasil, data de 1986, a primeira norma jurídica para proteger animais de abusos e crueldade. Trata-se do *Código de Posturas do Município de São Paulo*, cujo artigo 220 proibia os cocheiros de maltratar os animais com castigos bárbaros e imoderados. A pessoa flagrada maltratando um cavalo receberia multas.

A *Constituição Federal*, de 1988, decreta que o meio ambiente e seus animais estão sob a proteção do Poder Público e proíbe a realização de toda e qualquer prática cruel cometida contra os animais silvestres. No entanto, o mais importante documento de uma nação, esta *Carta Magna*, não contempla os animais domésticos e, tampouco, qualifica o delito para quem descumprir a norma. Em 1998, com a *Lei de Crimes Ambientais 9605*, animais domésticos passaram a ter seus direitos garantidos, sendo que estes parecem ser um apêndice do escopo, pois em primeiro lugar está a proteção dos animais silvestres, nativos ou exóticos. Examinamos o texto da Lei:

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá providências.

(...)

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa (BRASIL, 2018, web)

Hoje, tramita na Câmara dos Deputados, o anteprojeto do *Novo Código Penal*, que inclui os animais como sujeitos de direito e passa a considerar como crime tanto a agressão quanto o abandono de animais, prevendo penas mais altas para os agressores do que as previstas na Lei 9.605 de 1998. A sensibilidade demonstrada pelo professor de Matemática está muitas décadas à frente de seu tempo.

Em 2010, o *Código Penal da Espanha* tipificou o abandono de animal doméstico no artigo 631.2: “Quienes abandonen a un animal doméstico en condiciones en que pueda peligrar su vida o su integridad serán castigados con la pena de multa de quince días a dos meses” (Espanha, 2010, web). Em 2015, a França alterou o *status* jurídico dos animais no *Código Civil*; eles deixaram de ser “bens do ser humano” e passaram a ser designados como “seres sencientes”. Em 2017, Portugal também alterou o *status* jurídico dos animais para “seres sensíveis”. Em todos os países da União Europeia, as indústrias de cosméticos estão proibidas de fazer testes em animais. No Brasil, os animais ainda estão à deriva...

No que diz respeito ao domínio religioso, o enterro do cão desconhecido é descrito como um ritual cristão de expiação de pecados. As ações do professor são comparadas às de fiéis à espera de encontrar perdão na missa. O professor enterra o cão desconhecido, mas continua se sentindo mal. Então, o desenterra porque pensa consigo que o mal causado ao seu cachorro não merece perdão. No passado, abandonar o cão parecia ser aceitável, mas agora, a própria consciência o corrói pelo ato cometido, considerado por ele mesmo como crime e pecado. O passar dos anos lhe trouxeram maturidade emocional e, no presente, repensa sua conduta para com o animal de forma ética. O incômodo de, um dia, ter traído um ser indefeso seria o motivo da ação de enterrar o cão desconhecido, uma forma de pagar a dívida de ter abandonado o próprio cão.

Os pensamentos do professor, a conversa mental entre ele e seu cão, são tentativas de mostrar sua visão em relação ao ato cometido. Como já mencionado, nas obras de Clarice, geralmente, as ações não são apresentadas em sua linearidade, pois elas não são importantes em si, mas no modo como reverberam na interioridade da pessoa. O exposto a seguir se trata da exposição de uma consciência atormentada por ter praticado algo considerado degradante:

“Mas só tu e eu sabemos que te abandonei porque eras a possibilidade constante de eu pecar o que, no disfarçado de meus olhos, já era pecado. Então pequei logo para ser logo culpado. E este crime substitui o crime maior que eu não teria coragem de cometer, pensou o homem cada vez mais lúcido.”

“Há tantas formas de ser culpado e de perder-se para sempre e de se trair e de não se enfrentar. Eu escolhi a de ferir um cão, pensou o homem (...). Porque eu sabia que esse crime não era punível.”

Sentado na chapada, sua cabeça matemática estava fria e inteligente. Só agora ele parecia compreender, em toda sua gélida plenitude, que fizera com o cão algo realmente impune e para sempre. (...)

“Todos são meus cúmplices, José. Eu teria que bater de porta e porta e mendigar que me acusassem e me punissem: todos me bateriam a porta com uma cara de repente endurecida. Este crime ninguém me condena. Nem tu, José, me condenarias. Pois bastaria, esta pessoa poderosa que sou, escolher de te chamar — e, do teu abandono nas ruas, num pulo me lamberias a face com alegria e perdão. Eu te daria a outra face a beijar”.

(LISPECTOR, 2009, p.124-5)

O cachorro é visto como uma “possibilidade constante” de alguém cometer um pecado já que ele é sempre uma possível vítima dos humanos. O professor opta por abandonar o seu cão porque se sente amparado legal e moralmente para se livrar da responsabilidade de cuidar de mais uma vida animada. Assim, comete um “crime menor” para não cometer outro “maior” e passível de ser punido pela Lei. O uso das palavras “crime” e “pecado” é do próprio protagonista. Assumir o ato é parte da identidade moral deste professor.

A Igreja é duramente criticada no conto, dada a sua indiferença ante o tratamento dispensado aos animais. São Tomás de Aquino, no século XIII estabeleceu a base moral da relação dos cristãos para com os animais e estes princípios imperam até hoje. Para Aquino, as criaturas divinas deveriam ser avaliadas em medidas de perfeição, ou seja, por graus de proximidade como o próprio Deus. Segundo esta concepção, o estágio mais elementar da vida seria o das plantas e das pedras, seres tidos como sem conhecimento de coisa alguma, o estágio intermediário seria o dos animais, seres irracionais por não possuírem livre arbítrio. Para Tomás de Aquino, o raciocínio fazia dos humanos seres superiores aos animais ou “bestas”. De acordo com ele, o poder de entender, de refletir, de conhecer o certo e o errado

para agir segundo o livre arbítrio era a faculdade que mais aproximava o ser humano de Deus. A escravidão e a exploração dos animais eram justificadas em função da liberdade dada por Deus para os humanos e não para os animais.

Maus-tratos a animais não constavam na lista de pecados capitais, estabelecida no século XIII por Tomás de Aquino, e tampouco na vigente classificação destes pecados atualizada pelo Vaticano em 2008 e adaptada à era da globalização. Os novos pecados são: experiência com células tronco, uso de drogas, poluição do meio ambiente, agravamento da injustiça social, riqueza excessiva, violações bioéticas. A ética para com os animais não foi lembrada. A Igreja sempre “abençoou” as práticas de exploração dos animais, vendo nisso tão-somente a supremacia do homem, o único ser filho de Deus, sobre todos os outros animais. O pensamento cristão, ainda hoje, é o de que o ser humano tem o legítimo direito divino de usar os animais como comida, vestimenta, alimentação, diversão, companhia, trabalho.

Na Igreja Católica, os animais foram homenageados quando, em 2013, o cardeal Jorge Mario Bergoglio, ao ser eleito Papa, escolheu o nome de Francisco em homenagem ao santo protetor dos animais. O Papa Francisco, no entanto, não é vegetariano. O Vaticano mantém sua própria fazenda para criação e morte dos animais consumidos pelo Papa... (GIONALI, web, 2018).

Nem mesmo o Juízo Final, o momento em que todos os pecados e virtudes estariam às claras, condenaria alguém pelo fato de ter abandonado um animal, lembra-se o professor. Então, todos os que comungam com o código da moral cristã seriam “cúmplices” do abandono do cachorro da narrativa. O abandono de José, visto pelo próprio protagonista como um crime ou um pecado, ficará impune, pois sua traição não consta como um delito jurídico tampouco um religioso.

O *Catecismo da Igreja Católica* explica a relação dos cristãos com os animais quando trata da aplicabilidade do sétimo mandamento: “Não roubarás”. Segundo o *Catecismo da Igreja Católica* (2002, p.672-3),

O sétimo mandamento exige o respeito pela integridade da criação. Os animais, tal como as plantas e os seres inanimados, são naturalmente destinados ao bem comum da humanidade, passada, presente e futura.

Uma vez que os animais ocupam a mesma categoria de importância dada às plantas e aos seres inanimados, o ato de abandonar um cachorro pode ser um pecado menor, ou “um

grande crime disfarçado”. O *Catecismo da Igreja Católica* admite o uso dos animais em benefício e proveito dos seres humanos:

Deus confiou os animais ao governo daquele que foi criado à Sua imagem. É, portanto, legítimo servimo-nos dos animais para a alimentação e para a confecção do vestuário. Podemos domesticá-los para que sirvam o homem nos seus trabalhos e lazeres. As experiências médicas e científicas em animais são práticas moralmente admissíveis desde que não ultrapassem os limites do razoável e contribuam para curar ou poupar vidas humanas (2002, p.673)

A Igreja vê como legítima a exploração dos animais para benefício humano e admite a domesticação deles “para que sirvam o homem nos seus trabalhos e lazeres” e, sendo assim, o abandono de um cão não seria um ato de tamanha gravidade moral que justificasse os tormentos do professor. Sua consciência dói justamente pela constatação de ninguém e nada poder puni-lo por sua covardia. Se o professor tivesse se guiado apenas pelos códigos morais da Igreja Católica, não sentiria tamanho peso e remorso.

A vileza praticada pelo professor contrasta com a bondade do animal abandonado: “Pois bastaria, esta pessoa poderosa que sou, escolher de te chamar – e, do teu abandono nas ruas, num pulo me lamberias a face com alegria e perdão. Eu te daria a outra face a beijar” (LISPECTOR, 2009, p.124). O perdão é um dos atos básicos da fé cristã e um dos mais difíceis, pois requer o esquecimento do mal feito, tal como não tivesse existido. Só o cachorro seria capaz de tanta benignidade ou santidade.

Perdoar é um ato complexo para quem perdoa. E provavelmente deve ser também para o perdoado. Ele deve se arrepender de verdade. E as pessoas não se arrependem do que fazem aos animais no dia a dia. Pelo contrário, inventam mais e mais formas de exploração, excluindo, dessa maneira, a possibilidade de perdão para elas.

Considerado pelo professor de Matemática como “traição”, o abandono de um cão é visto também, por este homem, como “crime” e “pecado” sem possibilidade de receber alguma punição. Se nem a justiça e tampouco a religião “julgam” o ato do professor, cabe à ética causar-lhe desconforto. Ele opta por assumir a sua traição, levar consigo esta dor, e escolhe enfrentar a sua culpa secreta. No entanto, o fato de recusar a se auto perdoar expõe o seu arrependimento de fato e mostra uma prova de sua dignidade moral. Talvez, porque tenha reconhecido não ser ele merecedor de perdão, fosse o caso de perdoá-lo. No final do conto, o cão José mudou o homem e os seus valores éticos.

Reflexões finais

A traição não é tipificada como crime pelo código jurídico e nem como pecado pelo religioso. Portanto, o professor de Matemática não poderia ser culpado e nem perdoado jurídica (justiça) e moralmente (religioso). Esta situação nos leva a perceber que determinadas ações humanas, mesmo sendo tidas como incorretas ou grandes falhas, não serão consideradas como condenáveis, exceto pelo código da ética, no entanto este pode julgar alguém simbolicamente, mas não o condenar socialmente.

O cenário onde se desenrolaram as ações é simbólico para mostrar a transformação dos valores éticos da personagem. A sua posição espacial – está em uma colina, sozinho – reflete sua identidade: ele está um passo acima da moral vigente cristã.

O protagonista não é apenas um dentre muitos, senão o racional “professor de Matemática”. Para ele, os deveres cristãos em relação aos *humanos* deveriam ser aplicados igualmente aos *não humanos*. Ele deve saber que o cão, em sua capacidade infinita de amar e perdoar, estaria verdadeiramente mais próximo de Deus.

Referências

BERGER, John. **Modos de ver**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

BRASIL, **Lei n. 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em 17 jul 2018.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 22 ed. São Paulo: Loyola, 2002. Disponível em: <http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/legislacion/l_20121008_02.pdf>. Acesso em 5 jan 2018.

ESPANHA, **Código Penal**. Disponível em: <http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/legislacion/l_20121008_02.pdf>. Acesso em 7 fev. 2018.

FELIPE, Sônia. **A Legislação Brasileira e a Proteção aos Animais**. Disponível em <<https://www.anda.jor.br/2010/03/a-legislacao-brasileira-e-a-protecao-aos-animais>>. Acesso em 14 jul 2018.

FRANCIONE, Gary. **Introdução aos Direitos Animais**. Trad. de Regina Rheda. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GIANOLI, Osvaldo. **Vaticano. Produtos Frescos da Fazenda para a Casa Santa Marta**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575018-vaticano-produtos-frescos-da-fazenda-para-a-casa-santa-marta>>. Acesso em 26 agosto 2018.

LISPECTOR, Clarice. **Laços de Família**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

LISPECTOR, Clarice. **Minhas queridas. Correspondências**. Organização: Teresa Montero. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

METZCER, Bruce; COOGAN, Michael. **Dicionário da Bíblia**. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

NUNES, Benedito. **Clarice Lispector**. São Paulo: Quíron, 1973.

SANTOS, Roberto Corrêa dos. **Clarice, ela**. São Paulo: IMS - Instituto Moreira Salles, 2012. Disponível em: <https://claricelispectorims.com.br/wp-content/uploads/2016/11/book_34.pdf>.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Trad. de Marly Wincler. São Paulo: Lugano, 2004.

KOVU



Macho, castrado, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

LEROY



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

Um tigre iluminado: o antropocentrismo na literatura²⁷

Jefferson de Moura Saraiva (UEL)

O presente trabalho tem como objetivo mostrar como um autor, ao empreender uma crítica à opressão dos animais, acaba por se contradizer na medida em que essa crítica é minada pelo antropocentrismo²⁸. Em outras palavras, o antropocentrismo se faz presente de tal forma que encontra brechas mesmo no texto que busca criticá-lo. A leitura dessas brechas em *Um Tigre para Malgudi* (2012)²⁹ exhibe a força antropocêntrica que permeia o texto literário e que se desdobra em diversos setores da sociedade.

Animais³⁰ têm sido representados há um longo tempo na literatura. Exemplos não faltam: a temida baleia Moby Dick, os cães Buck, Flush e Baleia... A lista não parece ter fim. Eles são representados de maneira simbólica ou como indivíduos conscientes, sentimentais e falantes; a mimetização de animais na literatura é produto da fascinação que a humanidade sente por eles. Conforme ensina Nunes (2011, p.23), o animal é o “grande Outro, o maior alienado da nossa cultura”, isto é, visto como o oposto do ser humano e, por consequência, incapaz de possuir racionalidade, cultura e linguagem, possui humanas por excelência. Mas, ao mesmo tempo em que a animalidade representa tudo aquilo que o ser humano almeja evitar, ela também serve como matéria-prima mitológica para o próprio homem e é por conta desse processo que animais são usados por humanos como referência, como, por exemplo, quando se diz que alguém é corajoso como um leão. Portanto, existe uma notável complexidade nas relações entre humanos e animais.

Voltando à literatura, é importante afirmar que essa complexidade também se traduz no fazer literário e que nosso esforço aqui é de conferir um *status* elevado aos animais, ainda que por meio de suas representações literárias. Conforme afirma Maciel (2016, p.23), os escritos: “animalistas”, isto é, que tratam dos animais, são pertinentes, pois representam os animais como indivíduos dotados de vontade, de conhecimento e de sensibilidade e, por

²⁷ Agradecimentos a Gabriel Gavião Avelino de Mello e Nicolas de Oliveira Santos pelos preciosos apontamentos feitos durante a produção do presente trabalho.

²⁸ “Antropocentrismo”, escreve Garrard (2006, p.255), é o “sistema de crenças e práticas que privilegia os seres humanos em relação aos outros organismos”.

²⁹ Utilizamos aqui a versão em português publicada pela Editora Guarda Chuva. O nome em inglês da obra é *Tiger for Malgudi* e foi originalmente publicada em 1983.

³⁰ A partir desse momento, por conveniência, nos referiremos aos animais não humanos usando apenas o termo animal.

consequência, abrem espaço para uma nova ética ao nos ajudarem a atingir o “outro lado da fronteira que nos separa do animal e da animalidade” (MACIEL, 2016, p.25).

Conforme citado anteriormente, há uma fartura de criações literárias tratando do animal. Dentre elas, escolhemos *Um Tigre para Malgudi* do escritor indiano Rasipuram Krishnaswami Iyer Narayanaswami Narayan (1906-2001). Narayan, apontado como um dos autores mais proeminentes da literatura indiana em língua inglesa, nos conta, em sua usual prosa bem-humorada, a história de vida de Raja. No começo, Raja é um indivíduo poderoso, temido por todos os animais da floresta, até o momento em que encontra uma tigresa, quem se torna sua adversária e, depois, sua parceira. O encontro dos dois gera uma ninhada que, juntamente à tigresa, é capturada por um grupo de caçadores. Raja segue no encalço dos homens, mas sua busca se mostra infrutífera no momento em que em que ele atrai a atenção dos moradores de uma vila e acaba sendo capturado por Capitão, um treinador de animais e proprietário do “Grande Circo de Malgudi”. Domesticado à base do chicote, Raja divide seus dias entre o tédio da jaula e o absurdo das apresentações circenses.

Um dos números apresentados por Raja consiste em dividir uma bacia de leite com um bode, sem atacá-lo. Em uma das noites, aproveitando a distração momentânea do Capitão, Raja ataca e destrói o bode. O episódio deixa o adestrador furioso, mas chama a atenção de um diretor de cinema que assistia ao espetáculo. Após longas negociações, Capitão permite que o diretor use Raja em um dos filmes. Devido às exigências irreais do diretor e à violência crescente do adestrador, o felino se revolta, arranca a cabeça de Capitão, escapa e foge para a cidade. Lá, causa um grande alvoroço e somente encontra paz dentro de uma escola. Cercado pela população local e ameaçado por um caçador, Raja é encontrado por Master, um monge andarilho que é capaz de se comunicar com o tigre. Raja se torna um discípulo de Master e os dois partem juntos para viver em uma floresta. No fim do romance, o monge decide seguir seu caminho sozinho e Raja, muito velho para a vida selvagem, passa o tempo que lhe resta em um zoológico.

A estrutura da obra também revela muito sobre a trama. Conforme ensina Atkinson (1985, p.237), a visão que Raja, enquanto tigre, tem da espécie humana é carregada com uma alta dose de ironia. Essa perspectiva de Raja é retratada em primeira pessoa, oferecendo, assim, ao leitor uma narrativa pontuada pela animalidade. Há também um narrador em terceira pessoa, cujo distanciamento produz a ironia ao retratar os eventos vivenciados pelo protagonista. Além disso, a narrativa em terceira pessoa descreve os eventos nos quais Raja

não esteve presente. Em outras palavras, a animalidade oferecida pelo ponto de vista do protagonista é construída também pela descrição da humanidade à sua volta.

A personagem do romance tem sido amplamente debatida. Uma das mais clássicas e recorrentes teorias em torno da personagem foi composta pelo escritor E.M. Forster em sua obra *Aspects of the Novel*, originalmente publicada em 1927. De acordo com o escritor, grande parte das personagens são humanas e isso se deve a uma razão muito simples: o romance é produzido por humanos e, portanto, falar sobre estes é mais prático. Dito isso, ele não ignora as obras que contêm personagens animais, mas, dada à impossibilidade de conhecermos a intimidade dos animais, esses experimentos literários têm um sucesso relativo. No entanto, o autor não desconsidera que avanços científicos eventualmente mudem esse cenário (FORSTER, 1985, p.43). Outros teóricos parecem concordar com Forster. Segundo Prince (1987 apud MOTTA, 2013, p.172), toda personagem é produto de um processo de antropomorfização³¹, mesmo que esteja sob a forma de um animal ou de um objeto. Em outras palavras, toda personagem é uma projeção do ser humano.

Conforme dito anteriormente, Forster aponta que a ciência poderá fornecer subsídios para a literatura no que tange à representação da animalidade. No entanto, ainda que consideremos a validade da sua afirmação, acreditamos que a ciência não representa o único caminho a ser tomado. Animais têm habitado as narrativas humanas por toda a história e essas representações têm sido, em grande parte, resultado da imaginação. Como ensina Coetzee (2004), a imaginação tem o poder de prover e nutrir uma simpatia e nos colocar no lugar do outro. É, então, esse fenômeno que observamos na literatura, pois é ali que nos colocamos no papel de seres inventados:

Se sou capaz de pensar a existência de um ser que nunca existiu, sou capaz de pensar a existência de um morcego ou de uma chimpanzé ou de uma ostra, qualquer ser que participe comigo do substrato da vida (COETZEE, 2004, p.92).

A imaginação abre caminho para a representação da animalidade. Cabe dizer que isso não significa necessariamente que os avanços científicos serão negados e que não são essenciais à representação do outro, do animal. Maciel (2016, p.21-22) propõe um ponto interessante sobre o assunto: os textos contemporâneos que trazem escritos “animalistas” apresentam “um saber alternativo sobre o mundo e sobre a humanidade”, isto é, propõem

³¹ Atribuição de características humanas a animais. Para mais detalhes, ver GARRARD, Greg. Animais. In GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. cap. 7, p.198-224.

formas alternativas para pensar e interpretar a realidade e, para isso, fazem uso do “registro poético”, cujo propósito é a apreensão da “alteridade radical que os animais representam para a razão humana”. A estudiosa, debruçada sobre os escritos de Montaigne e Derrida, aponta que, para ambos os filósofos, os animais são dotados de singularidade, de sensibilidade e, de “saberes próprios” (MACIEL, 2016, p.44) que podem ser entendidos como uma forma própria de ver, de compreender e de interagir com a realidade, os quais, de maneira alguma, devem ser considerados inferiores ao saber próprio do humano. Em outro momento, a autora também mostra que, para Derrida, “a poesia é capaz de nos levar ao mundo incógnito (e espinhoso) da animalidade” e que “a escrita de tal coisa só pode se manifestar enquanto um ‘fingimento’” (2016, p.46). Ou seja, a escrita poética, ainda que um fingimento, pode nos levar para mais perto da animalidade. A posição do filósofo franco-argelino parece estar de acordo com a defesa da imaginação de Coetzee, em outras palavras, dada à impossibilidade de uma real e fidedigna experiência da existência animal, a imaginação por meio da expressão artística, como a literatura, se torna um instrumento ideal para o entendimento, ainda que “fingido”, do saber do outro animal.

E como esse fingimento se manifesta na obra de Narayan? Cabe dizer que, no prefácio do romance, ele afirma que, em grande parte da literatura, os humanos têm dominado os papéis dentro da obra e que isso seria um fruto do egoísmo da humanidade que sempre se põe acima de tudo e de todos (NARAYAN, 1984, p.8-9). Tal posição, afirma Kan (2008, p.66), é um claro desafio ao antropocentrismo dentro da literatura, ou seja, há um reconhecimento da natureza antropomórfica da criação literária (a qual nos referimos anteriormente, quando mencionei Forster) e uma vontade de superá-la (indo em direção à animalidade, conforme mostrei ao citar Maciel, Derrida e Coetzee). A questão que se põe, portanto, é se Narayan teve sucesso nesse desafio. Segundo Kan (2008, p.67), em um nível mais básico, a resposta seria “sim”, significando que a obra apresenta uma crítica ao antropocentrismo e à sujeição dos animais.

Como é de se imaginar, em um nível mais profundo, as coisas são mais complexas. Kan reconhece que Narayan denuncia com veemência as práticas exploratórias de animais, como, por exemplo, o uso de felinos em espetáculos circenses. No entanto, a denúncia recai em um forte antropomorfismo que o leva a atribuir uma série de emoções à personagem, reforçada pelo uso da primeira pessoa (KAN, 2008, p.69). Concordamos com esse ponto de vista, mas defendemos que não há outra forma, no fazer literário, de se imaginar animais sem recorrer ao antropocentrismo. Indo além, creio que Narayan consegue mostrar pontos-chave

acerca da situação dos tigres no mundo, no entanto, essa defesa é traída pela própria narrativa. Ao nosso ver, essa ambiguidade enriquece a obra na medida em que permite múltiplas leituras e reflete a ambivalência e os sentimentos mistos que permeiam as relações entre humanos e animais.

Na introdução da obra, Narayan dá pistas do porquê escolheu um tigre como protagonista; sua inspiração inicial veio de um relato acerca de um tigre que acompanhava um homem durante um festival religioso, sem oferecer perigo algum às outras pessoas. Essa imagem cresceu dentro do autor e ganhou vida na forma do romance. Quando questionado o porquê de protagonizar a obra com um tigre, e não um rato, por exemplo, Narayan, em uma tirada bem-humorada, familiar aos seus leitores, disse que, caso fosse um rato, haveria o risco de o animal ser pego em uma armadilha ou se perder (NARAYAN, 1984, P.8).

Cabe dizer que o tigre de bengala (*Panthera tigris tigris*) é o animal símbolo da Índia e, portanto, desempenha um papel relevante no imaginário da população, bem como na história do subcontinente indiano, e não há porque pensar que seria diferente para Narayan. Além disso, explica Sax (2001, p.173-179), os grandes felinos são um símbolo de força, destreza e poder; já no Período Paleolítico, os grandes felinos eram retratados em pinturas de caverna e ganharam posições nos panteões que viriam a surgir posteriormente; como é o caso de Sekmet, uma deusa com corpo de mulher e cabeça de leoa, oriunda do panteão egípcio e o da deusa babilônica Ishtar, retratada cavalcando um leão. Os tigres, por sua vez, estão associados a uma carga de sensualidade e de poder. No hinduísmo, a divindade Kali às vezes é retratada montada sobre um tigre e os retratos de Siva (ou Shiva), em seu aspecto destruidor, muitas vezes a mostram vestindo a pele de um tigre.

A chegada de Alexandre, o Grande, no subcontinente indiano abre espaço para a entrada do tigre na imaginação ocidental, e, posteriormente, a carga de terror e de bestialidade foram reforçadas com os relatos oriundos dos colonizadores ingleses da Índia. Invariavelmente, um símbolo de força e poder, o tigre foi retratado no célebre poema *The Tyger* (1794), de William Blake. E não é sem motivo que, recentemente, o tigre também passou a ser utilizado como símbolo comercial, como é o caso da empresa Esso, que utiliza a imagem do tigre há mais de cinquenta anos. Narayan (2012, p.19) reconhece a força do tigre quando escreve que Raja reconhece a si mesmo como o “Senhor Supremo da Floresta, o destemido”, que reinava por meio de um “acordo tácito que compreendia o reconhecimento inquestionável e indisputável” de sua “superioridade” (NARAYAN, 2012, p.21).

Ainda sobre Raja, fica claro que sua atitude frente ao mundo está de acordo com a carga simbólica associada à sua espécie e, portanto, não é sem motivo que ele se considera o “lorde supremo da floresta”. Essa carga simbólica também é o que valida a transformação de Raja durante o romance, isto é, sua transformação de um ser de índole violenta a um tigre “iluminado”, por assim dizer. O projeto de Narayan em elevar um ser de sua condição natural, bruta, para uma transformação moral e espiritual, não teria tido o mesmo impacto se ele houvesse escolhido um animal cuja simbologia não exercesse tamanho medo e fascínio. Nesse sentido, *Um Tigre para Malgudi* é um importante registro contemporâneo da percepção do tigre.

Feita as considerações gerais sobre a obra, conduziremos a discussão para pontos específicos. Durante uma de suas caminhadas pelos seus domínios, Raja se vê frente a frente com uma tigresa; por ainda estar no período que precedeu sua iluminação, ele tiranicamente exige que ela se retire em sinal de reconhecimento de seu poder. A tigresa, por sua vez, se recusa, e segue-se um combate violento que somente termina porque ambos os personagens ficam incapacitados para prosseguir na tentativa de extermínio do outro. Um chacal, que observava o combate, se aproxima e sugere que, não havendo motivos para serem inimigos, os tigres poderiam se unir e reinar com ainda mais força sobre a floresta; a sugestão é considerada razoável por Raja e o casal parte para se limpar e cuidar dos ferimentos (NARAYAN, 2012, p.29). A relação se desenvolve e deu origem a uma ninhada de quatro filhotes que “subia e pulava por cima de nós o tempo todo na nossa caverna” (NARAYAN, 1984, p.19).

Um dia, subitamente, a família de Raja desaparece e ele percebe a presença de humanos em seu território:

O vento que soprava na direção da nossa casa trouxe rumores estranhos e desconhecidos, além de estalos semelhantes aos produzidos pela quebra de galhos. Fiquei incomodado e preocupado com aquilo. Nenhum sinal dos filhotes ou da mãe. Para convocar a minha família de volta, soltei um rugido que deve ter ressoado por toda a floresta, os vales e as montanhas. Normalmente quando eu chamava assim, recebia sempre uma resposta, mas naquele dia não houve nada [...] Gritei, cheio de angústia e desespero, mas calei-me e agachei-me com cautela quando notei, mais à frente no vale, uma fileira de homens que caminhavam pouco abaixo de onde eu estava: alguns puxavam e outros empurravam um carrinho de mão onde haviam posto a mãe e os filhotes (NARAYAN, 2012, p.31-32).

Nesse momento, Narayan toca em um ponto extremamente problemático: a caça de tigres. Para que se tenha uma noção do tamanho do problema, faz-se necessária uma retomada

da sangrenta história entre caçadores e tigres. Já no Império Mogol (1526-1857), surgiram os primeiros registros da caça de tigres, sob a forma de pinturas que mostram a nobreza montada a cavalo ou a elefante caçando os grandes felinos; tais empreendimentos eram encarados como atos de coragem e de heroísmo (GUYNUP, 2014a).

O domínio britânico sobre o subcontinente indiano, a chamada “Índia britânica” ou “Raj britânico” (1858-1947), não representou uma mudança nesse paradigma. Conforme ensina Sramek (2006, p.659), os colonizadores, em seu desejo de tomar o lugar dos antigos imperadores mogóis, passaram a caçar ativamente os grandes felinos. Os mogóis tratavam o tigre como símbolo do poder de seu império, portanto, caçar tigres era uma atividade essencial no projeto colonial:

Tigres também representavam para os britânicos tudo que era selvagem e indomado no mundo natural indiano. Logo, o curioso espetáculo do fim do período vitoriano e eduardino no qual britânicos régios e outros dignatários eram fotografados posando ao lado das carcaças de tigres mortos, retratando a encenação da bem-sucedida conquista da natureza indiana por “imperialistas viris” (MacKenzie 47). Em termos mais gerais, a caçada de tigres foi um importante símbolo na construção da identidade imperial e masculina britânica durante o século dezanove. Precisamente porque tigres eram bestas perigosas e poderosas, a caça era uma batalha com a temível natureza que precisava ser firmemente encarada “como um britânico”, posta Campbell (162). Apenas extinguindo com sucesso os tigres, os britânicos poderiam provar sua masculinidade e sua aptidão para governar os indianos³² (SRAMEK, 2006, p.659).

Vencer o tigre significaria, em um nível simbólico, vencer os indianos e a natureza. Além disso, o embate com as feras simboliza a virilidade do homem britânico do século XIX, gerando toda uma literatura de relatos heroicos desses encontros nas terras coloniais e que ainda perdura sob a forma de filmes, como *Entre dois amores*³³ (1985), que romantizam a caça no período colonial (STOREY, 1991, p.135). É necessário entender que os ingleses eram uma minoria. Storey (1991, p.144) cita o censo de 1921 realizado na Índia, como exemplo, o qual apontava que lá habitavam 156.000 europeus em comparação aos 305.700.000 indianos. Dado que os britânicos em geral possuíam privilégios sobre a população local, é de se esperar

³² Tigers also represented for the British all that was wild and untamed in the Indian natural world. Thus, the curious late Victorian and Edwardian spectacle of British royals and other dignitaries being photographed standing aside dead tiger carcasses depicted the staging of the successful conquest of Indian nature by "virile imperialists" (MacKenzie 47). More generally, tiger hunting was an important symbol in the construction of British imperial and masculine identities during the nineteenth century. Precisely because tigers were dangerous and powerful beasts, tiger hunting represented a struggle with fearsome nature that needed to be resolutely faced "like a Briton," as Campbell put it (162). Only by successfully vanquishing tigers would Britons prove their manliness and their fitness to rule over Indians. (SRAMEK, 2006, p.659)

³³ O título original do filme é *Out of Africa*.

que surgisse um medo, uma ansiedade sobre uma possível revolta da maioria indiana; era necessário, portanto, criar uma mentalidade no colonizado acerca da soberania dos colonizadores (STOREY, 1991, p.147). E o tigre, por ser o símbolo local, era o alvo ideal (GREEN, 2006, p.60).

Cabe sublinhar que os tigres não eram os animais mais letais para os humanos, havendo muito mais casos de morte por ataques de cobras (SRAMEK, 2006, p.667). O tigre, agora tido como o inimigo do Império Britânico, ganhou ares de vilão, e coube ao colonizador, isto é, se tornou um “fardo do homem branco”, combater, proteger, não só a si mesmo, mas também os homens, as mulheres e as crianças indianas do perigo representado pelo felino (SRAMEK, 2006, p.667). Dessa forma, a caça reforçava a identidade heroica e masculina dos britânicos, ao mesmo tempo em que tratava os nativos, inclusive os homens indianos (muitos deles, caçadores também), de forma inferior e subserviente. “[A]s estruturas subjacentes da caça”³⁴, escreve Storey (1991, p.149), “simbolizavam o triunfo da cultura sobre a natureza e do colonizador sobre o colonizado”³⁵.

A independência da Índia, em 1947, não apresentou mudanças significativas para os grandes felinos. Green afirma que

Finalmente, em 1947, a Índia se tornou independente. Um grande dia para o povo indiano, terrível para o tigre, que já estava severamente comprometido e que estava pairando na beira da extinção. Durante o Raj, embora a matança fosse massiva, estava ao menos confinada à classe dominante. Essa atividade, antes exclusiva, era também adotada pelos indianos como uma prática democratizante, dando origem a exterminação indiscriminada. Caçadores amadores, operadores *shikar* (que promoviam caçadas como pacotes para feriados), caçadores furtivos e fazendeiros participavam. Se isso não fosse o bastante, campanhas de caça em larga escala foram organizadas, redes foram espalhadas, fossos foram cavados, armadilhas preparadas, florestas foram queimadas. De mais de 100,000 em 1600, por volta de 50,000 em 1900, a população de tigres foi reduzida a menos de 2,500 por volta de 1970³⁶ (GREEN, 2006, p.21).

³⁴ “the basic underlying structures of hunting” Storey (1991, p.149).

³⁵ “symbolized the triumph of culture over nature and of the colonist over the colonized” Storey (1991, p.149).

³⁶ In 1947 India at last gained its independence. A great day for India’s people, a terrible one for the tiger, who was already severely compromised and hovering on the brink of extinction. During the Raj, although the slaughter was massive, it was at least confined to the ruling class. This once exclusive activity was now seized on by the Indian people as a democratizing one, and wholesale extermination began. Amateur hunters, shikar operators (who ran tiger hunting as a package holiday), professional poachers and farmers all joined in. If that were not enough, large-scale hunting campaigns were organized, nets were spread, pits were dug, traps were laid, forests were burned. From well over 100,000 in 1600, around 50,000 in 1900, tiger numbers were reduced to less than 2,500 by 1970. (GREEN, 2006, p.21)

A guerra aos tigres continuou após a independência, resultando em uma vertiginosa queda do número de membros da espécie. Somente na década de 70 houve uma sinalização para uma mudança, com a implementação do “Project Tiger” pela primeira-ministra Indira Gandhi (1917-1984), no qual foram estabelecidas nove reservas ambientais protegidas por guardas. A ação surtiu efeito e o extermínio foi reduzido. No entanto, no final da década de 80, o projeto entrou em declínio devido à falta de investimentos, culminando no escândalo pela descoberta que não havia nenhum tigre vivo na Sariska Tiger Reserve (GUYNUP, 2014a). A mesma autora afirma que o índice de condenação dos caçadores é de apenas quatro por cento. Para se ter uma ideia da impunidade que assola a caça de tigres, entre os anos de 1994 e de 2013, 1.690 pessoas foram acusadas de envolvimento com a caça, sendo que, num total de 25 casos, apenas 69 pessoas foram condenadas (GUYNUP, 2014b).

Assim como outros animais, o tigre tem sido exterminado para alimentar as demandas do mercado global, que movimenta, anualmente, 19 bilhões de dólares e é comandado por grupos organizados e especializados (GUYNUP, 2014b). Praticamente todas as ossadas de tigres têm como destino a China, onde são utilizadas pela medicina tradicional para a produção de tônicos revigorantes (GUYNUP, 2014b). A pele do tigre também é valorizada pelo mercado, sendo considerada um artigo de luxo que representa o poder e a riqueza. Segundo Green (2006, p.64), nos anos 50, a pele de tigre custava em Déli o valor de 50 dólares; no final dos anos 60, no mesmo lugar, o preço havia atingido a marca de 10.000 dólares. Com a alta lucratividade e a impunidade, é obvio que caçar tigres era mais do que atraente para aqueles que desejavam lucrar.

Narayan consegue expor o caso da caça de tigres, mas a pressa com que desenvolve o episódio, ao nosso ver, trai essa denúncia. Consideremos em detalhes: em dado momento, após perceber que a tigresa e os filhotes haviam desaparecido, Raja se depara com o grupo de caçadores e sua família enjaulada. Incapaz de avançar e proceder o resgate, Raja os segue até uma vila, onde vê sua família sobre um carrinho de mão. Na sequência, imagina que os aldeões devem estar ponderando qual predador está agindo nas redondezas e que consideram que, provavelmente, não deva ser um tigre, visto que “os caçadores acabaram de levar uma família inteira e a esta altura já venderam a pele do exemplar adulto e embalsamaram os filhotes como troféus” (NARAYAN, 2012, p.34). Sendo assim, não há motivo, portanto, para negar o fato de que Raja tem uma compreensão integral do destino trágico de sua família.

Nossa crítica é dirigida à velocidade com a qual a mudança de foco da narrativa se dá nesse momento; em poucas páginas, vemos um Raja furioso que desejava apenas se “lançar

sobre toda criatura que passasse na [sua] frente, agarrar, morder e destruir” (NARAYA, 2012, p.33) passando para um predador mais preocupado em se alimentar. Então, a partir desse momento, nenhuma citação à família é feita por Raja. Poder-se-ia argumentar que Narayan desejou evitar a antropomorfização de Raja, impondo-lhe sentimentos e noção de família que, até onde se sabe, é humana. No entanto, tal posição não se sustenta, pois, por toda a narrativa, Raja demonstra ter sentimentos que podem ser descritos como “humanizados” e não faria sentido, nesse exato momento, ele voltar a ser “apenas” um tigre. Cabe dizer, inclusive, que a antropomorfização de Raja é tão latente que, inclusive, rendeu críticas à obra (KAR, 2008). Além disso, ainda que, nesse momento, trate-se de um Raja até então bruto, cabe alegar que ele não era completamente desafeiçoado em relação à sua família, pois, como bem mostramos anteriormente, a ausência repentina deles lhe causou angústia e desespero.

Tradicionalmente, os tigres são representados como indivíduos solitários. O que Raja nos diz sobre essa afirmação?

“Ah, não”, deve ter exclamado o especialista em animais selvagens do grupo, “o tigre macho quase nunca vive com a família... Deve ser um visitante de outra floresta. Os tigres não formam famílias como os macacos e algumas outras espécies. Os macacos pertencem a uma espécie mais evoluída...” Os seres humanos criam suas teorias e é sempre engraçado escutar o que falam da gente. Quanta ignorância e presunção! (NARAYAN, 2012, p.35)

No trecho acima, Raja desdenha abertamente do conhecimento humano sobre os animais e retira de jogo qualquer argumento que defenda o desaparecimento repentino da família do protagonista como sendo reflexo da natureza felina. Ainda que estudos científicos mostrem que tigres são solitários por natureza, não acreditamos que a literatura deva exatamente se pautar ou se limitar nas fronteiras do discurso científico (especialmente quando estamos nos referindo a um tigre que conta a própria jornada rumo à iluminação espiritual!). Cabe ressaltar, no entanto, que outras leituras podem defender essa falta de conhecimento científico como uma falha do romance, sendo esse o caso de Kan (2008, p.70), que considera essa ausência um fato que previne *Um Tigre para Malgudi* de se configurar como um exemplo de obra que pode ser estudada à luz da ecocrítica³⁷.

Defendemos que a repentina falta de interesse de Raja em sua família é, no mínimo, questionável. A obra foi escrita na primeira metade da década de 1980, portanto, a eminente

³⁷ A ecocrítica, em termos simples, pode ser descrita como o estudo da literatura com ênfase nas interações entre humano e não humano, e como o primeiro constrói concepções de natureza e também de animalidade. Para mais detalhes, ver: GARRARD, Greg. Os primórdios: Poluição. In GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. cap.1, p.11-31.

extinção do tigre e a necessidade de preservá-lo eram assuntos em voga. Cabe um parêntese nesse contexto, pois, nesse momento da narrativa, Narayan, mostra, com sucesso, o problema dos tigres que, na falta de suas presas, tem que se alimentar de rebanhos domesticados – o que, invariavelmente, resulta em uma resposta violenta dos aldeões. Mesmo com esse acerto, é espantosa a velocidade com que a família de Raja deixa de ter qualquer importância na narrativa, e, como esclarecido anteriormente, sua preocupação em se alimentar se torna o motivo central do enredo. A meu ver, Narayan perde, nesse momento, a chance de explorar tal assunto a partir de uma perspectiva muito rica, que é a do tigre. A literatura possui um poder que não está presente em outras formas documentais, que é a liberdade criativa que pode sensibilizar o leitor para questões que, talvez, não pudessem alcançá-lo de outra forma: é a imaginação de Coetzee, o registro poético de Derrida. Tal poder se perde nas pouquíssimas páginas que tratam do fim da família de Raja. Essas mudanças repentinas em momentos-chave da obra podem vir a causar em “alguns leitores a sensação de que a obra está incompleta”³⁸ (ATKINSON, 1985, p.240).

A presença do tigre escondido na vila predando o rebanho local inicia uma crescente tensão nos aldeões, que exigem providências do governo. Em um desses momentos, o dono do circo “Grande Circo de Malgudi” ouve, por acaso, as queixas dos aldeões e decide capturar o tigre para utilizá-lo em seu negócio. Esse momento do livro possui pontos problemáticos. Narayan faz uma crítica contundente ao uso de animais em circos ao expor a brutalidade dos processos domesticatórios. Raja é trancafiado, mantido faminto e obrigado a realizar truques que não correspondem à sua natureza. Com objetivo de ilustrar, destaco alguns momentos:

Repetidas vezes, uma após a outra, eu tentava, desesperadamente, destruir as barras, mas só o que consegui foi fazer minha cabeça sangrar. Quando o Capitão me viu naquele estado, apenas riu e comentou com seu ajudante:

“Todos os animais são estúpidos do mesmo jeito! Acham que as grades são de manteiga. Por bem ou por mal, terá que aprender os fatos da vida!”.

E me deixaram sozinho (NARAYAN, 2012, p.62).

O trecho destacado mostra a violência com a qual Raja é tratado por Capitão. Cabe sublinhar que a tirania denunciada é exibida em dois níveis; o primeiro trata da própria restrição física a qual Raja é submetido, e o segundo trata do próprio posicionamento de Capitão em relação aos animais, que denota um claro especismo, isto é, a supremacia humana sobre o animal, estruturada de acordo com a concepção de que os interesses de uma espécie têm prevalência sobre os de outra.

³⁸ “for some readers leave the impression that it is unfinished” (ATKINSON, 1985, p.240).

Existem diversos momentos no quais Narayan mantém seu tom crítico acerca do uso de animais em circos e, posteriormente, em filmes. Nessas cenas, Raja descreve o horror a que é submetido: fome, isolamento e espancamento. A discussão acerca da presença de animais em ambientes como circos e *sets* de filmagem, isto é, a utilização de animais com fins de entretenimento, é bem relevante e recheada de polêmicas. Nas últimas décadas, diversos países têm sinalizado a adoção de leis proibindo a participação de animais, muitas vezes movidos pela pressão popular. Tomemos, como exemplo, o filme *Quatro Vidas de um Cachorro*³⁹ (2017) cujo um trecho gravado no *set* e divulgado na internet, no qual um cão nadava em um tanque de água, incitava acusações de abuso e pedidos de boicote.

É importante dizer que, além das agruras sofridas pelos animais nesses ambientes, outra argumentação frequente para a extinção dessas atividades é o perigo que tais empreendimentos representam para os humanos: existem vários relatos de animais que atacaram treinadores, membros da equipe circense e espectadores. Um dos casos mais conhecidos é o da elefanta Tyke, que em 1994, durante uma performance no Circus International em Honolulu, Havaí, feriu sua cuidadora, matou seu treinador e ganhou as ruas da cidade. Na meia hora seguinte, a elefanta vagou desnorreada pelas ruas, causando pânico à população local. A polícia foi acionada, tendo que alvejar o animal oitenta e sete vezes, que, eventualmente, colapsou e morreu (CAVE, 2014). A violência do episódio, bem como a chocante execução de Tyke, se tornaram um símbolo para pessoas que exigem o fim da presença de animais em espetáculos.

A combinação explosiva entre animais perturbados e humanos se faz também presente na narrativa de Narayan. Conforme acordado em contrato com o diretor do filme, Raja supostamente deveria ficar em pé sobre as patas traseiras. O tigre, extenuado pelas filmagens, se recusa e é chicoteado por Capitão, que se torna cada vez mais furioso e descontrolado. Em um desses momentos, ele se aproxima demais de Raja e acaba morrendo, vítima de um golpe que destroça sua cabeça (NARAYAN, 2012, p.148). O grande felino, então, parte pelas ruas da cidade, levando terror à população. A semelhança com casos reais, como o de Tyke, é marcante.

Tendo levantado os pontos positivos, passemos aos negativos. Seria injusto dizer que Narayan não retrata, com bastante afinco, a barbárie a qual Raja vive em seu tempo sob a tutela de Capitão.

³⁹ O título original do filme é *A Dog's Purpose*.

O primeiro ponto que destacamos é o retrato ambíguo de Capitão. Raja, por exemplo, reconhece que o sucesso do circo se deva ao “gênio do Capitão” (NARAYAN, 2012, p.95) e, em outro momento, também elogia o trabalho duro (NARAYAN, 2012, p.74), a consideração e a regulação organizada dos animais (NARAYAN, 2012, p.88). Cabe dizer que tais momentos contrastam com outros nos quais o Capitão é descrito como um “desmiolado” que possui todos em suas mãos (NARAYAN, 2012, p.66) e como um “completo idiota” que “se acha o dono do mundo” (NARAYAN, 2012, p.67). Não defendemos que Narayan deva demonizar a personagem a fim de trazer à luz os abusos que esse comete contra os tigres – alguns episódios da narrativa o fazem –, o problema, a nosso ver, é uma tendência, talvez inconsciente do autor, em atenuar o fato de que Raja (e os outros animais) são produtos para Capitão, por meio de trechos que são contrapesos aos que denunciam a violência. Com isso em mente, passemos ao segundo ponto, que consideramos ainda mais delicado: a justificativa espiritual pelo sofrimento de Raja. O tigre, ao lembrar uma conversa que teve com seu guru acerca do seu tempo no circo, afirma:

Mais tarde, quando relatei ao meu Mestre essa etapa da minha vida, ele disse:

“Provavelmente você aprisionou seus semelhantes numa vida pregressa. Toda ação produz uma reação, cuja consequência deverá ser arcada ao longo da vida ou numa outra vida, ou ainda numa série de vidas futuras. Ninguém escapa disso. Passando pela prisão nesta vida você foi confrontado com o que os seus prisioneiros sentiram em vidas pregressas, quando você os confiou e seguiu, dia após dia, analisando até que ponto fora capaz de atormentar e fragilizar seus espíritos” (NARAYAN, 2012, p.63).

Tal concepção remete aos conceitos de darma e carma, pertencentes à tradição hinduísta. Não cabe neste texto uma discussão acerca das visões religiosas sobre os animais. Muito menos se trata de uma crítica à crença. O que argumentamos é o fato de que, ao se apontar que Raja foi, na verdade, *responsável* pela própria tragédia, a crítica feita a Capitão e tudo aquilo que ele representa enfraquece ainda mais. Ou seja, é como se tais infortúnios fossem parte inevitável da existência, posicionamento com o qual o guru de Raja concorda ao dizer: “essa é a lei natural da vida, tão inevitável como o amadurecimento de uma manga no pé durante o verão ou a queda de uma folha seca no outono” (NARAYAN, 2012, p.63).

Existe uma última questão, quiçá a mais importante, a ser discutida no que tange ao destino do grande felino. No prefácio do livro, Narayan afirma que deseja provar que um

guru, ou melhor dizendo, um *sannyasi*⁴⁰, pode proceder na salvação de um tigre da mesma forma que salvaria a alma de um humano, pois, dadas as diferenças óbvias, a essência é a mesma (NARAYAN, 2012, p.13). No livro, o *sannyasi* é chamado por Raja pela alcunha de Mestre.

Cabe sublinhar que a introdução do *sannyasi* no enredo gera críticas interessantes ao comportamento destrutivo dos humanos em relação aos animais. Por exemplo, em diferentes momentos, o asceta condena o uso de expressões como “fera” e “besta” para descrever o tigre, as quais ele considera fruto da arrogância humana (NARAYAN, 2012, p.153). As críticas do guru ao vocábulo usado denotam uma consciência clara acerca das maneiras pelas quais a linguagem opera, construindo determinadas imagens que justificam comportamentos abusivos. Ao apontar tais questões, ele solapa o especismo, isto é, a discriminação baseada em espécie, da qual os tigres têm sido vítimas ao longo da história.

As ações do *sannyasi* também denunciam problemas mais concretos. O encontro entre o guru e Raja tem como cenário a escola onde o último se escondeu após fugir do *set* de filmagens. A população, em pânico, se aglomera do lado de fora do prédio e um caçador profissional, Alphonse, chega pronto para dar fim à vida do animal. Eis que surge, repentinamente, um veículo com os membros do “Comitê Salvaguarda de Tigres”, um grupo governamental dedicado à proteção dos grandes felinos, convocados pelo *sannyasi*, (NARAYAN, 2012, p.173). Inicialmente, o grupo se mostra firme em sua objeção à caça de Raja, no entanto, mudam radicalmente de atitude após declararem Raja como um devorador de humanos, e que, portanto, estaria fora da jurisprudência do comitê. O motivo para essa mudança repentina de posicionamento é a propina paga por Alphonse, que estava envolvido, por sua vez, no comércio de peles (NARAYAN, 1984, p.118).

Ao expor a hipocrisia e a corruptibilidade do comitê, Narayan se mostra consciente da ineficiência dos órgãos protetores de tigres. Sem dúvidas, isso também comprova a preocupação de Narayan com os animais (KAR, 2008, p.68). O problema é que os próximos passos do enredo enfraquecem essa crítica. Anteriormente, postulamos como a presença dos elementos espirituais no romance atenuam certos aspectos problemáticos das relações entre humanos e tigres. Doravante, pretendemos mostrar como o final da obra é o ponto em que esse enfraquecimento da crítica antropocêntrica é acentuado e, até mesmo, contraditório.

⁴⁰ Um *sannyasi* é um asceta que rompeu com o seu passado e com seus desejos materiais para viver uma vida pautada pelo conhecimento espiritual e altruísmo (NARAYAN, 2012, p.11-14).

Conforme dito outrora, Narayan desejou mostrar que a salvação de um tigre poderia proceder igual à salvação de um humano. No romance, esse empreendimento ganha a forma nas páginas finais, nas quais tigre e guru partem para a vida contemplativa na floresta. Nessas páginas, Raja aprende uma série de ensinamentos que lhe causam um entendimento maior de sua existência. Dentre esses ensinamentos, o mais notável é o que Raja “tem apenas a aparência de um tigre... Ele possui uma alma sensível e compreende os problemas da vida tanto quanto nós” (NARAYAN, 2012, p.224); tal afirmação merece atenção especial. É importante lembrar que, desde as páginas iniciais da obra, Narayan busca mostrar que não há grande diferença entre homem e tigre. Ou seja, ele deseja provar que muito do tratamento violento destinado aos tigres é fruto da ignorância e da incapacidade de entender o quanto os felinos compartilham conosco em termos de sensibilidade, de desejos e de medos. Isso significa que, se a humanidade fosse capaz de superar esse preconceito, surgiria aí a possibilidade uma nova relação com os tigres. Quando citamos “nova”, nos referimos ao fato de que tal relação se pautaria pelo reconhecimento das diferenças entre homens e animais, mas tais diferenças não resultariam numa hierarquia na qual o primeiro grupo tem direitos e privilégios sobre o segundo; pelo contrário, seria uma relação pontuada pela horizontalidade, na qual o “ser diferente” não é sinônimo de “ser superior ou inferior”. Com isso em mente, o problema não está na declaração que Raja é um tigre comum, mas, sim, na implicação de que essa singularidade se dá pela proximidade com a natureza. Tal posição mina a relação horizontal e coloca Raja no mesmo pedestal que a humanidade colocou a si mesma. Se ele é um tigre “apenas em aparência”, pode-se dizer que os outros tigres continuam a ser, para usar o vocábulo de Alphonse, o caçador, “bestas e feras”.

Ao final do retiro espiritual, o *sannyasi* decide que é momento de partir e Raja, por estar muito velho, irá morar em um zoológico, onde ele passará o resto de seus dias, onde será bem cuidado e alimentado (NARAYAN, 2012, p.225). Esse final fornece à obra um tom cíclico, visto que, no início, o tigre está no zoológico e passa a lembrar de toda a sua vida. Esse encontro entre o fim e o início da obra apresenta um cenário questionável. Primeiramente, como ensina Atkinson (1984, p.240), Raja passou por uma transformação espiritual muito grande para simplesmente aceitar a viver no cárcere, que não custa lembrar, lhe fora traumático em seus tempos de circo. Um leitor que, após terminada a leitura, decida revisitar as primeiras páginas, notará algo perturbador: no final o *sannyasi* havia garantido à Raja que o responsável pelo zoológico iria garantir que ele fosse bem cuidado. Pois bem, logo no início, encontramos a seguinte declaração:

Homens, mulheres e crianças dão uma olhada entre as barras da jaula e às vezes gritam alto: “Ei! Venham ver esse tigre. Que bicho feroz!” Fazem ruídos grosseiros para me provocar, jogam pedrinhas quando o guarda não está vendo, e depois seguem em frente, para admirar, da mesma maneira, o ocupante da jaula seguinte (NARAYAN, 2012, p.18).

Se esse é o tratamento especial prometido a Raja, só nos resta imaginar o que espera os outros animais, não tão iluminados quanto o nosso tigre. Kar (2008, p.69-70) reconhece que o comportamento dos visitantes denota a problemática envolvendo zoológicos e a sujeição dos animais nessas instituições, mas que, no entanto, esse desfecho trai toda a crítica ao antropocentrismo perpetuada por Narayan. Um dos motivos para essa falha seria uma provável ausência de conhecimento científico do escritor indiano. Como defendemos em algum ponto anterior, não acreditamos que sejam necessários tais conhecimentos para se produzir uma obra literária incisiva. Mas isso não é afirmar que a ciência é inútil ao fazer literário, pelo contrário, ela é enriquecedora (vale lembrar que, já em 1927, E.M. Forster acreditava que o avanço da ciência permitiria a criação de personagens animais mais sólidos). Dito isso, *Um Tigre para Malgudi* é belíssimo, apesar das inconsistências apontadas, e requinta ainda mais o universo⁴¹ criado por Narayan.

A nosso ver, as contradições dentro do romance refletem as incongruências que existem dentro da relação entre a humanidade e os animais. E tais relações são essencialmente hierárquicas, ou seja, as diferenças entre humanos e animais se traduzem sob a forma de uma pretensa superioridade dos primeiros sobre os segundos. Narayan empreende um experimento literário poderoso que indubitavelmente expõe a situação do tigre no mundo. No entanto, sua insistência em fazer Raja subir um degrau na hierarquia e aproximá-lo do humano e, por consequência, afastá-lo da animalidade, exhibe um traço antropocêntrico fortíssimo, no qual animais se tornam dignos ao serem humanizados. No mundo contemporâneo, esse é o caso dos chamados *pets*. Dito isso, o presente trabalho não se trata de uma acusação a Narayan, mas, sim, de uma demonstração de como elementos culturais, tal como o antropocentrismo, estão enraizados de forma tão profunda a ponto de solapar mesmo os escritos que lhe fazem oposição.

Em nossa leitura de *Um Tigre para Malgudi*, pontuei como a literatura que trata de animais pode, com certa facilidade, cair em contradição e reforçar muitas das concepções as quais os autores originalmente se prostraram contra. Não é uma tarefa fácil dar o diagnóstico,

⁴¹ Malgudi, referenciada na obra aqui discutida, é a cidade ficcional criada por R.K. Narayan, na qual muitos de seus romances e contos acontecem. De certa forma, Malgudi condensa a visão do escritor sobre a Índia.

mas podemos suspeitar que, entre as causas dessa dificuldade, estão o antropocentrismo inerente do ser humano (só somos capazes de expressar o mundo como humanos), a falta de conhecimento mais profundo do autor acerca dos problemas nas relações entre humanos e animais, um certo receio em chocar o público com um enredo violento, entre outros. Em todo caso, a obra de Narayan, apesar dos deslizes, apresenta também o forte potencial que a literatura tem em disseminar uma visão mais simpática acerca dos animais por meio de uma linguagem criativa que escapa da frieza e da objetividade de outros documentos que, por ventura, tratem de temas semelhantes.

A germinação das sementes disseminadas pela literatura animalista se faz necessária em um mundo de acelerada sujeição e de destruição dos animais. Segundo o *site* da organização Panthera (s/d), existem apenas 3.900 tigres vivendo livres, e perderam 96% dos territórios que habitaram ao longo da história, além disso, ao menos três subespécies, de um total de nove, já foram extintas. A situação é, portanto, crítica. Cabe a nós nos perguntarmos até que ponto a literatura pode desafiar o aniquilamento da fauna e da flora? Poderíamos dizer que em alguns anos, *Um Tigre para Malgudi* será apenas um registro de uma criatura que só existe em fotos e vídeos? Talvez a literatura não tenha a força para promover mudanças tão profundas, mas, com certeza, tem o poder de abrir os nossos olhos para um problema que não pode ser ignorado. Eis aí o desafio.

Referências

ATKINSON, D.W. R. K. Narayan's A Tiger For Malgudi: A New Way Of Expressing An Old Theme. In **Journal of South Asian Literature**, Michigan, v.20, n.1, Part I: ESSAYS ON THE MAHĀBHĀRATA (Winter, Spring 1985), p.237-241.

CAVE, James. Remembering Tyke, Rebellious Circus Elephant, And Her Tragic Death (GRAPHIC VIDEO). In **Huffington Post, New York**, 08 2014. Environment. Disponível em: <https://www.huffingtonpost.com/2014/08/19/tyke-elephant-honolulu-circus_n_5689932.html>. Acesso em: 09 fev. 2018.

COETZEE, J.M. Palestra 3: A vida dos animais, Um: Os filósofos e os animais. In COETZEE, J.M. **Elizabeth Costello**: oito palestras. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.67-103.

FORSTER, E.M. People. In FORSTER, E. M. **Aspects of the Novel**. San Diego, New York, London: Harcourt Inc., 1985, p.43-64.

GARRARD, Greg. Glossário. In GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006, p.255-257.

GREEN, Susie. **Tiger**. London: Reaktion Books, 2006.

GUYNUP, Sharon. **A Concise History of Tiger Hunting in India**. 2014a. Disponível em: <<https://blog.nationalgeographic.org/2014/03/10/a-concise-history-of-tiger-hunting-in-india>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

GUYNUP, Sharon. **Illegal Tiger Trade: Why Tigers Are Walking Gold**. 2014b. Disponível em: <<https://blog.nationalgeographic.org/2014/02/12/illegal-tiger-trade-why-tigers-are-walking-gold>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

KAR, A. **Narayan's A Tiger for Malgudi and Ecocriticism**. *ANQ: A Quarterly Journal of Short Articles, Notes and Reviews*, [S.l.], v. 21, n. 2, p.65-71, Spring, 2008.

MACIEL, M. Derrida e os Animais. In MACIEL, M. **Literatura e animalidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.36-47.

MACIEL, M. Introdução – Animais Escritos. In MACIEL, M. **Literatura e animalidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.13-25.

MOTTA, L. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NARAYAN, R.K. **Um Tigre Para Malgudi**. Trad. Léa Nachbin. Rio de Janeiro: Guarda-Chuva, 2012.

NUNES, B. O animal e o primitivo: os Outros de nossa cultura. In MACIEL, Maria Esther (org.). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p.13-22.

PANTHERA. **Tiger Fact Sheet**. Sem data. Disponível em: <<https://www.panthera.org/cat/tiger>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

SAX, B. **The mythical zoo: an encyclopedia of animals in world myth, legend, and literature**. California: ABC-CLIO, Inc., 2001.

SRMAEK, Joseph. "Face Him like a Briton": Tiger Hunting, Imperialism, and British Masculinity in Colonial India, 1800-1875. In **Victorian Studies**, Indiana, v. 48, n. 4, p.659-680, Summer. 2006.

STOREY, William K. Big Cats and Imperialism: Lion and Tiger Hunting in Kenya and Northern India, 1898-1930. In **Journal of World History**, [S.l.], v. 2, n. 2, p.135-173, Fall. 1991.

LOLO



Macho, castrado, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

MINGAU



Macho, castrado, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

“Conversa de bois”, de Guimarães Rosa: Paisagem zooliterária

Keila Mara Fraga Ramos de Oliveira (UEM)

Introdução

O presente trabalho realiza um estudo sobre o conto “Conversa de Bois”, publicado em *Sagarana* (1946), de João Guimarães Rosa. Logo no prefácio da obra, encontram-se as notas feitas por Paulo Rónai (1907-1992) sobre o livro. Rónai classifica as nove peças que formam o volume *Sagarana* como tradição da arte de narrar. O gênero peculiar do autor segundo ele é a novela, e não o conto. “Conversa de bois” é um conto com traços da fábula e da poesia. Para Paulo Rónai, a maioria das narrativas reunidas no livro são novelas, menos por sua extensão relativamente grande do que pela existência, em cada uma delas, de vários episódios – ou “subistórias”, na expressão do escritor –, aliás sempre bem concatenados e que se sucedem em ascensão gradativa.

Ainda no prefácio, Paulo Rónai traz notas especificamente sobre o texto “Conversa de bois”, que representa o tipo de conto inteiramente estilizado, com **bichos que falam e raciocinam**.

A abertura de *Sagarana* é a Carta de João Guimarães Rosa a João Condé, revelando segredos da obra. Rosa afirma que o livro foi escrito quase todo na cama, a lápis, em cadernos de 100 folhas – “em sete meses; sete meses de exaltação, de deslumbramento. (Depois, repousou durante sete anos; e, em 1945, foi ‘retrabalhado’, em cinco meses, cinco meses de reflexão e de lucidez) (2015, p.29). Rosa explica que, em “Conversa de bois”, ele planejara escrever um conto de carro-de-bois com o carro, os bois, o guia e o carreiro. Penosamente, ele urdiu o enredo e, em um sábado, foi dormir contente, disposto a pôr em caderno, no domingo, a história (n.1). “Mas, no domingo caiu-me do ou no crânio, prontinha, espécie de Minerva, outra história (n.2) – também com carro, bois, carreiro e guia – totalmente diferente da véspera. Não hesitei: escrevi-a, logo, e me esqueci da outra, da anterior” (2015, p.29).

“Conversa de bois” começa com Manuel Timborna relatando ao narrador uma história de bois que podiam falar, história essa que tinha ouvido de uma irara, um animal que assistiu aos fatos e contou-lhe tudo, o narrador por sua vez pede permissão para recontá-la a seu modo. A narrativa se passa no interior de Minas Gerais com o menino Tiãozinho que puxa o carro de bois. Seu pai havia falecido e seu corpo estava sendo carregado sobre uma carga de rapaduras. Há também o carreiro Agenor Soronho que maltratava os bois, e que se engraçava

com a mãe de Tiãozinho. Eram quatro juntas de boi que mantinham diálogo entre si em que se reconhecem como bois especiais, pois não eram alimentados para o abate. Os homens são vistos como ameaça, lembram-se dos casos em que enfrentaram e venceram os humanos. Durante o caminho Agenor Soronho vai ferroando os bois com sua vara e caçoando de Tiãozinho, pela morte de seu pai. O menino segue viagem com raiva de Agenor por ser malvado e por querer ficar com sua mãe.

João Bala sofre um acidente com seu carro-de-bois e Agenor Soronho cruza com ele e, para mostrar sua braveza, conduz o seu carro-de-bois ladeira acima com maior rigidez com os bois. Quando os bois percebem que Agenor começa a dormir e Tiãozinho começa a andar como sonâmbulo, o boi Capitão se põe a decifrar os pensamentos do menino que queria vingar seu pai derrubando Agenor do carro. Todos os bois entram no mesmo acordo e fazem uma manobra rápida enquanto Soronho cochila. Ele cai e a roda passa por cima de seu pescoço. Tiãozinho, por sua vez, não acredita no que vê, sente-se muito culpado. Os outros viajantes percebem a tristeza e consolam o menino.

O conto está repleto de diálogos ora dos homens ora dos bois, pois os animais tornam-se personagens ativos do enredo. O menino e os bois personagens entendem e dividem os pensamentos. Dessa forma o texto produz imagens com efeito poético por meio do uso do antropomorfismo e da zoomorfização. O boi se aproxima do humano, o menino. E o menino se aproxima e interage com os bois. O texto de Rosa traz algumas personagens nada convencionais, pois ele se recusa a mostrar o lógico e o aparente, expondo suas personagens à borda do racional como o menino e os bois.

Para pensar sobre a relação homem-animal-morte no conto, como base teórica usamos os estudos de Sônia Felipe sobre a defesa animal; Edgar Morin (1970) que trata sobre a morte; Martin Heidegger (2002) que reflete sobre o ser e o ente.

Pensando sobre os animais

Desde tempos antigos os animais têm lugar no pensamento humano, pois começando pela narrativa do Jardim do Éden encontra-se a serpente; depois os animais foram protegidos na Arca de Noé, um casal de cada espécie. Assim eles participam da vida humana desde os primórdios. Felipe (2014, p.60) nos informa sobre a existência de sensibilidade consciente em todos os animais: “Sabemos que eles têm inteligência, memória e raciocínio. Os filósofos greco-romanos Ovídio, Sêneca, Plutarco e Porfírio, assim como Aristóteles” há milênios reconheciam que um “nível não desprezível de racionalidade era próprio dos animais, não

apenas dos humanos”. Em 7 de julho, na Inglaterra, um grupo de neurocientistas confirmou a existência da consciência em todos os animais por meio de um documento que ficou conhecido como *Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos*.

No entanto, apesar das evidências científicas sobre a complexidade da mente animal, a nossa cultura segue padrões de pensamento do século XVII. Descartes lançou a ideia de que os animais não têm sensibilidade e nem vida interior. Eram comparados a máquinas. Portanto, os animais seriam seres destituídos de consciência e de capacidade para sentir dor. Pensava Descartes que a linguagem e o pensamento eram habilidades fundamentais para um ser possuir consciência da dor e assim sofrer, então por não terem linguagem não sofriam.

Assim, “a teoria da inexistência da consciência em seres destituídos de linguagem passou a ser aceita sem contestação, tanto pela filosofia, quanto pela ciência” (FELIPE, 2007, p.43). Como alguns pensam que os animais são desprovidos de consciência, são-lhes infligidos maus tratos de diversas maneiras. Ainda sobre a consciência animal a filósofa Felipe explica que:

[...] a consciência comum a humanos e a várias espécies, deve ser compreendida por sua função adaptativa. Seres que não precisam interagir para adaptar-se ao ambiente, que não precisam de liberdade para mover-se em busca de meios de subsistência e do próprio bem-estar; podem manter-se vivos ainda que destituídos de consciência. Outros, porém, que precisam interagir com o ambiente natural e, portanto, com seus pares e concorrentes, para garantir os meios de vida e fugir das ameaças, não sobreviveriam caso fossem destituídos de consciência (FELIPE, 2007, p.46)

O conto de Rosa mostra a existência da consciência, de que fala Felipe, quando os bois conseguem interpretar a situação que vivem. Assim, as experiências vivenciadas em um determinado dia de nada lhes serviriam no dia seguinte se não possuíssem algum tipo de consciência ou inteligência que lhes permitisse “gravar, ordenar e rearticular as experiências vividas, usando-as em situações futuras” (FELIPE, 2007, p.46). Os bois possuem habilidades próprias de sua espécie e de suas necessidades específicas de sobrevivência. Peter Singer, filósofo da Ética Animal (2004, p.253), lamenta o entendimento de que animais são seres 'brutais', o que resulta a ideia de que as pessoas que se comportam com crueldade sejam chamadas de “animais”. No conto de Rosa, o humano é o ser cruel, não os animais. Agenor Soronho se compraz na maldade e na humilhação. Ele sustenta a família de seu Jenuário que está doente para se relacionar sexualmente com a esposa do compadre. Jenuário sente-se moralmente ofendido, mas não pode revoltar-se, pois perderia a ajuda financeira. Também seu

filho, o menino Tiãozinho, sofre com trabalhos forçados. Os animais sob a tutela de Soronho são frequentemente açoitados. Explica Singer (2004) que os seres humanos gostam de se considerar “menos selvagens do que os outros animais”, mas, na narrativa, Agenor Soronho manifesta comportamento contrário a quaisquer traços de virtude humana. Soronho humilha, maltrata e tira proveito de tudo e de todos ao seu redor:

Os vizinhos bem que estavam às ordens, para carregar cristão defunto. Mas eram seis léguas apuradas, e, como seu Agenor estava mesmo para levar uma carga de rapadura do Major Fréxes, dispensou os préstimos para o cortejo, e atrelou quatro juntas, porque na volta ia trazer o carro cheio, com os rolos de arame farpado que estavam esperando por ele, na estação do arraial... (ROSA, 2015, p.283)

De acordo com a estudiosa Felipe (2014, p.60) tirar o máximo de vantagem de outrem não se refere somente aos seres humanos, mas também aos animais, pois “os animais são considerados como objetos dos quais os humanos podem tomar posse, vender como mercadorias, explorar como escravos [...]” Sem se levar em consideração que são seres sencientes. Animais, sejam humanos ou não, são dotados da capacidade de um arquivo mental de informações complexas que lhes permitem sobreviver. No trecho a seguir verifica-se o arquivo mental organizado pelo boi que sabia onde encontrar água:

Mas boi Rodapião foi espiando tudo, sério, e falando: –Em todo lugar onde tem árvores juntas, mato comprido, tem água. Lá, lá em-riba, quase no topo do morro, estou vendo árvores, um comprido de mato. Naquele ponto tem água! –E ficou todo imponente, e falou grosso: –Vou pastar é lá, onde tem aguada perto do capim, na grota fresca!... (ROSA, 2015, p.288)

O boi sabia onde encontrar refrigério para si e para os outros animais que estavam com ele. Ele interage com o meio ambiente, vê-se como parte de um ecossistema. Em outro trecho do texto o boi avalia o estado da estrada para não colocar a vida dele dos outros em risco.

Eu também olhei p'r'a ladeira, mas não precisei nem de pensar, p'ra saber que, dali de onde eu estava, tudo era lugar aonde boi não ir. Mas boi Rodapião falou como o homem: –Eu já sei que posso ir por lá, sem medo nenhum: a terra desses barrancos é dura, porque em ladeira assim parede, no tempo das águas, correu muita enxurrada, que levou a terra mole toda... Não tem perigo, o caminho é feio, mas é firme (ROSA, 2015, p.288)

Observa-se a inteligência de uma infinidade de animais como os passarinhos, a irara ou papa-mel, o cachorrinho-do-mato, o gavião-pombo, os morcegos, o lobo entre outros. Mas, mesmo com toda essa variedade de espécies o homem os subjuga para tirar proveito de suas vidas. Na narrativa, os bois sofrem com o golpe recebido para irem para a direita ou esquerda, não “porque tenham entendido o desejo do carroceiro, mas porque a dor é imensa e não há

como ficar parado ao sofrer o golpe”, explica Felipe (2014 p.66), e assim para evitar o sofrimento na fuga acabam por impulso puxando a carroça, já que estão atrelados a ela. No texto, Agenor Soronho usa uma vara para açoitar os bois “-Ôa!... -Dá de-prancha, com a vara, nos topetes dos bois, que desviam para fora os nós dos joelhos,” (Rosa, 2017, p.278), pois a dor é imensa. “-Ôa, Namorado!... Também, quem tem a culpa d’eles ficarem assim desinquietos é o carreiro, que vem picando os bois, á toa, á toa, sem precisão. É mau mesmo.” (ROSA, 2015, p.280). Vê-se no próprio texto que não há a necessidade de agressão, agride-se os animais por maldade. Soronho é a antítese do comportamento moral para com outro ser senciente. Felipe define o princípio das relações com o outro ser:

A não violência é um princípio moral que deve reger as relações dos humanos com o restante dos seres sencientes, então qualquer gesto que derrote a integridade, a saúde, a liberdade de ir e vir e a vida de qualquer dos seres em apreço, humanos ou não humanos, fere de morte a base da paz social. (FELIPE, 2014, p.112)

O princípio da igualdade do direito à vida e à liberdade deve ser estendido aos animais porque é próprio da natureza animal. A vida animal só pode se desenvolver física e mentalmente em liberdade. Segundo Felipe, “o não aprisionamento ou privação de quaisquer meios necessários a essa expressão são direitos de todos os animais, não apenas dos humanos” (2014, p.112).

No final do texto os animais e o menino estão mais serenos com a morte do Agenor Soronho, pois o menino compreende o sofrimento dos bois, e até o carro anda mais leve sem serem oprimidos:

Tiãozinho nunca houve melhor menino candieiro -vai em corridinha, maneiro, porque os bois, com a fresca, aceleram. E talvez dois defuntos dêem mais para a viagem, pois até o carro está contente - renhein... nhein... e abre a goela do chumaço, numa toada triunfal. (ROSA, 2015, p.297)

Com o modelo de interação que possuímos com os animais empregamos contra eles interesses que violam seu direito de estar em vida com liberdade para “expressar sua singularidade e obter a defesa dos direitos fundamentais à vida singular” (Felipe 2014, p.42). Felipe explica ainda que, “não haverá uma defesa genuína dos direitos animais se não for uma defesa dos direitos fundamentais, tidos, como exclusivos dos humanos”. Assim, consideramos que animais de todas as espécies são tão sencientes e capazes de sofrimento e tormento, quando aprisionados, manejados e abatidos, quanto nós o somos.

Assim, no dia em que os animais de outras espécies pararem de serem explorados, torturados e mortos para atender a propósitos humanos, nenhuma pessoa se sentirá autorizada a fazer isso com qualquer outro ser.

Findar-se

Pensa-se que somente a dor humana é que conta, então continua-se a produzir dor em todos os animais sem sentir nenhuma culpa. E como não se sente a dor dos animais não há problema em afligi-los como no trecho do conto em que a narrativa mostra a insensibilidade de Agenor Soronho com o sofrimento dos animais:

Tião, esperta, que eu quero mostrar p'ra esse João Bala como é que a gente sobe o Morro-do-Sabão!... E vou em pé no cabeçalho, que é só p'ra ele ver como é que carreiro de verdade não conhece medo, não!...Vamos, Brabagato!... Namorado!... Realejo!... Vamos!... Vai Tiãozinho, vão os bois, vai o carro, que empina para entrar na subida, rangendo a cantoria rezinguenta. –Va-amos! ... –As jugadas avançam, dançando as cangas nos cangotes, e Soronho grita e se mexe, curvando e levantando o busto, com os braços abertos e segurando com as duas mãos a vara, [...] –Ôó-a!... A subida brava acabou, com fadiga para todos e glória para Agenor Soronho. –Uf! Pfú... –sopra Brilhante. (ROSA, 2015, p.292)

Com a glória de Agenor Soronho por ter conseguido dominar seus animais e fazê-los subir o Morro-do-Sabão sem se importar com suas condições, os bois em outro trecho explicam como é o comportamento humano e que esse comportamento é ruim:

–É porque temos de viver perto do homem, temos de trabalhar... Como os homens... Por que é que tivemos de aprender a pensar?... –É engraçado: podemos espiar os homens, os bois outros... –Pior, pior... Começamos a olhar o medo..., o medo grande..., e a pressa... O medo é uma pressa que vem de todos os lados, uma pressa sem caminho... E ruim ser boi-de-carro. E ruim viver perto dos homens... As coisas ruins são do homem: tristeza, fome, calor– tudo, pensado, é pior... –Mas, pensar no capinzal, na água fresca, no sono á sombra, é bom... (ROSA, 2015, p.274)

Com a comparação de que os homens são como bois “os bois outros” pode-se pensar que Rosa nos mostra que os animais também possuem “tristeza, fome, calor”. Explica Morin (1970, p.55) que o instinto do animal não é individual, mas “uniforme para todos os indivíduos de uma mesma espécie, o indivíduo age como 'espécime' e manifesta, nas citadas reações, não uma inteligência individual, mas sim uma inteligência específica, isto é, um instinto”. É assim que o instinto, que é o desenvolvimento da vida é um “sistema de proteção contra o perigo da morte. Por outras palavras é a espécie que conhece a morte, e não o indivíduo; e conhece-a a fundo”, conclui o autor.

Na narrativa há duas mortes: a primeira do pai do menino Tiãozinho Jenuário, a segunda é a de Agenor Soronho. A primeira foi um alívio para terminar o sofrimento, pois ele estava acamado e o segundo também para aliviar o sofrimento, mas não de Agenor, mas sim de Tiãozinho e os bois. Heidegger (2002, p.34) explica que “o morrer funda-se na cura”, pode-se depreender que nesse momento os seres serão libertos de seu sofrimento. E que “não é raro perceber na morte dos outros um desagrado”, conclui Heidegger (2002, p.36).

Vê-se então o lamento de Tiãozinho:

Coitado do seu Agenor! Quem sabe se ele ainda pode estar vivo?!... “–Fazer promessa. Todos os santos. Rezar depressa. E gente chegando. Os dois cavaleiros. –Sossega, meu filho! Nem um gole d’água, p’ra dar a este menino. Sem água para a goela seca. Ajuda aqui, Nhô Alcides! Goela seca. Tremor. Já é de-tardinha. Desentala o corpo!... Quase degolado, o pobre do carreiro. Não quero ver. Chorando outra vez. –“Coitado do seu Agenor!... Era brabo, mas não era mesmo mau-de-todo, não... Tinha coração bom... Mas, não foi por meu querer... Juro, meu Nosso Senhor! (ROSA, 2015, p.296)

Segundo Heidegger (2002, p.50) a angústia é que “permite que se mantenha aberta a ameaça absoluta e contínua de si mesmo, que emerge do ser mais próprio e singular da presença”. A existência frente ao nada na sua impossibilidade de existir, então segundo o autor “o ser-para-a-morte é, essencialmente, angústia”. Angústia essa experimentada por Tiãozinho duas vezes naquele dia, pois primeiro perdeu seu pai e depois o seu padrasto.

De acordo com o modo de ser da pre-sença (como existência), a morte só é um ser-para-a-morte existenciário. Para Heidegger (2002, p.26) findar significa, “enquanto terminar pode, pois, significar: passar a não ser, mais simplesmente dado ou só ser simplesmente dado com o fim”. Para ele na morte a “pre-sença nem se completa, nem simplesmente desaparece nem acaba e nem pode estar disponível à mão”, e que o findar da morte não significa “o ser estar-no-fim da pre-sença, mas o seu ser-para-o-fim”.

No sentido mais amplo, a morte é um fenômeno da vida. Deve-se entender vida como um modo de ser ao qual pertence um ser-no-mundo. Do ponto de vista ontológico, esse modo de ser pode-se fixar à pre-sença apenas de forma privativa. A pre-sença também pode ser considerada como mera vida. (HEIDEGGER, 2002, p.28)

E para obter alívio do sofrimento individual e coletivo como explicou Morin (1970) que o instinto do animal não é individual, mas coletivo. Para a preservação de sua espécie, vê-se a atitude no texto dos bois que, sabendo do pensamento do menino em aliviar seu sofrimento algum dia, tomam a atitude coletiva de dar fim a Agenor Soronho. Segundo Singer

(2004, p.253), considera-se que “o animal que mata com menos motivo para fazê-lo é o animal humano [...] que não se satisfaz só em matar”, e que somente os seres humanos possuem a “tendência de atormentar e torturar tanto seus semelhantes seres humanos quanto outros animais antes de matá-los. Nenhum outro animal faz isso”. No trecho abaixo observamos que a morte de Agenor foi rápida e sem sofrimento, pois não houve tempo nem de xingar ou praguejar.

–Se o bezerro, lá na frente, de repente gritasse, nós teríamos de correr, sem pensar, de supetão... –E o homem cairia... –Daqui a pouco... Daqui a pouco... –Cairia... Cairia... –Agora! Agora! –Môung! Mûng! –...rolaria para o chão. – Namorado, vamos!!!... –Tiãozinho deu um grito e um salto para o lado, e a vara assobiou no ar... E os oito bois das quatro juntas se jogaram para diante, de uma vez... E o carro pulou forte, e craquejou, estrambelhado, com um guincho do cocão. –Virgem, minha Nossa Senhora!... Ôa, ôa, boi!... Ôa, meu Deus do céu!... Agenor Soronho tinha o sono sereno, a roda esquerda lhe colhera mesmo o pescoço, e a algazarra não deixou que se ouvisse xingo ou praga –assim não se pôde saber ao certo se o carreiro despertou ou não, antes de desencarnar. (ROSA, 2015, p.295)

Assim, o sofrimento humano e animal no texto teve seu desfecho e a morte foi o final ou a solução encontrada para tal. Podemos inferir que a morte do pai de Tiãozinho foi um doce alívio, pois este estava sendo transportado para o cemitério em cima de rapaduras, que são doces, e mais tarde também Agenor Soronho foi transportado ao lado de Jenuário em cima das rapaduras, mas agora representando que o fim foi doce para os bois e Tiãozinho.

Considerações finais

O estudo em questão questionou o comportamento hostil do homem em relação ao próximo e também abordou a sciência e a coletividade animal. Viu-se que a crueldade para com o próximo, humano ou animal, não diferencia muito, pois tanto o menino Tiãozinho quanto os bois sofriam maus tratos, o que os levou a desejarem se libertar de tal aflição, mostrando de forma simples e rápida a capacidade de interação entre os seres.

Em “Conversa de bois”, há quatro juntas de bois cujos pensamentos são evidenciados. Sua fala é simples, mas permite apreender sua realidade envolvendo suas existências e sofrimentos no mundo do trabalho, pois eles desejavam estar na sombra com água fresca e pasto abundante, mas eram bois-de-carro e sua força de trabalho era em favor da dominação do homem com sua ganância e pressa, sendo compelidos ao trabalho forçado e ao castigo físico com a vara de Agenor Soronho.

Assim, por possuírem entendimento é que são utilizados para trabalhos forçados e não podem usufruir de sua inteligência para sobrevivência e procriação.

Guimarães Rosa, neste conto, nos mostra uma perspectiva cruzada entre o animal e o homem, visto que o menino e os bois conseguem comunicar-se por meio mental. Ambos, animais e humano, dividem pensamentos. O ponto de cruzamento é a antropomorfização dos animais, que é quando os animais conseguem pensar e refletir sobre a convivência com os humanos que os faz mal, e o zoomorfismo do homem vivenciado pelo menino que em estado de sonambulismo consegue interagir com os bois.

A morte de Agenor Soronho, no final da narrativa, traz a paz e a calma que tanto desejavam, tanto o menino quanto os bois, pois agora livres da agressão serão tratados com mais dignidade pelo Tiãozinho e ele está livre de parte de seu sofrimento.

Pode-se considerar que enquanto houver a falta de respeito para com o próximo seja ele humano ou não, haverá sempre sofrimento quer de forma física ou psicológica, essas agressões ficam marcadas na sociedade que arcará com as consequências de seus atos. Então indaga-se: até quando toleraremos a agressão contra o corpo de outro animal?

Referências:

FELIPE, S. **Ética e experimentação animal**. Fundamentação abolicionistas. Florianópolis: UESC, 2007.

FELIPE, S. **Acertos abolicionistas: a vez dos animais**. São José (SC): Ecoânima, 2014.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2002, v.2.

MORIN, E. **O homem e a morte**. Sintra: publicações Europa-América, 1970.

ROSA, J. G. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SINGER, P. **Libertação animal**. Trad. de Marly Winckler. Porto Alegre: Lugano, 2004.

NEGÃO



Macho, castrado, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

NEGUEBA



Macho, castrado, pelo curto, olhos verdes.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

O imaginário dos dragões e suas representações

Naiani Borges Toledo (UNIOESTE)

Palavras iniciais

A palavra dragão tem sua origem na palavra grega *drákon* que era utilizada para definir grandes serpentes e remetia ao significado de “monstros de olhos cruéis” (WATKINS, 200, p.16). Os dragões são animais mitológicos presentes nas mais diversas civilizações e suas formas e função simbólica diferem de mito para mito. Embora suas formas sejam as mais variadas, em geral, essas criaturas são representadas como serpentes enormes que podem possuir asas, patas, plumas e poderes mágicos.

De acordo com alguns dicionários brasileiros o dragão seria definido como “monstro fabuloso representado, em geral, com cauda de serpente, garras e asas” (FERREIRA, 1995, p.231); “animal fabuloso que se representa com cauda de serpente, garras e asas” (PRIBERAM, 2018, *online*); “animal fabuloso, geralmente representado como serpente ou sáurio com corpo coberto de escamas, frequentemente dotado de garras, asas e uma grande boca que expelle fogo” (BORBA, 2005, p.455); “ser fabuloso, semelhante a um grande lagarto alado e representado com cauda de serpente e garras enormes, geralmente dotados da capacidade de expelir fogo pela boca” (TREVISAN, 2015, *online*).

É importante ressaltar que a diferença das palavras selecionadas pelos dicionários cronologicamente já indica uma característica da transformação deste mito, haja vista que o dicionário mais antigo se refere à palavra dragão como um monstro e os mais recentes como um animal ou ser, demonstrando algo que realmente está acontecendo nas representações dos dragões, eles vêm perdendo a característica de monstruosidade ao longo dos séculos.

O mito do dragão é tão antigo e tão disperso que não é possível buscar uma definição original, porque também não é possível definir sua origem exata: “a humanidade toda participou do processo de moldá-lo” (SMITH, 2007, p.77). Porém, acredita-se que o mito possa ter surgido após a população de antigas civilizações terem visto ou escutado sobre fósseis enormes que provavelmente seriam de dinossauros e outras grandes criaturas como as baleias, por exemplo. Com base nesses ossos, o povo teria criado esse ser mitológico para explicar diferentes fatos que na época não possuíam explicação, como, por exemplo, as mudanças do tempo, considerando que o dragão para algumas culturas orientais, principalmente a chinesa, representa uma divindade que controla a chuva e assim comanda a produtividade da terra, este recebe o nome de Dragão Espiritual.

Embora não saibamos ao certo quando ou onde surgiu o mito, sabemos que ele se faz presente na *Bíblia*, esta reconhece três grandes matadores de dragão: o primeiro seria Deus que subjuga Leviatã criando o monstro Behemoth como é exposto em Jó 40: 15-19:

[...] Contempla agora o Behemoth, que eu fiz, que come erva como boi. Eis que a sua força está nos seus lombos, e o seu poder, nos músculos do seu ventre. Quando quer, move a sua cauda como cedro; os nervos das suas coxas estão entretecidos. Os seus ossos são como tubos de bronze; a sua ossada é como barras de ferro. Ele é obra-prima de Deus; o que o fez o proveu a espada.

Conforme a cultura judaico-cristã Behemoth enfrentaria o Leviatã no final dos tempos e um mataria o outro, porém enquanto o Leviatã seria servido como carne em um banquete para os humanos que sobrevivessem, Behemoth seria glorificado por ter cumprido sua missão.

O segundo matador seria Daniel que mata um dragão que era venerado na Babilônia como é descrito em Daniel 14: 23 -27:

[...] O rei disse a Daniel: Pretenderás também dizer que aquele é de bronze? Vive, come, bebe. Tu não podes negar que seja um deus vivo. Adora-o então. Eu adoro, replicou Daniel, unicamente o Senhor meu Deus, porque ele é um Deus vivo. Ó rei, dá-me licença para fazê-lo, e, sem espada nem bastão, matarei o dragão. Eu te concedo, disse o rei. Então Daniel tomou breu, gordura e pêlos, cozinhou tudo junto, e com isso fez umas bolas e meteu-as na boca do dragão, que estourou e morreu. Daniel exclamou: Eis aí o que adoráveis! Quando os babilônios souberam, ficaram sumamente indignados, e amotinaram-se contra o rei aos gritos de O rei tornou-se judeu! Destruiu Bel; e agora fez perecer o dragão.

O terceiro seria o arcanjo Miguel, que vence o dragão do apocalipse⁴² com o auxílio de outros anjos do céu, como representado em Apocalipse 12: 3 – 8:

[...] Depois apareceu outro sinal no céu: um grande Dragão vermelho, com sete cabeças e dez chifres, e nas cabeças sete coroas. Varria com sua cauda uma terça parte das estrelas do céu, e as atirou à terra. Esse Dragão deteve-se diante da Mulher que estava para dar à luz, a fim de que, quando ela desse à luz, lhe devorasse o filho. Ela deu à luz um Filho, um menino, aquele que deve reger todas as nações pagãs com cetro de ferro. Mas seu Filho foi arrebatado para junto de Deus e do seu trono. A Mulher fugiu então para o deserto, onde Deus lhe tinha preparado um retiro para aí ser sustentada por mil duzentos e sessenta dias. Houve uma batalha no céu. Miguel e seus anjos tiveram de combater o Dragão. O Dragão e seus anjos travaram combate, mas não prevaleceram. E já não houve lugar no céu para eles.

Embora a história não seja contada na *Bíblia* as igrejas, católica e anglicana, reconhecem ainda um quarto matador: São Jorge.

⁴² Alguns autores como Wallace (1948) defendem que o dragão do *Apocalipse* seria o Leviatã e nesse caso seria apenas um matador e um dragão a menos para a contagem.

A imagem de São Jorge como santo guerreiro matador de dragões vem da *Lenda Dourada* (também conhecida como *Lenda Áurea*) que é uma coletânea de narrativas escritas como exemplo e tinha por objetivo fornecer material para pregações e que foram reunidas pelo bispo de Gênova Thiago de Voragine (também conhecido por seu nome em Latim Jacobus de Voragine).

Devido ao fato de a *Bíblia* ser um livro conhecido em inúmeras culturas é por ele que iniciaremos nossa análise e seguiremos identificando um fio condutor para a compreensão do imaginário humano por meio de suas histórias a cerca das representações dos dragões longo dos séculos. Para alcançar o objetivo proposto utilizaremos a classificação proposta por CHINELLATO (2017, p.10) onde ela diz que são evidentes seis períodos-chave: 1º Antiguidade: dragão-mítico que é associado ao divino e pode ser derrotado apenas por deuses; 2º Idade Média: dragão-lendário que é inimigo da sociedade, selvagem e vencido apenas pela força de heróis; 3º Séculos XIX e início do XX: dragão-personagem que é dotado de fala, malévolo e pode ser vencido pela inteligência; 4º Meados do século XX: dragão-personagem que é poderoso nem mal nem bom e pode ajudar humanos escolhidos por ele; 5º Final do século XX e início do XXI: dragão-montaria que é domado e controlado para uso de fins humanos e 6º Século XXI: dragão que é protegido por crianças, que precisa de ajuda para sobreviver ao inimigo humano.

Optou-se pelo foco em apenas alguns dragões dada a vastidão do tema e a impossibilidade de uma abordagem mais ampla em um artigo. Reconhece-se a limitação do recorte, não sendo o objetivo da pesquisa o esgotamento do tema e sim um breve vislumbre do imenso mundo das narrativas de dragões e fomentar a discussão a cerca do tema.

Dragão bíblico

As imagens associadas aos dragões presentes na cultura cristã são serpentes aladas que por vezes possuem patas, em geral, são criaturas associadas ao mal com algumas raras exceções, a descrição do Leviatã no livro de Jó 41:14-21 pode ser associada a um dragão:

[...] Pois em roda dos seus dentes está o terror. As suas fortes escamas são excelentíssimas, cada uma fechada como com um selo apertado. Uma às outras se ligam; tanto aderem entre si que não se podem separar. Cada um dos seus espirros faz resplandecer a luz, e os seus olhos são como as pestanas da alva. Da sua boca saem tochas; faíscas de fogo saltam dela. Do seu nariz procede fumaça, como de uma panela fervente, ou de uma grande caldeira. O seu hálito faz acender os carvões; e da sua boca sai chama.

Pela grande influência que a religião/*Bíblia* exerce sobre pessoas e obras em diferentes países e culturas, acreditamos que essa passagem seja a responsável pela ideia de que os dragões são seres que cospem fogo presente em outras histórias sobre ele, e também é possível dizer que é por causa da descrição do Leviatã no livro de Jó 41: 22-34 que os dragões são associados a criaturas fortes que até mesmo os heróis temeriam.

No seu pescoço pousa a força, perante ele até a tristeza salta de prazer. O seu coração é firme como uma pedra e como a mó de baixo. Levantando-se ele, tremem os valentes [...] Se alguém lhe tocar com a espada, essa não poderá penetrar, nem lança, dardo ou fecha. [...] Na terra, não há coisa que lhe possa comparar, pois foi feito para estar sem pavor. Todo alvo que vê; é rei sobre todos os filhos de animais altivos.

Devido a esta passagem e também à história onde São Jorge mata o dragão de forma valente é possível a associação com outras histórias onde da mesma forma seus heróis enfrentam essas criaturas perversas e vencem para o bem comunitário ou para provarem o seu valor de guerreiro, como, por exemplo, em *Beowulf*, no poema épico o herói valoroso de força sobre humana que dá título a obra escuta histórias sobre as desventuras que afligem a corte do rei dinamarquês Hrothgar. *Beowulf* viaja para lá com um pequeno grupo de homens e se oferece para livrar Hrothgar e seu povo dos ataques de Grendel, no poema escrito em língua anglo-saxã e com mais de 3.000 linhas, Grendel é descrito como uma criatura monstruosa que é invulnerável ao fio das espadas e que ataca durante a noite a corte do rei dinamarquês matando e comendo os guerreiros que entram no seu caminho.

The monster of evil
Greedy and cruel tarried but little,
He drags off thirty of them, and devours them [...]
Thirty of thanemen; thence he departed
Leaping and laughing, his lair to return to
(Bowulf - Grendel The Murderer III Linhas 6-10)⁴³

As descrições de Grendel e de sua mãe não são muito claras no poema, eles são expostos como seres monstruosos descendentes diabólicos de Caim que seria a representação do mal, tendo em vista que, de acordo com a *Bíblia*, Caim teria armado uma emboscada para o seu irmão Abel e o teria matado.

No trecho a seguir fica claro que Grendel não pode ser atingido por espada e que por isso *Beowulf* resolve a dispensar.

Of *Beowulf* brandished his battle-sword old,

⁴³ O monstro do mal/Ganancioso e cruel demorou pouco./Ele arrastou fora trinta deles, e os devorou [...]/Trinta dos homens; então, ele partiu/Pulando e rindo, para retornar ao seu covil. (Tradução livre).

Would guard the life of his lord and protector,
 The far-famous chieftain, if able to do so;
 While waging the warfare, this wist they but little, [...]
 No weapon would harm Grendel; he bore a charmed life. [...]
 Was willing to injure; but weapons of victory
 Swords and suchlike he had sworn to dispense with [...]
 Held him by the hand; [...]
 Grendel is sorely wounded.
 The direful demon, damage incurable [...]
 Was seen on his shoulder, his sinews were shivered,
 His body did burst. To Beowulf was given
 Glory in battle.

(Bowulf - Grendel is vanquished XIII Linhas 5-27)⁴⁴

No excerto acima, é descrito como Beowulf derrota Grendel utilizando apenas as suas mãos, já que da mesma forma que na *Bíblia*, a criatura não pode ser atingida por espada, gravemente ferido, o monstro foge para os pântanos onde morre e sua mãe decide se vingar atacando novamente o reino e Beowulf a segue até uma caverna onde a mata.

Apesar de vários estudiosos afirmarem que Grendel era um ogro, acreditamos que ele seja um dragão, pois suas características coincidem com a de outros dragões em outras histórias, como, por exemplo, na *Bíblia*, e também porque em nenhum momento no poema é dito a que espécie a criatura pertence.

Ainda no poema, Beowulf enfrenta um dragão que ataca seu povo quando ele é rei, essa é sua última aventura e o poema deixa claro que é contra um dragão:

From his deeds of daring, till that day most momentous
 When he fate-driven fared to fight with the dragon.

(Bowulf – Beowulf Seeks The Dragon - XXXIV Linhas 9-10)⁴⁵

O dragão busca vingança após seu tesouro ter sido roubado por saqueadores, porém, o dragão é muito forte, ele é um mal ao qual Beowulf para vencer precisa se sacrificar.

Dragão de São Jorge

A narrativa de São Jorge conta que perto da cidade existia um lago onde morava um dragão, o animal costumava ir até o muro da cidade e envenenar com seu sopro todos os

⁴⁴ Beowulf brandiu sua antiga espada de batalha./Guardaria a vida de seu senhor e protetor./O famoso chefe, se fosse capaz de fazê-lo;/Enquanto a guerra era travada, eles sabiam, mas pouco, [...]/Nenhuma arma prejudicaria Grendel; ele levou uma vida encantada. [...]/Estava disposto a ferir; mas armas de vitória/Espadas e afins ele havia jurado a dispensar. [...]/Realizou pelas mãos; [...]/Grendel é gravemente ferido./O demônio medonho, o dano incurável [...]/Foi visto em seu ombro, seus nervos estavam tremendo./Seu corpo estourou./ Para Beowulf foi dado/Glória em batalha. (Tradução livre).

⁴⁵ De seus atos de ousadia, até aquele dia mais importante/Quando ele orientado a sorte saiu para lutar com o dragão. (Tradução livre).

habitantes que conseguia. Para tentar solucionar o problema, os cidadãos passaram a lhe oferecer duas ovelhas todos os dias como tributo, dessa forma a fera ficaria satisfeito e não invadiria a cidade. Porém, com o passar do tempo os moradores começaram a ficar sem ovelhas e sem a possibilidade de conseguir mais animais resolveram formar um conselho que decidiu oferecer uma ovelha apenas e no lugar da ovelha que faltava ofertar um homem ou uma mulher jovem.

Após todos os jovens terem servido de comida ao dragão restou apenas a filha do rei para ser tributo. O mesmo, tomado pelo desesperado tentou impedir, mas nada pode fazer, pois os cidadãos argumentaram que seria injusto, tendo em vista que todos haviam doado seus filhos para tributo e que caso o rei não concordasse com a oferenda, ele e toda sua família seriam queimados vivos.

Quando a princesa estava se dirigindo a lagoa onde o dragão morava, São Jorge chega e pede para que ela não tema porque ele a ajudará, como é descrito na seguinte passagem:

Jorge, montando seu cavalo e armando-se com o sinal da cruz, foi bravamente de encontro ao dragão que se aproximava e, entregando-se a Deus, brandiu sua lança, feriu gravemente a besta e forçou-o ao chão. Então ele chamou a donzela: “Não tema, jovem! Jogue seu cinto ao redor do pescoço do dragão! Não hesite!” Quando ela fez isso, o dragão se ergueu e seguiu-a como um cachorro na coleira. (VORAGINE, 2012, p.239)

Ao contrário do que possa parecer, São Jorge não foi simplesmente defender uma donzela, ele estava lá para lutar pelo povo todo. E como fica claro no trecho citado ele vence o dragão, mas não o mata; o animal é domado e pode ser comandado até mesmo pela princesa.

Hércules e os doze trabalhos

Outro herói de grande virtude que derrota um dragão foi Hércules; originalmente ele deveria ter realizado apenas dez trabalhos, mas como Hércules possuía frequentemente companhia em suas tarefas, Euristeu acabou não considerando a limpeza dos estábulos Aúgias, já que Hércules recebeu pagamento pelo trabalho e a morte da Hidra porque Iolau o havia ajudado, fazendo assim com que o herói realizasse doze trabalhos.

O segundo trabalho de Hércules, que depois não foi considerado, foi matar a Hidra de Lerna que era filha de Equidna, criatura monstruosa com tronco de mulher/ninfa e cauda de serpente e de Tifão, um dos titãs. A história dos trabalhos de Hércules foi atribuída a um poema épico intitulado Heracleia, este é um poema perdido, de forma que a história

atualmente é conhecida de várias formas por estar escrita em inúmeros livros. Em geral, a Hidra é descrita como uma serpente com corpo de dragão que possuía nove cabeças que quando eram cortadas se regeneravam. Hércules a mata cortando suas cabeças enquanto seu sobrinho Iolau impedia sua reprodução queimando suas feridas.

O dragão de Hércules apresenta uma característica diferente, ele possui cabeças que se regeneram e ao contrário dos demais não cospe fogo nem guarda nenhum tesouro. A particularidade das múltiplas cabeças pode ser encontrada em outros dragões, como, por exemplo, Tiamat.

Dragão da Cólquida

Ládon é o dragão presente na mitologia grega, existem dois mitos ligados a esse dragão, no primeiro ele é o dragão da Cólquida, o guardião do velocino de ouro. A lenda diz que o dragão era muito grande e lento e que dormia com um olho aberto e outro fechado para guardar melhor o velocino. Para derrotá-lo era necessário matar búfalos de fogo, semear seus dentes e lutar com os guerreiros cadavéricos nascidos dos dentes e tudo isso deveria ser realizado em um único dia, para só então chegar ao dragão, muitos tentaram vencer o dragão, porém, apenas Jasão e os Argonautas conseguiram se apoderar do velocino de ouro.

A segunda história diz que Ládon possuía um corpo enorme, cem cabeças sendo que cada uma falava uma língua diferente da outra, um par de olhos de fogo e que jamais dormia. Sua função era proteger a árvore das maçãs de ouro, a planta havia sido dada de presente para Hera no dia de seu casamento com Zeus por Gaia, a Mãe-terra. Inicialmente, a proteção da árvore havia sido concedida para as ninfas, mas como elas utilizaram os frutos para proveito próprio Hera teve que arrumar alguém mais confiável para a função.

Obter uma das maçãs douradas foi o décimo primeiro trabalho de Hércules, este com um tiro preciso de sua flecha acertou o coração de Ládon que morreu rapidamente.

Embora o mito de Ládon seja muito antigo e ele seja descrito de duas formas diferentes e em histórias distintas, sua imagem continua se perpetuando, como, por exemplo, no terceiro livro da saga Percy Jackson, publicado em 2007 e intitulado *The Titan's curse*, no livro o personagem Percy precisa enfrentar guerreiros esqueléticos que foram criados a partir de dentes durante sua saga em busca de salvar Annabeth e ele também passa pelo Jardim das Hespérides, onde está plantada a árvore das maçãs de ouro, e onde Zoe é envenenada pelo dragão, ou seja, os dois mitos gregos se entrecruzam no livro.

A história do dragão grego não diz se ele cospe fogo ou não, mas já o associa a coisas de valor, pois ele guarda o velocino e as maçãs douradas, ambos artefatos importantes na cultura grega.

Dragões na Mesopotâmia

Na Mesopotâmia os dragões eram associados ao mal e ao caos; no mito de Tiamat, um dragão do sexo feminino que era a personificação do oceano, une-se ao seu cônjuge Apsu que é a personificação das águas doces e dão à luz aos deuses mesopotâmios. Entretanto, Apsu não conseguia descansar na presença de seus filhos e decide destruí-los, mas é morto por Ea, um de seus filhos. Para vingar-se, Tiamat resolve criar um exército de monstros, no qual onze são descritos como dragões, e prepara um ataque contra seus filhos, porém, é morta e seu exército derrotado, de seu corpo morto é criado o céu e a terra e o dragão Mushussu de seu exercido acaba se tornando guardião de Marduk que liderou os deuses na batalha.

Posteriormente, Marduk é apresentado na *Bíblia* como o deus protetor da cidade da Babilônia que é morto por Daniel e Mushussu é apresentado no jogo de *video game Final Fantasy* como um inimigo, um obstáculo que é encontrado no deserto da Sanubia e que exige forte armamento e muita atenção do jogador para seguir em frente.

Futuramente, Tiamat aparece na segunda temporada da série animada *Dungeons and dragons*, também sendo um dragão do sexo feminino, ela é exposta possuindo cinco cabeças que representariam as cinco raças dos dragões cromáticos da primeira versão, sendo uma azul, uma vermelha, uma verde, uma preta e uma branca.

Tiamat vive no cemitério dos dragões e é a guardiã dos ossos dos cinco dragões antigos, ela também guarda algumas armas mágicas parecidas com as que o Mestre dos Magos dá aos garotos quando eles são transportados da montanha-russa para o reino onde se passa a série e por seus poderes ela é temida pelo principal antagonista da história: o Vingador.

A Tiamat de *Dungeons and dragons* além de manter a ideia de que dragões guardam coisas valiosas, retoma a ideia de dragões poderem possuir mais de uma cabeça que é apresentada pela Hidra de Lerna da história de Hércules e pela segunda versão do mito de Ládôn.

Dragões chineses

A imagem do dragão chinês é um pouco diferenciada da imagem dos dragões ocidentais, o dragão se faz presente na cultura chinesa mesmo antes da linguagem escrita e o povo acredita que o dragão foi um dos quatro animais sagrados a serem chamados por Pan Ku, deus da criação, para ajudarem na formação do mundo. O dragão é composto por olhos de tigre, corpo de serpente, patas de águia, chifres de veado, orelha de boi e bigodes de carpa.

Por ser um animal sagrado, por muito tempo ele foi utilizado como símbolo do poder imperial e assim surgiu uma das lendas antigas mais famosas de dragões, a do *Dragão Imperial*, a lenda diz que um dragão marinho guardava uma pérola mágica em uma de suas patas. Essa lenda pode ser associada ao desenho *Dragon Ball* onde havia as *Esferas do Dragão* que eram parecidas com pérolas alaranjadas, elas eram mágicas e estavam espalhadas pelo planeta e possuíam estrelas gravadas nelas, de uma estrela até sete, quem possuísse as sete esferas e soubesse as palavras mágicas seria capaz de invocar o dragão Shen Long que realizaria um desejo do portador das esferas.

Ao contrário do dragão ocidental que, em geral, é representado como sendo uma criatura maligna, o dragão oriental é visto como um ser bom, ele representa a sabedoria, a força, o poder, a proteção e a riqueza. Eles são os responsáveis pelas chuvas, pela agricultura e pela fartura, controlam a terra e as águas. Porém, o símbolo do dragão foi utilizado no passado nas bandeiras dos militares que foram agressivos com o povo e por isso os chineses mesmo venerando a imagem dos dragões costumam utilizar com mais frequência como emblema nacional a imagem do panda gigante. Hong Kong é uma das poucas cidades que usa o dragão como símbolo principal atualmente.

Os dragões chineses são divididos em categorias e cores; os Dragões Celestiais são os responsáveis por proteger a morada dos deuses, os Dragões Espirituais são os responsáveis pelo tempo, os Dragões Terrestres são responsáveis pelos rios e os Dragões Subterrâneos são guardiões de grandes riquezas, diz a lenda que cada um deles possuía uma grande pérola que multiplicava tudo o que tocasse. A ideia de que dragões guardam tesouros valiosos tem seu primeiro registro em lendas chinesas e posteriormente em mitos gregos. Referentes às cores, os azuis eram o prenúncio do verão, os vermelhos e pretos eram bestas ferozes que quando lutavam causavam tempestades, terremotos e outros desastres naturais e os amarelos eram os mais afortunados que quando apareciam traziam boas coisas/novidades.

Atualmente, a crença nos dragões pelo povo chinês é rara, são poucos os que acreditam no dragão como uma criatura que foi literalmente real, ao contrário do passado, onde a maioria da população acreditava que esses seres realmente haviam existido; entretanto, ele ainda é muito venerado e cultuado, tanto que quando é ano do dragão o índice de crianças que nasce no país é muito maior do que em qualquer outro ano, pois os chineses acreditam que as pessoas nascidas em ano do dragão são mais propícias a terem sorte na vida e serem afortunadas.

Dragões na obra de J. K. Rowling

A primeira aparição de um dragão em *Harry Potter* ocorre logo no primeiro livro da série, intitulado *Harry Potter and the Philosopher's Stone*. Neste livro, Hagrid recebe de um estranho um ovo de dragão; quando este nasce, Hagrid o nomeia de *Norbert*, o dragão é apresentado pelo personagem como uma criatura doce e incompreendida, e o fato do dragão ser filhote faz com que o leitor se compadeça e o veja como um ser bom, entretanto, no quarto livro, intitulado, *Harry Potter and the Goblet of Fire*, a imagem dos dragões mudam quando eles são apresentados como um dos obstáculos para os candidatos do torneio *tribruxo*, os dragões são expostos como bestas ferozes e perigosas com as quais nenhum bruxo em sã consciência gostaria de enfrentar. Já no último livro da série intitulado *Harry Potter and the Deathly Hallows*, há um dragão que é responsável por guardar um cofre no banco Gringotes, no livro ele é apresentado com um ser perigoso que cospe fogo e deve ser temido, mas ao mesmo tempo como um ser frágil que é obrigado a cuidar do cofre porque está acorrentado e que é privado da luz do sol, já que se encontra no subterrâneo do banco, e de voar pelos duendes que são os responsáveis pelo banco.

Como nas histórias de Beowulf, São Jorge, Hércules e muitas outras, os dragões da escritora são utilizados para mostrar a coragem, a bravura dos bruxos que estão competindo e o dragão do protagonista é o mais indômito, porém, o diferencial das demais narrativas é que antes das criaturas serem apresentadas como seres perigosos, no início da série Rowling apresenta outra opinião sobre os dragões por meio de Hagrid, e no final ela retoma essa imagem de ser frágil juntamente com a imagem do ser perigoso presente no quarto livro, isto faz com que o leitor tenha ao final da série dois pontos de vista diferentes, isto é, cabe ao leitor interpretar se os dragões são ruins ou bons.

Dragão de J. R. R. Tolkien

O dragão de Tolkien é inspirado em outros, mas principalmente em Beowulf, pois para o autor esse poema é muito valioso, em uma carta editada por Carpenter (2006), Tolkien diz:

Beowulf está entre minhas fontes mais valiosas, embora não estivesse conscientemente presente na minha mente no processo de composição, no qual o episódio do roubo surgiu naturalmente (e quase inevitavelmente) devido às circunstâncias. (CARPENTER, 2006, p.35).

Dessa forma, torna-se claro que sua criação literária está repleta de contribuições anglo-saxãs, mesmo que inconscientemente, principalmente, na obra *The Hobbit*.

Tolkien ao estudar os dragões para sua obra acabou os definindo como símbolo do mal que está presente em várias culturas, seja na serpente em *Gênesis*, seja no dragão que Beowulf enfrenta. De acordo com o autor, o valor de Beowulf está na capacidade de resistir à fraqueza diante da morte certa, haja vista, que o guerreiro sabia que ao enfrentar o dragão, provavelmente, morreria junto com a fera.

O dragão de Tolkien descrito em *The Hobbit* é a imagem perfeita do dragão contemporâneo ocidental, ele é a personificação do mal, que ataca os seres humanos sem nenhuma compaixão, ele saqueia tesouros e os guarda, ele não pode ser perfurado por nenhuma lâmina, é forte como uma armadura e cospe fogo. Entretanto, não vamos analisar neste artigo o livro em si e sim sua representação cinematográfica que foi dirigida por Peter Jackson, apesar das modificações na história realizadas pelo diretor, a visão do dragão como mal absoluto presente no livro permaneceu.

Já no primeiro filme dá série, o dragão é apresentado como destruidor, um ser que não se importa com as pessoas, mas apenas com o seu saque e que não mede a crueldade.

The first they heard was a noise like a hurricane coming down from the North. The pines on the mountain creaked and cracked in the hot, dry wind. Smaug had come. Such wanton death was dealt that day. For this city of Men was nothing to Smaug. His eye was set on another prize. For dragons coved gold with a dark and fierce desire. Erebor was lost. For a dragon will guard his plunder as long as he lives. (The Hobbit: An unexpected journey, 2012, 05min – 07min).⁴⁶

Porém, o dragão escrito por Tolkien não é invulnerável a qualquer arma como em Beowulf, há um diferencial nesse ponto, pois no segundo filme o telespectador é informado

⁴⁶ Primeiro, ouviram um ruído como de um furacão vindo do norte. Os pinheiros das montanhas rangeram e se quebraram com o vento quente. Muita crueldade gratuita foi perpetrada naquele dia, pois aquela cidade de Homens não era nada para Smaug. Era em outro tipo de presa que ele estava de olho. Erebor foi tomada, pois um dragão defenderá seu saque enquanto viver. (Tradução livre).

de que existe um meio do dragão ser derrotado, a esperança se faz presente devido a essa tática, mesmo que essa informação seja contada em uma história do passado onde mesmo as flechas negras não foram úteis.

The Day that Smaug destroyed Dale. Girion, the lord of the city rallied his bowmen to fire upon the beast. But a dragon's hide is tough. Tougher than the strongest armor. Only a Black Arrow fired from a windlance could have pierced the dragon's hide. And few of those arrows were ever made. (The Hobbit: The desolation of Smaug, 2013, 1h15min – 1h16min).⁴⁷

Até o momento o dragão foi descrito apenas nas falas de outros personagens, mas o dragão sabe de seu poder tanto que ele mesmo se descreve no segundo filme e essa é uma boa estratégia do diretor para demonstrar que o dragão não teme nada nem ninguém.

The King Under the Mountain is dead. I took his throne. I ate his people like a wolf among sheep. I kill where I wish, when I wish. My armor is iron. No blade can pierce me. (The Hobbit: The desolation of Smaug, 2013, 1h57min – 1h58min).⁴⁸

My teeth are swords, my claws are spears. My wings are a hurricane. (The Hobbit: The desolation of Smaug, 2013, 2h02min – 2h03min).⁴⁹

Na citação acima fica claro novamente a intertextualidade entre o dragão escrito por Tolkien e os demais dragões de outras histórias, é ressaltado nos filmes a força e o fato de lâminas não o atingirem. A técnica utilizada pelo diretor para manter o suspense e a audiência do próximo filme é terminar a segunda obra cinematográfica com o dragão com raiva e sedento de vingança “I am the fire. I am the death.” (The Hobbit: The desolation of Smaug, 2013, 2h30min – 2h31min).⁵⁰

O dragão de Tolkien é a representação do dragão ocidental perfeita, mas é importante ressaltar que há imagens de dragões bons no ocidente, elas estão surgindo aos poucos, mas ainda são raras exceções, como, por exemplo, *The Chronicles of Narnia: The Voyage of the Dawn Treader*, onde o primo dos protagonistas Eustáquio é transformado em um dragão após pegar uma peça do tesouro de um dragão real, este não é descrito como um ser ruim, e

⁴⁷ O dia em que Smaug destruiu Dale. Girion, governador da cidade, reuniu os arqueiros para que disparassem na besta. Mas o couro do dragão era duro. Mais resistente do que a armadura mais forte. Apenas uma flecha negra, disparada de uma lança, poderia perfurar o couro do dragão. Mas poucas dessas flechas foram fabricadas. (Tradução livre).

⁴⁸ O seu rei da montanha está morto. Eu tomei o trono. Eu comi a gente dele, como um lobo entre ovelhas. Eu mato quem eu quiser, quando eu quiser. Minha armadura é de ferro! Nenhuma lâmina pode me perfurar. (Tradução livre).

⁴⁹ Meus dentes são espadas, minhas garras são lanças. Minhas asas são um tornado. (Tradução livre).

⁵⁰ Eu sou o fogo. Eu sou a morte. (Tradução livre).

Eustáquio é apresentado como um menino que é mais bom em forma de dragão do que como homem.

Na coleção de livros *How to train your Dragon* de Cressida Cowel, escritora inglesa, que foram adaptados para filmes pela *DreamWorks* e dirigidos por Chris Sanders, a narrativa se passa na ilha de Berk, onde os vikings dedicam a vida a combater e matar dragões. Soluço, filho do chefe Stoico, não é diferente. Ele sonha em matar um dragão e provar seu valor ao pai, apesar da descrença geral.

Um dia, por acaso, ele acerta um dragão que jamais foi visto, chamado Fúria da Noite. Ao procurá-lo, no dia seguinte, Soluço não consegue matá-lo e acaba soltando-o. Só que ele perdeu parte da cauda e, com isso, não consegue mais voar. Então, Soluço passa a trabalhar em um artefato que possa substituir a parte perdida e, aos poucos, se aproxima do dragão e acaba fazendo amizade com o mesmo, a quem ele batiza de Banguela.

Paralelamente, Stoico autoriza que o filho participe do treino para dragões, cuja prova final é justamente matar um dos animais. A relação de amizade entre Soluço e Banguela o vira de cabeça para baixo o fazendo se esforçar para convencer sua tribo, principalmente seu pai, de que não precisam ser matadores de dragões, que estes podem ser seres bons e que é possível uma convivência entre vikings e dragões. No filme, os dragões são apresentados não só como seres bons, mas também como seres engraçados por meio do dragão protagonista Banguela.

No segundo filme da série Banguela e os demais dragões são amigos dos vikings e trabalham juntamente com seus humanos para uma comunidade melhor.

Além dos exemplos já citados, dentre tantas obras que vêm apresentando os dragões de maneira positiva, ainda se faz necessário falar sobre o filme *Pete's Dragon* de 2016, onde após um acidente de carro o menino Pete fica órfão e perdido na floresta onde se encontra com Eliot, o dragão, que passa a protegê-lo. Seis anos mais tarde, eles continuam amigos e vivendo na floresta sem que ninguém os tenha notado, haja vista que Eliot consegue se camuflar. Porém, um dia, Pete encontra o relógio da guarda florestal Grace e passa a segui-la de longe, em um descampado onde uma madeireira está trabalhando, mas é descoberto pela jovem Natalie que resolve segui-lo. A situação faz com que Pete seja descoberto e, após sofrer um acidente onde fica desacordado, é levado para o hospital. A situação deixa Elliot desorientado, ao ponto de deixar seu lar à procura do menino.

Eliot é descoberto e caçado por alguns homens da madeireira, enquanto Pete e outros adultos tentam salvá-lo. Por fim Eliot consegue sua liberdade e passa a viver com outros de sua espécie.

Da mesma forma que em *How to train your Dragon*, em *Pete's Dragon* o dragão é defendido por uma criança, porém enquanto no primeiro filme os animais são domados e passam a viver em paz com os humanos, no segundo o dragão, embora ainda tenha contato com Pete e alguns amigos do menino, continua sendo um ser selvagem e livre.

Considerações finais

Por meio desse estudo foi possível perceber que há uma infinidade de lendas, poemas, livros, filmes, histórias em geral, que possuem dragões, também se notou que eles podem ser representados de forma diferenciada e que sua simbologia difere entre o ocidente, onde o dragão é visto, na grande maioria das vezes, como um ser mau, e o oriente, onde ele representa coisas boas.

Descobriu-se que mesmo que o oriente venere a imagem do dragão e que ele represente coisas boas, a grande maioria das cidades prefere utilizar o panda gigante como símbolo, tendo em vista, que no passado a figura do dragão foi utilizada por militares hostis em suas bandeiras.

Constatou-se que a construção da imagem que possuímos atualmente é a junção de uma grande variedade de histórias, e que o imaginário que temos desses seres vem sofrendo modificações nos últimos séculos.

Notou-se que a classificação proposta por Chinellato (2017) é válida e de fácil identificação, embora sugerimos algumas modificações:

1º Antiguidade: dragão-mítico que é associado ao divino e pode ser derrotado apenas por deuses, consideramos que nem sempre um deus é responsável por eliminar o dragão com suas próprias mãos, mas sim que ele concede formas para o dragão ser derrotado, como, por exemplo, os dragões bíblicos;

2º Idade Média: dragão-lendário que é inimigo da sociedade, selvagem e vencido apenas pela força de heróis, como, por exemplo, o dragão de Beowulf ou de São Jorge. E poderia se acrescentar que nem sempre o animal é derrotado para defender uma comunidade, mas às vezes para testar o herói como nos dragões de Hércules, da Cólquida ou do quarto livro da saga *Harry Potter*;

3º Séculos XIX e início do XX: dragão-personagem que é dotado de fala, malévolo e pode ser vencido pela inteligência, como o dragão de Tolkien que pode ser derrotado pela flecha negra, mas que demanda certa inteligência de cálculo para que a flecha atinja o exato lugar em que o dragão é vulnerável, haja vista que 99% de seu corpo não pode ser perfurado;

4º Meados do século XX: dragão-personagem que é poderoso nem mal nem bom e pode ajudar humanos escolhidos por ele como o dragão de *Pete's dragon*, que seleciona Pete para ser seu amigo e um proteger ao outro ou o Banguela que embora fosse conhecido como Fúria da noite acaba fazendo amizade com Solução;

5º Final do século XX e início do XXI: dragão-montaria que é domado e controlado para uso de fins humanos, como, por exemplo, Banguela e seus outros amigos dragões em *How to train your Dragon* ou o sétimo livro da saga *Harry Potter* onde o dragão é utilizado para defender o cofre a serviço dos humanos e duendes. É necessário ressaltar que no primeiro filme citado os dragões concordam em serem domados e estão felizes em ajudar os humanos, enquanto no segundo o dragão é privado de sua liberdade e não está satisfeito com a sua condição;

6º Século XXI: dragão que é protegido por crianças, que precisa de ajuda para sobreviver ao inimigo humano, podemos citar *How to train your Dragon* e *Pete's dragon* nessa categoria, pois tanto Banguela quanto Eliot são protegidos por Solução e Pete respectivamente.

Por fim, observa-se que um único dragão pode se enquadrar em mais de uma categoria e repara-se que essas criaturas magníficas tanto no passado quanto na atualidade são de grande importância, haja vista, que estão presentes em uma variedade de culturas há milhões de anos e que continuam se perpetuando até os dias atuais.

Referências

BÍBLIA: **A Bíblia Sagrada**. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e corrigida no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2005.

CARPENTER, Humpfrey. (Org). **As cartas de J. R. R. Tolkien**. Curitiba: Arte e Letra, 2006.

CHINELLATO, Giovanna. **Reflexos nos olhos do dragão: uma saga da relação homem-natureza a partir das narrativas de dragão**, 2017. Disponível em: <<http://tede.Biblioteca.digital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1045>>. Acesso em 08 de Agosto de 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

HALL, John Lesslie. **Beowulf**. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/files/16328/16328-h/16328-h.htm>>. Acesso em 19 de Abril de 2014.

HOW TO TRAIN YOU DRAGON. Directed by: Chris Sanders and Dean Blois. Produced by: DreamWorks Animation. Based on Cressida Cowell, 2010.

PETE'S DRAGON. Directed by David Lowery. Produced by Walt Disney Studios in partnership with Motion Pictures, 2016.

PRIBERAM, Dicionário. **Dicionário online de Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo>>. Acesso em 06 de Agosto de 2018.

RIORDAN, Rick. **The Titan's Curse**. Miramax Books, 2001.

ROWLING, J. K. **Harry Potter and the Philosopher's Stone**. London: Bloomsbury, 1997.

ROWLING, J. K. **Harry Potter and Goblet of Fire**. London: Bloomsbury, 2000.

ROWLING, J. K. **Harry Potter and the Deathly Hallows**. London: Bloomsbury, 2007.

SMITH, G. Elliot. **The evolution of the dragon**. Manchester: University Press, 1919. Versão Kindle: Project Gutenberg, 2007.

THE CHRONICLES OF NARNIA: the voyage of the dawn treader. Directed by: Michael Apted. Produced by: 20th Century Fox, 2010.

THE HOBBIT: an unexpected journey. Directed by: Peter Jackson. Produced by: Warner Bros in partnership with New Line Cinema, Metro-Goldwyn-Mayer, WingNut Films. Based on J. R. R. Tolkien. New Zealand/United States, 2012. DVD 169 min.

THE HOBBIT: the desolation of Smaug. Directed by: Peter Jackson. Produced by: Warner Bros in partnership with New Line Cinema, Metro-Goldwyn-Mayer, WingNut Films. Based on J. R. R. Tolkien. New Zealand/United States, 2013. DVD 161 min.

TOLKIEN, J. R. R. **O Hobbit**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TREVISAN, Rosana. **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa**. Versão online Michaeiles, 2015.

VORAGINE, Jacobus de. **The Golden Legend**. Translated by William Granger Ryan. Princeton University Press, 2012.

WALLACE, Howard. Leviathan and the beast in revelation. **The biblical archaeologist**, vol. 11, no 3, 1948. P.61 – 68. Disponível em: <www.jstor.org/stable/320923>. Acesso em 06 de agosto de 2018.

WATKINS, Calvert. **The American Heritage Dictionary of Indo-European Roots**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2000.

PASCOAL



Macho, castrado, pelo médio,
olhos amarelos, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

PEQUI



Macho, castrado, pelo curto,
olhos amarelos, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

Ética Animal na escola: uma proposta de leitura a partir dos letramentos multiculturais e multissemióticos da obra *Quase de verdade* de Clarice Lispector

Rosiane Cristina de Souza (UEM)

Evely Vânia Libanori (UEM)

A literatura permite viagens aos mundos que todos nós podemos habitar; percorremos a fantasia empermeada de realidade, ou seria a realidade empermeada de fantasia? Fato é que ela nos permite sonhar e ir muito além do sonho, permite que sonhemos ao mesmo tempo em que podemos refletir sobre nossa realidade. E que realidade é essa que muitas vezes nos é escondida? Que mundo é esse em que a realidade é camuflada e não nos permite ir além do que nossos olhos podem enxergar? Como a escola trabalha a literatura de modo a tornar as crianças seres críticos e pensantes?

No que concerne à Ética Animal é extremamente importante que a escola promova práticas de letramento, entre seus alunos, a fim de permitir que as crianças reflitam sobre questões que se referem ao meio ambiente e ao respeito para com os animais. Tais práticas possibilitam que as crianças elaborem seus conhecimentos e venham a refletir sobre como as pessoas poderiam se relacionar com a natureza ao seu redor sem a necessidade de agredi-la.

O livro *Quase de verdade*, de Clarice Lispector, permite que tais reflexões sejam elaboradas e discutidas, pois em diversos trechos a questão animal é levantada. A partir da análise e discussão da obra sob a perspectiva dos letramentos multiculturais, pode-se promover debates que considerem o respeito à natureza e aos animais. A proposta é que a obra de Clarice Lispector seja levada para a sala de aula e após a leitura e as discussões, os alunos elaborem esse conhecimento por meio de uma prática artística que considere diferentes meios semióticos: a produção de *stop motion*, que envolve a construção de esculturas em massinha de modelar e, posteriormente, fotografias e uma produção de animação. Os conceitos teóricos desse trabalho consideram os escritos sobre Ética Animal de Peter Singer e Sônia T. Felipe, e sobre letramentos multiculturais e multissemióticos de Angela Kleiman e Roxane Rojo.

Atualmente, com a facilidade de veiculação de informações por meio da internet, é possível encontrar facilmente os conceitos de Ética Animal, seu significado e suas convicções, o que vem a colaborar com a divulgação da causa entre as pessoas. Na página do centro de pesquisas em Ética Animal da Oxford – *Oxford Centre for Animal Ethics*, é exposto

que essa vertente de estudos questiona os conceitos antigos de que podemos fazer uso dos animais como quisermos, visto que são comparados com objetos que podem ser comprados e vendidos, que tem donos. No entanto, há de se considerar que os animais não humanos são seres sencientes, que interagem com o entorno por meio dos mesmos cinco sentidos humanos, e que têm verdadeiros e complexos sistemas de consciência (*Animal Ethics*, 2018).

Aqueles que defendem e lutam pelos animais estão de acordo e argumentam que não é ético explorá-los mais de forma alguma. No entanto, dentro dessa linha de defesa animal, há uma diferença entre o bem-estar animal e os direitos dos animais: os adeptos do bem estar animal consideram moralmente aceitável a exploração animal, desde que não haja sofrimentos ou que sejam mínimos; assim, a falta de sofrimento do animal seria uma redução do mal que é realizado. Em contrapartida, os adeptos dos direitos dos animais afirmam que o erro não é menor e não deve ser medido de acordo com o nível de sofrimento (*Introduction to Animal Rights*, 2018).

Na página da *Agência de Notícias de Direitos Animais* (ANDA), Rafael Speck (2014) afirma que para termos uma sociedade mais justa, os animais humanos devem rever seus costumes e hábitos e expandir sua empatia para além da sociedade humana. Em concordância, Sônia T. Felipe (2014), pesquisadora de Ética Animal, afirma que é preciso derrubar aquelas crenças e preconceitos culturais referentes aos animais e o desrespeito para com eles. A autora não reconhece formas de hierarquia entre espécies, pois a vida tem um valor inerente, ou seja, cada vida importa em si, em sua existência, e não em função das demandas humanas.

De acordo com Peter Singer (2004), as mudanças de conceitos arraigados e atitudes dos humanos em relação aos demais animais devem começar desde criança e, para isso, os livros são muito importantes, pois podem conduzir o indivíduo a conhecer a realidade dos animais e a formar pensamentos críticos sobre a temática do respeito animal.

A educação ambiental nas escolas, infelizmente, ainda não prioriza o respeito animal como conteúdo e não contribui para a formação crítica para o assunto, por isso esse estudo propõe uma das muitas possibilidades de se trabalhar Ética Animal na escola com crianças, sensibilizando-as para o sofrimento a que os animais são submetidos diariamente. Para tanto, será considerado não somente a escrita, mas os diferentes meios semióticos de divulgação do assunto, compondo, assim, uma proposta de letramento multicultural, ético e multissemiótico.

Segundo Kleiman (1995) o letramento pode ser definido, nos dias atuais, como “[...] um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto

tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (p.19). O letramento não pode ser entendido como sinônimo de alfabetização, tendo em vista que considera além do conhecer as letras e escrever palavras, concebendo diversas práticas em que a escrita recebe uma interpretação, onde há uma criticidade a ser formada. A autora afirma que as práticas de letramento também ocorrem na oralidade e não somente na escrita e a escola deveria possibilitar tais práticas aos seus alunos, considerando os processos interpretativos.

De acordo com Rojo (2009), as práticas de letramento de que participamos em nosso cotidiano, e em diferentes contextos, constituem nosso nível de alfabetismo e de desenvolvimento da leitura e também da escrita. Na perspectiva da autora, até mesmo pessoas com baixo nível de escolarização ou analfabetas participam cotidianamente de práticas de letramento. No que se refere aos letramentos multiculturais, a autora afirma que abordam diferentes culturas, em diferentes esferas e têm, nessa prática, textos e gêneros que também são diferenciados e tratam de diversas questões; os letramentos multiculturais propõem que os textos devem ser abordados sempre de maneira crítica e tratar tanto das culturas dominantes, quanto das locais e populares, por meio de uma abordagem crítica dos conteúdos, propiciando que o aluno seja “capaz de desvelar suas finalidades, intenções e ideologias” (p.120).

Ainda segundo Rojo (2009), a indústria cultural reforça normas sociais e não propõe discussões a respeito dos assuntos que estão arraigados na sociedade, promovendo, assim, o conformismo e a alienação dos indivíduos. O consumidor passa a ser uma vítima que consome os produtos dessa indústria, sempre passivo diante de questões que deveriam ser amplamente discutidas. Principalmente a escola deveria incentivar que esses sujeitos se tornassem críticos por meio de discussões e reflexões a respeito de diferentes assuntos. Além disso, considerando os diferentes meios semióticos, os estudos devem ser encaminhados de forma interdisciplinar. O letramento multissemiótico amplia o letramento para o campo imagético e da música, por exemplo, que são meios diferentes da escrita. No que diz respeito à atualidade, os diferentes meios semióticos são cada vez mais necessários ao uso da linguagem, devido aos avanços tecnológicos. Os computadores e a tecnologia fizeram com que o letramento tradicional se tornasse insuficiente na vida contemporânea.

Rojo (2012) aponta que a multissemiose, que são os textos compostos por diferentes linguagens, exige dos indivíduos “[...] capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar” (p.19). Aos multiletramentos são necessárias outras ferramentas além do texto escrito, como áudio, vídeo, imagem e edição, novas práticas de produção, novas ferramentas e análise crítica do receptor. Os textos

multissemióticos e multimodais desafiam seus leitores e tais desafios estimulam a formação de criticidade.

De acordo com Gislaine C. Correr Lorenzi e Tainá-Rekã Wanerley Pádua (2012), quando o professor utiliza as ferramentas digitais e possibilita ao aluno trabalhar com imagens, navegar pela internet ou usar animações, multiplica as possibilidades e simplifica atividades que poderiam ser complicadas, essa prática permite que o estudante se sinta um autor de seu próprio trabalho, visto que pode publicar e exibir o que construiu na internet ou outros locais.

Quanto aos letramentos críticos, Rojo (2009) cita que a escola deve trabalhar os textos com uma abordagem que não seja meramente formal e conteudista, mas discursiva, de modo a localizar nos textos o espaço ideológico e histórico, revelando os efeitos de sentido e promovendo um diálogo entre esses efeitos e os alunos. Os alunos devem ser capazes de ter contatos com diferentes textos e discursos, mas não somente em nível superficial, mas de modo que possam perceber seus reais valores, intenções e efeitos de sentido.

É também papel da escola:

[...] potencializar o diálogo multicultural, trazendo para dentro de seus muros não somente a cultura valorizada, dominante, canônica, mas também as culturas locais e populares e a cultura de massa, para torna-las vozes de um diálogo, objetos de estudo e de crítica (ROJO, 2009, p.115).

Dessa forma, o trabalho com a leitura na escola teria de ir além do foco na alfabetização, deveriam ser utilizados os letramentos que considerem as leituras múltiplas, as diversas culturas e ideologias. São as práticas de letramentos multiculturais e multissemióticos que vêm a colaborar com essa proposta dos pensamentos críticos referentes à Ética Animal presente na obra de Clarice Lispector.

A autora Clarice Lispector nasceu em Tchetelnik, na Ucrânia, mas é naturalizada brasileira. Escreveu diversas obras para adultos, mas as crianças também foram alvo de sua atenção nos livros *O mistério do coelho pensante* (1967), *A mulher que matou os peixes* (1969), *A vida íntima de Laura* (1974) e *Quase de verdade* (1978).

O livro em análise, *Quase de verdade*, conta a história narrada por Ulisses, um cachorro. Ulisses conta ao leitor a história de uma figueira muito invejosa (que não dava figos) que vivia no quintal de dona Oniria junto às galinhas e aos galos. Certo domingo essa figueira, com inveja da vida alegre das galinhas, resolveu enriquecer à custa delas. A figueira pediu a uma nuvem, que era uma bruxa chamada Oxelia, para que ela fosse dona de todos os

ovos e ganhasse muito dinheiro. A nuvem atendeu o pedido: à noite as folhas da figueira ficavam todas acesas e com isso as galinhas não dormiam e só botavam ovos, cada vez mais. E ela ficava cada dia mais rica.

Depois de um tempo as galinhas, lideradas pelo galo Ovidio e pela galinha Odissea, se rebelaram contra a figueira ditadora e clamaram por liberdade, subiram em seus galhos e lá de cima botaram os ovos, que se quebravam ao chão. A figueira não gostou de tamanho prejuízo e não aguentava mais a barulheira das galinhas, por isso reclamou para Oxelia. A bruxa desfez o feitiço e não castigou a figueira. As galinhas e os galos ganharam a liberdade e foram dormir, para descansar das longas noites em claro, logo depois fizeram uma festa com pirulitos que lhes quebraram todos os dentes. Dona Oniria deixou que saíssem em viagem à procura de comida que não precisasse mastigar. Quando não encontraram, pediram que uma bruxa boa, chamada Oxalá, lhes enviasse comida e ela lhes encaminhou a um pé de jabuticaba. As galinhas, felizes, perdoaram a figueira e pediram a Oxalá para cuidar dela; a bruxa boa perdoa e concede que a árvore dê frutos.

A história permite, em vários momentos que o leitor faça reflexões sobre o respeito aos animais e à natureza, assim como ressalta que devemos ter sensibilidade para analisar as diversas situações em que vivemos no dia a dia. Por isso foi escolhido para ser lido e ter um diálogo promovido na escola.

Na escola podemos criar várias formas de introduzir um assunto, um tema; há diversas possibilidades de cativar a criança e atrair a sua atenção. Dentre essas várias possibilidades propomos uma que se segue. Sentados em uma roda, ao ar livre, o professor e seus alunos poderiam fazer a leitura do livro, seguida de discussões que considerem o respeito aos animais e à natureza, além de ressaltar outras culturas e considerar outras referências. A seguir são apresentados trechos do livro que podem ser utilizados como focos para discussões entre os alunos e o professor.

Como discussões que promovam os letramentos multiculturais, temos diversas possibilidades de leitura, que inclusive ultrapassam as questões da Ética Animal, mas que serão citadas aqui como uma forma de abordar a referida obra. É possível relacionar os nomes dos personagens a outras histórias da literatura e da *Bíblia*, promovendo uma inter-relação com outras culturas:

- ULISSES: O nome do cachorro da história faz uma relação com o personagem da Odissea, de Homero, que era um guerreiro (Ulisses ou Odisseu);

- FIGUEIRA: A figueira do livro pode ser relacionada à figueira amaldiçoada que aparece na *Bíblia*, que faz parte de uma parábola relatada em Marcos 11:12-14, Marcos 11:20-25 e Mateus 21:18-22, assim como essa, a figueira do livro também não dá frutos;

- OVIDIO: O nome do galo da história lembra o famoso poeta romano, escritor de *Amores* e *Metamorfoses*.

- ODISSEA: a galinha chamada Odissea tem em seu nome uma relação com a obra *Odisseia*, de Homero, que narra a respeito do herói Odisseu, ou Ulisses.

- OXALÁ: No livro esse é o nome da bruxa boa que auxilia as galinhas no momento de dificuldade. Trata-se de uma divindade da Umbanda associada à criação do mundo e da espécie humana.

Ainda considerando a abordagem dos letramentos multiculturais, é possível discutir a visão sobre o tratamento que o homem destina a outras espécies. No livro *Quase de verdade*, a Ética Animal pode ser ressaltada em diversas partes do livro, que podem funcionar como disparadores para discussões e reflexões críticas dos alunos:

- A mutilação que alguns animais sofrem ao nascer por simples estética: “Minha dona não quis cortar o meu rabo porque acha que cortar seria contra a natureza” (LISPECTOR, 2014, p.5). Qual a necessidade de cortar o rabo dos animais? Por que eles precisam passar por essa mutilação?

- A exploração sofrida pelas galinhas de granja visando somente lucros financeiros, sem preocupações com o respeito à dignidade e à vida animal:

Bruxa, bruxinha, faça com que os ovos sejam meus, mesmo que não cocorique como Ovidio! Quero vender esses ovos e ganhar muito dinheiro (LISPECTOR, 2014, p.18).

Enquanto isso, a figueira juntava ovos que não era vida e tudo para vender e virar milionária. E nada pagava às galinhas, nem com milho, nem com minhoca, nem com água. Era só escravidão (LISPECTOR, 2014, p.26).

A figueira ficou horrorizada com o desperdício. Era um prejuízo danado. E nem ao menos ela gostava de omelete. E toca os ovos a caírem. Cada ovo que caía fazia no chão o seguinte barulho: pló-quiti, pló-quiti, pló-quiti (LISPECTOR, 2014, p.32).

Não havia dúvida: eles iam contra a figueira ditadora, iam exigir os seus direitos, pôr ovos para eles mesmos, reclamar comida, água, dormida e descanso (LISPECTOR, 2014, p.28).

As galinhas e os galos estavam livres, enfim! E foram dormir, pois estavam precisando depois de tantas noites de insônia (LISPECTOR, 2014, p.34).

[...] de noite as folhas da figueira ficavam acesas como se o sol batesse nelas [...] E as galinhas, pensando que era de dia, punham ovos [...] as galinhas ficaram assustadas porque nunca mais dormiam e botavam ovos sem parar, o tempo todo [...] Quanto a Ovidio, ele se estrepou: como pensava que era de dia, ficava rouco de tanto cocoricar (LISPECTOR, 2014, p.21-25).

Nesses trechos é possível fazer muitas relações entre a fantasia da obra e a realidade vivida pelas galinhas de granja: elas passam a vida em locais apertados, mal podendo se mexer. São obrigadas a comer sem poder escolher entre as sementes, por estarem com os bicos cortados, assim, engordam mais rápido e botam mais ovos. Nas granjas dormem com as luzes acesas para que, não diferenciando entre dia e noite, botem ovos sem parar. Quanto mais ovos, mais lucros financeiros. Com essa vida, as galinhas na granja não têm seus direitos respeitados e são cada vez mais exploradas.

A questão do letramento multicultural nessa obra pode ser levada também para a esfera de outras sociedades, considerando a obra um potente instigador de reflexões. Pode ser discutido, por exemplo, com os alunos sobre como o respeito animal é entendido em culturas diferentes, como os animais são tratados, quais animais são entendidos como alimentos e como bichos de estimação e por quê:

- Os indianos: Por que na cultura indiana as vacas são consideradas sagradas, enquanto aos cães não é dada atenção especial?

- Os indígenas: Na maioria das tribos, os índios caçam somente os animais necessários à sua alimentação, aos demais, os índios respeitam e convivem em harmonia, assim como com toda a natureza ao redor. Qual a diferença entre essa visão indígena de respeito à natureza e caça para alimentação, para com a sociedade de exploração animal onde estamos inseridos?

- Os asiáticos: Em várias regiões da Ásia há um costume de as pessoas comerem cachorros e são severamente criticadas por isso em outras localidades. Qual a diferença entre comer carne de cachorro e comer carne de vaca, de frango ou de porco? Todos não são animais? Todos merecem respeito igual? O que permite que alguém critique a venda de cães como alimento, mas coma sem receio a carne de vaca?

- Os africanos: várias tribos africanas mantêm relações de amor e amizade com os animais selvagens, em algumas fotos é possível ver mães humanas amamentando animais não humanos, filhotes que ficaram órfãos: porque algumas pessoas criticam essas mulheres

humanas que amamentam animais, mas não acham estranho que os humanos explorem as vacas a fim de tomar seu leite?

- Os brasileiros: Qual a sua visão a respeito do tratamento oferecido aos animais na sociedade brasileira? Vocês concordam que rodeios, vaquejadas e rinhas de galo devam ser defendidos e considerados patrimônios culturais? Por quê?

Durante a leitura e discussão do livro o professor pode apresentar aos alunos imagens de granjas reais a fim de mostrar como é a realidade das galinhas, vinculando a literatura e ficção com o processo real de produção de ovos e as condições a que as galinhas são submetidas, como por exemplo as imagens a seguir.

As figuras 1 e 2 podem ser ilustrativas das condições em que as galinhas vivem nas granjas, em espaços apertados, fechadas, sem possibilidades de andarem livremente, pisarem seus pés no chão, ciscarem, baterem suas asas, ou mesmo escolherem os lugares em que vão caminhar ou repousar. Diante dessa realidade, muitas se ferem gravemente, ficam doentes e até mesmo morrem.

Figura 1



Disponível em: <<https://vidaanimalveg.wordpress.com/tag/granjas>>. Acesso em: 18 set 2016.

Figura 2



Disponível em: < <http://loboreporter.blogspot.com.br/2008/05/agronegcio-na-mira-tica-americana.html>>. Acesso em: 18 set 2016.

A figura 3 ilustra o processo de debicagem, o corte do bico que as aves sofrem nas granjas a fim de comerem sem conseguir escolher seu alimento, assim comem sem possibilidade de opção, as comidas que lhes são fornecidas para que cresçam e ganhem muito peso e botem cada vez mais ovos, gerando lucro tanto na produção de ovos, quanto no preço pelo peso de sua carne. As granjas alegam que tal processo tem o intuito de evitar que pintinhos se machuquem devido ao estresse que passam confinados nesses ambientes.

Figura 3



Disponível em: < http://literalmenteverdade.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html>. Acesso em: 18 set 2016.

A figura 4 pode ser utilizada para sensibilizar quanto à quantidade de galinhas que vivem nessas condições estressantes que são as granjas que utilizam gaiolas. Passam a vida comendo, sem se movimentar, em um local com luz artificial. Atualmente há algumas granjas que criam galinhas livres de gaiolas, conhecida como produção *cage free*, com luz ambiente e disponibilidade de ventilação e poleiros, esse estilo de granja “visa” o bem estar e conforto do animal, no entanto ainda existe confinamento, como pode ser visto na figura 5, além disso, os ovos são vendidos por um preço mais elevado que o convencional, mais uma vez o lucro está sendo considerado.

Figura 4



Disponível em: <<http://www.uniaolibertariaanimal.com/site/index.php/faces-da-exploracao/producao/ovos.html>>. Acesso em: 18 set 2016.

Figura 5



Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=granjas+sem+gaiolas&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj e1fOdvuDcAhWEgJAKHVpfCPcQ_AUICigB&biw=1536&bih=728#imgcr=wPflpNULLezytM:>>. Acesso em: 09 ago 2018.

Após a leitura do livro e discussão com os alunos a respeito dos itens abordados, será proposto a confecção de um *stop motion*. Para essa produção levar-se-á em consideração os

postulados teóricos a respeito dos letramentos multissemióticos, que visam o trabalho com diferentes meios semióticos além da escrita, sendo utilizado também, imagens, fotografias, vídeos e animação, dessa forma, o aluno tem a oportunidade de fazer sua própria criação artística, sendo não somente um leitor, mas produtor de sentido dentro do tema que foi discutido criticamente.

O *stop motion* consiste em uma técnica de animação que é feita com uso de fotografia e computador. No *stop motion* é feito o vídeo por meio da junção de várias fotografias que são passadas consecutiva e rapidamente até que as imagens formem movimentos. São fotografados objetos ou esculturas em massinha de modelar ou lego, por exemplo. Os movimentos são fotografados quadro a quadro e em seguida, quando as fotografias são lançadas em um programa de computador, os quadros, que passam rapidamente, criam a sensação de movimento ao telespectador. A esses movimentos é possível acrescentar efeitos sonoros, como músicas ou falas. Alguns exemplos de filmes que foram elaborados a partir dessa técnica são: *A fuga das galinhas*, *A noiva Cadáver* e *Frankenweenie*.

Aos alunos será proposto a confecção de um *stop motion* a partir da história lida: eles poderão escolher qual a parte preferida da história ou criar um final diferente para a mesma. Para que a atividade seja realizada, é importante que o professor trabalhe sobre o *stop motion* com seus alunos, falando com eles a respeito do assunto, o que é essa técnica, como ela é feita, podendo até mesmo convidar algum profissional que trabalhe com essa arte de animação para ir até a escola e demonstrar aos alunos como ela é construída.

É importante citar e mostrar aos alunos vários exemplos de vídeos que foram feitos utilizando essa técnica. A partir daí, os alunos podem ser divididos em grupos e receber diversas cores de massinha. Cada integrante do grupo ficará responsável por uma função diferente: modelar as esculturas e manipulá-las para as fotos, fotografar, colocar as imagens no programa de computador, acrescentar áudios e falas às cenas. O trabalho em grupo deve ser ressaltado, é importante permitir que os alunos interajam e vejam que cada qual, realizando sua função, tem um papel importante na totalidade da obra.

Posteriormente à execução da animação, pode ser feita uma mostra dos vídeos para a escola, em uma feira de arte ou em outra ocasião em que as famílias, professores e demais alunos da escola fossem convidados a assistir as produções dos alunos e debater sobre o respeito animal e as questões éticas. Essa prática permite que a formação de criticidade a respeito do assunto se expanda, levando outras pessoas a refletirem sobre as questões postas

em discussão, além disso, os alunos têm a oportunidade de vivenciar a divulgação de sua arte, não sendo somente leitores de determinada obra, mas autores de seus próprios sentidos.

Dessa forma os alunos, por meio da literatura, da arte visual e das práticas de multiletramento, têm a oportunidade de conhecer melhor sobre o respeito ao animal e à natureza, formando opiniões críticas a respeito do tema e até mesmo levando tais discussões para outros ambientes que frequente, disseminando a temática.

Tendo em vista que a contemporaneidade cada vez mais se utiliza de tecnologias e elas estão em toda a parte disponibilizadas, faz-se de extrema importância que as escolas trabalhem os letramentos considerando essa vivência de seus alunos, assim como, abordem diversas questões culturais de forma crítica.

Até onde um animal humano pode condenar outro ao sofrimento e a escravidão? Até onde as pessoas podem desrespeitar a natureza, os animais ou a si mesmas? A Ética Animal deve ser considerada e discutida entre crianças e adolescentes a fim de promover reflexão sobre o respeito ao animal e à natureza. Crianças e adolescentes são indivíduos que estão em formação e, por isso, necessitam de pensar criticamente sobre questões éticas.

Por meio dessa proposta, foi possível observar que há possibilidade de discutir Ética Animal nas escolas por meio da utilização da literatura e por diferentes meios semióticos. Portanto, novas propostas são necessárias para serem levadas às escolas, promovendo discussões críticas e formativas sobre o respeito ao ambiente e aos animais.

Referências

Animal Ethics. Disponível em: <<https://www.oxfordanimalethics.com/about-the-centre/animal-ethics>>. Acesso em: 03 jun 2018.

FELIPE, Sonia T. **Acertos Abolicionistas: a vez dos animais: crítica à moralidade especista.** São José (SC): Ecoânima, 2014.

Introduction to Animal Rights. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/ethics/animals/rights/introduction.shtml>>. Acesso em: 03 jun 2018.

KLEIMAN, Angela B. (org). Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LEITE, Ricardo et al. **Novas Palavras: literatura, gramática, redação e leitura.** São Paulo: FTD, 1997. (Coleção Novas Palavras)

LISPECTOR, Clarice. **Quase de verdade.** Rio de Janeiro: Rocco Pequenos Leitores, 2014.

LORENZI, Gislaine C. Correr; PÁDUA, Tainá-Rekã Wanerley. Blog nos anos iniciais do fundamental I. In **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos. In **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. Trad. Marly Winckler. Porto Alegre: Lugano, 2004.

SPECK, Rafael. **Ética Animal**: assunto do momento. Disponível em: <<https://www.anda.jor.br/2014/10/etica-animal-assunto-momento>>. Acesso em: 03 jun 2018.

PHYSALIS



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos amarelos, FIV/FelV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

ROSINHA



Fêmea, castrada, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativa.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

Marley & Eu, de John Grogan: Especismo, vida e amor

Sueli Meira Liebig (UEPB)

Ninguém se pode queixar da falta de um amigo, podendo ter um cão.

(Marquês de Maricá)

Introdução

Só a literatura pode dar conta dessa poética da intimidade e do amor incondicional que chega a se estabelecer entre seres vivos de espécies distintas. Somente ela tem potencial para delinear as concepções dos animais não humanos sobre nós, tanto quanto as nossas sobre eles, como acredita Ella Soper (2013). Contestando a afirmativa do filósofo Matthew Calarco de que seriam necessárias novas linguagens, novas artes e até mesmo novas ciências e filosofias para que fosse feita justiça à vida dos animais e ao conceito que os humanos fazemos deles, a professora canadense observa que ao imaginar uma abordagem assim tão interdisciplinar, Calarco estaria menosprezando a capacidade que tem a literatura de realizar esse desafio de maneira duradoura e significativa.

Há séculos as obras literárias nos mostram a sua habilidade para revolucionar o nosso pensamento e a nossa linguagem ao evocar a nossa empatia para com outros indivíduos com os quais nos identificamos. Na verdade, tudo o que precisamos é de novos poemas, novas peças, novos romances, novos contos, enfim, de novas narrativas para que possamos cultivar essa empatia que nos leve a estender justiça aos animais não humanos.

O que encontra repercussão nos estudos sobre os animais na agenda do dia é a abordagem pós-colonial da desconstrução do modelo cartesiano que identifica os animais não humanos como meros objetos, passíveis de exploração e de escravidão e totalmente desprovidos de sentimentos e de direitos. A capacidade de expressar sentimentos humanos faz da grande maioria dos animais seres sencientes. Do ponto de vista biológico, a função mais importante do cérebro é a de geradora de comportamentos que promovem o bem-estar. É bem verdade que nem todos os comportamentos precisam de um intelecto. No entanto, o controle sofisticado da conduta baseado num sistema sensorial complexo requer a capacidade de integração de informações de um cérebro centralizado. Neste caso seria razoável e prudente, além de moralmente importante, assumir que todos os animais têm algum grau – pelo menos, um grau mínimo – de senciência. Organismos sensíveis não apenas apresentam reações químicas diante dos processos que afetam o seu corpo, mas também possuem estados mentais positivos ou negativos associados a esses processos.

Isto é, portanto, indício de que existe um "eu" que vivencia e experimenta as diferentes sensações. Com base nisto, este trabalho se propõe a analisar as relações entre o cão labrador Marley e seus tutores, a família do americano John Grogan, experiência real transformada em romance em 2005, seguindo-se à morte do animal, após treze anos de convívio e de múltiplas vivências, algumas maravilhosas, outras nem tanto, desencadeadas pelo comportamento impulsivo do cão, envolvendo considerações filosóficas sobre os direitos do animal e uma análise cultural da representação do cachorro enquanto ser senciente e, acima de tudo, parte integrante e efetiva do clã Grogan.

Como assinalam Buell, Thornber e Heise (2011), a crítica relativamente recente de desenhos como *Bambi*, da Disney, e a animação japonesa *A Princesa Mononoke*, dirigida por Hayao Miyazaki, constituem uma das formas de arte mais influenciadoras da percepção do público sobre a natureza e os animais e sobre as tendências muitas vezes antropomorfizantes que têm realçado o papel ambivalente dos animais antropomórficos no século XX. Esses animais são retratados não apenas como distorções de uma percepção genuinamente ecológica, mas também como poderosos atrativos ao reino dos não humanos. Como o etologista alemão Frans de Waal observa, “Dotar os animais de emoções humanas tem sido desde muito tempo um tabu científico. Mas se não o fizermos, nos arriscamos a perder algo fundamental, sobre os animais e sobre nós”⁵¹. – Uma advertência que se aplica facilmente à abordagem literária da pesquisa científica animal.

Até pouco tempo atrás, acreditava-se que os comportamentos que formam a base dos sistemas morais do homem, tais como a cooperação, o altruísmo, a simpatia e a empatia, a justiça e reconciliação, – em geral aqueles aspectos positivos que embasam a conectividade – fossem qualidades eminentemente humanas. Mas Waal⁵², que vem estudando os primatas e outros mamíferos não humanos há mais de 40 anos, assegura que muitos desses animais compartilham essas características com os humanos. O que antes se pensava a respeito da moralidade, como proveniente da religião, da civilização e até mesmo da tradição, é questionado pelo etologista como sendo de fundo biológico.

⁵¹ “To endow animals with human emotions has long been a scientific taboo. But if we do not, we risk missing something fundamental, about both animals and us.” (Tradução nossa).

⁵² Frans de Waal é professor do Departamento de Psicologia da Universidade de Emory e diretor do Living Links Center – Centro Nacional de Primatas Yerkes, em Atlanta, (GA). Seus livros o tornaram um dos primatologistas mais conhecidos mundialmente. Suas obras mais recentes são *The Age of Empathy (A Era da Empatia - 2009)* e *The Bonobo and the Atheist (O Chimpanzé e o Ateu -2013)*.

Sendo assim, a ecocrítica compartilha com os estudos zoológicos, zootécnicos, psicológicos, históricos, culturais, religiosos, filosóficos, éticos, sociais, etc. que são feitos sobre animais, o interesse pela redefinição ou ressignificação do relacionamento humano para com as outras espécies. Entretanto, enquanto os estudos animais privilegiam as habilidades sociais, cognitivas e emotivas dos animais considerados como superiores⁵³ e da violência humana conscientemente perpetrada contra eles, os ecocríticos tendem a focalizar os perigos sistêmicos e frequentemente não intencionais que ameaçam outras espécies, incluindo-se aqui uma larga escala de outros animais e plantas. Essas duas abordagens convergem em alguns casos, mas entram em conflito naqueles em que grupos ambientalistas admitem a violência contra animais individuais ou certas espécies, tendo em vista a manutenção e o funcionamento do ecossistema.

O que nos interessa de perto, neste trabalho, é examinar até que ponto a relação de amor e cumplicidade entre um animal humano e um não humano pode chegar, em detrimento dos prejuízos materiais e dos aborrecimentos sociais que este último possa causar ao primeiro, de como lidar com as barreiras éticas, filosóficas e morais que separam os seus mundos e questionar a vida *post mortem* dos animais não humanos, como ilustrado por meio da obra literária de cunho autobiográfico que nos propusemos a analisar.

Nosso estudo tem respaldo na teoria do filósofo australiano Peter Singer, a partir da seminal obra *Animal Liberation* (1975)⁵⁴, na Declaração Universal dos Direitos dos Animais – Unesco – ONU (1978) e nos estudos culturais modernos de John Berger (1988), que procuram melhorar a situação dos animais, além de por em xeque conceitos arcaicos como os de utilitarismo, criados pelo filósofo Jeremy Bentham (1748-1832); passando pelas considerações sobre antropomorfismo, como vistos por Mary Midgley (1983); Masson, McCarthy (1996) e Bert Archer (2004). Sem a pretensão de adentrar a questão da “retórica da animalidade”, defendida por Steve Baker (2001), este artigo concentra-se, como dito acima, no âmbito dos animais domésticos, reservando-se, nesta instância, o direito de excluir da seara das relações político-sociais aqui discutidas os animais ferais⁵⁵ e outros, que de modo geral abrangem o campo de interesse dos estudos ecocríticos.

⁵³ A biologia classifica os animais em dois grupos: os que possuem cordão nervoso e os que não o possuem. Nesta concepção, os vertebrados seriam os superiores e os invertebrados os inferiores.

⁵⁴ Neste trabalho estaremos utilizando a tradução em Português (2004).

⁵⁵ Os animais ferais vieram de um processo de domesticação durante muitos anos e depois, simplesmente, fugiram ou foram abandonados construindo uma complexa sociedade selvagem e voltando a ser parte da natureza.

1. Apreciação inicial de *Marley & Eu*

Marley & Eu: a vida e o amor ao lado do pior cão do mundo é um romance autobiográfico publicado nos Estados Unidos pelo jornalista John Grogan em 2005. No livro, o autor conta pormenores do seu relacionamento com o esperto cão labrador Marley, que interage com os membros da família por treze anos, tempos esse repleto de profundas emoções e sentimentos contraditórios, que se alternam do amor à ira, dependendo do comportamento e dos estragos materiais feitos pelo “pior cão do mundo”, como o subtítulo da obra esclarece.

Como veremos, no decorrer da análise, nenhum prejuízo financeiro se compara ao prazer sentido pelo tutor ao compartilhar os momentos mais felizes da sua vida ao lado do fiel companheiro de quatro patas. A narrativa corrobora a ideia contrária ao especismo⁵⁶, alinhando-se ao pensamento do etologista alemão Frans de Waal, quando ele observa que apesar de ter sido desde muito tempo um tabu científico dotar os animais de emoções humanas não o fazer poderia nos trazer prejuízos ainda maiores, como correr o risco nos privar dessa prazerosa descoberta se acaso constatássemos o contrário.

À medida que acompanhamos a vida de Marley com os Grogan, vamos nos deparando com comportamentos evidenciados pelo animal e descritos pelo tutor que coincidem com os que formam a base dos sistemas morais humanos, tais como os descreve Waal em seus estudos, demonstrações de cooperação, companheirismo, solidariedade, altruísmo, simpatia e empatia, gratidão, fraternidade e reconciliação, comportamentos esses que trataremos mais adiante.

O enredo se passa em Palm Beach, Flórida e tem começo em 1991. John Grogan e sua esposa Jenny, um casal de jornalistas casados há pouco mais de um ano, tendo em comum o amor por cães, decide comprar um filhote de labrador. O casal resolve ficar com um cãozinho amarelo, escolhido por ser o mais “espertinho” da ninhada.

Depois de passar por muitas discussões para escolher um nome ao cão, eles resolvem chamá-lo de Marley, em homenagem ao cantor Bob Marley, cujas canções haviam servido de trilha sonora para o seu romance. Marley já entra para a história da família desde o começo, como membro efetivo e participando de todos os acontecimentos a ela relativos, desde a primeira gravidez de Jenny, às mudanças de emprego, à chegada dos filhos e, assim,

⁵⁶ Grosso modo especismo seria o preconceito ou atitude de favorecimento dos interesses dos membros de uma espécie em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies.

crescendo como efetivo membro do clã. Na primeira gravidez de Jenny, ela sofre aborto. Marley está ao seu lado solidarizando-se com a sua tristeza. O tempo passa e Jenny e John ganham três filhos: Patrick, Connor e uma menina, Colleen.

Desde pequeno Marley se mostra um cão incomum: desobediente, arreiro, apavorado com o barulho dos trovões. Quando se vê sozinho em tais ocasiões, destrói a casa toda. É levado ao veterinário muitas vezes, passa por escolas de adestramento, toma comprimidos calmantes, experimenta vários tipos de coleiras e guias, enforcadores, mas nada resolve. Por outro lado, é um cão absolutamente encantador. Dividida entre o amor e o ódio por ele inspirados, a família Grogan convive durante treze inesquecíveis anos com um dos seres não humanos mais inacreditáveis e especiais do planeta.

São inúmeras as aventuras de Marley, como ter aparecido em um filme, ter comido uma corrente de ouro que John havia dado à esposa, ter destruído uma enorme quantidade de coisas e de ter o péssimo hábito de babar em cima de todas as visitas. O tempo vai passando e Marley chega à velhice e com ela muitos problemas vão surgindo: problemas de ordem prática, como, por exemplo, não ter mais forças nas patas para subir as escadas até o dormitório do casal, a intensa perda de pelo, o que o deixa desprotegido no inverno, além de contrair uma grave e irreversível doença que leva a família a tomar a difícil decisão de optar pela eutanásia.

Marley é enterrado entre duas cerejeiras, as mesmas árvores que guardam a terna lembrança da tarde em que ele e John passaram em disparada descendo em um tobogã. Mas apesar da dor intensa e da saudade, Marley deixa uma lição no coração da família: Marley lhes ensinou que é preciso viver a vida com alegria, aproveitar cada momento e seguir o coração. Ensinou-lhes a apreciar as coisas simples e, apesar da velhice, mostrou-lhes como manter o otimismo diante da adversidade. Acima de tudo, fê-los ver que independentemente da espécie, se humana ou não, existe a amizade e a lealdade incondicionais entre os seres.

Isto faz com que de outra parte, John Grogan reconheça o animal como ser senciente e lhe proporcione, em vida, conforto e dignidade, respeitando os seus direitos; na morte, que lhe dê direito a um sepultamento justo e digno, para que sua “alma” descanse em paz.⁵⁷ Desta questão trataremos no tópico seguinte.

⁵⁷ Segundo Léon Denis (1846-1927), considerado o "consolidador do Espiritismo", a alma dos animais seria diferente da humana, de graduação inferior. Segundo ainda Denis, não possuindo inteligência, os animais não possuiriam igualmente consciência, livre-arbítrio, senso moral nem responsabilidade. Ao desencarnarem,

2. A inteligência, a sciência e a alma dos animais

A alma dorme na pedra, sonha no vegetal, agita-se no animal e acorda no homem.

(Léon Denis, 1846/1927)

As pesquisas sobre as relações entre os animais e os humanos estão divididas entre as considerações filosóficas sobre os direitos animais e as análises culturais das representações desses seres (GARRARD, 2004). Como campo de estudos relativamente recente, estas pesquisas ganharam ímpeto principalmente com a publicação de *Animal Liberation*, que viria a examinar um assunto até então discutido *en passant* pelos filósofos da moralidade, mas raramente explorado em detalhes. O autor buscou amparo nos argumentos do filósofo Jeremy Bentham (1748–1832), que sugere que a crueldade para com os animais é semelhante à perpetrada durante a escravidão e clama que a capacidade de sentir dor, não o poder da razão, dota o animal não humano de moralidade.

O princípio de igualdade estabelece que todos os seres são dotados de considerações morais, independentemente da família, da raça, da nação ou da espécie. Para Singer, “Se um ser sofre, não pode haver justificativa moral para que não se leve aquele sofrimento em consideração” (1983, p.9).⁵⁸ Uma posição parecida da do filósofo australiano é esposada por Mary Midgley cujo livro *Animals and Why They Matter (Os Animais e porque eles importam - 1983)* seria uma excelente introdução à questão animal na visão de Garrard (*Op. Cit.*). Segundo a autora:

Ignorar a raça de alguém é inteiramente sensato. Ignorar a sua espécie é um insulto desdenhoso. Não será um privilégio, mas uma infelicidade para um gorila ou um chimpanzé ser retirado da sua floresta e dos seus parentes e ser trazido sozinho para o convívio com humanos para ser agraciado com o que eles chamam de educação.⁵⁹ (MIDGLEY, 1983, p.99)

Singer reconhece que estender o princípio básico da igualdade de um grupo a outro não necessariamente quer dizer que devemos tratar ambos os grupos de forma exatamente igual ou conceder os mesmos direitos a ambos os grupos, uma vez que isso depende da natureza dos seus membros. O princípio básico da igualdade não implica em um tratamento

homens e animais mantêm sua individualidade, contudo, os animais seriam orientados e mantidos por espíritos da natureza, em grupos específicos a cada raça.

⁵⁸ “If a being suffers there can be no moral justification for refusing to take that suffering into consideration”.

⁵⁹ Overlooking somebody’s race is entirely sensible. Overlooking their species is a supercilious insult. It is no privilege, but a misfortune, for a gorilla or a chimpanzee to be removed from its forest and its relatives and brought up alone among humans to be given what those humans regard as an education.

idêntico; requer consideração igual para com os diferentes seres e como tal pode resultar em tratamento diferente e direitos diferentes.

Singer vai mais além esclarecendo que a defesa da equidade entre as espécies não depende da inteligência de cada grupo, da capacidade moral, da força física ou de características afins. A igualdade é uma ideia moral e não a afirmação de um fato. Desta forma, não existiria nenhuma razão obrigatória, do ponto de vista lógico, para uma diferença fatural de capacidade entre dois indivíduos e, tampouco, justificar qualquer diferença na consideração que damos às suas necessidades e interesses. O princípio da igualdade dos seres não constituiria uma descrição de uma suposta igualdade fatural existente entre os humanos: seria uma prescrição do modo como devemos tratar os seres humanos.

Seria mais simples pressupor que o comportamento semelhante dos animais que têm sistemas nervosos semelhantes pudesse ser explicado da mesma forma, não se devendo tentar inventar qualquer outra explicação para o comportamento dos animais não humanos e ainda uma explicação adicional para a divergência entre os humanos e os não humanos relativamente a esta característica. A maioria dos cientistas que se debruçou sobre a questão, concorda com este ponto de vista. Lorde Brain, um dos mais importantes neurologistas do nosso tempo, afirmou:

Pessoalmente, não vejo razão para conceder uma mente aos meus congêneres humanos e negá-la aos animais (...) pelo menos, não posso negar que os interesses e atividades dos animais estão relacionados com uma consciência e uma capacidade de sentir da mesma forma que os meus, e que estes podem ser, tanto quanto sei, tão vívidos quanto os meus. (1965, p.97)

Como que numa extensão desse pensamento, a filósofa brasileira Sônia Felipe (2009) observa que Aristóteles, filósofo grego que viveu entre 482/422 AC, distinguiu três espécies diferentes de alma: a *vegetativo-nutritiva*, comum a plantas, animais não-humanos e a humanos; a *perceptivo-desejativa*, comum a humanos e a animais sencientes; e a *racional*, típica da natureza humana, possível de ser encontrada em forma muito rudimentar em alguns, embora não em todos os animais. Segundo a estudiosa,

Alguns animais, admite Aristóteles, têm em comum com os humanos *uma espécie de racionalidade* não verbal, **enquanto em alguns humanos esta rudimentar racionalidade sequer se forma**. Mas, apesar de terem em comum com os humanos as três formas básicas da atividade vital (*animal*), os animais são classificados por Aristóteles numa escala inferior a dos humanos, por não serem capazes da racionalidade matemática. Por isso, são destinados simplesmente a servir à vida dos seres cujas percepções podem

configurar projeções da vida para além do *zoón*, para o *bíos*. Daí termos hoje os dois conceitos de vida: o zoológico e o biográfico. (p.5 – Grifo nosso)⁶⁰

Entrando na seara religiosa, que ao nosso ver não poderia ficar de fora desta discussão, reportemo-nos à lírica passagem que emoldura o início deste tópico, à guisa de epígrafe, de autoria do filósofo francês oitocentista Léon Denis: "A alma dorme na pedra, sonha no vegetal, **agita-se no animal** e acorda no homem" (2003 – Grifo nosso). Irvénia Prado⁶¹ chama a nossa atenção para o importante respaldo que essa postulação tem em toda a obra doutrinária de Alan Kardec, pois, o PI (Princípio Inteligente) estaria nos vários níveis evolutivos em busca do seu progresso espiritual – portanto, em estado de agitação. Segundo ela, células como PIs, de feição rudimentar, a serviço do PI em estágio mais nobre nos animais superiores e nas criaturas humanas, renovam-se continuamente no corpo físico e no corpo espiritual, em modulações vibratórias diversas, conforme a inteligência a que pertencem, logo ao nascerem e depois da morte física. Em *O Livro dos Espíritos*, no item 540, está expresso que "Tudo se encadeia na natureza desde o átomo primitivo até o Arcanjo, pois ele mesmo começou pelo átomo".

No livro *Animais, Nossos Irmãos* (2002), o escritor espírita Eurípides Kuhl também analisa a vida animal sob a ótica da doutrina Kardecista, respondendo a dúvidas sobre o destino dos animais após a morte e defendendo a visão de que eles passam a viver em colônias espirituais, conforme já relataram diversos romances mediúnicos. Segundo ele os animais possuiriam uma alma diferente da humana e uma inteligência rudimentar, evoluiriam, sobreviveriam à morte e, na terra, mereceriam o respeito e a proteção do homem:

Todos os indicativos naturais da vida nos conduziram à certeza de que ontem éramos animais, quais os que hoje nos servem. Depois, outras certezas: amanhã, esse mesmo animal ingressará no reino hominal; se nós ainda não estivermos no estágio angelical, talvez ele poderá ser da nossa família. (KUHLL, 1994, p.03)

Entretanto, na visão de Prado, Kardec teve o cuidado de referir-se à alma animal com reservas. Por exemplo, no próprio *Livro dos Espíritos* (LE) # 613, lemos o seguinte:

⁶⁰ Para Aristóteles, maltratar animais não-rationais não faz o menor sentido, não porque os animais sofram ou sejam conscientes da dor, mas por serem propriedade (patrimônio) do homem livre. Tudo o que se faz ao animal (propriedade de um *homem*), que o possa estragar, ferir ou destruir, implica dano ao patrimônio desse. Sônia Felipe fala sobre essa distinção de Aristóteles para lamentar que o nosso pensamento o tenha seguido, e não Pitágoras. Pitágoras pensou a relação de não violência para com os animais. Para comprovar: <<http://olharanimal.org/somatofobia-violencia-contra-animais-humanos-e-nao-humanos-as-vozes-dissidentes-na-etica-antiga-parte-i>>.

⁶¹ Veterinária e pesquisadora. Busca tanto a literatura espírita, quanto a literatura acadêmica. Nesta última, sempre se interessou pelo desempenho do cérebro dos animais como órgão de expressão da mente.

É assim que nem todos pensam da mesma maneira a respeito das relações existentes entre o homem e os animais. Segundo alguns, o espírito não chega a o período humano senão depois de ter sido elaborado e individualizado nos diferentes graus dos seres "inferiores" da criação. Segundo outros o espírito do homem teria sempre pertencido a raça humana sem passar pela feira animal. (PRADO, 2003, p.03)

A história bíblica da criação estabelece a natureza da relação entre o homem e o animal tal como o povo hebreu a via. Trata-se de um bom exemplo de mito que, na opinião de Peter Singer, reverbera a realidade: Deus disse: "Que a Terra produza seres vivos conforme a espécie de cada um: animais domésticos, répteis e feras, cada um conforme a sua espécie". E assim se fez. Deus fez as feras da Terra, cada uma conforme a sua espécie; os animais domésticos, cada um conforme a sua espécie; e os répteis do solo, cada um conforme a sua espécie. Comentário semelhante ao da autora espírita encontramos no Livro de Gênesis, em "Então Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastem sobre a terra." (Gen. 1, 26).

Segundo Valmir Cesar (2014), a alma é o princípio vital. Os animais são seres vivos, logo possuiriam almas, mas não no mesmo sentido que as almas humanas. Nossas almas são racionais e conscientes, as almas deles não são; nossas almas são racionais porque são espirituais e não materiais. Eles vivem e morrem neste mundo. Embora muitos animais sejam realmente muito "inteligentes", eles não possuiriam a nossa inteligência conceitual. Eles não podem, por exemplo, conceber a noção abstrata de justiça. Animal algum possui a consciência humana do bem e do mal. Os animais não têm senso moral. Os animais são capazes de se relacionar, de se organizar em sociedades (como as abelhas), de proteger suas crias (como os macacos), **mas não são capazes de amar verdadeiramente. Os animais amam quando recebem algo.** Particularmente, discordamos desta posição. Pela nossa própria experiência de vida com animais domésticos, notadamente os cães, sabemos o quanto o seu amor é verdadeiro e desinteressado. Ao contrário do que afirma o autor, tanto os nossos animais como Marley e vários outros, como aquele cão da reportagem que teve o focinho totalmente queimado por entrar numa casa em chamas para ajudar a salvar o tutor ou outros heróis não humanos que deram a própria vida por seres da nossa espécie, parecem dar infinitamente mais do que recebem.

O próprio autor se contradiz quando afirma mais adiante que "um animal pode demonstrar **afeto e fidelidade** ao tutor. Eles são capazes disso, mas se tratam de naturezas e realidades muito distintas" (Grifo nosso). Entretanto, não conseguimos entender a diferença

exata entre “afeto” e “amor”. O autor assegura que para muita gente isso parece estranho, pois até onde ele observa, os animais sentem e expressam **sentimentos** (Grifo nosso – alegria, tristeza, raiva, euforia, preguiça e mesmo dissimulação). A diferença é que estes sentimentos não lhes têm peso moral algum uma vez que os animais não são capazes de transformar essas emoções instintivas em virtude, pois que não são capazes de discernir entre o bem e o mal. Na sua visão, portanto, as almas dos animais dependeriam inteiramente da matéria para o seu ser e para as suas ações. Elas deixariam de existir com a morte: os animais nascem e cumprem o seu papel na existência aqui mesmo e é assim que deve ser.

O Catecismo da Igreja Católica (2415 a 2418) defende que os animais são dons de Deus. São criaturas benditas, mas que não possuiriam alma imortal. Temos a obrigação de tratá-los com respeito e carinho, já que eles têm sentimentos e sentem dor. Aponta que é pecado fazer os animais sofrerem inutilmente e desperdiçar suas vidas, mas que por este motivo não deviriam confundir as coisas, isto é, acreditar que eles teriam uma alma imortal.

Sendo assim, a dor que infligimos ao animal coloca-nos diante da Lei de Causa e Efeito como devedores de iguais padecimentos; o mundo é uma grande escola e uma grande casa, como a nossa própria – todas as casas pertenceriam a Deus e os seres vivos terrenos nelas não passariam de inquilinos temporários. Por este motivo, todos seríamos irmãos: homens e animais. Prudente será que o mais breve possível nos integremos no contexto do amor universal no qual a mãe-natureza vem alimentando a todos os seus filhos, homens e animais.

Se aos primeiros, por mérito, é dispensado o incomparável dom da inteligência, os segundos estão em seu caminho para disso se beneficiar, tanto quanto os anjos, igualmente por mérito, têm a pureza e a luz, que estão sempre repassando à humanidade. Eis o porquê de os animais terem os mesmos direitos que requeremos do mundo: à vida, à liberdade, ao respeito e ao amor.

3. A vida e o amor ao lado do pior cão do mundo

Ele estava comigo quando fumei meu primeiro (e o meu último) cigarro e quando beijei minha primeira namorada. Ele estava bem do meu lado no banco da frente quando saí escondido com o carro do meu irmão mais velho para dar minha primeira volta no quarteirão [...] Ele entrou na minha vida e eu na dele — e como resultado, ele me deu a infância que todo garoto merece.

(GROGAN, 2005, p.5-6)

As páginas iniciais do romance de John Grogan já nos dão conta da intensa relação de amizade, lealdade, companheirismo e cumplicidade que iremos acompanhar ao longo de toda

a narrativa. O autor conta as suas primeiras experiências da vida adulta ao lado do amigo e de como se formaram os laços de amizade que iriam uni-lo ao animal desde que decidira levá-lo para casa ainda bebê, dispensando-lhe proteção, amor, carinho e cuidados, no que vai sendo plenamente retribuído pelo cão.

O narrador observa que um conceito interessante que só após a morte de Marley veio a compreender foi o do animal como mentor, como professor e exemplo. Ele se questiona se seria possível para um cachorro – qualquer cachorro, mas principalmente um absolutamente incontrolável e maluco como o deles – poder mostrar aos seres humanos o que realmente importa na vida. Ele então compreende que sim: Lealdade, coragem, devoção, simplicidade e alegria, isto é, as coisas simples da vida para as quais muitas vezes não damos a devida importância, essas sim, são o que de fato têm valor.

Eliane Rapchan e Walter Neves (2014) enfocam o caráter de certas relações intensas estabelecidas entre os humanos e as outras espécies animais em que se partilham não somente interesses, mas também emoções e convívio. Segundo os autores, “Nesse nível, as relações humano/animal sugerem concepções como “indivíduos animais” e “pessoas animais”” (p.16). Substituem-se modelos “animal-objeto” ou “animal-máquina” cartesiano por modelos em que animais não humanos sejam reconhecidos como sujeitos de ação nas relações. As categorias de pensamento que concebem animais não humanos como agentes colocam, por sua vez, novos problemas, na visão dos autores, como a antropomorfização, ou seja, a humanização do comportamento dos animais.

Pessoalmente, preferimos concordar com a visão do autor, que efetivamente zoomorfiza a figura do cão ao atribuir-lhe sentimentos tidos como tipicamente humanos, a incorreremos numa visão cartesiana do animal como máquina a serviço do homem (BAKER, 2001; ACHER 2004). Neste sentido, alinhamo-nos com a doutrina espírita kardecista; BOZZANO (1998); KUHL (2002); PRADA (2003); que atribui uma alma imortal aos animais não humanos e a visão católica de São Francisco de Assis que eleva essas criaturas à condição de irmãos, como também com outras teorias científicas e filosóficas: BAUDRILLARD (1994); DE WAAL (1997); SINGER (2004); FELIPE (2009); BUELL *et Alii* (2011). Aliás, o filósofo grego Pitágoras, anteriormente a Cristo, já afirmava que com a morte do corpo biológico tudo o que não fosse matéria perecível migraria para outra forma de expressão da vida. Ao perderem seu corpo, com a morte, as *almas* de todos os seres vivos encarnariam em novas vidas, humanas e animais. O primeiro sentimento que une o tutor ao seu cão é o de respeito e desvelo para com o pequeno ser, totalmente entregue aos seus

cuidados: ao lembrar da preocupação que tivera com o bem-estar do filhote no primeiro dia que o levava para casa, Grogan nos revela:

Eu pensei nele lá fora sozinho pela primeira vez na vida, neste lugar estranho, sem um único cheiro de cachorro por perto. Ele não via sua mãe nem seus irmãozinhos. Coitadinho dele. Eu gostaria de estar no lugar dele? Esperei mais meia hora antes de me levantar e ir até ele. Assim que me viu, sua expressão se alegrou e seu rabo começou a bater nos lados da caixa de papelão, como se dissesse: “Venha aqui para dentro, tem lugar de sobra para nós dois!”. Em vez disso, levantei-o dentro da caixa e levei-o para o meu quarto, colocando-o no chão ao lado da minha cama. Deitei-me na beira da cama, e deixei meu braço pendurado para dentro da caixa. Ali, com a mão sobre ele, sentindo o seu peito subir e descer enquanto respirava, desmaiamos de sono. (p.20)

Mais adiante na narrativa, quando tem que se ausentar em uma viagem com a esposa e deixa Marley aos cuidados de uma vizinha, o zeloso tutor do cão elabora uma enorme lista de recomendações como se estivessem “deixando uma criança doente sob seus cuidados. O relatório Marley tinha seis páginas cheias em espaço um...” (p.58): alimentação, controle das fezes, vitaminas, água, pulgas e carrapatos, ouvidos, passeios, comandos básicos, tempestades de raios, proibições.

Marley demonstra, a cada dia que passa, que mesmo não possuindo uma linguagem verbal humana que o faça expressar-se igualmente a nós, era capaz de transmitir seus sentimentos através do olhar e por gestos e ações que chegam a ter um poder terapêutico. Quando Jenny engravida pela primeira vez e perde o bebê é no animal não humano que ela vai encontrar refrigério e conforto para a alma; vemos nessa tocante passagem o animal se solidarizando coma dor humana pelo aborto, tentando tirá-la do estado depressivo em que se encontra. Como ilustra a passagem abaixo:

Ao entrar, eu me detive. Eu teria apostado uma grana preta que aquilo que eu estava vendo jamais viria a acontecer. Nosso cão elétrico colocara seus ombros entre os joelhos de Jenny, e apoiou docemente sua grande cabeça quadrada em seu colo. Seu rabo estava caído entre as pernas, que eu me lembre era a primeira vez que não o balançava ao estar perto de qualquer um de nós. Ele a olhava e soluçava baixinho. Ela passou a mão sobre sua cabeça algumas vezes e, então, sem que esperássemos, ela escondeu o rosto no pelo de seu pescoço e irrompeu a chorar. Um choro doído, sentido, imenso. Ela continuou abraçada a ele por um longo tempo, Marley paralisado, Jenny agarrada a ele como um boneco gigante. (p.37)

Por mais patético que possa parecer, Marley se tornara a alma gêmea masculina de Grogan, um companheiro constante, seu melhor amigo. Ele era uma espécie de alter ego do autor, uma simbiose do animal humano com o não humano, “o espírito livre, indisciplinado, recalcitrante, não-conformista, e politicamente incorreto que eu sempre quis ser, se eu tivesse

a coragem de sê-lo, e eu me regozijava com sua verve inquebrantável” (p.96). Independentemente de quão complicada a vida tivesse se tornado, ele lhe lembrava das alegrias simples da vida. Como que para corroborar a ideia de comunhão entre as duas espécies, o narrador recorda um momento de intimidade entre os amigos:

– Bem, garotão – eu disse, colocando a minha garrafa de cerveja junto de sua bochecha **numa forma de brinde entre espécies**. – Somos só nós dois hoje à noite. Um brinde aos meus quarenta anos! Um brinde à meia-idade! Um brinde a ser como os grandes cães até o final da vida! Em seguida, foi a vez de ele ir dormir também. (p.129, Grifo nosso)

O tempo passa e Marley está com quase 13 anos. Sofrendo os revezes da velhice, cambaleante e artrítico, a cada dia se mostra mais sonolento e preguiçoso. Entre os inúmeros constrangimentos que a idade inflige a ele, o que parece incomodá-lo mais é a diminuição do controle sobre seus intestinos. Quando a necessidade o chama, ele tem de ir e, se não houver ninguém em casa para deixá-lo sair, ele não tem escolha senão fazer dentro de casa. Isso o mortifica, o deixa muito envergonhado.

De acordo o artigo 2 da – Unesco/ONU (Bruxelas – Bélgica, 27/01/1978):

a) Cada animal tem direito ao respeito. b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais, ou explorá-los, violando esse direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais. c) **Cada animal tem direito à consideração, à cura e à proteção do homem**. (Grifo nosso)

É exatamente gozando dessas prerrogativas que vamos encontrar Marley aos cuidados do zeloso tutor/amigo Grogan. Depois da primeira internação do cão ele chama um dos funcionários do canil, que o ajuda a colocá-lo delicadamente no carro e leva-o para casa, com uma caixa de remédios e uma série de instruções. Ele jamais iria voltar a engolir toda a comida de uma vez ou beber quantidades ilimitadas de água como antes.

Naquela noite Grogan colocou-o para dentro e estendeu um saco de dormir no chão na sala de TV ao lado dele. Ele não conseguiria subir as escadas até o quarto e tampouco o amigo humano teria coragem de deixá-lo sozinho e indefeso. Ele sabia que o cão passaria toda a noite agitado se não estivesse ao seu lado:

– Vamos acampar, Marley! – Anunciei, e deitei-me ao lado dele. Fiz-lhe carinho da cabeça aos pés, até levantar montanhas de pelos. Limpei o muco do canto de seus olhos e cocei suas orelhas até ele gemer de prazer. Jenny estaria de volta com as crianças pela manhã; ela iria paparicá-lo com várias mini refeições de hambúrguer cozido e arroz. A espera havia durado treze anos, mas Marley finalmente teria direito a comida de gente; e nada de sobras, mas comida feita especialmente para ele. As crianças iriam abraçá-lo, sem saber o quanto estiveram próximos de perdê-lo.

Pensei nos objetos engolidos e nos cheques furtados e nos **doces momentos de empatia humano-canina**. Pensei principalmente em como ele havia sido um companheiro bom e leal durante todos aqueles anos. Tinha sido uma jornada e tanto... Adormecemos juntos, lado a lado, no chão, com metade do seu traseiro no saco de dormir e meu braço sobre suas costas. (p.171, Grifo nosso)

Nas semanas seguintes, Marley ia e voltava da beira da morte. O cão estava vivendo um tempo a mais, isto estava claro. Outra crise poderia surgir a qualquer momento e, quando surgisse, os Grogan não iriam lutar contra o inevitável. Qualquer procedimento médico invasivo àquela altura da vida dele seria cruel. Como postula o artigo 3 da supracitada da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, “a) Nenhum animal será submetido a maus tratos e a atos cruéis. b) **“Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor ou angústia”** (Grifo nosso).

Talvez a coisa mais humana a fazer seja sedá-lo. Jenny e John enfrentam a difícil decisão de não submeter Marley a mais nenhum sofrimento. Mesmo assim, na sala de espera da clínica veterinária, ele gela. A médica sente a sua aflição e pondera sobre as complicações que devem esperar caso decidam operar um cão na idade de Marley. Grogan pergunta à veterinária se pode ter alguns minutos a sós com Marley. Ele está inconsciente sobre uma maca no chão, tomando soro pela pata. Ajoelha-se e passa-lhe os dedos pela pelagem, do jeito que ele gosta. Alisa-lhe as costas, ergue cada uma de suas orelhas com a mão; abre seus lábios e observa seus dentes gastos; pega uma das patas dianteiras e a comprime em sua mão. Então, encosta a testa na dele e fica ali sentado por algum tempo, como se pudesse telegrafar uma mensagem através dos seus crânios, da sua mente para a dele. Queria que ele soubesse de algumas coisas...

– Estou pronto – eu disse. Minha voz estava embargada, o que me surpreendeu, porque eu realmente acreditava que havia me preparado para este momento há meses. Sabia que se dissesse mais uma palavra, eu iria desabar, de modo que apenas meneei a cabeça e assinei quando ela me entregou os formulários. Quando terminamos a papelada, eu a segui até onde Marley estava, e me ajoelhei novamente à sua frente, segurando sua cabeça entre minhas mãos, enquanto ela preparava a seringa e a colocava no cateter.

– Tudo bem? – Ela perguntou. Eu assenti, e ela injetou o líquido. Sua mandíbula estremeceu de leve. Ela auscultou o coração dele e disse que havia desacelerado, mas ainda estava batendo. Ele era um cachorro grande. Ela preparou uma segunda seringa e injetou o líquido mais uma vez. Um minuto depois, ela o auscultou novamente e disse: – Ele se foi. (p.183)

No carro, a caminho de casa, Grogan confessa que começou a chorar, coisa que quase nunca faz, nem mesmo em enterros. Deixa Marley no carro, entra em casa, e encontra Jenny,

que o espera acordada. As crianças estão dormindo; contarão a elas pela manhã. Abraçam-se e começam a chorar. Descreve tudo que se passara, para garantir-lhe que ele já estava dormindo profundamente quando sobreveio o fim, que não houve pânico, nem trauma, nem dor.

No dia seguinte John Grogan providencia um bonito local entre duas cerejeiras no quintal da propriedade para o enterro de Marley. Kuhl (*Op. Cit.*, p.88) nos diz que devemos “enterrar animais, quando não seja por afeto, por respeito, que seja por questões de higiene ambiental”. Por sua vez, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais reforça a questão do respeito ao animal. Sabemos que acima do afeto e do respeito por Marley, os Grogan não levam em consideração a questão da diferença de espécie, dando-lhe um sepultamento na medida do possível “humano”:

Caminhamos até o túmulo juntos. Conor e Colleen colaram seus desenhos e os colocaram dentro de um plástico, que coloquei ao lado da cabeça de Marley. Com o canivete, Patrick cortou cinco galhos de pinheiro, um para cada um. Um a um, jogamos os galhos na cova, sentindo o perfume ao nosso redor. Fizemos uma pausa e, então, como se tivéssemos ensaiado, falamos todos ao mesmo tempo: — Marley, nós amamos você. Peguei a pá e joguei a primeira leva de terra. Ela bateu sobre o plástico, produzindo um som horrível e Jenny começou a chorar. Continuei jogando terra. As crianças ficaram observando, em silêncio. (p.183)

E para fazer as crianças se sentirem melhor, o pai conta-lhes algo que ele no fundo, não acredita:

– **O espírito de Marley agora está no céu dos cães.** Ele está em uma imensa planície dourada, correndo livre. E seus quadris estão bons novamente. E sua audição voltou, sua visão está ótima e ele tem todos os seus dentes. Ele retomou sua forma física e persegue coelhos o dia inteiro. (p.183 – Grifo nosso)

Mais uma vez recorremos à obra de Kuhl, quando ele nos esclarece que:

Possuindo também uma alma, embora diferente da humana, ao animal não é acometido carma (nem bom, nem mau – por não possuir livre-arbítrio), nem lhe ocorrem reflexão ou arrependimento, em qualquer instante, de atos praticados durante sua vida (por não possuir consciência). Dever cristão é que impõe ao dono ampará-lo até o último sopro de vida, para morrer em paz e para com gratidão ao ser humano chegar às regiões espirituais que Deus lhe concede. (*Idem*, p.88)

Esta é apenas uma visão com a qual compactuamos e uma leitura possível da obra. Não nos arvoramos detentores da verdade. O que procuramos mostrar com esta abordagem é que cada vez mais o elo entre o humano e o animal se estreita mais e que novas pesquisas poderão nos surpreender neste sentido. Como assinala o autor, “Um cão” (e por extensão qualquer um animal de estimação) “não se importa se *você* é rico ou pobre, educado ou

analfabeto, inteligente ou burro. Se você lhe der seu coração, ele lhe dará o dele” (p.186). Entretanto, nós humanos, tidos como mais sábios e sofisticados, sempre tivemos problemas para descobrir o que realmente importa ou não. Sendo assim, é preciso “um cachorro com mau hálito, péssimos modos e intenções puras” (p.186) para nos ajudar a enxergar.

Considerações Finais

Todos os seres da criação são filhos do Pai e irmãos do homem... Deus quer que auxiliemos aos animais se necessitarem de ajuda. Toda criatura em desamparo tem o mesmo direito à proteção.

(São Francisco de Assis)

A Consciência animal tem sido pesquisada há mais de 100 anos. O tema envolve três dimensões principais: a cognição, a autoconsciência e a senciência. Um estudo levado a cabo por Philip Low, juntamente com o reconhecido físico Stephen Hawking, comprovou que a estrutura que se pensava que distinguia os animais humanos e os animais não humanos, o córtex cerebral, não é o produtor de consciência (BURHARDT, 1985). Assim sendo, considerando o restante do cérebro que produz os estímulos de consciência de si, concluiu-se que os animais não humanos possuem consciência.

A negação de que os animais sejam conscientes muitas vezes leva à conclusão de que eles não teriam sentimentos, de que a sua vida não teria valor, e de que a agressão contra eles não seria errada do ponto de vista moral. O filósofo francês René Descartes no século XVII, como vimos, argumentava que somente os seres humanos eram conscientes e passíveis de sentir dor. Nos dirá Peter Singer (*Op. Cit.*), entretanto, que os que estudam o comportamento dos outros animais e os que têm animais como companheiros aprendem depressa a compreender as suas reações assim como nós compreendemos as reações de uma criança, por vezes até melhor, uma vez que não existem razões válidas, científicas ou filosóficas, para negar que os animais sentem dor. Se não duvidamos de que os outros humanos sentem dor, não devemos duvidar de que os outros animais também a sintam.

O progresso intelectual realizado no século XVIII foi seguido, no século XIX, de algumas melhorias; práticas na condição dos animais. Estas tomaram a forma de leis contrárias à crueldade gratuita para com os animais. Os seres humanos sabiam agora que não eram uma criação especial de Deus, concebida à imagem divina e distinta dos animais; pelo contrário, os seres humanos apercebiam-se de que eles próprios eram animais. Além disso, fundamentando a sua teoria da evolução, Darwin observou que as diferenças existentes entre os seres humanos e os animais não eram tão grandes como geralmente se supunha. O capítulo

3 de *A Origem do Homem* é dedicado à comparação dos poderes mentais dos homens com os dos "animais inferiores"; Darwin resume os resultados da comparação da seguinte forma:

Vimos já que os sentimentos e intuições, emoções diversas e faculdades tais como a amizade, a memória, a atenção, a curiosidade, a imitação, a razão, etc., de que o homem se orgulha, podem observar-se em estado nascente, e por vezes bastante desenvolvidas, nos animais inferiores. (2004, p.259)

No tocante ao especismo, embora a atitude contemporânea tenha dado uma guinada de 360 graus *vis à vis* aos animais e o respeito para com eles, ainda que seja suficientemente benévola – numa base muito seletiva, como observa Singer (*Op. Cit.*) para permitir a introdução de melhorias nas suas condições de vida sem questionar a nossa atitude básica, estas melhorias estarão sempre em perigo se não conseguirmos alterar a posição subjacente que sanciona a exploração brutal dos não humanos para fins humanos. Só poderemos construir uma fundação sólida para a efetiva erradicação desta exploração se conseguirmos romper radicalmente com mais de dois mil anos de pensamento ocidental relativo aos animais.

Lembra John Grogan que, como qualquer relacionamento, o da sua família com Marley tivera seu preço. E acabaram aceitando aquele preço em troca da alegria, da diversão, da proteção e do companheirismo que ele lhes proporcionava. Poderiam ter comprado um pequeno iate com o que gastaram com o seu cachorro e tudo que ele destruiu. Mas, aí ele se pergunta:

Quantos iates ficam esperando junto à porta o dia inteiro até você voltar? Quantos vivem esperando a chance de subir no seu colo ou descer a colina com você em um tobogã, lambendo o seu rosto? – Marley havia conquistado seu lugar dentro daquela família – Como um tio esquisito, mas adorado, ele era como era (p.151).

A doutrina espírita defende que a alma dos animais seria diferente da humana, de gradação inferior (BOZZANO, 1998; KUHL, 2002; PRADA, 2003). Não possuindo o dom do discernimento, os animais não possuiriam livre-arbítrio, senso moral ou responsabilidade. Ao desencarnarem, homens e animais manteriam sua individualidade, contudo, os animais seriam orientados e mantidos por espíritos da natureza, em grupos específicos a cada raça. A reencarnação seria instrumento divino da Lei do Progresso. A ambos contempla – homem e animal. No animal é quase sequencial à morte. Não poderia escolher em que espécie reencarnar, pela inexistência de livre arbítrio, poderíamos supor que, à medida que progrediriam pelo acúmulo de experiências, iriam subindo os galhos da árvore genealógica da espécie.

Assim, talvez possamos poderíamos junto com Singer que o gato doméstico de hoje tenha sido ontem o felino selvagem e predador, de grande porte; o cão, agora fiel e amigo do homem, talvez tenha iniciado a palmilhar existências como chacal ou lobo e daí por diante. O fato é que apesar de se dizer agnóstico quanto à vida dos animais *post mortem*, alguma coisa impele o autor a visitar o túmulo do animal/amigo e lembrar com nostalgia pequenas passagens de sua vida, como se a existência daquele animal não tivesse se encerrado ali. Ele se confessa envergonhado ao perceber o quão profundamente sente a morte do cão, mais profundamente do que sentira a de alguns humanos que havia conhecido. Talvez no fundo, no fundo, ele ainda se pergunte se não seria possível que o espírito de Marley pudesse enfim estar “no céu dos cães.”?

Referências

ARCHER, Bert. Keeping animals in their place. In **Toronto Star Newspapers Limited**, 2004.

BAKER, Steve. **Picturing the Beast: Animals, Identity and Representation**. Illinois: University of Illinois Press, 2001.

BERGER, John. **About Looking**. New York: Random House USA, 1988.

BRAIN, Lorde. **Relatório do Comitê Técnico de Pesquisas Para o Bem-estar dos Animais Mantidos Sob Sistema Intensivo de Criação Pecuária, Fichário 283**. Londres: Gabinete Oficial de Sua Majestade, 1965.

BUELL, Lawrence; THORNER, Karen; HEISE, Ursula K. Literature and Environment. In **The Annual Review of Environment and Resources**. Harvard UP, 2011, V. 36, p.417–40.

BURHARDT, Gordon M. Animal awareness: Current perceptions and historical perspective. In **American Psychologist**, n.40. v.8: p.905-919, 1985.

CÉSAR, Valmir. **Os animais vão para o Céu?** (2014) Disponível em <<https://frontcatolico.blogspot.com.br/2014/10/os-animais-vaio-para-o-ceu.html?m=1>>. Acesso em 31/08/2017.

DARWIN, Charles. **A Origem do Homem e a Seleção Sexual**. Trad. Eugenio Amado. São Paulo: Itatiaia, 2004.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Trad. Vera Ribeiro. Brasília: UnB, 2004.

GROGAN, John. **Marley & Eu: A vida e o amor ao lado do pior cão do mundo**. Trad. Thereza Christina Rocque da Motta e Elvira Serapicos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

KUHL, Eurípedes. **Animais, Nossos Irmãos**. 11ª Ed. São Paulo: Petit, 2002.

MASSON, Jeffrey M.; MCCARTHY, Susan. **When Elephants Weep: The Emotional Lives of Animals**. New York: Delta, 1996.

MIDGLEY, Mary. **Animals and why they matter**. Michigan: Michigan UP, 1983.

PRADA, Irvênia. **A Alma dos Animais**. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <<http://www.irc-espirtismo.org>>. Acesso em 05/09/2017.

RAPCHAN Eliane S.; NEVES, Walter A. Primatologia, culturas não humanas e novas alteridades. In **Scientiæ Studia**. São Paulo, v. 12, n. 2, p.309-29, 2014.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. São Paulo: Lugano, 2004.

SOPER, Ella. Grieving Final Animals and Other Acts of Dissent: Lydia Millet's How the Dead Dram. In **ISLE Oxford Journals**, V.20. Issue 4., 2013.

UNESCO – ONU. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas, 1978.

vovô



Macho, castrado, pelo curto,
olhos verdes, FIV/FelV negativo.

<https://www.bigodinhoscarentes.org/gatos-para-adocao>

POSFÁCIO

Os filósofos e os animais⁶²

Regina Schöpke (UERJ)

“Da verdade mesmo ninguém nunca quis saber”: foi com esta frase (que acreditamos estar em profunda consonância com a filosofia de Nietzsche) que terminamos nosso escrito anterior⁶³ sobre a crueldade. De fato, Nietzsche não chegou a pensar na questão da libertação animal, mas, certamente, contribuiu, e muito, para despertar a consciência do homem sobre sua própria tirania e covardia, desferindo golpes certos na soberba de nossa espécie. Talvez ele ainda estivesse ocupado demais em tirar a venda dos nossos olhos e, mais ainda, com a própria ideia da verdade, porque, como ele próprio dizia, “o que até hoje se chamou de verdade não passa de uma mentira”.

É claro que, como em tudo na história humana, as ideias de Nietzsche foram distorcidas, sobretudo por sua própria irmã, que, alterando vários trechos de sua obra, fez dele o porta-voz do nazismo e de estúpidas ideias, tais como a de superioridade racial, superioridade de povos, etc. Felizmente, quem já leu atentamente a obra de Nietzsche sabe que ele é bem democrático quando se trata da humanidade: a sua crítica se estende a todos e se existe alguma superioridade, ela diz respeito ao caráter, à nobreza do espírito.

Pois bem, também é de Nietzsche a ideia de que o homem é o animal que perdeu sua saudável razão natural, voltando-se, por conta disso, contra a própria natureza que o gerou, ou seja, contra a vida – o que, no final das contas, significa voltar-se contra si mesmo. Sim, por qualquer ângulo que se olhe este verdadeiro circo de horrores que tem sido a vida humana e, mais ainda, a vida dos animais, não é possível acreditar que somos realmente seres superiores, ou mais sensíveis, ou mais justos... Ao contrário, o que fica claro olhando a humanidade é que temos sido completamente indiferentes à dor e ao sofrimento do “outro”, seja este “outro” o próprio homem, um animal ou a natureza como um todo.

É inegável que algumas ideias religiosas e místicas têm dado, há séculos, o melhor argumento para a humanidade se servir de todas as coisas indiscriminadamente (afinal, para algumas religiões, sobretudo, as ocidentais, o homem tem uma natureza diferente da dos demais seres deste mundo). Mas, para lá destes devaneios que o homem inventou para si, a

⁶² Texto originalmente publicado em: <<https://www.anda.jor.br/2012/02/os-filosofos-e-os-animais>>, com algumas alterações e inserções.

⁶³ Trata-se de “**A crueldade humana: uma primeira reflexão**”, que se encontra disponível em: <<https://www.anda.jor.br/2012/01/a-crueldade-humana-uma-primeira-reflexao>>.

única coisa certa é que ele não pode escapar de uma lógica que impera sobre todos os sistemas vivos do planeta. É assim que, ao dispor impiedosamente de todas as espécies, para que apenas a sua própria sobreviva, o homem está promovendo o seu próprio suicídio.

Não existe, de fato, um único argumento racional capaz de legitimar a tirania humana. E o problema, além da própria questão ética que se impõe de modo inescapável (pelo menos para os que pensam ou que ainda são capazes de sentir), é que esta posição tirânica é também, como dissemos, uma posição suicida, já que o homem não se sustenta e nem sobrevive fora da natureza que o gerou. Ao provocar tantos distúrbios e desequilíbrios, o homem não está colocando em jogo apenas as outras vidas, mas também a sua própria. Em poucas palavras, é a si mesmo que o homem está ferindo quando fere a natureza. E, mais ainda: é porque ele tem sido um suicida que ele mata os seus iguais. Eis porque Thomas Hobbes está certo ao afirmar que “o homem é o lobo do homem”, embora não faça nenhum sentido uma espécie viver em guerra consigo mesma.

Claramente, há algo de muito errado conosco, embora a continuidade deste comportamento tenha levado os próprios homens a se acostumarem com a tirania e a entenderem como natural esta imensa insensatez que é voltar-se contra a natureza e contra a sua própria espécie. Mas é claro que no que tange aos animais, a tirania do homem atinge o seu limite máximo. Para começar, os animais são tratados como coisas, como meras mercadorias, objetos descartáveis de uso para a nossa comodidade ou prazer. Mas embora ninguém pareça se dar conta disso, estamos falando de seres vivos, sencientes (ou seja, de seres dotados de sensibilidade, que sentem dor, prazer, medo, etc.). É realmente de se estranhar que poucos intelectuais, pensadores e filósofos toquem nesta questão, como se subjugar todos os seres do planeta fosse mesmo um direito natural da nossa espécie.

De fato, há, inclusive, quem defenda certas manifestações culturais atávicas e cruéis com o argumento de que são “tradições” (como touradas, vaquejadas, rodeios, etc.), mas isto só aumenta a nossa certeza de que algo está (ou sempre esteve) muito errado com nossa querida e aclamada “razão”. Afinal, tradição por tradição, a escravidão humana também era uma tradição milenar em muitas culturas, tanto quanto o canibalismo e os sacrifícios humanos... E, sem falar que, em alguns lugares, a própria pedofilia não é uma prática condenável.

Sim, sabemos o quanto é difícil propor uma ética ou uma moral universal; sabemos das dificuldades e dos perigos que se alojam na defesa de certas práticas culturais em detrimento de outras; termos como “raça superior”, “cultura superior”, estão desgastados e

trazem o peso de séculos de exploração dos ditos “colonizadores”. Porém, descambar para o oposto e considerar que todas as práticas são válidas e devem ser respeitadas apenas porque são “culturais” ou “tradicionais” é perder completamente o senso e, sobretudo, mergulhar a razão num irracionalismo profundo. Não existem raças superiores ou culturas superiores em si, mas existem valores humanos superiores, existe superioridade ética e moral, e negar isto é também negar a própria noção de humanidade.

Sem dúvida, José Saramago estava certo ao afirmar que “o instinto parece ter servido melhor aos animais do que a razão ao homem”. Afinal, os animais não escravizam e nem matam por razões torpes... Isto, aliás, foi objeto de reflexão em nosso texto anterior: um animal pode ser selvagem, mas nunca será um tirano, e se alguém ousa dizer que ele faria a mesma coisa se tivesse a nossa inteligência, então, mais ainda é preciso colocar em xeque a própria razão, porque ela é, ao que tudo indica, o que nos distingue para o melhor, mas também para o pior.

É claro que esta questão é muito mais complexa do que parece. Até porque o homem tem sido movido muito mais por ideias ilusórias e irracionais do que por uma racionalidade mais sábia. E é exatamente pelo efeito destas ideias mirabolantes (a maioria de fundo místico e religioso, embora algumas delas sejam “embasadas” pela ciência e pela filosofia) que o homem se julga não apenas superior em inteligência aos outros animais, mas até mesmo feito de outra natureza, como dissemos acima. Não é à toa que ele desconsidera tanto os outros seres, já que neste seu “mundo próprio”, neste seu sonho megalômico de grandeza, ele é uma espécie de deus que habita entre as feras do mundo. Infelizmente, também na filosofia encontramos exemplos de insensatez, que acabam corroborando certas ideias estapafúrdias.

Que muitas ideias místicas e religiosas estejam na base de vários preconceitos com relação aos animais é um fato incontestável; mas pode-se dizer que foi a filosofia que produziu uma das mais tirânicas ideias até hoje concebidas. A filosofia ou, mais especificamente, um filósofo – se é que podemos chamar alguém que produz tal heresia, contra a vida e contra a verdade, de filósofo. Estamos falando da ideia das “máquinas sem alma” e das “máquinas com alma” de Descartes. Sem dúvida, neste mecanicismo pueril, Descartes sugere que a diferença entre homens e animais é que os primeiros têm alma, sentem, pensam, sofrem, etc., enquanto que os segundos seriam apenas meras engrenagens materiais que obedecem cegamente às leis deterministas da natureza.

Bem, tirando o fato de que é mais provável que os animais tenham alma e que Descartes é que não tenha, já que alguém que praticava a vivissecção como ele (uma das

práticas mais ultrajantes e covardes que o homem já inventou), não pode realmente ter sentimentos, nada nos parece menos inteligente (ou estúpido, para usarmos a expressão de Voltaire a respeito desta tese cartesiana). O que ocorre, no entanto, é que, estúpida ou não, esta concepção serviu de base (ou de pretexto), desde o século XVII, para as ciências usarem os animais como cobaias, sem qualquer compaixão. É fácil perceber a força que uma quimera pode ter quando reforçada pela ciência e pela filosofia – que deveriam servir sempre ao conhecimento e à verdade, por mais que esta palavra também esteja tão desgastada em nosso mundo (em parte, pela má leitura que foi feita da crítica nietzschiana à verdade absoluta). No fundo, todo mundo hoje acredita que a verdade é tão relativa que cada um pode possuir uma só sua. Mas isso também é um grande equívoco. Que cada um sinta o mundo à sua maneira; que cada um o interprete muito particularmente, ainda assim não se tratam de verdades propriamente pessoais, mas de pontos de vista que podem e devem ser embasados no real, ou também não passam de quimeras.

De fato, temos aqui um caso em que a filosofia produziu mais mal do que bem aos homens, dando à ciência um “bom” argumento para ela agir tiranicamente e sem qualquer culpa no que tange à exploração dos animais. Mas, convenhamos, quem age tiranicamente, e sem culpa, ou não pensa ou não sente. Se é difícil provar que os cientistas que agem assim não pensam, já que se tratam de homens inteligentes, então, devemos concluir que eles não “sentem” – e, portanto, eles, sim, seriam máquinas sem alma. Seja como for, é a própria ideia de máquinas sem alma ou com alma que é desprovida de lógica e racionalidade. O problema é que, segundo pensamos, mais perigosa que a ignorância é a inteligência sem a sensibilidade, ou seja, um homem inteligente e sem sentimentos pode fazer coisas que transcendem todos os males da ignorância.

Bem, felizmente, para um Descartes, existem muitos outros filósofos que, pensando ou não diretamente na questão dos animais, estendiam a todos a necessidade de compaixão e respeito. E aqui citamos um deles que, já na Antiguidade, nos alertava sobre os perigos de nossa tirania: trata-se de Porfírio de Tiro, filósofo neoplatônico que viveu no terceiro século de nossa era (e que foi o maior dos discípulos do célebre Plotino). Para Porfírio, os homens têm pensado mais com o estômago do que com a cabeça, pois só isto explica, para ele, este gosto mórbido por comer cadáveres (sim, cadáveres, é o que ele diz). Também só isto explica, para ele, esta total apatia e falta de humanidade diante do sofrimento alheio. Se somos mesmo seres racionais ou, mais especificamente, se realmente somos seres espiritualmente elevados, como pensava o próprio Porfírio, como podemos aceitar esta tirania da nossa espécie? Como

podemos simplesmente viver alheios a tudo isto? A resposta poderia ser: “somos movidos por hábitos ancestrais” ou “é um mal necessário” ou, simplesmente, “nossa agressividade é uma herança do nosso passado selvagem”... Bem, talvez estes argumentos convençam alguns (afinal, nada melhor do que culpar a própria natureza pelas nossas terríveis disposições).

Seja como for, para o autor do “Tratado da abstinência da carne dos animais”, além da crueldade, a carne ultraja o corpo e o espírito, levando a um adoecimento geral do homem. Sim, é fato que aqui também nos deparamos com um universo um tanto místico e ascético (dada a influência que o pitagorismo exerceu tanto sobre o platonismo quanto sobre o neoplatonismo de Plotino). E, como sabemos, uma das teses fundamentais do pitagorismo, com a qual Platão e Plotino nunca romperam, foi a da transmigração das almas (ou metempsicose, que é a concepção de origem hindu de que as almas sobrevivem ao corpo e podem animar outros seres, humanos e não humanos).

É claro, então, que se poderia alegar que também há algo de religioso e místico nestas ideias, mas o principal aspecto deste escrito de Porfírio não é a sua crença em um espírito dissociado do corpo (crença, aliás, bastante comum entre os homens) ou na transmigração das almas, mas, sim, o fato de que ele é o primeiro texto filosófico a tratar dos efeitos nocivos do consumo da carne do ponto de vista da saúde do corpo, e não apenas de um ponto de vista puramente espiritual. Sim, para Porfírio, a ingestão da carne provoca muitos males ao corpo, tornando-o pesado e dificultando o próprio pensamento (fato que hoje seria fácil de provar pela ciência e pelo conhecimento mais profundo de nossa fisiologia, já que a carne demora demasiadamente para ser digerida por um organismo que não foi feito para ela). Mas o maior mal, pensa Porfírio, que o homem provoca a si mesmo matando outros seres é, sem dúvida nenhuma, o mal moral, que é esta espécie de torpor ou sonolência ética em que a humanidade mergulha toda vez que fecha os olhos para a escravidão ou para o assassinato de qualquer ser vivo. Não, de modo algum seguimos a natureza quando exploramos ou matamos outros seres; há indícios bem definitivos, e isso é dito desde Da Vinci, de que nosso corpo não é preparado, ou projetado, para o consumo da carne (embora a ciência quase sempre nos oculte isso). A decisão de matar e de comer a carne dos animais (e a dos próprios homens, em alguns casos) foi algo que se deu em algum momento da história humana, como bem nos ensina Mircea Eliade, o grande filósofo das religiões, e foi isso, sem dúvida, que mudou vertiginosamente os caminhos da própria humanidade.

Com certeza, é aprendendo a fechar os olhos para o assassinato de outros seres vivos que o homem aprende a fechar os olhos também para o que se faz com o próprio homem,

como vimos no texto anterior. Afinal, o aprendizado para a guerra ou para a exploração do outro depende de uma insensibilização que deve começar ainda na mais tenra infância. Em poucas palavras, nós diríamos que o desprezo e a apatia diante da dor alheia, a começar pela dor do animal, é o começo de um longo processo que tem como meta levar ao entorpecimento da sensibilidade e dos sentimentos em geral. Afinal, é preciso, antes de tudo, endurecer o homem para que ele possa, enfim, matar o próprio semelhante e, ainda por cima, sentir que está cumprindo um dever.

Sem dúvida, a literatura, a filosofia, o teatro, as artes em geral, estão repletos de considerações a respeito deste paradoxo que parece inscrito no cerne da natureza humana: o fato de que a grandeza e a nobreza do homem convivem, em igual medida, com sua barbárie e crueldade. Mas independentemente de haver aí alguma verdade, defendemos a tese de que aqueles que buscam verdadeiramente a nobreza e a beleza das ações e dos sentimentos (e não apenas a aparência deles) não são dados à crueldade e nem à exploração dos outros. Em outras palavras, este paradoxo humano também não pode servir de pretexto para legitimar a tirania.

Em suma, como se tudo isto ainda não fosse suficiente para nos fazer pensar, Porfírio diz algo ainda mais devastador sobre a nossa relação com os animais – sobretudo, os animais domésticos. Porfírio diz: “O homem mata o próprio amigo”. Ele mata aquele que confia nele. Em poucas palavras, a mesma mão que alimenta é a que fere mortalmente, como disse, muitos séculos depois, o pai da etologia moderna, Konrad Lorenz.

Poderíamos continuar citando outros filósofos que trouxeram contribuições inestimáveis à causa animal, independente de fazerem uma defesa explícita dos seus direitos; e, assim, de Espinosa a Nietzsche, passando por Voltaire e o Barão de Holbach, Schopenhauer etc., teríamos uma constelação de grandes pensadores que ao menos tentaram chamar a humanidade à razão, à verdadeira razão, à boa e saudável razão natural.

Mas, afinal, o que há com a humanidade? Como nos tornamos estes seres tão insensíveis a ponto de não sentirmos qualquer compaixão por criaturas que sofrem como nós (independente de serem ou não criaturas que “pensam” como nós, parafraseando o filósofo e jurista iluminista Jeremy Bentham)? A pergunta que não quer calar é: como seres considerados mais evoluídos podem simplesmente desconsiderar o mal que fazem aos outros seres vivos (humanos ou não)? O que há com o homem, perguntamos outra vez? Por onde anda o ser racional, sublime e justo dos religiosos e dos filósofos? Não sabemos... mas, como o bom e sábio filósofo cínico Diógenes, não deixaremos de procurá-lo com a nossa lanterna.

GALERIA ANIMAL

Arthur



Depoimento de Patrícia:

“Sempre tive vontade de adotar um gato, mas faltava coragem. Achava que não iria dar conta e que seria muito trabalho. Ficava olhando e babando os gatinhos pelo site dos Bigodinhos até que um dia, resolvi adotar.

Quando cheguei ao projeto, eram tantos gatinhos que fiquei atordoada e não sabia a qual dar atenção. De repente, um miado. Quando olhei, vi aquele gatão enorme, pançudo me pedindo atenção. No começo fiquei receosa por ele ser FELV positivo, mas uma voluntária do projeto me explicou que gatos com FELV são fáceis de cuidar é só ter uma boa alimentação e muito carinho. Não resisti a tanta fofura e decidi levá-lo.

Quando chegamos a casa, ele foi correndo para debaixo da mesa assustado e ficou lá por horas e eu preocupada tentei na conversa tirá-lo de lá. Ele veio de mansinho ao meu encontro. Naquele mesmo dia brincamos, corremos pela casa e dormimos juntos. Nesse momento, tive a certeza de que era ele. Ele, que preencheu um vazio, trouxe alegria para minha casa e minha vida.

Arthur se adaptou rápido a minha rotina. É muito brincalhão, engraçado, dengoso e adora um carinho. Hoje não sei o que seria minha vida sem ele, que me acorda todos os dias me dando cabeçadinhas, rronando e conversando comigo. Quanto ao trabalho? Que nada, gatos não dão trabalho. Só trazem alegria à sua vida. E se você tem dúvidas: Adote um gatinho Felv e adulto, eles serão gratos pelo resto de suas vidas e serão seus eternos companheiro.

Quero agradecer ao projeto por ter me recebido tão bem, as voluntárias por terem paciência comigo e ao Arthur que me mostra todos os dias, como é bom ser mãe de gato e que a vida pode sim ser mais colorida!”

Bruce



Depoimento de Flávia, Alexandre e Pedro:

"Sempre achei estranha a forma como a grande maioria das pessoas trata seus pets, tomando-os "filhos", enchendo-os de mimos, presentes, dormindo juntos..."

Mas sendo mãe de um filho único de 8 anos que desde que "se entende por gente" nos pedia um bichinho de estimação, optamos por adotar um gatinho já adulto, pois quase ninguém se lembra dos adultos nos abrigos.

Teria que ser macho e, de preferência de pelo amarelo, tipo "Garfield", sabe? Com relação à personalidade (minha contribuição), preferia um gatinho mais calmo, que gostasse de carinho e de ficar perto dos humanos.

Dito isso, marcamos uma visita (porque era preciso saber se rolava alguma conexão especial) e fomos apresentados a três bigodinhos. Todos lindos, fofos e adoráveis! Foi aí que veio o problema... Como escolher apenas um? Qual critério a ser usado? Cor, tamanho, temperamento... Difícil!

Pegamos no colo e brincamos com todos, sem pressa. Foi então que percebi que quem tinha sido "fisgada" fui EU! Por um gatinho do tipo "mignon", pequeninho, gordinho, de pelagem tigrada comum, olharzinho triste e muito, muito calminho, que atendia pelo nome de Bruce (hoje nosso Bruce "Lee" ou Bruce "Leen").

Ainda com receio da experiência de adoção, optamos por recebê-lo em lar temporário (o que foi a melhor coisa). Recomendo a quem pretende adotar!

Esse foi um período essencial para todos nós e para o Bruce. Para ajustarmos às mudanças da rotina na casa, ao "agito" que se tornaram nossas noites e às necessidades de atenção que eles nos demandou bem no início.

Demorou um pouco, é verdade, e confesso que até hoje temos alguns problemas noturnos, mas a presença dele em casa nos enche de alegria e o amor que sentimos por ele hoje, nos ajuda a contornar qualquer problema ou dificuldade.

Finalizo meu relato de adoção dizendo que é muito, muito bom ter um gatinho em casa! Eles nos acalmam e relaxam com seu ron ron, suas cabeçadinhas, roçadinhas na perna... São uma delícia de fazer carinho, abraçar, apertar.

Deixo aqui meu muito obrigada, meu carinho e admiração a todos os envolvidos no Projeto Bigodinhos Carentes."

Filó



Quando foi adotada.



Atualmente.

Depoimento de Rita:

“A Filó foi o primeiro bigodinho de luz da minha vida. Ela foi muito importante para mim, especialmente porque me ensinou a amar mais os animais, a ter maior empatia com eles, a prestar mais atenção nesses seres que foram escolhidos para dividirem com a gente esse lindo planeta chamado Terra.”

Gabriel (Xuxu) e Lucas (Batman)

“Minha história com os **Bigodinhos Carentes** começou quando andando pelo lugar onde fica a colônia, deparei-me com um gato branco gigante, com o pescoço aparentemente ferido, e que veio na minha direção miando. Eu já conhecia bem os gatos, já tinha tirado vários das ruas de São Paulo, junto com meu ex-namorado e, mesmo antes dos felinos, já havia os cães abandonados em minha vida aqui no Rio, de modo que estava familiarizada com o sofrimento dos animais carentes. Pois bem, tentei me aproximar dele, e ele, muito mansinho, deixou-se acariciar.

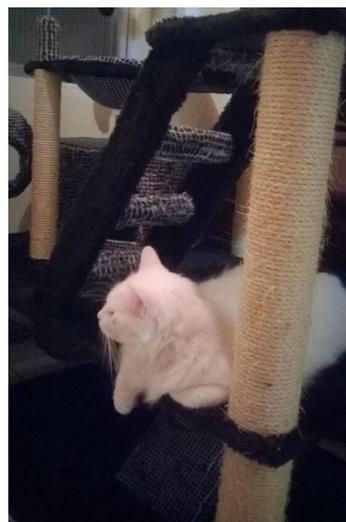


Foi quando apareceu uma moça que estava tentando pegá-lo, para poder cuidar de sua ferida, pois ele havia sido abandonado há pouco tempo ali. Chamavam-no de Xuxu (com x mesmo). Eu ajudei a pegá-lo e comecei, a partir disso, a me inteirar do projeto. Foi aí, então, que resolvi colaborar com o grupo e me tornei parte dele por algum tempo, enquanto foi possível ajudar nos cuidados diretos dos muitos que ali havia. O tempo, infelizmente, acabou ficando curto, por diversas razões, e, sobretudo, depois que assumi sozinha os cuidados de uma colônia de gatos de rua. Enfim, eu fui me apaixonando por cada um destes lindos bigodinhos (e quem dera eu pudesse tirar todas daquela condição), mas dois deles chamaram mais a minha atenção, o próprio Xuxu, o primeiro que conheci e com o qual já havia travado uma bela amizade, e seu amigo mais próximo, o Batman, um sialatinha que rapidamente se tornou também meu amigão.

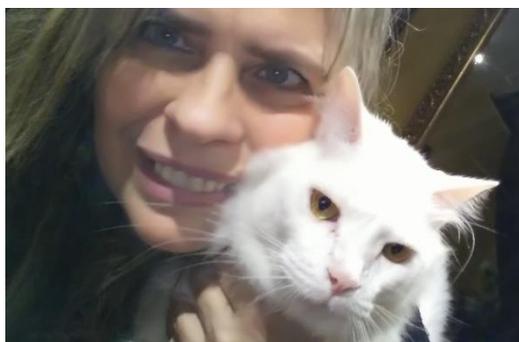


Para além de qualquer coisa, o Xuxu e o Batman eram os que me pareciam estar mais expostos aos perigos, não só pelo lugar de passagem que ficavam, mas por serem mansos demais. Bem, resumindo um pouco, a amizade, a paixão e a preocupação foram crescendo e, então, um dia, resolvi que eles precisavam sair dali e, se possível, direto para a minha casa. Eu sabia que não era uma decisão fácil; eu tinha cachorros e outros gatos, e também dúvidas quanto a minha moradia, mas já sabia que não conseguiria vê-los ali por muito tempo. Eu não

podia separá-los e também não saberia escolher um deles, já que ambos eram tão próximos de mim. Dois fatos, então, acabaram apressando a minha decisão: o primeiro foi o Batman adoecer, num momento em que alguns gatos haviam adoecido e morrido de repente. Quando o Batman foi para a internação e não queria comer, eu corri para cuidar dele e, ao me ver, ele voltou a comer e se curou bem rápido. Isso me deu ainda mais certeza de que eu precisava tirá-lo dali, mas ainda não sabia como. Porém, algumas noites depois, fui surpreendida com a notícia de que o Xuxu havia sumido; ele que nunca saíra daquele lugar. Passei a noite bem amargurada, até que, na manhã seguinte, ele reapareceu todo sujo, provavelmente deve ter passado a noite embaixo de algum carro, com medo de algo. Não pensei em mais nada. Pedi ajuda para trazê-los para a minha casa.



E foi assim que meu gigante tão amoroso, que passou a se chamar Gabriel, e meu sialatinha tão dengoso quanto ciumento, que hoje se chama Lucas, começaram a fazer parte ainda mais profundamente da minha vida. Hoje, eles vivem com seus outros irmãos felinos e caninos (todos também retirados do abandono), já bem longe do frio, da fome e da sede e, o melhor, cheios de carinhos e mimos, porque eles merecem e gostam muito. Na verdade, eu falaria de todos os meus outros aqui, mas como se trata dos adotados nos Bigodinhos Carentes, eu quero terminar dizendo duas coisas: que me orgulho muito deste grupo que continua incansavelmente lutando por estas vidas, e que também sou grata por eles terem resgatado e cuidado, antes de mim, destes meus dois grandes amores. Minha vida não seria tão alegre sem eles!”



**ADOTEM UM GATINHO!
ADOTEM UM CÃOZINHO!
ELES PRECISAM DE NÓS!**

Regina Schöpke

Lori



Adoção da LORI no Projeto Bigodinhos Carentes

Depoimento de Rosane:

É um exercício complexo verbalizar a presença da LORI em minha existência. Deixo que a emoção conduza a escrita sobre nós... Eu passava por um momento de “auto-reconstrução”. Um processo que continua, mas que hoje eu renomeio como “constante recriação”. Em meio ao mergulho em mim, fui convidada por uma amiga de longa data a participar do I SEMINÁRIO SOBRE REPRESENTAÇÃO ANIMAL NA LITERATURA, o qual ocorreu no mês de outubro de 2015, em minha para sempre casa, a UERJ. Era o Cosmos iniciando o meu encontro com a LORI. No seminário tive a oportunidade de estar ao lado de pessoas que, assim como eu, amam os animais. Constatar que esse amor pode e deve ser discutido no âmbito acadêmico. Uma sensação indescritível invadiu meu peito, minhas ideias, meu EU... Animais, Literatura, Pesquisa, Amor... Iniciei conversas e leituras sobre o que ali tive acesso. De fato, um resgate de muito que havia deixado sob os escombros que o caminho derrubou em mim. Em fevereiro de 2016, observando a maravilha do Bosque que fica em meu local de trabalho, fui invadida pelo desejo de voltar para casa com um novo membro familiar: um felino. Uma vontade que não cabia em mim, completamente inexplicável. Era a LORI, miando para que fosse ao seu encontro... Lembrei-me do PROJETO BIGODINHOS CARENTES, o qual passei a conhecer quando participei do Seminário realizado na UERJ. Durante o evento, foram arrecadados quilos de ração que seriam doados aos felinos de lá. Imediatamente entrei em contato com a amiga que havia me propiciado a experiência da (re)abertura de um portal de conexão com a dimensão de um novo campo de saberes. “Alô! Eu quero adotar um felino. Hoje!”. E ela, tão entregue, auxiliou-me em absolutamente tudo. Transporte para o gatinho que adotaria, ração, areia, brinquedinhos. Ela pensou em cada detalhe. No mesmo dia, entrou em contato com responsáveis pelo PROJETO BIGODINHOS CARENTES, os quais me aguardaram de braços abertos. Quando chegamos lá, olhei diretamente para a simpática e cativante LORI. Ela estava numa gaiola com seus irmãos. A meu pedido foi retirada dali e eu a segurei em meus braços. Ela era uma fofura. Mas pensei: “Como em meio a tantos outros felinos fofos eu já teria ‘escolhido’ a LORI?”. Quanta teimosia... Pedi que minha amiga acolhesse a gatinha em seus braços e fiz um “tour” pelo espaço, olhando para cada explosão de beleza felina ali presente. Lancei o olhar para os braços de minha amiga. LORI me escolheu... Tive a certeza de que era ela, a minha nova companheira de jornada. O seu nome surgiu durante a volta para casa: LORI. Uma das personagens do livro “Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres”, de Clarice Lispector, minha escritora preferida. Abri a porta do apartamento transbordando de ansiedade. Como seria? É perfeito. Em abril do mesmo ano, meu pai morreu. Recordo-me do dia em que lhe contei sobre a adoção da LORI. Ele sorriu e disse: “Não invente de trazê-la para cá!”. Na verdade, ele adoraria. Papai, ao longo de minha infância, presenteou-me com a presença de

lindos gatinhos. Ele sabia que os bichanos eram especiais para mim! O processo de elaboração do luto é muito pessoal. Cada um de nós o vivencia de um modo particular. Como creio na Energia Cósmica, sei que a morte não significa o fim. Mas nas primeiras semanas, reneguei sua partida. Mergulhei no cotidiano para não pensar, não sentir, não chorar... Como não estamos no controle, a vida encontrou um modo de me frear e encarar a despedida. Tive uma lesão no pé e precisei ficar de repouso durante dois meses. Em casa, a LORI foi meu anjo. Ela se deitava ao lado do meu pé e me olhava dizendo: “Vai passar”. Quando eu chorava, ela se aproximava do meu peito e deitava. Olhos nos olhos, falava: “Estou aqui”.



LORI cuidando do meu peito...



E do meu pé. Rsrsrcs!!!

E assim ela é. Um ser de tanta luz, que me comove ao ponto de me levar às lágrimas. Hoje posso dizer que sou um ser humano consciente de meu processo de constante autoconhecimento. E sem sombra de dúvidas, a LORI me faz compreender, com toda a sua sabedoria, beleza, encanto, alegria, afeto..., que a paz é feita de pequenas vivências diárias, como nos momentos em que ambas conversamos sobre a simplicidade da vida e eternidade de nosso amor. LORI ganhou uma irmãzinha, a gatinha NINA, nossa amada caçula, que seria abandonada junto com seus cinco irmãos numa praça. Resgatei-os e consegui lar para todos. A NINA ficou conosco.



NINA, nossa caçulinha.



LORI e NINA, chicletinhos.

Atualmente faço parte de um projeto que protege, cuida e promove a adoção de felinos, o NUPAMA (Núcleo de Proteção Animal e Meio Ambiente), uma ação que me dá muita alegria! AH! A amiga que faz parte de nossa história é a Elda! Madrinha da LORI. Simples e eterna em nossa existência... Obrigada, Elda! Obrigada BIGODINHOS CARENTES! A quem lê, acredite, há um anjo aguardando por você... ADOTE!



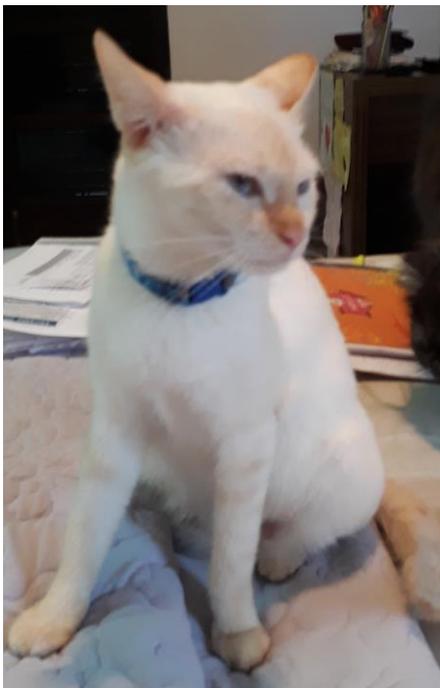
Simbiose...



LORI hoje.

Rosane Manfrinato,
12 de dezembro/2018.

Melina e Zaid



Depoimento de Veridiana:

“Fiquei muito comovida com a história da Melina - encontrada embaixo de uma árvore com toda sua ninhada (provavelmente haviam sido abandonados). Seus filhotes morreram, mas ela sobreviveu. Mesmo já tendo outro gato, não tive dúvida em adotá-la; foi amor à primeira vista! Mesmo ainda estando bastante debilitada, seus lindos olhinhos azuis já me olhavam cheios de amor e gratidão. Mas a história não termina aí... Lembram dos filhotes? Pois é... um conseguiu sobreviver, é o Zaid que hoje vive juntinho de sua mamãe, afinal eu não poderia deixar mãe e filho separados, não é mesmo? Melina e Zaid trouxeram ainda mais alegria, luz e ensinamentos para mim.”

Miguel



Depoimento de Fabiana:

"Dizem que gatos têm personalidade forte. E isso o Miguel tem de sobra.

Eu e meu noivo nos apaixonamos pelo seu jeito logo na primeira vez que o vimos, parecendo ser aquele gato que não gostava muito de contato, mas que, na verdade, é o gato mais fofo desse mundo.

Namoramos o Miguelito por quase 1 ano, mas ficamos muito receosos de adotá-lo, já que meu noivo até conhecê-lo não gostava de gatos.

Ao mesmo tempo, ficávamos receosos, morríamos só de pensar na ideia de alguém adotá-lo primeiro.

Mas hoje temos a certeza que fizemos a escolha certa e não sabemos mais viver sem ele! Ele é o reizinho da casa, nosso Miguelito!

Nosso conselho pra todos: adotem gatos adultos! Eles têm tanto amor pra dar quanto um filhote e são muito gratos por tudo!"

Sibéria



Quando foi adotada.



Atualmente, morando em Curitiba.

Depoimento de Rafaela e Eduardo:

“Quando adotamos a Sibéria, a expectativa era de que a nossa primeira gata tivesse uma companhia, não imaginávamos o quanto trazê-la para o nosso convívio mudaria a nossa vida para melhor. Ela é esperta, sociável e extremamente carinhosa, um verdadeiro pacotinho de amor. Não conseguimos mais imaginar nossas vidas sem ela.”

Trica



Depoimento de Carla:

“Conheci a história da Trica através de uma colega de trabalho que compartilhou a Campanha de Natal do Projeto Bigodinhos Carentes no *Facebook*, poucos dias depois que minha gatinha Frida virou estrela.

Quando eu vi a carinha da Trica, foi amor à primeira vista.

Eu já iria adotar outra gatinha filhote que tinha aparecido na casa dos meus pais, mas fiquei muito tocada com a história da Trica e decidi dar lar temporário pra ela.

Devido aos feriados de final de ano e ao processo de adaptação da gatinha nova, ela demorou um pouco pra chegar à minha casa.

Ela era uma gatinha muito assustada, ficou duas semanas escondida num cantinho, não deixava ninguém se aproximar dela, eu no máximo conseguia passar a mão na sua cabecinha com muito cuidado. Mas eu ficava perto dela todos os dias, conversava com ela.

Pedi ajuda a uma das voluntárias do projeto, para tirá-la do cantinho e poder me aproximar mais, fazer carinho. Depois da visita da Cida, ela foi se soltando mais.

Eu já estava apegada e achava que ela merecida um lar definitivo, então decidi adotá-la de vez!

Hoje ela é outra gatinha, ainda arisca, especialmente com visitas, mas comigo ela mudou completamente, se esfrega nas minhas pernas, pede carinho e está bem à vontade em casa. Tenho certeza que com o tempo, ela vai melhorar ainda mais!

Completo a alegria aqui de casa com os outros dois. Adotar um gatinho mais velho vale a pena, o amor cura tudo!

Agradeço ao Projeto Bigodinhos Carentes por ter colocado a Trica na minha vida!”

Biografia dos autores

Adriana Gomes Cardozo de Andrade é Mestranda no Programa de Pós-graduação em Letras – PLE/UEM (2018). Licenciada em Letras na Universidade Estadual do Paraná Campus de Campo Mourão (2016). Especialista em Gestão Empresarial pela Unicesumar (2009). Graduada em Administração pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (2004). Administradora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Campo. E-mail adrianagomescardoso@gmail.com

Adriane Cherpinski é Doutoranda em Letras (UEM). Mestre em Letras na área de concentração em Interfaces entre Língua e Literatura, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) – (2013). Graduada em Letras Português e suas Literaturas (2006) pela UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste, pós graduada em Literatura e Contemporaneidade (2008) e em Gestão Escolar (2011) também pela UNICENTRO. É docente efetiva em Língua Portuguesa na Educação Básica (SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná). Leciona na Faculdade Centro Oeste do Paraná (FACEOPAR). Dedicar-se à literatura brasileira, com ênfase em Clarice Lispector. E-mail adriane.cherpinski@hotmail.com

Ana Maria Soares Zukoski é mestranda em Letras, área de concentração: Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. É graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/Campus de Campo Mourão. E-mail: aninha_zukoski@hotmail.com

Ângela Lamas Rodrigues é ativista pelos direitos dos animais e doutora em Letras, com pesquisa em poéticas animais nas literaturas de língua inglesa, estudos críticos sobre os animais, ecocrítica e estudos utópicos. Atualmente é professora associada na Universidade Estadual de Londrina junto ao Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e ao Programa de Pós-Graduação em Letras. E-mail: angelabaalbaki@gmail.com

Elda Firmo Braga é mãe de cinco gatas. É professora adjunta de Literaturas e Culturas Hispânicas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, dedica-se aos Estudos Literários com foco na representação da natureza (fauna e flora) e na relação/interação entre seres humanos e não humanos. E-mail: elda@literaturas.net

Evely Vânia Libanori é professora de Literatura da graduação e pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Teoria Literária, pós-doutorado em Crítica Cultural. É líder do GAIA – Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre os Animais. Estuda ética, poética, representação animal, identidade animal e humana. E-mail: lieveorama@gmail.com

Guilherme Herrmann Arias é aluno de graduação do curso de Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: guilherme_herrmann@outlook.com.br

Jefferson de Moura Saraiva, atualmente, cursa o doutorado em Estudos Literários na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Paraná. Na mesma universidade graduou-se em Letras Estrangeiras Modernas - Inglês (2011) e obteve o título de mestre em Estudos Literários (2016). Suas pesquisas se concentram na ecocrítica e nos estudos críticos animais. E-mail: jeffmsaraiva@gmail.com

Keila Mara Fraga Ramos de Oliveira é Graduada em Letras Português/Francês (2013) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (2017). Área de concentração – Estudos literários: Literatura e historicidade. Desenvolve pesquisa sobre a lírica trovadoresca com ênfase na mulher e na infância. E-mail: keilapietra@hotmail.com

Naiani Borges Toledo é Graduada em Letras Português/ Inglês e Respectivas Literaturas - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras - Área de Concentração: Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa: Linguagem Literária e Interfaces Sociais: Estudos Comparados - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: naianibt@hotmail.com

Regina Schöpke é filósofa, medievalista e, atualmente, trabalha como Professora Adjunta de Filosofia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). É tradutora e autora de diversos livros de filosofia, e dentre os seus títulos constam obras sobre Gilles Deleuze, Nietzsche, o paradoxo do tempo e também um dicionário filosófico. Tem, cada vez mais, articulado seu trabalho à questão da causa animal e, como vegana e defensora dos Direitos Animais, tem se empenhado na luta pelos animais carentes que vivem nas ruas, por acreditar que a humanidade é responsável por aqueles que foram retirados de sua condição natural e domesticados para servir ao bem-estar humano. Ela própria é adotante de cães e gatos abandonados. E-mail: rschoepke@uol.com.br

Rosane Manfrinato é um ser em constante processo de reconexão com a natureza. Seu encantamento pela literatura, incitou-a a cursar a Faculdade de Letras, na qual é graduada, licenciada e mestre, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ]. É professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ - Maracanã. Seduzida pelo crescente diálogo entre Estudos Literários e Estudos Animais, dedica-se à leitura e pesquisa na área. Em consonância, integra o Núcleo de Proteção Animal e Meio Ambiente [NUPAMA], participa de uma rede de saberes e práticas referentes ao reflorestamento sintrópico e cursa Formação em Arteterapia. E-mail: rosane.manfrinato@hotmail.com

Rosiane Cristina de Souza é, atualmente, professora no Curso de Artes Visuais na Universidade Estadual de Maringá, no Departamento de Teoria e Prática da Educação, com estudos voltados especialmente para a linguagem cinematográfica e arte tumular. Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá, com pesquisa em Ética Animal e literatura infanto-juvenil. Cursou Mestrado em Letras (2008), graduação de Letras Português/ Inglês (2007) e a graduação de Artes Visuais (2014) na mesma instituição. E-mail: rosianecristinadesouza@hotmail.com

Sueli Meira Liebig é Doutora em Literatura Comparada pela UFMG (2002). Ex docente da UFPB (1983/2005). Professora Associada da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), atuando na graduação em Letras na área de Literaturas de Língua Inglesa e no Programa de pós-graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB). Pesquisadora nas áreas de Alteridade negra, Pós-colonialismo; Estudos Interculturais e Estudos Ecocríticos. Publicou os livros *Dossiê Black & Branco: Literatura, Racismo e Opressão nos Estados Unidos e no Brasil* (2003); *Expressões da Alteridade* (2007); *Raça, Mito e Resistência* (2010). Tem diversos trabalhos publicados em periódicos do Brasil e do exterior. E-mail: suelibig@hotmail.com

Vanessa Ferreira dos Santos Valles Leal é acadêmica do curso de Letras Português/Francês UEM/PR. Concluiu um Programa de Iniciação Científica, desenvolvendo o projeto intitulado "Espaço e Ambiente na Constituição de Emma Bovary". Participou do grupo Gênese da UEM, com algumas publicações na página virtual *O Consoante*. Atualmente, realiza pesquisas acerca das representações do vazio na obra de Gonçalo M. Tavares. A experiência que teve com a disciplina do estágio III a sensibilizou e a levou a conhecer melhor a Literatura Animalista Abolicionista e os Estudos Animais desenvolvidos pelas diversas áreas do conhecimento. E-mail: vanessafl.letas@gmail.com

Viviane Conceição Antunes Lima é Professora Adjunta de Língua Espanhola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM-UFRRJ/Campus N. Iguazu), Doutora em Letras Neolatinas (Opção: Língua Espanhola) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Bacharel e Licenciada em Português-Literaturas de Língua Portuguesa e em Português-Espanhol pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com base nos estudos funcionalistas, dedica-se às peculiaridades do uso e da variação dos clíticos da Língua Espanhola. No que tange ao âmbito da formação docente, ressalta a relevância da descolonização curricular, do interculturalismo crítico e das TIC na coparticipação social e cidadã dos estudantes de E/LE. Pertence ao Grupo de Pesquisa Varius/UFRRJ-CNPq (Variação e uso) e ao Grupo Interuniversitário LEL (Linguagens, educação e letramentos) e é uma das Coordenadoras de Área do PIBID - Espanhol/IM-UFRRJ. E-mail: vivianecantunes.ufrj@gmail.com



Concluímos “Animais e Literatura: ética e poética” com uma homenagem especial a Angel (foto), que partiu na véspera da publicação deste livro. Ela compôs a constelação de estimados peludos que abrilhantou a série de publicações intitulada “Representação animal na literatura”. Angel estrelou na página 6 de “Representação animal em textos literários” (2016). O céu ficará mais iluminado com a chegada deste anjo.